



PPGEDUC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

ESCOLA PAROQUIAL "JOÃO XXIII" DE URUTAÍ-GO (1960-2001)

Rafael Vasconcelos de Oliveira



UFG

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” DE URUTAÍ-GO
(1960-2001)**

RAFAEL VASCONCELOS DE OLIVEIRA

Orientadora:

Prof. Dr^a. Aparecida Maria Almeida Barros

Linha de Pesquisa:

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E
PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA

CATALÃO/GO

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: **RAFAEL VASCONCELOS DE OLIVEIRA**

Título do trabalho: **ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” DE URUTAÍ-GO (1960-2001)**

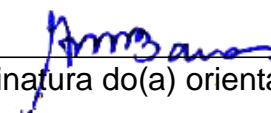
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 02 / 04 / 2018.

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

RAFAEL VASCONCELOS DE OLIVEIRA

ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” DE URUTAÍ-GO

(1960-2001)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, à comissão examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão.

Orientadora:

Prof. Dr^a Aparecida Maria Almeida Barros

Linha de Pesquisa:

POLÍTICAS EDUCACIONAIS,
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E
PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA

CATALÃO/GO

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Rafael Vasconcelos de
Escola Paroquial "João XXIII" de Urutaí-GO (1960-2001)
[manuscrito] / Rafael Vasconcelos de Oliveira. - 2018.
239 f.: il.

Orientador: Prof. Maria Aparecida Almeida Barros.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2018.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Cultura Escolar. 2. Escola Paroquial. 3. Igreja Católica e Educação. 4. Instituição Escolar. I. Almeida Barros, Maria Aparecida, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO


UAEE – UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário, Bloco I, Sala 1A – Catalão (GO) CEP – 75.704 020 - Fone: (64) 3441-5366.
Ramal 204 – Coordenação. E-mail: ppgeduc.ufg@gmail.com
Ramal 206 – Secretaria. E-mail: secretariappgeduc@gmail.com

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE RAFAEL VASCONCELOS DE OLIVEIRA

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC
PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE
RAFAEL VASCONCELOS DE OLIVEIRA


Em 22/03/2018, às 09:00, no Sala de Reuniões 104, Bloco L, da UFG/Regional Catalão, teve lugar a Sessão Pública de Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação da UFG/Regional Catalão, de Rafael Vasconcelos de Oliveira, intitulada: “**ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” DE URUTAÍ-GO (1960-2001)**”. A Banca Examinadora foi composta, pelos seguintes professores: Aparecida Maria Almeida Barros (PPGEDUC/UFG – Orientação e Presidente da Banca), Geraldo Inácio Filho (UFU – Membro Externo) e Wolney Honório Filho (PPGEDUC/UFG – Membro Interno). Os examinadores, na ordem citada, arguiram sobre a dissertação apresentada, tendo a/o discente explicado e/ou rebatido as críticas formuladas pelos arguidores. Após a conclusão da defesa, foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública, foi anunciado o resultado: **DEFESA APROVADA**, fazendo jus, portanto, ao título de Mestre em Educação, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação/Regional Catalão. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Comissão Examinadora. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/Regional Catalão.


Aparecida Maria Almeida Barros –


Geraldo Inácio Filho –


Wolney Honório Filho –

Secretário


Vinícius Veronez dos Reis Costa
Técnico Administrativo em Educação
Universidade Federal de Goiás
SIAPÉ 1749486 – Matr. 38404

AGRADECIMENTOS

A DEUS, Ele que é nosso Onipotente, Autor e Consumador de nossa fé. A minha gratidão, por concretizar mais uma jornada acadêmica; ter me fortalecido nos momentos de desânimo e cansaço e me concedido inspiração para vencer.

A NOSSA SENHORA, MINHA MÃE, que ofereceu sua graça de olhar sempre mim, de me sustentar na fé e na esperança, no amor e na justiça, me conduzindo no caminho da luz.

AO MEU AVÔ E PADRINHO, Benedito Martins de Vasconcelos, por ter sido um exemplo em minha vida. Hoje, em sua memória sou uma pessoa melhor, e vou tentar seguir todos os seus ensinamentos, procurando ser um bom filho e um bom profissional. Essa vitória é toda dedicada a ele.

A MINHA MÃE E TIOS, gostaria agora de enaltecer a importância da minha família na minha vida como um todo. A minha mãe Maria Osvaldina Vasconcelos, minha heroína. Minha tia e madrinha, Maria Amélia Vasconcelos, meus tios José Martins Constantino Vasconcelos e Valdivino Martins Constantino Vasconcelos, não sei se conseguirei agradecer a vocês através das palavras. Muitíssimo obrigado, pelo investimento que fizeram em mim, pela confiança, pela oportunidade, por sempre lutarem para que eu pudesse somente estudar, pelo amor incondicional, pelo carinho, pelo apoio, pelo exemplo de pessoas honestas e trabalhadoras que vocês muitas vezes deixavam de satisfazer suas vontades para satisfazer as minhas.

A MINHA ORIENTADORA, Prof^ª. Dr^ª. Aparecida Maria Almeida Barros, carinhosamente chamada de Professora Cida Almeida, por sempre me auxiliar, motivar nos momentos difíceis, ser uma fiel amiga nas nossas viagens em busca do discernimento e um exemplo de profissional a frente como coordenadora da Linha 1 do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

AOS PROFESSORES FORMADORES, Prof^ª. Dr^ª. Altina Abadia da Silva, Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Gonçalves, Prof^ª. Dr^ª. Aparecida Maria Almeida Barros, Prof^ª. Dr^ª. Janaina Cassiano Silva, Prof^ª. Dr^ª. Juliana Pereira da Araújo, Prof^ª. Dr^ª. Selma Martines Peres e Prof. Dr. Wolney Honório Filho pelos inesquecíveis momentos de (re)construção de conhecimentos e experiências vivenciadas, ao longo deste processo educacional de grande importância para um futuro educador.

AOS PROFESSORES DO PPGEDUC, que nunca mediram esforços para construir e interiorizar o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, no Estado de Goiás.

AOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO, Roberto Ferreira Tavares e Vinícius Veroneze dos Reis Costa que sanaram nossas dúvidas desde a entrada no Mestrado em Educação até o findar desse processo, na questão de documentos e processos.

A BANCA, meu sincero reconhecimento pelas valiosas contribuições do Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho, Prof. Dr. Wolney Honório Filho e Prof^ª. Dr^ª. Aparecida Maria Almeida Barros para a concretização desse estudo, sobre a Escola Paroquial “João XXIII” que tanto formou cidadãos e que se figura na memória viva e afetiva da comunidade urutaína.

A SUBSECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, na pessoa da então Subsecretária Prof^ª Maria Elizabeth Macedo Paronetto por me confiar o acesso aos arquivos da desativada Escola Paroquial “João XXIII” e a solicitude da Prof^ª. Silvia Maria Veiga de me auxiliar e manusear os arquivos de sua guarda, documentos estes de importância para a história educacional do município de Urutaí-GO.

AS URUTAINAS, Prof^ª. Terezinha Maria de Lima Torres (1^º diretora e fundadora), da madrinha e Prof^ª. Maria de Lourdes Carneiro (fundadora), da Prof^ª. Florentina Pereira Domingos que gentilmente disponibilizaram seus arquivos pessoais, resgatando assim suas memórias que nortearam o desenvolvimento dessa dissertação de mestrado.

A MADRINHA, Maria de Lourdes Carneiro, afetuosamente Tia Carneiro, por mim inspirar e instruir a ser educador, viver a doutrina cristã, e participar ativamente da construção da memória da cultura local.

AOS LEGIONÁRIOS DE MARIA, O PRESIDÍUM “MÃE DO BOM CONSELHO”, pois sem eles não teria fundado essa instituição que por 41 (quarenta e um) anos instruiu as crianças e adultos urutaínos para a instrução primária e o fortalecimento na fé católica.

AOS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII”, pessoas que tanto contribuíram para o funcionamento e formação dos educandos urutaínos.

A ABADIA DE SANTA MARIA, da cidade de Morristown, New Jersey, Estados Unidos da América, na pessoa do Pe. Benet Caffrey, OSB, da Ordem Beneditina que tanto me auxiliou via email na coleta de dados sobre a instituição pesquisada e a biografia de um dos idealizadores o Pe. Dom Columba John Rafferty, OSB (1922-1992).

A PARÓQUIA DO BOM JESUS DE URUTAÍ-GO, na pessoa do Redentorista Pe. Wanderley Borges, pela disponibilização do arquivo para a coleta de documentos referentes aos padres, diretores espirituais e da Escola Paroquial “João XXIII”.

AOS AMIGOS, Armando Sérvulo de Oliveira e Leandro dos Santos Silva que gentilmente me ofereceram seu Doce Lar para me acomodar durante todo o curso, sempre me incentivando a continuar e descontraindo nos momentos de desânimo.

A AMIGA, MÃE E CONSELHEIRA, Tatiany Borges de Oliveira Fernandes que sempre me auxiliou nos momentos alegres e tristes, nas atividades extracurriculares, nos deliciosos e produtivos almoços e lanches feitos por suas talentosas mãos e também nas fontes pessoais na época de aluna da instituição.

A AMIGA, MÃE, CONFIDENTE, COMPANHEIRA E CONSELHEIRA, Silvia Cristina da Silva, unicamente “Bia”, registro aqui nossas lutas, conquistas e carinho.

A AMIGA, CONFIDENTE, COMPANHEIRA E CONSELHEIRA, Edjane Borges Frazão, sempre simpática e disposta em ajudar, diante as dificuldades e felicidades, nesta etapa tão essencial em minha caminhada acadêmica.

AOS SERVIDORES DO IF GOIANO CAMPUS URUTAÍ, agradeço pelo imenso apoio de todos, em especial aos servidores/amigos da Secretaria do Ensino Médio e Técnico Valdirene Lopes, Izabel Cristina Martins de Farias e Waldoir Sebastião de Assis, aos servidores/amigos da Direção de Extensão Prof. Dr. Eduardo de Farias Viana e Prof. Dr. Paulo César Ribeiro da Cunha e também ao Diretor-Geral Prof. Dr. Gilson Dourado da Silva.

AOS AMIGOS DISTANTES, Marcelo Dias da Silva e Ana Maria de Andrade meus sinceros reconhecimentos por toda ajuda nas diversas formatações e paciência na inserção de fotos e registros.

AOS COMPANHEIROS DE CAMINHADA DO MESTRADO, Prof. Me. Rubislei Sabino da Silva, Prof^ª. Me. Agda Lovato Teixeira, Prof. Me. Cleber Cezar da Silva, Prof^ª. Me. Nivea de Souza Moreira Menegassi, Prof^ª. Me. Silvia Aparecida Caixeta Issa, Prof^ª. Indiara Cristina Pereira de Almeida, Prof^ª. Me. Renata Cristine Santos Vaz, Prof. Me. Igor Gonzaga Lopes, Prof^ª. Me. Neuza de Fátima Vaz de Melo, Bibliotecária Bethânia Oliveira Silva, Prof^ª. Me. Rosilene Alves da Silva Santee, Prof. Me. Adilson dos Reis Felipe e Prof^ª. Me. Walkiria Vieira do Prado e Souza por me encorajar, passar sugestões para o trabalho e sentir mais próximo do meu objetivo, a cada etapa concluída com a coleta de dados, vocês vibraram e me deram forças para avançar ainda mais

AOS AMIGOS URUTAINOS, que me ajudaram de tantas formas a construir esta pesquisa, seja por meio de ideias, de fotos compartilhadas, de conselhos e até de estrutura física para continuar esta etapa tão sonhada, meu muito obrigado.

Tudo começa com um sonho. E esse sonho agora se tornou realidade.....

Epígrafe

[...] estudos e pesquisas que retratem, de forma curiosa, aspectos singulares da instituição escolar, em tempos diversos, são fascinantes e até sedutores. Quem não gosta de saber como eram vestidas e educadas as crianças dos séculos passados e suas brincadeiras [...]? Ou ainda, quem não gosta de ver enaltecidos os fundadores de uma escola significativa para sua própria cidade? Ou, finalmente, quem não gosta de ver, consagrados em livros, nomes e fotografias de seus antepassados?

Estudos como estes agradam a inúmeros leitores. (NOSELLA e BUFFA, 2006, p. 5)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMA – Associação de Pais, Mestres e Amigos

CBEs – Comunidade Eclesiais da Base

CDC – Código de Direito Canônico

CEC – Congregação para a Educação Católica

CNBB – Confederação nacional Bispos do Brasil

Dr. – Doutor

EFAORI – Escola Família Agrícola de Orizona

EJA – Educação de Jovens e Adultos

Etc. – et cetera (e as outras)

Ex^{mo.} – Excelentíssimo

GE – *Gravissimum Educationis*

GO – Goiás

GS – *Gaudium et Spes*

IF Goiano – Instituto Federal Goiano

Km – quilômetro

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da educação

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

OT – *Optatam Totius*

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico

PR – Paraná

PUC – SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Sr. – Senhor

Srt^{a.} – Senhorita

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As principais referências bibliográficas que compõem o levantamento da pesquisa.....	27
Quadro 2 – Livros de atas e registros da Escola Paroquial “João XXIII” – 1960-2001	30
Quadro 3 – Divisão das Dioceses no Centro Oeste.....	70
Quadro 4 – Retrospectiva histórica da Escola Paroquial “João XXIII”	87
Quadro 5 – Quadro de diretoras da Escola Paroquial “João XXIII”	109
Quadro 6 – Formato dos docentes da Escola Paroquial “João XXIII”	112
Quadro 7 – Quantidade de alunos da Alfabetização de Adultos – Noturno.....	114
Quadro 8 – Quantidade de alunos do Ensino Fundamental – I Fase da Escola Paroquial “João XXIII” de Urutá (1967 – 2001).....	115
Quadro 9 – Matriz Curricular ou Disciplinas oficiais do Ensino Fundamental – Infantil da Escola Paroquial “João XXIII”	121
Quadro 10 – Matriz Curricular ou disciplinas oficiais do Ensino Fundamental – I fase da Escola Paroquial “João XXIII”	122
Quadro 11 – Dimensões e indicadores situacional, operativo e doutrinal da Escola Paroquial “João XXIII”	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização do município de Urutaí – GO.....	24
Figura 2 – Dioceses no Brasil	68
Figura 3 – Mapa que mostra as Arquidioceses Goianas	69
Figura 4 – Mapa da Diocese de Ipameri/GO.....	75
Figura 5 – Planta Baixa da Escola Paroquial “João XXIII” (1969 – 2001)	90
Figura 6 – Organograma que mostra a organização interna de uma escola	92
Figura 7 – Livro de Ata da Reunião de Professores (1967 à 1977) - Ata redigida em 17/03/1977	96
Figuras 8, 9 e 10 – Foto das crianças na Coroação da Imaculada Conceição - 1999.....	99
Figura 11 – Foto das crianças realizando a 1ª Eucaristia - 1979	100
Figura 12 – Um dos primeiros Desfiles Cívicos dos alunos da Escola Paroquial “João XXIII” - 1968	102
Figura 13 – Desfile com os alunos da Escola Paroquial “João XXIII” já institucionalizada escola público-católica (Referência da institucionalização: criação do uniforme) - 1988.....	102
Figura 14 – Desfile dos alunos da Escola Paroquial “João XXIII” evidenciando as implicações do Catolicismo na sua cultura escolar - 1988.....	103
Figura 15 – Entrada dos formandos de pré-alfabetização da Escola Paroquial “João XXIII” na Igreja Matriz (referência entre a cultura escolar e a Igreja Católica) - 1986.....	103
Figura 16 – Reza do terço em louvor a São João no interior da Escola Paroquial “João XXIII” (referência de um evento religioso) - 1978.....	104
Figura 17 – Hastearamento da Bandeira de São João nas dependências da Escola Paroquial “João XXIII” (referência de eventos religiosos realizados na escola) - 1978.....	105
Figura 18 – Dança da fita: uma reinvenção atual das comemorações das festas juninas que traduz a mesclagem entre eventos artísticos e culturais - 2000	105
Figura 19: Ata nº 03 da Eleição para Diretor da Escola Paroquial “João XXIII” – 1990	111
Figura 20 – Relação aluno, professores, escola e comunidade escolar - 2000.....	113
Figura 21 – Placa de inauguração da Escola Paroquial “João XXIII” - 1969	126
Figura 22 – Placa de convênio entre a Escola Paroquial “João XXIII” e a Secretaria de Educação Cultura e Desporto - 1999	126
Figura 23 – Pedido de convenio permanente com o MEC - 1977.....	127
Figura 24 – Confraternização na Escola Paroquial das Bodas de Prata (25 anos) de Sacerdócio de Dom Columba John Rafferty, OSB – 28/04/1974	135
Figura 25 – Alunos da escola Paroquial ajudando a enfeitar as ruas para Corpus Christi (manifestação social e religiosa) - 1983	135
Figura 26 – Formatura de alunos da 4ª Série com a presença do sacerdote da Igreja Católica - 1976	136
Figura 27 – Formatura de alunos da 4ª Série com a presença do sacerdote da Igreja Católica - 1976	136
Figura 28 – Documento que exemplifica relação da escola com a Igreja – Solicitação de comparecimento para tratamento de assunto referente à paróquia e à escola - 1975	137
Figura 29 – Demonstração da relação escola-sociedade (solidariedade na construção do pátio da escola com verbas com Plano Nacional de Educação) - 1980	138
Figura 30 – Relação homem em comunhão com Deus (07/09/1967)	141
Figura 31 – Calendário Escolar (1999) – Escola Paroquial “João XXIII”	164
Figura 32 – Comemoração religiosa (1970 - Procissão da Paixão de Cristo).....	166
Figura 33 – Desfile cívico em 07/09/1967	167
Figura 34: Demolição do prédio da Escola Paroquial “João XXIII” – 19/03/2018	174

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Entrada do Arquivo da 7ª Subsecretaria Regional de Educação do Estado de Goiás. Pires do Rio-GO - 2016.....	187
ANEXO 2: Acervo da Escola Paroquial “João XXIII” encontrado no Arquivo da 7ª Subsecretaria Regional de Educação do Estado de Goiás. Pires do Rio-GO - 2016	187
ANEXO 3: Paróquia do Bom Jesus de Urutaí-GO – 2010	188
ANEXO 4: Projeto de Lei n. 21, de 05 de abril de 1963 – disciplina o funcionamento da Escola Paroquial e dá outras providências como a nomeação da primeira diretora.....	189
ANEXO 5: Capas dos Livros de Atas da Escola Paroquial “João XXIII”.....	190
ANEXO 6: Primeira Eucaristia - 1979.....	191
ANEXO 7: Lembrancinha da Primeira Comunhão - 1966	192
ANEXO 8: Ata da Primeira Comunhão (1966)	193
ANEXO 9: Certificado de Exame Final – 1970 (frente).....	195
ANEXO 10: Correspondência entre autoridades eclesiásticas e civis. Resposta do Bispo Dom Gilberto Pereira Lopes ao Prefeito Duílio Honório sobre a construção definitiva da sede da Escola Paroquial “João XXIII” datado em 03/04/1969.	196
ANEXO 11: Boletim escolar – 1970 (lado de dentro)	197
ANEXO 12: Certificado de Cadastramento da Biblioteca da Escola - 1994	198
ANEXO 13: Foto da Professora Vilma Cordeiro e seus alunos no pátio da Escola Paroquial “João XXIII” – 1988.....	198
ANEXO 14: Convite de Formatura do Pré-Escolar Turma “Escadinha do Saber” – 1986.....	199
ANEXO 15: Ata da Formatura do Pré-escolar Turma “Escadinha do Saber” – 1986.....	202
ANEXO 16: Certificado de Conclusão do Pré-escolar - 1986.....	204
ANEXO 17: Certificado de Alfabetização da Cartilha Caminho Suave – 1986.....	204
ANEXO 18: Estatuto da Escola Paroquial “João XXIII” - 1997	205
ANEXO 19: Ofício do Dr. Sebastião Donizete de Carvalho informando o Encerramento de Convênio da Escola Paroquial “João XXIII” com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás - 2000	207
ANEXO 20: Carta do Pe. Orcalino Lopes da Silva em resposta a Carta de Encerramento de Convênio - 2000.....	208
ANEXO 21: Biografia do Vigário Dom Columba John Rafferty (1922 -1992) e a Notas sobre o Brasil, desenvolvidas em conversas entre Dom Columba e Dom Martin (24/07/1989 – 26/07/1989) – grifo nosso.....	209
ANEXO 22: Convite de Festa Junina da Escola Paroquial “João XXIII” – 2000	215
ANEXO 23: Fotografia das Diretoras da Escola Paroquial “João XXIII” (1960-2001).....	216
ANEXO 24: Levantamento Patrimonial da Escola Paroquial “João XXIII” realizado após o fechamento para a 7ª Subsecretaria Regional de Educação de Pires do Rio-GO e para Paróquia do Bom Jesus de Urutaí-GO – 2002	218

LISTA DE APÊNDICE

APÊNDICE A	227
APÊNDICE B	230

RESUMO

Esta pesquisa traz como proposta analisar a organização interna da Escola Paroquial “João XXIII” em Urutaí – Goiás no período de sua existência que compreende os anos de 1960 a 2001, considerando-se que se trata de uma escola fundada por leigos católicos juntamente com dirigentes da igreja católica e Secretária Estadual de Educação de Goiás. Para tanto, buscou-se conhecer toda sua estrutura física, operacional, pedagógica e social a partir de uma análise em seu acervo documental e fotográfico reconhecendo a complexidade de uma instituição escolar católica com ideais didático-pedagógicos fora dos padrões da pedagogia liberal. Desse modo, as suas particularidades quanto ao seu funcionamento remetem à compreensão de que a História da Educação ao se ocupar do estudo de instituições escolares, abre espaço para acionar a materialidade, os sentidos, relações e contradições que envolvem a sua existência, por meio de diferentes fontes. Acerca das fontes usadas em seu percurso metodológico, pode-se dizer que vários instrumentos de coleta de dados foram utilizados: documentos escritos, memórias escritas, livros de atas do arquivo escolar e paroquial, livros de prestação de contas da escola, fotografias de acervos pessoais, relatórios e manuscritos avulsos conservados em arquivos. É importante ressaltar que todo esse acervo documental da própria instituição teve um aporte teórico de autores que tratam da História da Educação em todas as suas dimensões, compreendendo-se que a fundamentação teórica da pesquisa sobre instituições escolares deve preocupar-se com a tessitura de nexos epistemológicos entre a educação, instituição educativa e história da educação, para que se possa impor inteligibilidade aos processos e fatos educativos. Dentre os autores citados destacam-se Almeida Barros (2010), Boto (1996), Carneiro (2004), Dallabrida (2001), Faria Filho (2004), Honório Filho *et al* (2016), Inácio Filho (2004), Julia (2004), Magalhães (2004), Nogueira (2011), Nosella e Buffa (2013), Souza e Pereira (2010), Stein (2013). De modo particular essa confluência entre o acervo documental da instituição e o referencial teórico da pesquisa permitiu concluir que a Escola Paroquial “João XXIII” em seu período de funcionamento fez com que houvesse a diminuição considerável do índice de analfabetismo no município. A ação da igreja local, de certa forma, contribuiu para a expansão da escolarização no município, diante do contexto sócio educacional do período estudado em que o número de escolas públicas primárias não era suficiente para atender a demanda, da mesma forma que não era em todo país. A formação religiosa estava entre os principais objetivos a serem alcançados pela escola analisada, dada a sua íntima relação com a Diocese de Ipameri/GO e a igreja local e porque este tipo de formação era uma característica marcante de escolas paroquiais, entretanto, seu trabalho pedagógico era embasado em ideais emancipatórios, ainda que tivesse que planejar esse trabalho sob as orientações curriculares do sistema de ensino vigente, que por sua vez, seguia ao padrão educacional do país durante sua existência.

Palavras-chave: Cultura Escolar. Escola Paroquial. Igreja Católica e Educação. Instituição Escolar.

ABSTRACT

This research proposes to analyze the internal organization of the "John XXIII" Parish School in Urutaí - Goiás during the period of its existence that includes the years from 1960 to 2001, considering that it is a school founded by lay Catholics together with leaders of the Catholic Church and State Secretary of Education of Goiás. In order to do so, it was sought to know all its physical, operational, pedagogical and social structure from an analysis in its documentary and photographic collection, recognizing the complexity of a Catholic school institution with didactic-pedagogical ideals outside the standards of liberal pedagogy. Thus, its particularities as to its functioning refer to the understanding that the History of Education, when dealing with the study of school institutions, opens space to trigger the materiality, the senses, relations and contradictions that surround its existence, through different sources. Regarding the sources used in its methodological course, it can be said that several instruments of data collection were used: written documents, written memoirs, school and parish archive records books, school accountability books, photographs of personal collections, reports and single manuscripts kept in archives. It is important to note that all this documentary collection of the institution itself had a theoretical contribution from authors who deal with the History of Education in all its dimensions, understanding that the theoretical foundation of research on school institutions should be concerned with the nexus epistemological relations between education, educational institution and history of education, so that intelligibility can be imposed to educational processes and facts. Among the authors cited include Abioye (2010), Boto (1996), sheep (2004), Dallabrida (2001), Do Son (2004), Ignatius Son (2004), Julia (2004), Magellan (2004), Walnut (2011), Nosella and Buffa (2013), and Parker (2010), Stein (2013) . In particular this confluence between the documentary as close and the theoretical framework of research that the parochial school "John XXIII" in your period of operation caused the decline of the index of illiteracy in the municipality. The action of the local church, in a way, contributed to the expansion of education in the municipality, on the context of the educational partner studied period where the number of primary public schools was not enough to meet the demand, the same way you don't It was across the country. The religious formation was among the main objectives to be achieved by the school analyzed, given its intimate relationship with the diocese of Ipameri / GO and the local church and because this type of formation was a characteristic of parochial schools, however, its pedagogical work was based on emancipatory ideals, although it had to plan this work under the curricular guidelines of the current education system, which in turn followed the educational pattern of the country during its existence.

Keywords: School Culture. Parish School. Catholic Church and Education. School Institution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 – A DIOCESE DE IPAMERI/GO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA E DA ATUAÇÃO PASTORAL A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II	33
1.1. A Igreja Católica no Brasil: contexto histórico	34
1.2. O processo de romanização na segunda metade do século XX e o Concílio Vaticano II	36
1.3. A atuação da Igreja na educação a partir do processo de romanização e do Concílio Vaticano II	40
1.4. As instituições escolares católicas (escola católica) - definições	45
1.5. Prescrições apostólicas para atuação da igreja na educação	50
1.6. Educação Católica e Cultura Escolar Católica	53
1.6.1. A cultura escolar católica influenciada pela rearticulação da igreja no Centro-Oeste	57
1.7. Histórico e contextualização da Diocese de Ipameri/GO no território eclesiástico goiano	66
1.7.1. Delimitação geográfica e histórica da Diocese de Ipameri em Goiás	75
CAPÍTULO 2 – A ESTRUTURA ESCOLAR E A ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” NO PERÍODO DE 1960 A 2001.....	79
2.1. A Escola Paroquial e suas finalidades	80
2.1.1. A relação da Diocese de Ipameri/GO com a Escola Paroquial	82
2.2. De espaço improvisado a sede oficial: percursos de instalação e autorização da escola	84
2.3. Organização interna (estrutura) e provimento financeiro	88
2.4. As normas, as regras e prescrições disciplinares e normativas para professores e alunos	93
2.5. Os rituais litúrgicos realizados na escola	97
2.6. Os eventos cívicos, artísticos, culturais e religiosos sob a responsabilidade da escola	100
2.7. Relação da comunidade escolar e extraescolar com a escola	106
2.8. Formato da direção escolar e do corpo discente	108
2.9. Existência de associações religiosas vinculadas à escola: um desenho da diversidade de vertentes educativas e da diversidade de seus alunos	116
2.10. Organização Curricular da Escola Paroquial “João XXIII” em consonância com a diversidade de vertentes educativas e o perfil dos alunos.....	119

CAPÍTULO 3: ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” – PONTOS E CONTRAPONTO DE UMA INSTITUIÇÃO DE NATUREZA MISTA COM BASE NOS DOCUMENTOS ESCRITOS/FOTOGRAFICOS ANALISADOS	124
3.1. As singularidades da Escola Paroquial “João XXIII” em seu período de funcionamento	129
3.1.1. Singularidades no que se refere aos conceitos didático-pedagógicos da Escola Paroquial “João XXIII” durante seu período de funcionamento.....	139
3.2. Marco situacional, operativo e doutrinal da Escola Paroquial “João XXIII” no período compreendido entre 1960-2001	145
3.3. Distinções incomuns para uma escola católica: ideais revolucionários, educação democrático-produtivista e sua perspectiva “moral cívica religiosa”	152
3.3.1. Educação democrática produtivista: uma das distinções mais relevantes da Escola Paroquial “João XXIII”	155
3.3.2. Tendência “moral cívica religiosa” coexistente: uma escola à frente do seu tempo	158
3.3.3. Vivências e práticas portadoras de uma moral cívica e religiosa coexistente na escola analisada: eventos e comemorações	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS	175

INTRODUÇÃO

Abordar a história de instituições escolares implica em considerar a pertinência do registro e interpretação históricos, evidenciar a importância da incursão da pesquisa no sentido de perceber a identidade institucional permeada por relações individuais e coletivas de agentes, sujeitos, arranjos, projetos e políticas que favorecem e facilitam as ações, atravessados por aspectos históricos distintos, convergentes ou contrastantes.

A História da Educação ao se ocupar do estudo de instituições escolares, abre espaço para acionar a materialidade, os sentidos, relações e contradições que envolvem a sua existência, por meio de diferentes fontes: documentos, objetos e materiais que expressam momentos, fases, circunstâncias, dentre outros aspectos significativos de uma escola, enquanto objeto de estudo, situada em determinando tempo e espaço.

Cabe ao pesquisador buscar nas dobras dessas fontes as informações que permitem compreender a instituição, assim como interpretar o que marca a sua existência na localidade onde foi instalada e mantida. A contribuição de tal investimento na pesquisa se expressa na expectativa de produzir um conhecimento histórico, tendo em vista a conservação, preservação e, em muitos casos, restaurar dados históricos em risco de extinção e esquecimento. Assim ao investigar uma instituição, o pesquisador em educação contribui com o registro e interpretação histórica de uma escola, demarcando, portanto, traços, vestígios, informações de sua materialidade, cultura e organização, dentre outras possibilidades.

Fonseca (2003) o sinaliza que o mergulhar nas leituras iniciais acerca de fontes e novos objetos, com o propósito de conhecer e fundamentar o estudo observa-se que o debate acerca dos arquivos escolares, no Brasil, tem se tornado mais frequente, aliado às questões colocadas pela forma de se perceber a educação em todos os tempos, cujo interesse e uso de referenciais têm sido crescentes, na História da Educação, isso é importante para quem se propõe a fazer um trabalho inscrito numa perspectiva que tem como referência as demandas e contribuições da História da Educação.

No contexto da História da Educação, as instituições escolares emergem como objeto de estudo, com sua arquitetura e imponência, quando relacionadas a outros lugares (arquitetura doméstica, arquitetura das ruas, dentre outras), o que significa a produção de um lugar próprio da educação escolarizada, ou, em outras palavras, na produção de uma forma escolar mais definida. Pode-se dizer que a apropriação múltipla deste lugar, as relações múltiplas e

diferenciadas entre suas diversas subdivisões (salas, pátios, etc.) implicam na produção de um espaço de práticas educativas (CERTEAU, 1994, p.202).

Tem-se, portanto, que a instituição escolar ao se constituir objeto de estudo faz referência à escola (física e simbolicamente falando), como o lugar mais apropriado para a formação das novas gerações; isso implica, afirmar a legitimidade da intervenção da instituição escolar na sociedade e, ao mesmo tempo, a sua inserção e autonomia na sociedade.

Consideradas as leituras iniciais como aquecimento necessário para a imersão no campo, o passo seguinte foi levantar algumas indagações condutoras da tarefa inicial de busca: o que torna uma instituição escolar necessária e requisitada em um determinado lugar? Quem demanda e protagoniza a sua construção? Em que contexto e com quais finalidades fora concebida?

Impulsionadas as primeiras buscas de dados e informações sobre a Escola Paroquial “João XXIII”, de Urutaí/GO, no recorte temporal entre 1960 a 2001, período iniciado pela criação e finalizado com desativação. A condição de residente em Urutaí, conhecendo os acessos tanto na rede escolar, subsecretaria, paróquia, professores e professoras, o contato com autoridades da igreja local e da Diocese de Ipameri, vislumbrava as possibilidades iniciais.

Embora a instituição já tenha sido desativada em 2001, seu estudo é pertinente por se tratar de uma escola que, durante o seu funcionamento, supostamente estaria situada no empreendimento da educação católica no sudeste goiano e, portanto, apresentaria correspondentes históricos com outras instituições do mesmo porte, sob a direção organizativa e pedagógica de intelectuais da igreja, comprometidos com a dinâmica e projeto de restauração católica pela via da educação escolar.

No desenrolar da pesquisa, outras indagações foram inseridas, com a finalidade de esclarecer, conduzir o olhar e a interpretação das fontes históricas, possibilitando a produção de um conhecimento acerca dos aspectos históricos da instituição investigada. Uma questão que gradativamente conduziu as buscas esteve relacionada ao tipo de organização escolar que se materializou na Escola Paroquial “João XXIII”. O termo “paroquial” acrescido do nome de um papa poderia ser indicativo do projeto de formação preconizado pela e na escola. Contudo, muito há o que desvelar nas dobras e fendas desse percurso investigativo.

Nesse sentido, conhecer e levantar informações sobre a existência de uma escola paroquial localizada em Urutaí/GO, Diocese de Ipameri-GO, potencializaria o estudo de instituições escolares, enquanto vertente de pesquisa na História da Educação em Goiás e no Brasil. No que concerne ao histórico do contexto de criação da diocese de Ipameri/GO temos que:

A Diocese de Ipameri é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, pertence à Província Eclesiástica de Goiânia e ao Conselho Episcopal Regional Centro-Oeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Tem como sé apostólica a Catedral Divino Espírito Santo em Ipameri (GO). Foi criada em 11 de outubro de 1966 pela Bula “De animorum utilitate” do Papa Paulo VI, desmembrada da Arquidiocese de Goiânia. Localizada na região Sudeste de Goiás, é composta pelos seguintes municípios: Ananguera, Caldas Novas, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri (Sede), Marzagão, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Pires do Rio, Rio Quente, Santa Cruz de Goiás, Três Ranchos e Urutaí na região dos cerrados do planalto central do Brasil (SOUSA & PEREIRA, 2010, p. 268).

Historicamente, uma diocese com quase duas dezenas de municípios, agrega no rebanho interno alguns movimentos sociais e organizações que atuam em vários setores da sociedade, sendo muitos articulados com o apoio de paróquias sob a liderança de leigos e religiosos. O envolvimento da Diocese de Ipameri/GO com a Educação Católica mantida e acompanhada por padres seculares do próprio quadro interno, nem sempre seguiu o formato paroquial que é aquele que nasce de uma comunidade educativa da Igreja, aberta ao mundo e evangelizadora, com um carisma próprio do catolicismo, tendo por finalidade a formação integral do educando, numa perspectiva humanista cristã.

No levantamento de dados oficiais, por exemplo, o site oficial da referida diocese, sobre a participação da diocese na educação, identificou-se, além da Escola Paroquial em Urutaí, a EFAORI – Escola Família Agrícola de Orizona, cuja proposta se configura em uma vertente distinta, vinculada a movimentos de luta pela terra, com atenção direcionada para as pequenas propriedades, que é uma característica daquele município goiano. Diante de tal constatação, antecipa-se que não há outras instituições escolares, com apoio e participação direta da Diocese.

O que se observa é a existência em diversas cidades desta jurisdição eclesiástica em que Paróquias e ordens religiosas mantiveram e ainda mantêm um forte vínculo com instituições escolares distintas. É interessante recorrer a Peixoto (2013) apenas para referenciar algumas que já foram objetos de estudos, nas últimas décadas: Os Agostinianos em Catalão e Morrinhos; os franciscanos com escolas e colégios em Catalão, Goiandira e Pires do Rio; Os Estigmatinos em Morrinhos, com o Ginásio; As Missionárias de Jesus Crucificado em Ipameri, com Educandário e Curso Normal; além de outras presenças como as Irmãs Catequistas e Nossa Senhora da Visitação que direta ou indiretamente também atuaram na educação escolar, sob a influência dos franciscanos, os Salesianos em Silvânia, dentre outros e outras, cujas ações ainda estão por ser estudadas e conhecidas, do ponto de vista do conhecimento histórico.

Pelo exposto evidencia-se que, embora o apoio e participação direta da Diocese de Ipameri seja marcado por duas instituições escolares distintas, no interior deste território eclesiástico há fortes laços de paróquias e ordens religiosas com a educação escolar, sob diferentes formatos e vias, o que supõe, o alinhamento da igreja com os postulados pós Concílio Vaticano II com a vertente da Educação, tomada enquanto estratégia para se inserir no meio do povo e com o povo, pela proximidade com escolas confessionais e laicas, tendo em vista a evangelização por meio de sacramentos e rituais litúrgicos compartilhados nesses espaços.

É essa possibilidade de visualizar a coexistência de eventos compartilhados por interesses cívicos e religiosos no espaço da escola que conduz a expectativa deste estudo, na composição dos traços que tenham marcado historicamente a instituição investigada. Uma escola paroquial, religiosa ou não, tomada como objeto de pesquisa, comumente é concebida como uma organização singular, dotada de características que lhes são próprias.

Nesse sentido, compete ao pesquisador levantar questões que permitam vislumbrar aspectos que possam ser interpretados, para além do que está posto nas convenções e prescrições oficiais. Além disso, indagar e buscar evidências do que permanece na organização interna e nas relações estabelecidas entre autoridades civis, leigas e religiosas.

Para Saviani (1987) o interior da escola é um espaço onde ocorrem relações institucionais, interpessoais e profissionais que devem reforçar os laços sociais, promover a coesão social e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social. A articulação entre ideias, teorias, métodos, organizações, processos e práticas educacionais desenvolvidas nas escolas católicas e em escolas não católicas devem se constituir a partir de um estudo amplo sobre a mesma.

O funcionamento satisfatório de escolas católicas e de escolas laicas requer a presença de certas condições objetivas, tais como certo grau de liberdade individual e certo equilíbrio nas relações de poder. Provavelmente a instituição sintetiza uma trajetória que implicou em formatos e propósitos diversos, em consonância com projetos, acordos e arranjos mais amplos o que permite a realização de alguns balanços sobre sua trajetória e produção.

Vale ressaltar que a cidade de Urutaí, onde se localiza a referida instituição estudada, é fruto da Estrada de Ferro no sudeste do estado de Goiás, pois, ao lado da pequena estação, perfilaram-se casas para ferroviários e alguns lavradores da região.

Com o correr do tempo, tomou o aspecto de povoado, elevando-se a distrito em 15 de junho de 1915, mais tarde foi suspenso, sendo restabelecido em 22 de outubro de 1917, por Lei Municipal n.º 100. Pela Lei Estadual n.º 45, de 15 de dezembro de 1947, foi criado o município

de Urutaí, sendo que a Lei n.º 141, de 16 de setembro de 1948, dispõe sobre a sua denominação. Foi desmembrado de Ipameri, de cuja Comarca passou a constituir Termo. Por Lei Estadual n.º 707, de 14 de novembro de 1952, foi elevado à categoria de Comarca. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1958).

Figura 1 – Mapa da localização do município de Urutaí – GO



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Uruta%C3%AD>
Acesso em: 15/11/2017.

Hoje, o município conta com quatro instituições escolares públicas que transitam entre os eixos municipal e federal: Creche Municipal “Nossa Senhora de Fátima”, Escola Municipal “Maria Candida de Jesus”, Colégio Estadual “Dr. Vasco do Reis Gonçalves” e Instituto Federal Goiano – Campus Urutai – GO, devendo esclarecer dois aspectos interessantes: - a Escola Municipal é a sequência da Escola Paroquial “João XXIII” desde o encerramento de suas atividades em 2001; existem outros ambientes não escolares que desempenham funções educativas no município, por exemplo, o SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Dadas as características históricas do período que compreende uma fase que antecede à ditadura e ao Concílio Vaticano II, atravessa os tempos de governo militar, os primeiros passos da igreja na abertura propiciada pelas novas encíclicas, contraditoriamente mesclada pela luta em defesa da liberdade e da democracia, perpassa o processo de redemocratização a partir do ano de 1980, e encerra suas atividades no alvorecer de um novo século e milênio.

Vislumbrada a complexidade desse recorte, porém, focado no interesse em acolher todo o período em que historicamente a escola esteve em atividade, optou-se por manter a cronologia

de funcionamento, ciente de que para efeito deste estudo, priorizar-se-á aspectos gerais na caracterização das diferentes fases, assumindo o limite do aprofundamento, haja vista que o prazo para o cumprimento das tarefas de pesquisa se resume a dois anos.

Contudo, tem-se a expectativa de reunir e organizar fontes que possam indicar as marcas e singularidades da instituição, inclusive apontar possíveis contradições que porventura apresentem nos arranjos internos e relações externas construídas nesse longo percurso. Este é o desafio posto no empreendimento de produzir uma interpretação histórica do que concretamente foi a Escola Paroquial “João XXIII”, em Urutaí.

De modo particular, pretende-se conhecer a organização interna, caracterizar as particularidades enquanto instituição, os alunos, a ênfase dos cursos e currículo escolar, a distribuição de espaços compartilhados com os ritos e eventos litúrgicos, práticas e vivências típicas da coexistência de interesses expressivos da dupla finalidade institucional que possa permear o projeto de formação cívica e religiosa.

Trata-se de direcionar o olhar do pesquisador para a cultura escolar, sua organização e finalidade de formação na coexistência de interesses e formatos. Ao mesmo tempo, enquanto exercício de interpretação com o contexto local e regional, deslocar a percepção para aspectos que indiquem a relação entre agentes distintos em prol da instituição. Como se organizou internamente essa Escola Paroquial? Embora durante o percurso fervilham indagações, é provável que nem todas sejam respondidas na íntegra, o que não impede de serem indicadas, haja vista o potencial para o desdobramento de estudos. É o que vislumbramos no decorrer da investigação.

Ao considerar o âmbito mais amplo da Igreja Católica que tem sido correspondente com as ações regionais da referida diocese, bem como sobre a criação da referida Escola Paroquial, pode-se dizer que os princípios e fundamentos que deram origem à instituição surgiram dos processos de reconfiguração da Igreja Católica. Em outras palavras, a Igreja, em seu ininterrupto movimento de migração, interfere nos espaços de poder e define novas visões de mundo que só poderiam ser compreendidas se o sistema educacional brasileiro abrisse suas portas para a perspectiva educacional humanista cristã.

Seria o que Seidl (2014, p. 26) expõe: “Se a Igreja é um mundo, [...], ela também está no mundo. Mais do que isso, está em diversos mundos, altamente diversificados do ponto de vista histórico, cultural, político, geográfico e, obviamente, religioso”. Sendo assim, as congregações como exemplos da diversidade católica, influenciaram muito “na dinamização do espaço

cultural por meio da criação de instituições de ensino (escolas, conventos, mosteiros, seminários, [...])” (SEIDL, 2014, p. 26)

A relação estabelecida entre Igreja-escola-comunidade nas ações da referida escola ia ao encontro da concepção de que a “Igreja propõe que a educação assuma uma missão compartilhada entre leigos e religiosos, discutindo as novas funções da escola frente aos desafios do Terceiro Milênio, buscando uma renovação corajosa para continuar promovendo a síntese entre o conhecimento, a cultura e a fé [...])” (ALLIEGRO, 2000, p. 2).

Se a escola investigada é denominada paroquial, tem um nome de papa, mas se apresentava juridicamente com um formato organizacional misto, tanto no provimento financeiro quanto na execução pedagógica, então, a partir dessa caracterização, vislumbramos aspectos que sugerem algumas singularidades iniciais, que merecem ser aprofundadas e conhecidas, com vista a uma compreensão mais ampla do que significa essa instituição na sociedade católica local, bem como a sua organização interna, no desdobramento de relações com autoridades eclesiais e civis no plano regional e estadual. Esse é o foco por onde conduzir-se-á a pesquisa desta instituição escolar.

O objetivo geral é: analisar a organização da Escola Paroquial “João XXIII” em Urutaí – Goiás (1960 a 2001), fundada nos “princípios norteadores” de crenças e valores cívicos e cristãos, historicamente constituídos na coexistência de interesses. Por objetivos específicos delimitam-se:

- ✓ Situar a Escola Paroquial “João XXIII” no contexto do processo de romanização da Igreja Católica e da Diocese de Ipameri/GO, enfatizando as implicações desse processo e da Diocese na sua prática educativa;
- ✓ Conhecer aspectos da organização interna e função da instituição, notadamente quanto aos rituais cívicos e religiosos que evidenciam a presença da igreja e dos leigos na instituição no período.
- ✓ Distinguir as singularidades da dupla finalidade de formação – cívica e religiosa – inscrita na instituição.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, vários instrumentos de coleta de dados foram utilizados: documentos escritos, memórias escritas, livros de atas do arquivo escolar e paroquial, livros de prestação de contas da escola, fotografias, relatórios e manuscritos avulsos conservados em arquivos. Sendo que as principais referências bibliográficas utilizadas estão mencionadas no quadro 1 abaixo.

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

O levantamento bibliográfico ou a denominada revisão da literatura da área, faz referência ao que já se tem descoberto sobre o assunto pesquisado, evitando que se perca tempo com investigações desnecessárias, além disso, auxilia na melhoria e desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas. Sob esse prisma, é pertinente concordar com Magalhães (2004, p. 20) quando ele diz que o referencial de fundamentação teórica da pesquisa sobre instituições escolares deve preocupar-se “com a tessitura de nexos epistemológicos entre a educação, instituição educativa e história da educação”, para que se possa impor inteligibilidade aos processos e fatos educativos.

Quadro 1 – As principais referências bibliográficas que compõem o levantamento da pesquisa

AUTORIA	TÍTULO	PROGRAMA OU INSTITUIÇÃO	ANO
Juliana Maria Corallo Quinan (Dissertação)	A Escola Normal do “Colégio das Freiras” (Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida) – Histórias de uma Escola em Ipameri Goiás	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História – Política – Sociedade (PUC-SP)	1999
Ana Maria Gonçalves (Tese)	Educação Secundária Feminina em Goiás: intramuros de uma escola católica (Colégio Sant’Anna – 1915-1937).	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	2004
Sandra Ferreira de Oliveira (Dissertação)	Gênese e descaminhos do Ginásio Profissional Cristo Rei (1944-1956) de Uberlândia-MG	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Uberlândia-MG	2009
Aparecida Maria Almeida Barros (Tese)	No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no Sudeste Goiano (1944-1963)	Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2010

AUTORIA	TÍTULO	PROGRAMA OU INSTITUIÇÃO	ANO
Cláudia Oliveira Cury Vilela (Dissertação)	Escola Noturna Machado de Assis: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba-MG (1941-1960)	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal De Uberlândia-MG	2011
Fernanda Barros (Tese)	O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectual	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Goiânia-GO	2012
Patrícia Rodrigues Luiz Peixoto (Dissertação)	O educandário Nossa Senhora Aparecida Ipameri-GO (1936-1969)	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão	2013
Nelsimar José Naves (Dissertação)	História e Memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba-GO	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão	2013
Georgia Suppo Prado Veiga (Tese)	História da Educação do Patronato de Menores São José em Paranaíba-MT	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Uberlândia-MG	2014
Vanessa França (Dissertação)	Escola Santa Clara: Ensino especializado no interior de Goiás (1982-2000)	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão	2016
Fabiana Aparecida de Andrade (Dissertação)	"Colégio das Freiras": Educação feminina no curso normal no Sul de Goiás (1939/1968)	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão	2016
Rosilene Alves da Silva Santee (Dissertação)	"Ginásio de Morrinhos-GO" (1936-1971): Instituição Católica de Ensino Secundário	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão	2017

Fonte: O Autor

Por este quadro observa-se que todos os estudos apresentam recorte temporal ao longo do século XX em períodos que antecedem ou coincidem com o início do ano de 1960, quando a Escola Paroquial “João XXIII” fora criada em Urutaí. Essa é uma aproximação do objeto com outros estudos realizados em contextos próximos ou com enfoques de interesse. Indica a possibilidade de diálogo com o conhecimento historiográfico da educação e das instituições escolares no contexto regional e brasileiro. A ênfase nas escolas católicas e o projeto de restauração romana religiosa também se fazem presente em alguns destes estudos.

Com esses referenciais teóricos e muitos outros, a elaboração teórico-metodológica da pesquisa embasou em Magalhães (2004), que sustenta que uma pesquisa voltada para a história de instituições escolares, deverá seguir etapas que se fundem e se encerram mostrando, substancialmente, uma interessante visão sobre os principais momentos e/ou alinhamentos de uma investigação histórica, incluindo: a) a escolha da temática da pesquisa (definição, contextualização e objetivos); b) a construção do objeto (marco teórico, hermenêutica, heurística e explicação); c) a narrativa historiográfica.

Quando trata da escola enquanto instituição escolar e social propõe uma reflexão mais simplista, definindo-a como epistemologia de uma totalidade, além de tecer comentários sobre a História das Instituições Educativas, definindo essas instituições como

[...] organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Os estudos de Magalhães (2004) são fundamentais para todos os pesquisadores da História da Educação, muito especialmente para os pesquisadores implicados em investigações sobre a história das instituições educativas, seja pela densidade das reflexões, seja pelas suas concepções educativas, ou ainda, pelos paradigmas educacionais (humanista, laica, religiosa, etc.). Hipoteticamente, as pesquisas sobre instituições escolares devem conduzir a resultados similares aos sugeridos por Magalhães (2004, p. 168-169).

Educação, instituição, história da educação são [...] instâncias epistêmicas, substantivas, metodológicas e de investigação-ação, cuja representação, nos planos material e simbólico, e abordagem científica desafiam a uma multidimensionalidade e a uma multifatorialidade, nos quadros sincrônico e diacrônico. [...] Na sua evolução, como na sua conservação e consolidação, a dinâmica institucional traduz-se num constructo em que se entrecruzam a educação (como atualização científica, axiológica, tecnológica, de cidadania, de humanidade e subjetivação), a história (como discurso pleno, integrativo, evolutivo) e a instituição (como enquadramento, referente, metaeducação, estrutura de ação e de institucionalização). Tecer nexos entre essas instâncias é torná-las inteligíveis, racionais, significativas, projetivas.

Entende-se, portanto, que o nexo da História da Educação se constitui dessas instâncias e das relações estabelecidas no universo da escola. Mesmo porque, resgatar a memória local e reconhecer a escola como espaço de “pertença” favorece e potencializa as relações entre as

instâncias epistêmicas, substantivas, metodológicas e de investigação-ação, além de permitir que o historiador valorize a própria identidade social da instituição analisada

Acerca das fontes documentais, a pesquisa deverá ser fundamentada em alguns documentos existentes na escola, esclarecendo que até o fim do funcionamento da Escola Paroquial “João XXIII”, não havia sido implementado o Regimento Escolar, que segundo Andrade (2009) é o documento que surgiu a partir da Indicação nº 007/99, 12.11.99, que regula a organização administrativa, didática e disciplinar dos estabelecimentos de ensino, obedecendo aos princípios constitucionais e legislação no âmbito federal e estadual.

Quadro 2 – Livros de atas e registros da Escola Paroquial “João XXIII” – 1960-2001

IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO	PERÍODO DOS REGISTROS	IDENTIFICAÇÃO DOS REGISTROS
Livro de atas	06 de fevereiro de 1965 a 03 de dezembro de 1992	Desempenho dos alunos, datas comemorativas, modulação e resultados finais quantitativos
Livro de atas	21 de setembro de 1967 a 20 de janeiro de 1993	Normas da organização interna, do trabalho pedagógico e reuniões com os professores
Livro de atas	24 de junho de 1971 a 02 de agosto de 1977	Marco operacional da escola, especialmente a limpeza
Livro de atas	08 de novembro de 1985 a 12 de maio de 1997	Reuniões de pais e mestres
Livro de registro de decretos e leis	05 de abril de 1963 a 03 de janeiro de 1964	Decretos e leis relacionadas com o funcionamento da escola
Livro de atas	19 de março de 1963 a 20 de outubro de 1965	Atas da Câmara Municipal relacionadas com o funcionamento da escola
Acervo de documentação referente à Escola Paroquial “João XXIII” e à Paróquia do “Bom Jesus”	1937 a 07 de junho de 1974	Fotos, quadro de funcionários, certidões de doações, etc.
Documentação encontrada no arquivo permanente da Paróquia “Bom Jesus” de Urutá/GO	03 de abril de 1969 a 27 de setembro de 1972	Ofícios, solicitações, declarações, atestado e histórico da escola
Projeto Político Pedagógico	30 de abril de 1999	Aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e educacionais da escola.

Fonte: Adaptado dos livros acima relacionados

Ainda que as fontes documentais encontradas na Subsecretaria Regional de Pires do Rio/GO possam se configurar como uma das grandes limitações da pesquisa (dificuldade de acesso aos documentos escolhidos), alguns documentos foram encontrados em versão atualizada e estarão dispostos no segundo capítulo da pesquisa ou, em anexos como é o caso

dos inventários de arquivo morto. É muito importante reconhecer que os documentos de uma instituição escolar são uma base fundamental para uma pesquisa, mesmo porque é

[...] evidente a ampla utilização por parte dos pesquisadores de fontes oficiais como séries legislativas, relatórios, pareceres, discursos de autoridades políticas, entre outras, para compreender-se o fenômeno educativo. Porém, observa-se, na investigação educacional, a emergência de novas fontes, tais como a fotografia, o material escolar, relatos de viajantes, diários íntimos, arquivos escolares, fontes orais, ao lado de produtos culturais como a literatura e a imprensa pedagógica (BONATO, 2005, p 195).

Sendo assim, optou-se também nesta pesquisa pela utilização de fontes, tais como fotografias, livros de atas (registros diários) e arquivos escolares, entendendo que pode-se dizer que o arquivo escolar, conforme afirma Medeiros (2003), é um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte ou informação ou a natureza dos documentos.

Sobre as limitações de uma pesquisa Nosella & Buffa (2013, p. 25) fazem uma referência às condições em que são encontrados os documentos antigos de uma escola, que em sua maioria são “depositados em uma saleta e não apresentam condições de uso [...] disputando espaço com poeira, ácaros, material inútil remanescente, etc.”.

Esta pesquisa está organizada em três partes, a saber: o primeiro capítulo - cujo título é **A DIOCESE DE IPAMERI/GO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA E DA ATUAÇÃO PASTORAL A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II**, trata da Diocese de Ipameri/GO e da educação escolar correlacionando-as com o processo de restauração da Igreja Católica e a atuação pastoral sob as diretrizes do Vaticano II. Tem como foco compreender conceitualmente a denominação da Escola Paroquial na origem de suas finalidades quando vinculada a uma paróquia e comunidade local. Ancorado o contexto no movimento do macro para o micro, apresenta-se uma revisão histórica da Igreja Católica no Brasil marcada pelo processo de romanização e do Concílio Vaticano II; a definição do que seja uma escola católica; a identificação das prescrições apostólicas para atuação da Igreja na educação; a cultura escolar católica no Centro-Oeste a partir da rearticulação da Igreja Católica, bem como, a descrição do histórico e da contextualização da Diocese de Ipameri enquanto referência no território eclesiástico goiano. Trata-se nesse capítulo de um esboço da historiografia da Igreja no sentido da demarcação territorial e eclesiástica, enquanto estratégia de articulação com autoridades civis e laicas, na aproximação com a educação escolar.

O segundo capítulo, é dedicado **A ESTRUTURA ESCOLAR E A ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” NO PERÍODO DE 1960 A 2001** descreve a estrutura escolar, organizacional e funcional da Escola Paroquial “João XXIII”, indica o mergulho nas fontes localizadas. Consideram dados oficiais que marcam os percursos de instalação/autorização da escola, assim como a caracterização de aspectos sobre sua funcionalidade, inscritos em documentos escolares diversos. Provimentos, rituais litúrgicos, eventos, associações religiosas, relação da escola com a comunidade local, dentre outros aspectos. Aborda a coexistência de uso do espaço escolar na dupla finalidade de formação cívica e religiosa, na realização de catequeses preparatórias para Primeira Eucaristia e Crisma, a Infância Missionária, Encontro de Jovens e Casais, bem como, para eventos sociais como casamentos.

O terceiro capítulo é **ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” – PONTOS E CONTRAPONTO DE UMA INSTITUIÇÃO DE NATUREZA MISTA COM BASE NOS DOCUMENTOS ESCRITOS/FOTOGRAFICOS ANALISADOS** é descrever o exercício analítico, cotejado pelas fontes e a bibliografia, no intuito de discutir o que prevalece nas marcas e aspectos históricos da instituição. Aborda e problematiza as distinções e singularidades da escola, identificando vínculos e distanciamentos com a Diocese de Ipameri e paróquia local, confrontando as ações educativas e religiosas inscritas internamente na Escola Paroquial “João XXIII”, com os arranjos e relações estabelecidas por autoridades da igreja, leigos católicos e lideranças da cidade e do estado.

Colocar em prática o desejo de estudar a história de uma instituição escolar é uma tarefa ampla e complexa que permite ao historiador realizações e frustrações. Quando se é proposto inserir uma escola (micro) no bojo de processos, trâmites, sistemas de ensino, concepções pedagógicas, etc. (macro) é preciso considerar que toda escola é singular, ainda que seu trabalho pedagógico seja similar aos demais. Sendo assim, a pesquisa em seu primeiro capítulo trata desse caráter macro no qual a Escola Paroquial “João XXIII” historicamente se insere e a partir dele conduz suas ações educativas.

CAPÍTULO 1 – A DIOCESE DE IPAMERI/GO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA E DA ATUAÇÃO PASTORAL A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II

Trata-se da Diocese de Ipameri/GO e da educação escolar correlacionando-as com o processo de restauração da Igreja Católica e sua atuação pastoral sob as diretrizes do Vaticano II. Essa referência coincide em termos temporais com o período que antecede a criação da escola e se desdobra concomitante, após o final dos anos de 1960. Situar as mudanças estruturais da igreja nos tempos de Concílio é pertinente no sentido de visualizar o movimento e as estratégias da Igreja na rearticulação do poder no âmbito geral e as relações estabelecidas no plano local e regional. As definições conceituais com influência na escola e na organização do projeto formativo de dupla finalidade – cívica e religiosa.

De acordo com Navarro (2011) o Concílio Vaticano II teve como objetivo central modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião. Por essa razão, o Papa João XXIII convidou bispos de todo o mundo para diversos encontros, debates e votações no Vaticano. Da pauta dessas discussões constavam temas como os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época, bem como, a relação da igreja com a educação formal, já que era necessário mudar a compreensão da Igreja sobre sua presença no mundo moderno.

Este capítulo apresenta o histórico e contextualização da Diocese de Ipameri/GO, mostrando as alterações no território eclesiástico goiano e a delimitação histórica e geográfica dessa Diocese, entendendo a princípio que uma diocese é uma unidade territorial administrada por um bispo, sendo a unidade geográfica mais importante da organização territorial da Igreja. O estabelecimento de relações entre esses acontecimentos histórico-religiosos com a história da Escola Paroquial “João XXIII” é inevitável, dado que o processo de romanização se deu de uma forma evolutiva tendo como referenciais o aspecto social, cultural e religioso da sociedade brasileira e, consubstanciados pelas diretrizes canônicas que orientam as ações da igreja no tocante à educação escolar, tanto na dimensão institucional, no caso de instalação de escolas católicas, quanto na instrução da catequese e evangelização realizados por religiosos e leigos no espaço das escolas públicas ou privadas.

1.1. A Igreja Católica no Brasil: contexto histórico

Em termos oficiais, a organização institucional e a origem da Educação escolar no Brasil têm como marco a chegada dos jesuítas em 1549. Segundo Saviani (2013), os jesuítas tinham a missão de catequizar os indígenas e cuidar da fé dos colonos. Historicamente, desde a chegada dos portugueses no Brasil, a Coroa e a Igreja constituíram-se em agentes de ocupação e colonização.

Na versão secular e com o amparo das ordens e congregações religiosas que assumiram os serviços nas paróquias e dioceses, a educação nos colégios, a evangelização e colonização indígena, marcaram a atuação da Igreja na educação brasileira, com forte influência nas decisões e relações no processo de colonização e evangelização, concebidos como indissociáveis, nos interesses e finalidades.

Saviani (2013), expõe que efetivamente, enquanto partícipe no processo de colonização, a Igreja católica foi a grande parceira da Coroa portuguesa na tarefa de administrar a colônia, difundir a fé cristã, bem como promover a catequese dos índios e administrar a vida espiritual dos colonos segundo os preceitos estabelecidos pela Santa Sé. Os primeiros religiosos trataram de construir igrejas, capelas e escolas, criar paróquias e dioceses, fazendo surgir uma estrutura material e administrativa interessante para o governo português e para a Santa Sé, que se preocupavam em manter o controle sobre as atividades e a vida religiosa da colônia. Enquanto subvenção e manutenção, contou com o subsídio da Coroa portuguesa que perdurou oficialmente ao longo dos séculos, sendo rompido com a mudança de regime e a instauração da República em 1889.

Ainda em conformidade com a literatura citada, o longo percurso de quase quatro séculos, iniciado na Colônia, passando pelo Império e alcançando a República, as ações de institucionalização da Igreja Católica ocorreram em duas vias distintas: a da demarcação de territórios eclesiásticos, por meio das dioceses, cujos bispos nomeados sob a tutela da autoridade real e/ou imperial ocupavam-se também na organização da educação escolar. Além da expressiva presença da educação jesuítica à frente de colégios, escolas, seminários e grandes unidades produtivas, internamente, várias dioceses e outras ordens religiosas também se ocuparam do empreendimento educacional, criando instituições e ampliando a rede escolar sob diferentes formatos.

Em ambos os casos há uma primazia de formação dos quadros do clero, a catequização, a preparação de filhos da elite dirigente, assim como o investimento paralelo em filantropia,

obras assistenciais, com a acolhida de pobres, viúvas, órfãos e desvalidos. O aporte financeiro provinha de várias fontes, capitalizadas por doações de terras, objetos de valor, administração de propriedades, incremento produtivo e comercial, operado internamente, como meio de subsistir e expandir os domínios da própria igreja, seja pelas dioceses, seja pelas ordens religiosas, sob a autoridade do governo colonial e imperial.

No final do século XIX, as dificuldades enfrentadas pela igreja e as ordens religiosas na Europa seriam ressoadas em território brasileiro. A migração de religiosos para a América constituiria uma reorientação da própria Igreja diante das ameaças ideológicas e perseguições advindas de países do velho continente. Ao instaurar a República e com o fim do padroado, encerraria o provimento financeiro, mas os efeitos seriam maiores e mais complexos: reconheceria o caráter leigo do Estado e garantiria a liberdade religiosa.

A Igreja Católica sem a tutela do Estado buscaria espaço para as associações e paróquias que passaram a editar jornais e revistas para combater a circulação de ideias anarquistas, comunistas e protestantes. Enquanto na Europa as ideias positivistas e o pensamento liberal impulsionavam a expulsão de religiosos, nos países americanos, incluindo o Brasil, os entraves impostos pela autoridade imperial demandavam por novos operários.

Nessa conjugação de fatores, pode-se pressupor que a Romanização, efetivada pelo regime republicano, representou uma liberdade de atuação e redefinição do plano de atuação da igreja em território brasileiro. Em outras palavras, ao romper com o governo nacional, retornando a autoridade do papa, criam-se possibilidades concretas de rearticular o projeto da igreja, com a acolhida de religiosos oriundos de outros países, em busca de abrigo e espaço de atuação missionária.

Após a Primeira República, a partir dos anos de 1930, a Igreja Católica continuava a influenciar na valorização da identidade cultural brasileira, transitando entre a elite, classe média e o povo. Com a Constituição de 1934, a colaboração entre Igreja e Estado, foi afirmada em meio ao acalorado debate e disputas entre Católicos e Liberais, ao assegurar na lei, a permanência do ensino religioso nas escolas públicas e privadas.

Em 1952, um dos marcos históricos maiores da Igreja Católica foi a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que coordena a ação da Igreja no país. Essa Conferência, já no final do ano de 1950, fez com que a igreja se preocupasse com questões sociais geradas pelo modelo de capitalismo no país, como a fome e o desemprego.

Pode-se inferir que desde os primeiros tempos da colonização, verifica-se a efetiva presença da educação católica em diferentes épocas e localidades, sendo difusora de uma cultura escolar própria em termos de princípios e de intencionalidade.

A atuação da Igreja católica na sociedade brasileira, no que diz respeito a suas instituições de ensino confessionais, adquiriu, desde a atuação dos Jesuítas, grande tradição educacional reconhecida nacionalmente. Nos períodos colonial, imperial e republicano, a educação permaneceu sob o domínio da Igreja católica, que influenciou bastante os rumos políticos tomados pela educação nacional. No final do século XIX, ocorre a separação entre Igreja e Estado, que tinha o Catolicismo como religião oficial, e o governo determina, então, a prática do ensino leigo nas escolas. Desse modo, a Igreja Católica deixa de ocupar um lugar vinculado ao poder político. Os ideais de uma sociedade laica pregados pelo novo regime influenciam nos quadros eclesiais, gerando crises internas e determinando uma busca por novas maneiras de difusão da fé e da doutrina cristã. O ensino religioso assume um papel de vital importância nesta busca por um espírito católico da nacionalidade frente ao ensino laico. (SANTOS, 2010, p. 37).

À luz da historiografia da Igreja, observa-se que o alinhamento dos interesses restauradores com o estado laico, dar-se-á no conjunto de estratégias que configuram a afirmação de poder e de autoridade perante as garantias legais e a inserção nas instituições escolares, permanência de símbolos cristãos em espaços públicos, além da presença de leigos cristãos em cargos estratégicos em órgãos públicos e autarquias. Isso decorre de uma luta pela volta da influência da Igreja no Estado. Essa luta foi iniciada logo após a Proclamação da República, passando pela lida de ação católica e sendo coroada com a volta do ensino religioso com Francisco Campos/Vargas.

1.2. O processo de romanização na segunda metade do século XX e o Concílio Vaticano II

O processo de romanização da igreja católica é um fenômeno religioso marcante nos séculos XIX e XX, pois possibilitou à instituição religiosa adaptar-se e traçar linhas de evangelização eficazes às controvérsias “mundanas” surgidas durante os seus dois mil anos de história. Para Manoel (2004) a romanização teve por objetivo minimizar o valor dado à modernização mundial em andamento desde o século XIX. Em outras palavras, a romanização se impôs às mudanças ocorridas com a modernização que feriam os bons costumes católicos.

Segundo Nogueira (2011, p. 1-2),

Este processo de romanização também aconteceu no Brasil, principalmente com a instalação da República, que levou a separação da Igreja com o Estado no ano de 1889. A partir daí a Igreja tentava estabelecer vínculos não oficiais com o Estado, tendo como fruto no contexto brasileiro, o surgimento do modelo de neocristandade, inaugurado por Dom Sebastião Leme e datado segundo Mainwaring de 1916, o qual visava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos, bem como garantir privilégios a Igreja [...]. O auge deste modelo aconteceu na Era Vargas, sendo um dos motivos norteadores, o discurso de inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado proferido por Dom Leme em 1931, que tinha como intenção principal mostrar que embora a existência de um estado sem religião oficial, à maioria dos brasileiros era Católica, e por sua vez detinham a força moral, assim ou o “Estado reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhecerá o Estado” [...] Com esta pressão o governo de Vargas une estreitamente a Igreja com o Estado de uma forma não oficial, mas viabilizando muitos privilégios.

Dentre outras medidas:

[...] o casamento religioso foi inteiramente reconhecido pela lei civil e o divórcio foi proibido; [...] a educação religiosa em escolas públicas durante o período de aulas; [...] foi permitido ao Estado financiar escolas da Igreja, seminários, até hospitais e quaisquer outras atividades e instituições relacionadas e legalmente designadas como de “interesse coletivo” (CAVA, 1975, p. 15).

Marcou uma nova relação entre Igreja e Estado, reforçou o controle do papado sobre a Igreja Católica no Brasil e sinalizou a contraposição e/ou sobreposição da igreja católica contra o poder do Estado sobre a modernidade científica.

Os estudos de Cabral (2013) evidenciam que este processo ocorreu em nosso país a partir do pontificado do Papa Pio IX (1846 – 1878) e se estendeu até meados do século XX, levando a considerar que o modelo eclesiástico válido seria aquele que tivesse como traços essenciais: (I) a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos; (II) o senso de hierarquia eclesial; (III) a preocupação com a doutrinação.

Oliveira (1985), por sua vez, afirma que a romanização da Igreja Católica brasileira visava abandonar uma espiritualidade centrada no culto aos santos. Na verdade, o culto aos santos incomodava as autoridades eclesiásticas porque se davam através de festas que eram, tradicionalmente, organizadas por confrarias e irmandades que agiam de forma autônoma, sem a necessidade de um vigário (salvo para celebrar a missa) evidenciando a independência desses atores para com essas autoridades, sem contar o fato de não colocar o centro da espiritualidade nos sacramentos, sobretudo nos da Penitência e da Eucaristia.

O processo de romanização da Igreja Católica no Brasil e as implicações desse processo para a rearticulação dessa instituição são bem alinhavadas por estudos que sinalizam que:

A romanização consistiu em bispos, padres e congregações religiosas pautarem suas ações objetivando moldar o catolicismo brasileiro ao modelo romano [...] o que implicou a mudança de dependência da Coroa lusitana para a Cúria romana. O aspecto político dessa tentativa de implantação de um novo modelo ficou mais evidente quando se passou a considerar a Proclamação da República, em 1889, e o ano seguinte, quando houve a separação oficial entre a Igreja e o Estado, marcos significativos no processo de romanização da Igreja Católica no Brasil, por terem implicado a possibilidade de efetivação de maior vinculação com Roma. Nesse processo, foram elementos importantes a introdução de devoções de origem europeia, novos santos dos quais se incentivava o culto e cujas festas passaram a ser organizadas pelos vigários. Esses aproveitavam tais ocasiões para, paulatinamente, introduzirem uma espiritualidade de cunho mais sacramental. Além disso, em substituição às antigas irmandades e confrarias, eram propostas outras entidades, quase sempre ligadas a uma das novas devoções, todas fundadas e dirigidas por padres, pois a tutela clerical – o poder nas mãos dos vigários – era um ponto chave no processo de romanização [...] As entidades propostas nem sempre eram novas no sentido de recém-criadas, embora algumas o fossem. Eram evidenciados como novos elementos as diferenças na organização das instituições e a contribuição delas proveniente para a romanização (CABRAL, 2013, p. 232).

Em síntese, a romanização da igreja católica no Brasil, mais especificamente na segunda metade do século XX, constitui-se em um processo através do qual a estrutura eclesiástica assumiu o controle de todo o aparelho religioso, baseando-se em modelos, agentes (por exemplo, congregações religiosas) da Santa Fé. Sob a visão de Oliveira (1985) esses modelos e agentes foram locados para conventos, seminários, santuários, paróquias, hospitais, escolas, etc., levando a entender que o fato de as escolas serem citadas como local de atuação, esse processo merece destaque pela relação direta com a escola estudada na pesquisa.

Há que se sublinhar, de acordo com Miranda (1988) que a romanização da igreja católica no Brasil teve alguns pressupostos interessantes, por exemplo, as cartas pastorais que passaram a ser adotadas como instrumento de difusão das palavras de ordem eclesiástica, junto à convocação de sínodos e alguns movimentos (A Ordem, em 1921) e instituições educacionais (Centro Dom Vital, Universidade Católica do Rio de Janeiro, o Instituto Católico de Estudos Superiores e a Associação de Educadores Católicos).

Paiva (1991) entende que esses movimentos e instituições vieram reforçar a educação católica e executar a tarefa de aperfeiçoar a escola católica, com a finalidade de preparar elites cristãs capazes de influir na sociedade. Tudo isso culminou numa

[...] mentalidade católica que foi sendo criada pela romanização, passou a ser importante, na doutrinação e na catequese, o combate ao protestantismo, ao espiritismo e às religiões afro-brasileiras. Em sintonia com o mesmo processo, do ponto de vista político era importante combater o comunismo e qualquer movimento que pudesse significar alteração do quadro e da ordem sociais vigentes. Nesse contexto, começaram a surgir as Faculdades e Universidades Católicas no Brasil,

tendo a finalidade de contribuir, em seu campo de atuação, com a marcha da Igreja romanizada no país (CASTRO, 2013, p. 235).

Entretanto, essa mentalidade católica não impediu que começasse a surgir os pilares do reformismo, que ao contrário do modelo de romanização (de cima para baixo), iniciou-se da base, ganhando forças quando a cúpula Católica o legitima com o Concílio Vaticano II. Segundo Mainwaring (1989, p. 62), esse Concílio

[...] enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou, por exemplo, maiores responsabilidades, corresponsabilidade entre o papa e os bispos, ou entre padres e leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como o povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível e introduziu uma série de outras modificações.

Na verdade, eram novos tempos e a associação da modernidade com uma igreja mais presente na educação e em outras esferas sociais era o que os reformistas almejavam. Buscavam a “mudança social, aceitavam a secularização, e acima de tudo acreditavam que a transformação política era necessária para criar uma sociedade mais justa” (NOGUEIRA, 2011, p.2). A partir dessa mudança social surgiu um catolicismo progressista endossado pela formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que tinham como finalidade “veicular o projeto da Igreja de reformas sociais e recuperar audiência popular da mesma, bem como organizar as massas comunitariamente nas bases” (ROMANO, 1979, p. 184).

De todo modo, Romano (1979) confabula com outros estudos que indicam que o Concílio Vaticano II é um concílio teológico e, enquanto os concílios anteriores tinham finalidade dogmática, ou seja, simplesmente, objetivavam mostrar onde se encontra a fé católica, esse concílio buscou diálogo e comunhão entre a sabedoria teológica e a inspiração divina. Atualmente com 54 anos de existência (1962, ano da sua promulgação), o Concílio Vaticano II ainda não chegou totalmente aos fiéis.

Todavia, não se pode negar a sua importância nas inúmeras decisões de raiz progressista, que procuraram responder aos desafios da Igreja Católica no contexto do mundo pós 2ª Guerra Mundial. Zanon (2012) explica que a Igreja Católica precisava superar a tendência histórica clericalista, em que os membros eclesiásticos influenciavam as sociedades, pois muitos Estados tornaram-se laicos. Passara da hora de erradicar as tendências transcendentais das sociedades em nome da superioridade da Razão científica face à Fé.

Além disso, o Concílio Vaticano II, segundo Ferrão (2012),

- conduziu o Catolicismo à aproximação a outras comunidades religiosas não cristãs e dos cidadãos não crentes;
- desenvolveu cleros autóctones, de formas de expressão nativas e da crescente importância dada aos leigos na difusão da tarefa evangélica;
- abriu o diálogo com as outras Igrejas Cristãs, num espírito ecumênico, possibilitou um relacionamento tolerante com as outras religiões, numa tentativa de facilitar a paz no mundo;
- afirmou o direito de todas as pessoas à Liberdade Religiosa, em conformidade com o espírito de total respeito pelos Direitos Humanos;
- buscou apelar para a necessidade da Igreja Católica orientando as sociedades contemporâneas, perdidas no contexto da crise de valores, para os caminhos de Justiça e de Paz, mediante a participação cívica dos leigos, através da implementação da Doutrina Social da Igreja.

No que se refere às suas implicações sobre a educação, pode-se dizer que a raiz da proposta formativa é o patrimônio espiritual cristão, em constante diálogo com o patrimônio cultural e as conquistas da ciência. Em outras palavras, o Concílio Vaticano II buscou e imprimiu a afirmação da disponibilidade da Igreja em realizar uma obra de serviço para apoiar a promoção das pessoas e a construção de uma sociedade cada vez mais humana.

1.3. A atuação da Igreja na educação a partir do processo de romanização e do Concílio Vaticano II

Enquanto preceito e princípio evangelizador, a Igreja Católica institucionalizada no movimento restaurador da autoridade e afirmação de poder, reafirma o dever de educar, impregnada de espírito cristão em todas as suas ações, deve buscar um ensino de excelência e a direção deve velar para que a formação científica nas suas escolas esteja pelo menos em nível das escolas da mesma categoria na região (cf. can. 806, § 2), além disso, deve contar com a participação dos pais, uma vez que ela não os substitui, mas presta um auxílio de continuidade dos valores éticos e morais em parceria com os mesmos. Tais princípios norteiam a ação pastoral católica na educação, seja na condução de escolas confessionais ou simplesmente ampliando a inserção em escolas públicas e privadas, para a evangelização e difusão do cristianismo.

Imbuída das instruções canônicas pela via da romanização, a missão evangélica não se resume às ações pastorais no interior da paróquia e das comunidades, mas se estende ao campo educacional. Hingley (2010) dá conta de que o processo de romanização teve sua origem de

forma hierárquica (de cima para baixo) com as classes superiores adotando a cultura romana, para depois infiltrar-se nas regiões mais internas e periféricas entre os camponeses.

Entretanto, essa observação é contestada, na medida em que outros estudos sinalizam a participação dos nativos nesse processo, resultando na adaptação de práticas e conceitos utilizados em Roma, de modo a satisfazer os interesses locais. Segundo Mendes (2002) um dos exemplos mais fiéis dos mecanismos de romanização, foi a construção de cidades, que passaram a ser os locais em que se manifestava e se exercia o ideal de cidadão romano.

Roux (2014, p. 31) ao referir-se sobre o processo de romanização da Igreja Católica na América Latina indica que

Desde mediados del siglo XIX la Iglesia católica ha adelantado un proceso de *romanización*, es decir, su centralización y unificación institucional según las directivas de la Curia romana, con miras a integrar a todos los católicos del mundo en torno a la figura del Papa. En Iberoamérica ese proceso de romanización corresponde al final del *Patronato* o *Padroado*, que había convertido a los reyes de España y de Portugal (y luego al emperador del Brasil) en «patronos» de la Iglesia. La *romanización* – animada por un catolicismo «integral» y aun «integrista» – logró en las Iglesias latinoamericanas una renovación y reestructuración de las estructuras eclesíásticas y de la vida eclesial. En ese proceso de romanización, del que se analiza el porqué y el cómo, el Concilio Plenario de América Latina (Roma, 1899) fue un acontecimiento importante y la Iglesia católica brasileña es un ejemplo significativo.

No que se refere à nova cristandade da Igreja Católica, situado ao longo do século XX, tem-se que falar de uma auto compreensão das Igrejas Católicas que se instalaram no Brasil e no Mundo: Eclesiásticas, Paulinas, Iluminista, Ultra Montana ou do Vaticano II, etc., pois é possível observar que, “em cada um destes momentos, houve uma Igreja diferente das anteriores e das posteriores, autoconferindo-se tarefas, obrigações e papéis sociais bastante específicos, e, para isso, ordenava-se internamente de modo também bastante específico” (MANOEL, 2004, p. 9).

Em outras palavras, tem-se que cada Igreja, em um dado momento impõe-se conforme sua concepção de mundo, homem, religião, educação, etc. o que, de certa forma, modifica a cristandade nos percursos dos tempos e/ou épocas. De forma simples, há que se registrar que até o papado de João XXIII (1958-1962), o catolicismo

[...] continuou a manter muitos costumes, crenças e práticas tradicionais. Emergiram novas propostas, dentro da Igreja, mas as ideias antigas têm revelado uma marcante resistência que conduz a uma curiosa mistura do tradicional com o novo, do radical, do liberal, do conservador e do reacionário (MAINWARING, 1989, p. 10).

Entretanto, Primolan (2011) adverte que o catolicismo e/ou a cristandade da Igreja Católica depois do anúncio do Concílio Vaticano II (25/12/1961) direcionou sua essência para a convivência entre as pessoas como verdadeiros irmãos (essência do cristianismo), ou seja, na medida em que essa essência predominasse, o mundo melhoraria, já que as mudanças sociais com base em ações individuais foram substituídas por novas concepções de ação social organizada.

É possível constatar que a compreensão do processo de romanização e de transição da cristandade católica mostra-se muito útil quando se analisa uma instituição regional (paróquia, diocese, etc.) em comum com outra micro instituição (escola), porque, assim como a igreja, a escola pode ser vista como comunidade ou povo de Deus, muito embora, ambas evidenciem as diferenças sociais entre os seus membros, emergindo a necessidade de a educação suplantar essas diferenças, tornando-as aceitáveis e positivas.

Todavia,

A escola católica não pode ser pensada separadamente das outras instituições da educação nem conduzida como corpo à parte, mas deve relacionar-se com o mundo da política, da economia, da cultura e com a sociedade no seu conjunto. Compete à escola católica enfrentar com determinação a nova situação cultural, colocar-se como instância crítica dos projetos de educação parciais, exemplo e estímulo para outras instituições de educação; tornar-se fronteira avançada de preocupação educativa da comunidade eclesial. Deste modo se torna claro o caráter público da escola católica, que não surge como iniciativa privada, mas como expressão da realidade eclesial [...] Esta dimensão de abertura é particularmente evidente nos países de maioria não cristã e em vias de desenvolvimento, onde desde sempre as escolas católicas são, sem discriminação alguma, promotoras de progresso civil e de promoção da pessoa. Além disso, as instituições escolares católicas, em paridade com as escolas estatais, realizam uma função pública, garantindo com a sua presença o pluralismo cultural e educativo e, sobretudo, a liberdade e o direito da família poder ver realizado o endereço educativo que pretende dar à formação dos seus filhos (PAPA PAULO VI, 1965, n.9).

Ao associar a teologia com a escola, Noronha (2012) evidencia-se a possibilidade de rompimento com os conceitos tradicionais da igreja institucional introduzindo na história da Igreja e de suas escolas, ideias de igualdade social e direitos humanos, reivindicando para elas, como herança, os lemas: liberdade, igualdade e fraternidade, ou seja, é a maior expressão de sensibilidade que surgiu na história da teologia.

Desse modo, a teologia traz para o mundo escolar, uma nova concepção de educação: a educação para a autonomia da libertação. Segundo Gibellini (1988, p. 353), Paulo Freire, que foi uma figura de grande expressão no campo pedagógico e que influenciou muito a prática pastoral da Teologia da Libertação, a educação tem um papel superior ao da alfabetização. Este

papel é o de promover a libertação através do conhecimento, despertando a consciência das pessoas para a realidade em que vivem.

De acordo com Nascimento (2003), a pedagogia fundamentada nos pressupostos apresentados pela teologia/educação fornece princípios para irromper uma nova prática, substituindo o cientificismo pelo encaminhamento de uma educação que articule bem técnica ético-politicamente, dando uma formação abrangente, construída pelo rigor científico e pelo desenvolvimento da cidadania.

Para a autora, o diálogo teologia/educação se dá na dimensão do ser humano sensível à sociedade; às necessidades, gozos e alegrias de seu tempo. O processo educativo da escola analisada não é tarefa da teologia discernir, mas a teologia pode colaborar para a compreensão do universo escolar ali constituído. Não se pode ignorar que desde a criação da escola católica, no século VI, fundadas pelos bispos – Centros de Educação nas cidades, perto das Catedrais – muitas transformações se efetivaram na educação, de tal modo que a escola moderna (católica ou não) tem como característica preparar as pessoas para terem um pensamento analítico.

É no contexto da globalização que a teologia/educação tem sido influente em escolas católicas, ou seja, a globalização está modificando o universo educacional, tendo em vista que o processo de globalização em si torna o mundo desigual, injusto e antagônico. Entende-se que o descompasso da escola católica com a sociedade contemporânea, talvez tenha como pano de fundo a tarefa mais urgente no campo educacional: ativar uma nova consciência e novos atores sociais que canalizem o sentido de pertença e os vínculos humanos no novo cenário da mundialização.

Nascimento (2003) afirma que quanto à escola católica, em termos numéricos, houve um decréscimo de escolas católicas no Brasil, fenômeno observado nas últimas décadas do século XX, período que coincide com o recorte da investigação. Até o ano de 2000, ao todo, 30 escolas fecharam ou passaram a ser administradas e mantidas por convênios com prefeituras, governo estadual ou federal (esse foi o caso da escola analisada). Ocorre que a escola católica passou a ter uma característica de comunidade educativa que deveria transformar em testemunho e anúncio para a humanidade do reino de Deus, ao mesmo tempo colocar-se a serviço de homens e mulheres e constituindo-se em centro cultural, social e espiritual.

Pode-se inferir com base nos estudos de Nascimento (2003) que o ensino de orientação e formação humanista e a sobrevivência financeira têm sido fatores de preocupação da escola católica, bem como, fatores para a destituição dessas instituições escolares e, mesmo que a educação oferecida nessas escolas esteja em consonância com a “teologia da libertação”, que

reage às ideias modernas de exclusão, a própria igreja se contradiz quanto aos seus princípios, por exemplo, é contra o homossexualismo por entender que essa condição pode provocar a destruição da ordem estabelecida pelo catolicismo. Entre assegurar a filosofia de formação e garantir o provimento financeiro, muitas escolas católicas tem priorizado o segundo, como forma de sobreviver e manter as instituições.

Segundo Alves (1996), num *continuum* nítido, vê-se que a escola católica tem lutado pela sua sobrevivência, pois se aprofundam os desafios para ela quanto:

- ✓ às isenções decorrentes da filantropia;
- ✓ à obtenção de verbas públicas; à política para as mensalidades escolares;
- ✓ à diminuição, ao envelhecimento e ao deslocamento dos efetivos religiosos;
- ✓ ao decréscimo do número de alunos;
- ✓ à agressiva lógica do mercado educacional;
- ✓ à persistência no fechamento de escolas;
- ✓ à crescente e irreversível entrada dos leigos para cargos diretivos em nossas instituições;
- ✓ ao debate e às consequências em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que merecem destaque na construção do primeiro aspecto se refere às finalidades atribuídas ao ensino fundamental – anos iniciais, ou seja, o aprimoramento do educando como ser humano;
- ✓ à formação ética do educando;
- ✓ ao desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do jovem educando;
- ✓ à preparação do jovem para o mundo do trabalho;
- ✓ ao desenvolvimento de competências para o educando continuar o aprendizado (Art. 26).

Por essa razão, o autor menciona que a escola católica e seus dirigentes vivem a presente situação com muita perplexidade; o posicionamento dos organismos de cúpula da Igreja é insuficiente, ficando aquém das necessidades e expectativas dos dirigentes das escolas; e as estruturas organizacionais, de articulação e de cooperação, nos vários níveis, ainda são fracas, por isso, é preciso zelar da memória e produzir biografias educacionais sobre a escola católica, efetiva ou não.

1.4. As instituições escolares católicas (escola católica) - definições

Carvalho (2015) esclarece que o Concílio Vaticano II constitui um ponto de mudança radical da Igreja Católica e um marco de referência para o mundo inteiro, quer pela relevância cada vez mais reconhecida à Igreja como consciência crítica de um mundo em mudança, quer pela força da palavra, quer ainda pela ação em prol das pessoas e dos povos, mormente junto daqueles que não têm vez e voz.

O mesmo autor explica que no contexto dessa ação em prol das pessoas e dos povos está a promoção das condições de vida para que todo o ser humano e o seu ambiente se desenvolvam, sendo que uma das vertentes da promoção das condições de vida é a educação, de modo que a Igreja precisa imprimir a sua marca evangélica, associada aos contributos filosóficos, científicos, pedagógicos e artísticos, mas isso na educação em geral e, não propriamente, a educação específica que a Igreja ministra ou patrocina (universidades pontifícias, universidades católicas, seminários, institutos, academias, ateneus, colégios, etc.).

Ainda sob os argumentos de Carvalho (2015), pode-se ver que a relação da romanização da igreja católica e do Concílio Vaticano II com a educação formal fundamentou-se em três documentos importantes a Declaração sobre a Educação Cristã, em latim, *Gravissimum Educationis* (GE); a Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo, em latim, *Gaudium et Spes* (GS); e o Decreto sobre a Formação Sacerdotal, em latim, *Optatam Totius* (OT).

Todos esses documentos primam pela educação e formação ordenadas, de maneira que os alunos possam:

- ✓ Sentir em si cultivada a devida maturidade humana, comprovada principalmente por certa estabilidade de ânimo, pela capacidade de tomar decisões ponderadas e por um juízo reto e equânime sobre os homens e os acontecimentos;
- ✓ Dominar o próprio temperamento, para se formarem na fortaleza de espírito e aprenderem a estimar aquelas qualidades que são tidas em maior conta pelos homens, como a preocupação constante com a justiça, a fidelidade às promessas, a urbanidade no trato e o comedimento no falar e no agir;
- ✓ E criar em si a estrutura da autodisciplina, crescente conforme as idades, de modo a que, no quadro da crescente autonomia, aprendam a dirigir-se gradualmente a si mesmos; se habituem a usar sabiamente da liberdade; tomem iniciativas; assumam responsabilidades e colaborarem

com os companheiros e com os outros intervenientes na vida da escola ou da sociedade (cf. OT, 11).

- ✓ Devem os alunos, segundo Carvalho (2015) preparar-se de tal modo para uma ativa participação na vida social, que, munidos dos necessários e oportunos meios, sejam capazes de inserir-se ativamente nos diversos agrupamentos da comunidade humana, se abram ao diálogo com os outros e se esforcem de boa vontade por cooperar diligentemente no bem comum (cf GE, 1).

Diante das exigências educacionais previstas no processo de romanização e no Concílio Vaticano II, pode-se dizer que as instituições escolares católicas surgiram na tentativa de modificar a historiografia da educação brasileira imposta até meados do século XIX quando, por exemplo, não se oferecia escolarização para as mulheres. Na realidade, Manoel (1996) aponta que tais instituições emergiram de dois projetos educacionais divergentes, sendo que o primeiro (laico e de tendência liberal) propunha o ensino das ciências e letras e formação cívica e moral e o segundo (católico e de cunho conservador) propunha a formação de bons católicos.

Antes de conceituar as instituições escolares católicas deve-se considerar que as instituições escolares que não são católicas correspondem a espaços onde existe uma educação exercida de modo difuso e inintencional. Segundo Bourdieu e Passeron (1975, p. 53-75), essas instituições desenvolvem o trabalho pedagógico primário (que se guia por uma pedagogia implícita) e trabalho pedagógico secundário (que se guia por uma pedagogia explícita) configurando-se como trabalho pedagógico institucionalizado ou trabalho pedagógico escolar.

As instituições escolares católicas – ou escolas católicas – segundo Garrone (1977) podem ser consideradas um ambiente privilegiado para a formação integral dos fiéis e um serviço de suma importância para todos os homens. Na realidade, esse tipo de instituição é consciente de estar comprometida na promoção do homem integral, porque em Cristo, todos os valores humanos encontram a sua realização plena e, portanto, a sua humanidade.

Para este autor, a consciência do homem integral em Cristo é o que define o caráter católico de instituições que desenvolvem a educação católica. Existem, então, algumas premissas que diferenciam a escola católica da escola regular, podendo citar: a visão cristã da realidade mediante a qual a cultura humana adquire o lugar eminente que lhe cabe na vocação integral do homem e a formação do cristão nas virtudes que o distinguem e o habilitam para viver a vida nova em Cristo permitindo-lhe colaborar com fidelidade na edificação do reino de Deus (CONCÍLIO VATICANO II, 1965).

Aqui se abre um parêntese quanto às afirmações sobre a educação integral que se presume que a Escola Paroquial “João XXIII” desenvolvia. Uma vez que ela iniciou sua prática

educativa sob a luz do Concílio Vaticano II que ditava as diretrizes para as escolas católicas, ela, a referida escola, não poderia ficar à margem dessa premissa de formação cristã.

Portanto, pode-se inferir com base nos documentos do Concílio Vaticano II, que como todas as outras escolas, a escola católica se propõe como fim a comunicação crítica e sistemática da cultura em ordem à formação integral da pessoa, entretanto, não se pode dizer que existe a materialização dessa formação na escola analisada.

É por essa razão, ressalta Garrone (1977) que a Escola Católica deve estar atenta para recolher as instâncias que surgem do desenvolvimento dos estudos psicopedagógicos e designadamente catequéticos e, sobretudo as iniciativas e as diretrizes provenientes dos órgãos eclesiais competentes, de forma a colaborar, mediante a preparação cada vez mais qualificada dos operadores da catequese na escola, para a realização do mandato catequético da Igreja.

No caso da Escola Paroquial “João XXIII” existia uma identificação com o que priorizava os documentos do Concílio Vaticano II, pois o currículo oculto ou os aspectos informais que permearam o ambiente escolar dessa Instituição estava em harmonia com a filosofia do Concílio Vaticano II e foram além do currículo formal, ensinado pelos professores na sala de aula. Entretanto, na perspectiva de Garrone (1977), as instituições escolares católicas apresentam características distintas das escolas regulares/normais, podendo citar:

- ✓ apresentam-se como “lugares de encontro daqueles que querem testemunhar os valores cristãos em toda a educação” (Garrone, 1977, n° 53), constituindo-se em comunidade que tem por fim a transmissão dos valores de vida;
- ✓ são movidas pelo ideal cristão, porque são sensíveis ao apelo que se levanta de todas as partes do mundo reclamando uma sociedade mais justa e não se limitando a ensinar quais são as exigências da justiça, mesmo quando isso supõe oposição à mentalidade local, mas procura tornar operativas essas exigências na própria comunidade, especialmente na vida escolar diária;
- ✓ constituem-se em uma comunidade autêntica e verídica, a qual, cumprindo uma sua tarefa específica de transmissão cultural, ajuda todos os seus membros a adaptarem o estilo de vida próprio dos cristãos, onde o respeito pelo outro se torna serviço à pessoa de Cristo;
- ✓ são chamadas, sobretudo, a prestar um serviço humilde e generoso à Igreja assegurando a sua presença no campo educativo-escolar em favor da família humana.

Enfim, as características e/ou responsabilidades das instituições católicas na atualidade, esbarram nas suas dificuldades internas e externas e na persistência de slogans e paradigmas.

Conforme observa Garrone (1977), ocorre que estas instituições foram inspiradas na Doutrina da Igreja, devendo pô-la em prática enriquecendo a humanidade com ensinamentos correspondentes às necessidades dos tempos e dos lugares.

Mas, com tantos avanços da modernidade, algumas instituições escolares que se dizem católicas parecem não corresponder plenamente ao projeto educativo que as deveria caracterizar; e por isso não cumprem as tarefas que a Igreja e a sociedade com razão delas esperam. Analisando de uma forma geral, a educação em si, independente de slogan, não corresponde ao que a Igreja, sociedade e outras esferas esperam dela. Tem-se claramente, no caso das escolas católicas que as suas tarefas se apresentam mais árduas e complexas nos tempos atuais, quando

[...] o cristianismo reclama ser encarnado em novas formas de vida por causa das transformações que se verificam na Igreja e na sociedade e especialmente por causa do pluralismo e da tendência a marginalizar a mensagem cristã. A fidelidade ao projeto educativo da Escola Católica exige também, por isso, uma contínua autocrítica e um retorno constante aos princípios e aos motivos inspiradores, dos quais se deve deduzir não uma resposta automática aos problemas de hoje, mas o sentido que permitirá resolvê-los em diálogo com as novas perspectivas pedagógicas e em colaboração com todos aqueles que, sem distinção de confissão, trabalham honestamente pelo verdadeiro progresso do homem. - Tal colaboração deve estabelecer-se prioritariamente com as escolas de outras comunidades cristãs a fim de promover, neste campo, a unidade dos cristãos -. Mas deve estender-se também às escolas do Estado. Iniciada por meio de contactos entre professores, de encontros e de pesquisas em comum, esta colaboração poderá estender-se dos professores aos próprios alunos e às suas famílias. Concluindo, é oportuno recordar o que já se disse [...] sobre as notáveis dificuldades jurídicas e econômicas que entravam em diversos países a atividade da Escola Católica. Dificuldades, que lhe impedem em particular fazer extensivo o seu serviço aos jovens de todos os níveis socioeconômicos, e que fazem com que ela possa parecer erradamente escola para ricos (GARRONE, 1977, p 1).

Na perspectiva dessa assertiva, as instituições escolares católicas, na sociedade pluralista atual podem, efetivamente, oferecer mais do que nunca um serviço que priorize constantemente os valores cristãos, tornando-se protagonista da construção de um mundo novo livre de uma mentalidade impregnada de mudanças da modernidade.

Ao tornar-se protagonista da construção de um mundo novo sem tantas influências modernas está prescrito na Declaração do Concílio Vaticano II, sobre a Educação “Gravissimum Educationis” (1965), quando se proclama que “a Igreja tem o direito de livremente instituir e orientar escolas de qualquer ordem e grau [...] lembrando que o seu exercício muito pode contribuir para a liberdade de consciência e defesa do direito dos pais, bem como para o progresso da própria cultura” (GE, 1965, nº 8).

Nesta acepção, prescrita no documento “Gravissimum Educationis” (1965), as instituições escolares católicas foram fundadas sobre o direito das crianças, adolescentes e jovens receberem uma educação cristã, por isso são instituições eclesiais, que colaboram num serviço de interesse público, de modo que

[...] a legitimidade do ensino católico enraíza-se quer na liberdade religiosa, quer na liberdade de ensinar e aprender, e justifica-se, na medida em que a Escola Católica tem um contributo específico a dar à sociedade, onde se insere e a quem serve, nomeadamente o de oferecer um projeto de educação integral (LOPES, 2014, p. 43).

A propósito da legitimidade da escola católica e o seu alcance educativo, Murgoitio (2009, p. 568) afirma a existência de dois princípios fundamentais: “o primeiro é que o seu objeto não é outro que a educação integral da pessoa. O segundo, a inserção, com força própria, enquanto realidade eclesial na própria missão da Igreja”. Consideradas suas particularidades, identificada a linha de ação e reafirmado o sentido do ensino cristão, as instituições escolares católicas e/ou escola católica

[...] deve desenvolver a sua ação a partir de uma visão própria da educação. A Escola Católica deve ter um projeto cultural de resistência ética, contra o domínio da racionalidade instrumental. A Escola Católica não deve apenas fazer melhor o que as outras fazem, mas fazer frente a toda a espécie de reducionismo educativo, que divinize a razão, que absolutize, por exemplo, a utilidade funcional e imediata do ensino. Neste sentido, desenvolve a educação, a partir de uma antropologia cristã, pautada pela educação integral, aberta à transcendência, tendo e oferecendo Cristo, como centro do seu próprio projeto educativo e como referência do Homem novo, para o qual tenderá, em liberdade, o crescimento de cada pessoa (LOPES, 2014, p. 44).

Isso se encaixa na análise da escola em questão, porque do mesmo modo que ela tinha a função de aparecer como uma expressão singular de um universo pluralista; ela devia apresentar a fé como uma proposta para não deixar que o domínio do privado a minimizasse; buscava sempre afirmar a sua dimensão eclesial, ou seja, não se reduzir a uma escola subsidiária da escola do Estado, oferecendo cursos diferentes, mas realmente uma escola com percursos diversos. Retomando mais uma vez o Concílio Vaticano II em sua Declaração Conciliar sobre a Educação Cristã, vê-se que:

[...] é próprio dela [da Escola Católica], criar um ambiente de comunidade escolar animado pelo espírito evangélico de liberdade e de caridade, ajudar os alunos, para que, ao mesmo tempo em que desenvolvem a sua personalidade, cresçam segundo a nova criatura que são em razão do Batismo, e ordenar finalmente toda a cultura humana à mensagem da salvação, de tal modo que seja iluminado pela fé o conhecimento que os alunos adquirem gradualmente a respeito do mundo, da vida e do homem (GE, 1965, nº 8).

Tem-se, assim, que a Escola Católica é uma comunidade escolar, marcada por um ambiente animado pelo espírito evangélico de liberdade e caridade; visa a educação integral da pessoa, tendo como referência uma nova criatura em função do batismo; propicia uma síntese entre a fé e a cultura, o que supõe transversalmente a dimensão religiosa do ensino.

Nesse sentido, uma escola paroquial seja um dos modelos de escola católica, mesmo porque ela (a escola paroquial) se identifica com o §1 do Código de Direito Canônico (CDC) (1983) que diz “por Escola Católica entende-se a que é dirigida pela autoridade eclesiástica competente ou por uma pessoa jurídica eclesiástica pública, ou a que a autoridade eclesiástica, por meio de documento escrito, como tal reconhece”.

Ainda que não se saiba até que ponto é favorável que uma escola católica seja dirigida por uma autoridade eclesiástica ou por uma pessoa reconhecida por tal autoridade, o que se vê, referente a esse aspecto, na instituição analisada havia um confronto entre o sistema de ensino e a gestão da referida escola, levando a questionar a legitimidade de seus fundamentos socio-religiosos.

Assim, uma escola paroquial desenvolve o projeto educativo da Escola Católica, tendo em conta a diversidade de situações, das histórias coletivas e das culturas, das necessidades e dos carismas, e, particular dos fundadores ou fundadoras, e do fato de pertencer a uma Igreja local. A escola católica, paroquial, enfim, as instituições escolares católicas são “ao mesmo tempo, lugares de evangelização, de educação integral, de inculturação e de aprendizagem do diálogo de vida entre jovens de religiões e meios sociais diferentes” (CEC, 1997, nº 11).

1.5. Prescrições apostólicas para atuação da igreja na educação

As escolas e práticas pedagógicas existem desde a antiguidade, podendo inferir que a origem da educação se confunde com a própria história da Igreja Católica. Estudos mostram que a história da educação no Brasil carrega, portanto, a história do projeto de colonização planejado por Portugal e desenvolvido pela Companhia de Jesus. Segundo De Sá & Coelho (2013 p. 02),

Investigar a história do ensino no Brasil implica o reconhecimento do empreendimento de Santo Inácio de Loyola (1491 – 1556), não somente como um dispositivo crucial no fortalecimento das práticas de ensino no país, mas como o instrumento capaz de civilizar a selvageria dos nativos da América. A influência da

Igreja Católica no Brasil foi tão intensa que ela supera a presença dos jesuítas da Companhia de Jesus.

Sobre a relação igreja-educação Almeida (2001) diz que com o seu projeto de recatolização a Igreja Católica viu como fundamental estar presente nas escolas públicas. Para a autora citada, a educação sempre foi vista como um dos pilares básicos tanto pelo Estado quanto pela Igreja para o projeto de instalação e manutenção da “ordem” na sociedade.

Um desses pilares é a criação da Cruzada de Educadoras Católicas. “Esta deveria atuar junto ao professorado do Estado [...] Cabia à Cruzada promover também retiros espirituais para as professoras no sentido de garantir a eficácia do doutrinamento” (ALMEIDA, 2001, p. 82). Em conformidade com a autora, a Igreja também justificava o motivo da implantação do ensino católico nas escolas. Talvez a implantação do ensino católico nas escolas seja o fator casual mais significativo dessa relação.

Portanto, parece claro que uma das prescrições católicas mais expressivas para a atuação da Igreja na educação seja mostrar para a população os possíveis males causados caso o ensino religioso não estivesse enquadrado nos currículos escolares. O periódico *Salve Maria*¹ (1938, p. 19) *apud* Silva (2012, p. 1303) fazia alertas consideráveis sobre esse enquadramento, dizendo que:

O ensino religioso é o preventivo que atua de maneira assombrosa contra a infiltração das ideias más no seio dos povos. Portanto, é um dever nosso, nós que somos batalhadores do Bem, difundirmos o ensino católico em nossas escolas. Empreguemos o nosso tempo livre, uma hora por semana no mínimo para auxiliarmos o nosso pároco no ensino do catecismo às crianças. Façamos do catecismo um verdadeiro apostolado, e os nossos descendentes terão o regozijo de viverem numa sociedade forte e sadia onde todos vivem obedecendo às mesmas leis e comungando dos mesmos ideais.

Na verdade, a materialização do ensino católico, nas escolas públicas abria um leque sem precedentes da atuação da Igreja Católica na educação. Noutras palavras, via-se a religião católica como a única que poderia normatizar a educação. De acordo com Silva (2012, p. 1303-1304), as prescrições apostólicas foram eminentemente importantes para a educação brasileira, tendo em vista que,

¹O periódico *Salve Maria* foi criado pouco depois da implantação do Estado Novo pelos docentes e discentes do Colégio Marista, com o caráter informativo, doutrinário e político. Nos artigos do referido periódico, era possível ver que não se abria mão da obrigatoriedade do ensino religioso católico nas escolas públicas (SILVA, 2012).

Desde os primeiros anos da colonização portuguesa na América, a Igreja Católica procurou estar presente na área educacional. Com objetivos religiosos claros, a catequese dos nativos foi à primeira amostra do investimento em “escolas” no território então conquistado. [...]. Não está sendo afirmado que esse era o objetivo exclusivo da Igreja, mas há de se notar, que o ensino foi um dos métodos encontrados pelos católicos para a manutenção do poder político junto aos governantes. Com a Proclamação da República e posteriormente com a promulgação da primeira Constituição Republicana em 1891, a Igreja percebeu que precisava de novas estratégias para manter o poder não apenas religioso, mas também político nas diversas partes do território nacional, já que havia perdido alguns privilégios que mantinha durante o Império. [...]. O investimento em educação foi uma das formas encontradas pela Igreja para que a mesma continuasse, ou mesmo, passasse a ser mais atuante na sociedade.

A partir desses acontecimentos, passou-se a investir em instituições confessionais, uma vez que a educação era um dos principais leques do processo de recatolização do país. É interessante fazer um contraponto aqui mencionando que o processo de romanização na segunda metade do século XX, o Concílio Vaticano II e processo de recatolização do país tinham um consenso: a Igreja Católica deveria estar presente em tudo o que dizia respeito à educação.

Era chegada a convergência de que além da família e do Estado, a Igreja Católica deveria tomar parte em campanhas educativas religiosas, obedecendo as possibilidades de cada um, mas com um mesmo fim: “educar o país nos moldes do catolicismo. É interessante notar que para os congregados marianos, o Estado tinha a obrigação de cristianizar o Brasil por meio da educação. Essa seria a maneira de o bem prevalecer contra o mal e o país enfim se ver livre” (SALVE MARIA, 1938, p. 7-8 *apud* SILVA, 2012, p. 1305)

O que se pretendia na realidade era convencer a sociedade de que caberia aos pais o papel de educar seus filhos nos moldes cristãos, sendo que a igreja dava as diretrizes a serem seguidas por meio de encíclicas, sermões, programas de rádios e através dos periódicos e a escola desenvolvia o ensino religioso, até porque “o ensino religioso em escolas públicas, a inserção social por meio de escolas confessionais e o cuidado com a maneira que os pais educavam os filhos foram os principais canais de tentativa de dominação católica por meio da educação” (SILVA, 2012, p. 1308).

Em se considerando que a materialização do ensino católico nas escolas públicas abria um leque de precedentes da atuação da Igreja Católica na educação, podemos inferir com base nos estudos de Schwartzman (1986) que as prescrições apostólicas para a atuação dessa igreja na educação brasileira deveriam atingir algumas dimensões distintas na dinâmica do país, podendo citar, entre elas:

- ✓ A defesa do espaço no mercado educacional de modo que a Igreja pudesse contar com o apoio das lideranças políticas locais.
- ✓ A manutenção do sistema educacional dentro de suas funções conservadoras, uma vez que a mudança poderia por em risco a própria estabilidade do governo.
- ✓ A manutenção da autoridade da religião e da família, numa clara tentativa de conter a ameaça de ingerência que o projeto nacionalista interpunha à sua dominação.
- ✓ A busca em nível estadual de novos chefes políticos para se manter uma relação amistosa com as autoridades eclesiásticas.
- ✓ O reconhecimento da importância da doutrina católica para o bom relacionamento com a sociedade, ou seja, o Estado também sabia que, na área educacional, se retirasse da Igreja essa atribuição, não conseguiria repassá-la a alguém com competência para desempenhá-la.
- ✓ As ações estratégicas no âmbito dos estados, centradas na ampliação do número de dioceses e no estabelecimento de congregações religiosas voltadas ao ensino primário.

O que se tem, em síntese, é que atuação da Igreja Católica na educação se dá a partir da influência no campo educacional e do comprometimento com a hegemonia no campo religioso e espiritual. Segundo Boschilia (1978, p. 2) “a primeira estratégia de ação utilizada pela Igreja para recuperar espaço na área educacional foi aproveitar as brechas deixadas pela Constituição recém-promulgada e, assim, poder intervir nas legislações estaduais”.

Outra estratégia utilizada pela Igreja Católica para disseminar suas prescrições apostólicas na educação brasileira foi alcançar as famílias. Schwartzman (1986) explica que “através de um discurso calcado na manutenção da tradição e na união da família, procurar sensibilizar a sociedade brasileira [...]. A Igreja percebeu que o caminho para atingir a população não era o discurso religioso, mas sim os argumentos morais. Mas, segundo a mesma autora, foi a partir do Concílio Vaticano II, a Igreja reviu sua postura e isso refletiu diretamente sobre a política eclesiástica e indicou novos rumos para o magistério católico.

1.6. Educação Católica e Cultura Escolar Católica

O conceito de Cultura Escolar, de acordo com Nóvoa (1995) surgiu nos anos 1970, quando alguns estudiosos compreenderam que a instituição escolar vai além da racionalidade técnica e organizacional, constituindo-se numa racionalidade político-cultural. Entretanto,

esse conceito tem sido alvo de muitas controvérsias. Algumas vezes, porque se entende a escola como uma organização empresarial.

Outras vezes, as análises de uma instituição escolar tendem a esquecer o estudo da cultura organizacional por vê-la sobre o viés da possibilidade de controle e manipulação ideológica do coletivo escolar. De todo modo, a expressão “cultura escolar” refere-se, segundo Forquin (1993), aos conhecimentos, saberes e materiais culturais que uma comunidade define como objeto de ensino para seus educandos e/ou membros, num determinado momento social.

Trata-se, portanto, dos conhecimentos selecionados e organizados para serem trabalhados na sala de aula. Em outras palavras, Forquin (1993) define a cultura escolar como o conjunto de saberes que, uma vez organizado, didatizado, compõe a base de conhecimentos sobre a qual trabalham professores e alunos. Trazida para o contexto da historiografia educacional, a cultura escolar na visão de Viñao Frago (2000, p. 100) se constitui dos

[...] modos de pensar e atuar que proporcionam a seus componentes estratégias e pautas para desenvolver-se tanto nas aulas como fora delas – no resto do recinto escolar e no mundo acadêmico – e integrar-se na vida cotidiana das mesmas.

Para este autor, a cultura escolar pode ser entendida, numa visão mais simplista, como aquele conjunto de práticas, normas, ideias e procedimentos que se expressam em modos de fazer e pensar o cotidiano da escola, desde que se conceba a escola como uma instituição singular, que se estrutura sobre processos, normas, valores, significados, rituais, formas de pensamento, que terminam em constituir a própria cultura, que não é estática.

Ao considerar a amplitude da historiografia educacional e a necessidade de veracidade na análise de instituições escolares (religiosas ou não), a cultura escolar despontou no âmbito dos trabalhos históricos educacionais decorrentes do exercício de levantamento, organização e ampliação da produção documental a ser utilizada na análise, em função da legitimidade da narrativa historiográfica. Sendo assim, é pertinente considerar o que Julia (2001, p. 10-11) descreve sobre a cultura escolar. Segundo ele, a cultura escolar pode (e deve) ser entendida como

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se

levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização: [...]. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares.

Na interpretação desse autor a cultura se materializa na medida em que as escolas modificam o conhecimento gerado pela sociedade, a partir de critérios morais, políticos e culturais. Modificações estas efetivadas pelos programas de ensino (que organizam os conteúdos culturais escolarizados em unidades); pelas apostilas ou livros didáticos e materiais escritos ou iconográficos diversos utilizados no currículo escolar; pela escolha de estratégias de transmissão e avaliação do conhecimento escolar; etc.

Quanto ao conceito de Cultura Escolar Católica, pode-se dizer que este conceito está muito próximo da dimensão da cultura escolar, por outro lado, Seidl (2014) enfatiza que a Cultura Escolar Católica é decorrente dos processos de reconfiguração da Igreja Católica, que buscavam igualdade e/ou revisão de posicionamentos com relação aos seus atores, instituições e contextos reais de interações sociais. Entende-se, portanto, que essa cultura foi se construindo a partir das congregações cristãs. Segundo Dallabrida (2012, p. 177),

A cultura escolar católica [...] era marcada por traços burgueses e pela internacionalização de seus quadros, porque, naquele momento histórico, o catolicismo romanizado empreendia intensa expansão mundial. Os jesuítas, que retornam ao cenário educacional brasileiro, eram detentores de uma vigorosa tradição escolar moderna, fundada pela Ratio Studiorum, que previa diversas e sofisticadas estratégias educativas disciplinares para os alunos dos colégios da Companhia de Jesus.

No Brasil, conforme aponta Dallabrida (2012) o conceito de Cultura Escolar Católica é construído, sobremaneira, a partir da leitura das estratégias curriculares implementadas no cotidiano do Colégio Sion do Rio de Janeiro, mas como a cultura escolar é também formada por práticas que procuram interiorizar determinadas condutas nos estudantes, a partir dos propósitos político-pedagógicos das escolas, a Cultura Escolar Católica se assemelhou em muito com a cultura burguesa que priorizava a disciplina do corpo e dos instintos e a importância dos detalhes.

Esse autor afirma, ainda, que a Cultura Escolar Católica surgiu desde o final do século XIX, elitista, masculina e muito influenciada pelo “método de ensino dos jesuítas”, todavia

teve que se adaptar aos sistemas estatais de ensino, em que o Estado nacional procurava controlar os conteúdos culturais ensinados e os métodos de ensino utilizados nas escolas. Entende-se que essa cultura escolar procurava orientar a conduta do corpo discente para o trabalho regular, estimulado pela competição entre os alunos.

A Cultura Escolar Católica, em sua essência, priorizava uma forte preparação de caráter moral e cívico, pois os ensinamentos transmitidos não visam apenas inculcar os preceitos do catolicismo, mas também ensinar os valores cívicos e prescrever formas de comportamento. O que se tem é que essa cultura escolar deriva da existência de um grupo composto por certa hegemonia da cultura religiosa católica, que percebia na educação institucionalizada a oportunidade para formar seus filhos.

Acerca da Educação Católica, tem-se que ela, prioritariamente, seja desenvolvida em escolas católicas, com tradição cristã, pois sob o ponto de vista de Garrone (1977) deve-se ter em conta também as diferentes legislações, impõe que os problemas que lhe dizem respeito sejam tratados e resolvidos por cada uma das Igrejas locais no quadro dos diversos contextos socioculturais. Importa, pois, reconhecer que a Educação Católica tem como principal razão de ser o apostolado e os pressupostos da Companhia de Jesus que atuou entre 1549 e 1759.

A mesma literatura dá conta de que os fundamentos teórico/metodológicos da educação implementada por essa companhia tinham por base as fontes que versam sobre o contexto histórico, político e religioso - abordando o conceito de colônia; as relações entre o modelo colonizador português e a Igreja católica e; a educação -, mas, segundo Garrone (1977), a Congregação para a Educação Católica sempre dirigiu apelos a todos os responsáveis pela educação (pais, professores, autoridades escolares, etc.) para que reúnam todos os recursos e meios disponíveis que permitam à escola, especialmente a Escola Católica, exercer um serviço realmente cívico e apostólico.

O que distingue a Educação Católica de outras modalidades de educação é que, essencialmente, essa educação é consciente de estar comprometida na promoção do homem integral, já que todos os valores humanos encontram a sua realização plena em Cristo. Para Garrone (1977) nisto consiste o caráter católico, especificamente seu e aqui se radica o seu dever de cultivar os valores humanos no respeito pela sua legítima autonomia, na fidelidade à missão peculiar de pôr-se ao serviço de todos os homens.

Na verdade, a Educação Católica estabelece relações entre fé e cultura, bem como, entre fé e vida. Isso, porque é movida pelo ideal cristão, portanto, procura responder à

demanda da instauração da justiça, mostrando-se sensível ao apelo que se levanta de todas as partes do mundo reclamando uma sociedade mais justa. Em síntese, a Educação Católica busca prestar um serviço generoso à Igreja, impondo-se no campo educativo-escolar como instrumento que atua em favor da família humana.

Em resumo, a Cultura Escolar Católica, conforme o exposto pelos autores referenciados se define pela concepção de educação como um instrumento moralizador, que presente na base das propostas educacionais integrava a mentalidade católico conservadora brasileira da época, tornando possível entender a necessidade constante da reforma da educação católica, na medida em que tinha papel importantíssimo na consolidação das reformas político e socioculturais.

1.6.1. A cultura escolar católica influenciada pela rearticulação da igreja no Centro-Oeste

Quando se trata de “cultura popular”, entendida como a interação entre pessoas de uma mesma sociedade e varia de acordo com as transformações ocorridas no meio social. Entretanto, quando se fala em “cultura escolar”, Nóvoa (1999) diz que se trata de um processo que passou a integrar a pesquisa educacional e tem sido vinculado aos estudos da sociologia da educação e, de modo particular, à ‘sociologia dos estabelecimentos escolares’.

Para o autor, a cultura escolar centra-se a análise sobre os fatores internos da escola (relações de poder, processos decisórios, ‘clima’ da escola, cultura da escola etc.) abordando as dimensões política, pedagógica e a dimensão simbólica da escola e tem como pressuposto que as escolas, mesmo integradas em contextos socioculturais mais amplos, também produzem sua cultura interna que exprime os valores, as representações, expectativas, as crenças de seus membros.

Basei (2007) apontam a escola enquanto um espaço permeado pela diversidade cultural, não se pode ignorar as repercussões desse cruzamento de culturas e as possibilidades de se desenvolver uma prática pedagógica visando entender e atender as diferentes necessidades a partir de uma perspectiva intercultural. Para a autora, partindo dessa compreensão, trabalhar ações fomentadoras da cultura escolar permite sinalizar a relação entre as pessoas, enquanto membros de sociedades históricas e culturalmente muito diversificadas.

De acordo com Maciel (2011) a relação da cultura escolar com a educação, ou o entendimento de que a essa cultura é uma das referências da educação em geral, surge a partir

do momento em que o educador Paulo Freire defende que a educação formal deveria dar um sentido de abertura à pluralidade de diferenças entre grupos humanos e frentes de lutas “populares” (trabalhadores urbanos, subempregados, desempregados, sem teto, trabalhadores rurais em suas diferentes categorias, dos pequenos proprietários camponeses aos boias-frias e deles aos trabalhadores rurais Sem-Terra, etc.).

De acordo com a mesma autora, essa defesa da pluralidade cultural por parte de Freire, se justifica no entendimento teórico de que

[...] as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e, excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida (MACIEL, 2011, p. 328).

De todo modo, a educação e a cultura popular/escolar aparecem como importantes instrumentos de transformação social, passando a ser pensadas, propostas e praticadas a partir das condições das classes subalternas e da visão de mundo das classes populares. Assim, a cultura popular ao ser tratada na escola enquanto cultura escolar deve partir da criação das condições para que o povo pudesse não somente produzir cultura, mas usufruir da sua própria cultura.

Com relação à cultura escolar propriamente dita, preliminarmente, há que se citar Forquin (1993, p. 10), quando ele argumenta que:

Incontestavelmente, existe, entre educação e cultura, uma relação íntima e orgânica. Quer se tome a palavra “educação” no sentido amplo, de formação e socialização do indivíduo, quer se restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda a educação é sempre educação de alguém, por alguém, ela supõe também, necessariamente a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação. Devido ao fato de que este conteúdo parece irreduzível ao que há de particular e contingente na experiência subjetiva ou intersubjetiva imediata, constituindo, antes, a moldura, o suporte e a forma de toda experiência individual possível, devido, então, a que este conteúdo que se transmite na educação é sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa, nos institui enquanto sujeitos humanos pode-se perfeitamente dar-lhe o nome de cultura.

Forquin (1993) esclarece que essa relação entre educação e cultura se materializa na medida em que há nos conteúdos da educação, a transmissão do conhecimento, crenças, hábitos e valores que são repassados na escola para os alunos mediante os conteúdos curriculares. Por

outro lado, Viñao Frago (2000) ressalta que é possível entender que a cultura escolar seja um conjunto de práticas, normas, ideias e procedimentos, que resistem ao tempo e que se expressam em modos de fazer e pensar o cotidiano da escola e que:

[...] esses modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto às mudanças ou reformas como às exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores (VIÑAO FRAGO, 2000, p. 100).

Nesta direção, pode-se entender que cada escola tem sua cultura definida de acordo com o sistema educacional a que pertence, isto é, também tem uma cultura institucionalizada a qual se expressa por meio da compreensão de que “as normas de comportamento escolar não foram geradas como algo autônomo, ainda que a escola elabore seus próprios ritos, tem relação com os valores sociais [...] dos indivíduos nos processos sociais” (GIMENO SACRISTÁN, 1998, p. 132).

Isso leva à compreensão de que as práticas sociais desenvolvidas na/pela escola são fundamentais para a compreensão da cultura escolar, particularmente no que se refere à sua forma de organização, seleção de conteúdos curriculares e ao desenvolvimento de relações interpessoais, aos discursos e às formas de comunicação e de linguagens, presentes no cotidiano da escola.

Forquin (1993, p. 167) conceitua a Cultura Escolar como “o conjunto de saberes, que, uma vez organizado, didatizado, compõe a base de conhecimentos sobre a qual trabalham professores e alunos”, considerando-se que nesse conjunto de saberes está pressuposta uma seleção prévia e intencional de elementos presentes das culturas humana, científica ou popular, erudita ou de massas que decorre de fatores sociais, políticos e ideológicos.

Sendo assim, as implicações da cultura escolar na educação são traduzidas pelos produtos das práticas escolares; aquelas que permitem a transmissão de conhecimentos e a imposição de condutas circunscritas à escola. Entretanto, para que a educação seja popular e permanente, os conteúdos ensinados na escola necessitam guardar uma relação direta com a realidade que, por sua vez, se apropria de todo o conhecimento produzido social, racial, político, cultural e economicamente a partir das próprias formas de ver, sentir e viver o mundo (cultura escolar histórica).

Em outras palavras, as práticas escolares (ou, os conteúdos trabalhados em sala de aula) têm que ser articuladas por um processo dialógico e interativo com as realidades vividas pelos

alunos e seus anseios formativos. Essas práticas escolares, na essência, se propõem “ensinar algo que valha a pena [...] a quem o ensino se dirige, de uma legitimidade, de uma validade ou de um valor próprio naquilo que é ensinado” (FORQUIN, 1993, p.147).

Essa legitimidade precisa estar presente no currículo escolar, que pode ser entendido como o principal elemento da cultura escolar, pois representa “um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação, o controle e o consumo de significados no espaço social e que, contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais” (MOREIRA, 2003, p.28), mesmo porque, a contemporaneidade requer culturas que se misturem e que convivam e se modifiquem. De todo modo,

A cultura escolar apresenta-se assim como uma “cultura segunda” com relação à cultura de criação ou de invenção, uma cultura derivada e transposta, subordinada inteiramente a uma função de mediação didática e determinada pelos imperativos que decorrem desta função, como se vê através destes produtos e destes instrumentos característicos constituídos pelos programas e instruções oficiais, manual e materiais didáticos, temas de deveres e de exercícios, controles, notas, classificações e outras formas propriamente escolares de recompensas e de sanções (FORQUIN, 1992, p. 33-34).

Todavia, na contramão de uma cultura escolar enquanto cultura subordinada a uma função de mediação didática está a cultura escolar como reinvenção das práticas escolares, de maneira a realizar um mapeamento cultural da escola, atento à sua constituição histórico-social. Faria Filho (2004) explica que isso se deu porque no momento em que emergiam as discussões sobre a eficácia das reformas educativas, considerando que era no interior da escola que se decidia o destino das políticas públicas, pelas resistências oferecidas por professores às mudanças e pelas alterações efetuadas nos padrões de trabalho vigentes.

Para o autor e seus colaboradores, a cultura escolar vem, ainda, subsidiando as análises históricas e assumindo visibilidade na estruturação propriamente dita de eventos do campo que decidem analisar os estudos em história da educação. Na verdade, não é intenção desse ensaio teórico tratar da cultura escolar como subsídio de análise da história de educação.

O que se quer mostrar é uma cultura escolar com práticas educacionais que marcam a intencionalidade da relação educação e cultura no corpo da educação, de forma geral. Práticas educacionais e/ou que ocorrem no interior das escolas que materializam saberes, conhecimentos e currículos; espaços, tempos e instituições escolares; materialidade escolar e métodos de ensino, tratando os costumes e a criatividade de seus atores e, a forma lúdica de se tratar conteúdos populares e interativos, por exemplo, as datas comemorativas que compõem o calendário escolar.

É no interior de tais concepções, conteúdos e práticas que se considera a possibilidade de apreender a influência da igreja católica institucionalizada nas ações e eventos desenvolvidos no espaço da escola paroquial. Concretamente, a coexistência de interesses tanto cívicos quanto religiosos se expressariam na condução da escola, na medida em que se coloca como espaço por excelência de atuação de distintos agentes da igreja e do estado.

Poder-se-ia supor que, na convergência de interesses, abre-se um leque de possibilidades para que leigos católicos, autoridades religiosas e civis adentrem a escola na afirmação de projetos orientados por diferentes vias, ora prevalecendo argumentos mais conservadores, ora sinalizando a abertura para maior participação e envolvimento coletivo da comunidade. Em quaisquer das circunstâncias, haveria um arranjo declaradamente alinhado com os interesses da dupla finalidade manifesta seja por parte da igreja, seja por parte do estado provedor.

Convém advertir que supostamente, a instituição investigada não se enquadra, efetivamente, a um padrão de escola paroquial convencional. Há de se considerar as peculiaridades do seu formato misto para compreender um possível hibridismo institucional, que a configura enquanto conveniada, embora formalmente apresente o peso da designação e da hierarquia católica no próprio nome. É possível haver controvérsias sobre suas características paroquiais, dentre outros enquadramentos.

Talvez o alinhamento da igreja com o estado ao longo do século XX, em plena República, sinalize algumas explicações, no rol das estratégias de fortalecimento institucional promovido em diferentes regiões brasileiras. Afinal, não se pode perder de vista que à frente das instituições republicanas, quase sempre tiveram agentes da elite católica como principais lideranças.

Dallabrida (2001) ressalta que a cultura escolar católica pode ser considerada como reflexo das ordens e congregações católicas que imigraram para o Brasil, especialmente desde o final do século XIX, sempre marcadas pela internacionalização de seus quadros, numa ocasião em que o catolicismo empreendia intensa expansão mundial, particularmente na África e América Latina, como parte integrante do processo neocolonial europeu.

Para este autor, o conceito de “cultura escolar católica” é construído sobremaneira a partir da leitura das estratégias curriculares burguesas colocadas em marcha desde o final do século XIX, devendo observar que, em todo o país, a cultura escolar católica foi influenciada por alguns fundamentos específicos.

Na região Centro-Oeste, um dos fundamentos que influenciou sobre a cultura escolar católica foi a rearticulação da igreja católica que teve como um dos principais pressupostos foi

de que a Igreja, no curso dos acontecimentos das primeiras décadas do século XX, precisava organizar-se internamente para, posteriormente, aproximar-se novamente do Estado. Ponciano (2006) pondera que no contexto dessa necessidade entraram as ideias de Dom Sebastião Leme, as quais sugeriam que a Igreja deveria reaproximar-se do Estado e assumir uma posição de influência nos destinos políticos do país.

Segundo a mesma literatura, o Brasil era um país tradicionalmente católico, todavia a Igreja Católica exercia pouca influência em sua política e no meio intelectual, o que Dom Leme atribuía ao fato de não haver no país a presença forte de uma educação religiosa, implicando no fato de que, entre os não instruídos havia grande dificuldade em compreender as ideias modernas que estavam substituindo o pensamento canônico no projeto político brasileiro daquela época.

Azevedo (2004) num breve resumo, pode-se dizer que a rearticulação da igreja católica no país foi um processo que dava continuidade à atuação da igreja na cena política, depois da queda dos regimes autoritários e na etapa de transição para a democracia, visando a defesa da justiça social; a defesa da moral sexual tradicional e a legitimação política e institucional do Catolicismo, diante do Estado.

Essa rearticulação na afirmação do poder e presença na sociedade brasileira após a instalação do estado laico republicano é uma retórica que marca muito a educação do país. Não se pode pensar na educação atual sem a inferência da Igreja Católica. Segundo os estudos de Pires (2015), o Estado Laico (admitindo e respeitando todas as vocações religiosas, como o Brasil na atualidade) surge para que várias sociedades, ideologias e crenças se desenvolvam em uma liberdade pacífica, respeitando os direitos individuais e coletivos, e dando ao Estado a autonomia exclusiva para sua administração política soberana.

Trata-se de um processo constitucional que deixa de ser legitimado pelo absolutismo. Mas, foi a Proclamação da República em 1889 que efetivou a mudança de tratamento pelo Estado com relação à questão religiosa, ou seja, Estado Laico Republicano é o resultado do desligamento oficial do Estado com a Igreja Católica, processo que fez desencadear a sua rearticulação.

Entretanto, “a Igreja Católica no Brasil, em diferentes conjunturas, manteve condições de intervir com eficácia no espaço do poder, garantindo parte de uma autoridade capaz de definir e impor visões de mundo e pautas de discussão com forte legitimidade” (SEIDL, 2014, p. 29). Ou seja, ao manter eficácia no espaço do poder, atua em todas as suas dimensões, incluindo-se aí, a educação formal.

Essa afirmação no poder resulta do engajamento da Igreja Católica na luta pela redemocratização ao lado de instituições da sociedade civil. Em 1949, a Constituição priorizava que o Estado laico fosse reafirmado e a liberdade religiosa fosse mantida, embora também se tenha condicionado a existência da religião à ordem pública e aos bons costumes. Sob o ponto de vista de Pires (2015) essa Constituição foi um grande avanço na rearticulação da Igreja junto ao poder e à sociedade, pois a partir dela, a colaboração entre Igreja e Estado foi ampliada, inclusive com a vedação de os entes federados lançarem impostos sobre templos de qualquer culto.

No que se refere ao campo educacional, esta Constituição possibilitou que o ensino religioso fosse mantido facultativo, mas de oferecimento obrigatório nas escolas públicas, respeitando a confissão religiosa do aluno. Todavia, foi a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 5º e incisos VI, VII, VIII, que reconheceu o direito à liberdade de religião como um direito fundamental de aspecto individual (primeira dimensão de direitos humanos), mas ao mesmo tempo, empreendeu ao Estado, esforços e zelar para que haja condição estrutural propícia ao desenvolvimento pluralístico das convicções pessoais sobre religião e fé.

Em síntese, Kreutz *et al* (2011) explica que a Igreja Católica ao se afirmar no poder efetiva a separação entre Estado e Igreja como uma garantia fundamental (direito-garantia), voltada especificamente à proteção dos direitos integrantes da liberdade religiosa. Estudos sinalizam que a Igreja Católica se reafirmou em princípios nitidamente conservadores, com acentuada centralização administrativa e doutrinária, o que se caracterizou como o Movimento de Restauração Católica.

A partir desse movimento, a Igreja se reafirma e se impõe no Estado e na sociedade brasileira de forma que “o Estado não interfira no mercado de ideias religiosas e não se utilize de sua carga simbólica e de sua força institucional para conformar as opções pessoais em tema de fé” (PIRES, 2015, p. 1). Desse modo, pode-se dizer que a rearticulação da igreja católica no país e na região Centro Oeste era necessária e urgente já no final do século XIX, pois

[...] a igreja católica precisava repensar sua postura no mundo secular e recuperar sua influência no campo político. Segundo Dom Leme, isto se daria por meio de uma educação católica, somada à aproximação da Igreja com o Estado e à permanência do modelo da Cristandade, os quais contribuiriam para a Igreja Católica voltar a uma posição de destaque na vida pública brasileira [...] o pensamento desse cardeal representou a motivação necessária para a Igreja Católica refazer-se enquanto força necessária e indispensável à construção do país no início do século XX, uma vez que, em sua carta pastoral de 1916, estão presentes preocupações com a organização da Igreja Católica, tais como: o ensino religioso em todos os níveis de escolaridade e a criação das escolas privadas, principalmente as universidades. Esta política

possibilitou à Igreja, em um curto período, tornar-se indispensável na construção do projeto político de um Brasil moderno (PONCIANO, 2006, p.133-134).

É possível observar que o autor aponta algumas preocupações da organização e/ou rearticulação da igreja católica voltadas para a educação, ou seja, tal rearticulação foi fundamentalmente importante para a cultura escolar católica. Ocorre que vários dos movimentos leigos da igreja católica se formaram para promover a influência católica sobre o sistema educacional, de forma a “reconstituir a moralidade católica na classe dirigente brasileira, combater o comunismo, o protestantismo e as ideias da modernidade” (PONCIANO, 2006, p. 134).

Era preciso minimizar a fragilidade da Igreja Católica sem modificar a sua natureza conservadora, entretanto, retomando Azevedo (2004) tem-se que ao analisar o papel da Igreja nessa rearticulação, ela é vista como instituição dotada de poder tradicional e carismático, mas diferentemente do passado, não busca exercê-lo de forma direta, agindo de modo a influir na política e nas políticas, com base em sua mensagem religiosa e sociopolítica.

Sobre a natureza conservadora da Igreja Católica, mesmo com a rearticulação, Mainwaring (1989, p. 43), esclarece que:

[...] a Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem. Instituído num catolicismo mais vigoroso e que se imiscuísse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim conseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo.

Não se tem registros de que esses interesses indispensáveis da igreja fossem efetivamente materializados. Contudo, em se tratando exclusivamente da região Centro Oeste, pode-se dizer, sob a luz de Ponciano (2006) que a influência católica sobre o sistema educacional aconteceu devido a dois fatores: a) a Igreja Católica desenvolveu seu projeto de educar a sociedade baseado em um programa de ações previamente traçado; b) a atuação dos padres no cotidiano das cidades em formação, que agiam como mentores espirituais, conselheiros e líderes políticos.

Sendo assim, a cultura escolar católica seria influenciada pela rearticulação da igreja católica, não foge ao pressuposto dessa rearticulação em todo o país. Ou seja, materializou-se uma cultura escolar em que ressurgiu a figura da Igreja como estrutura para a manutenção da

unidade social, colaborando com a estabilidade política e social, contribuindo com a solução dos problemas sociais e com a liberdade da Igreja. Na verdade,

[...] a nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico [...] A Igreja queria ‘conquistar’ o mundo. A missão da ação católica era de ‘restituir a nosso Senhor Jesus Cristo o mundo moderno’ (MAINWARING, 2004, p. 45-46).

ANEC (2015) entende que com essa nova missão, a cultura escolar católica na região Centro-Oeste (como em todo país), ao ser influenciada pelos fundamentos da rearticulação da igreja católica, deixou de ser condicionada às estratégias de transmissão e de avaliação dos saberes escolarizados que concorriam para a produção de sujeitos específicos, regulados, empreendedores e refinados, em sua maioria do sexo masculino, particularmente aqueles que se preparavam para integrar a elite dirigente.

Atualmente, a cultura escolar católica prima, em todas as regiões do país, por uma educação atual de qualidade, manifestando claramente seu sentido eclesial e oferecendo os seus serviços no campo da educação e da cultura a fim de realizar a sua missão evangelizadora. A ideia central da cultura escolar católica na região Centro-Oeste, mais especificamente, no território da Diocese de Ipameri/GO, origina-se de uma concepção da pessoa, da vida e do mundo coerente com a fé em Jesus Cristo, para que cada aluno se sinta objeto do amor de Deus através do amor que recebe dos outros.

Do exposto até o momento é possível extrair algumas controvérsias, quais sejam: a) enquanto matriz apostólica, a igreja católica, sob a égide do Concílio Vaticano II teve oficialmente a abertura para a atuação pastoral, com forte apelo popular e identidade com o povo no sentido lato, isto é, direcionada para a denominada “opção preferencial pelos pobres”. No plano dos preceitos e princípios essa reorientação é muito bem pontuada e indica uma visão progressista em termos teológicos e filosóficos.

Contudo, ao recorrer à bibliografia de historiadores da educação que interpreta a cultura escolar católica, verifica-se outro alinhamento, com os grupos e setores mais conservadores da elite católica republicana, na definição e convergência de interesses. Disso depreende a percepção de uma igreja que, ao institucionalizar e estabelecer estratégias de poder nos domínios eclesiásticos mantém os traços conservadores de outrora.

Ou seja, descortina-se uma instituição que evidentemente acolhe duas frentes de atuação: uma conservadora e alinhada aos organismos tradicionais e outra progressista,

identificada com as causas e questões sociais historicamente demarcadas pelos excluídos. É possível que a diocese de Ipameri, na sua origem expresse tais influências e determine as frentes de sua ação pastoral.

1.7. Histórico e contextualização da Diocese de Ipameri/GO no território eclesiástico goiano

Estudos apontam que o território eclesiástico se formou no “momento da separação entre estado e igreja (1890) [...] prolongando-se até o renascimento institucional no primeiro período Vargas que coincide com a gestão centralizada do cardeal Leme” (MICELI, 2009, p. 160). O território eclesiástico goiano conforme aponta Boaventura (2007) foi formado durante a vigência do padroado no Brasil, ou seja, entre os primórdios da colônia até a proclamação da República.

Segundo a autora neste período criaram-se as circunscrições eclesiásticas que contribuíram para a expansão da fé e para o atendimento dos imperativos geopolíticos da região. De início, o território eclesiástico goiano se formou a partir da elevação das capelas à condição de matrizes e, destas às paróquias.

Entendido como se formou o território eclesiástico brasileiro e goiano, é pertinente como se deram as dioceses. Azzi (1997) assevera que a princípio se tem que a vida eclesiástica do Brasil, entre os séculos XVIII e XX, dependia praticamente da Mesa da Consciência e Ordens de Portugal, ou seja, a autoridade que decide sobre a criação de dioceses era o monarca Português, pois a função do Papa limitava-se a confirmar as nomeações de cargos e funções eclesiásticas propostas pelo rei de Portugal e criar as circunscrições eclesiásticas solicitadas pelo monarca.

O primeiro aspecto que se observa no processo de criação de dioceses é a sua inadequação para as necessidades pastorais do imenso território, além disso, para cada bispado que se criava supunha a existência de uma cidade e em consequência, o aumento dos gastos da coroa, mostrando que o governo português estava mais interessado em “explorar” economicamente a terra do que num verdadeiro processo de povoamento.

Sobre a organização e funcionamento da Igreja católica em Goiás, pode-se constatar alguns pontos interessantes que marcam a contextualização das suas dioceses, incluindo-se aí, a Diocese de Ipameri/GO. Os estudos de Castro (1998) mostram que:

- ✓ Quanto ao funcionamento da Instituição Eclesiástica, este se caracterizou pela vinculação com o regime do padroado;
- ✓ A aliança da Igreja com o poder civil limitou de certa forma a sua atividade pastoral;
- ✓ As longas vacâncias da prelazia foram motivadas pelos interesses políticos da Mesa de Consciência e Ordens na nomeação de prelados para Goiás;
- ✓ A paróquia tornou-se uma sede burocrática, com o padre exercendo a função de funcionário da Coroa Portuguesa, prejudicando o trabalho pastoral e os leigos, através das Irmandades que desempenharam várias funções do clero. Por outro lado, os vigários das varas eclesiásticas desempenharam um papel de suma importância para a vida paroquial.
- ✓ Os principais meios de ligação da Igreja de Goiás com a diocese do Rio de Janeiro foram as cartas pastorais às visitas diocesanas. Cartas estas que mostraram que os bispos não se descuidaram do seu rebanho goiano e agiram através da organização da Igreja;
- ✓ As primeiras paróquias criadas foram as paróquias de Vila Boa, Meia Ponte, Santa Cruz, Jaraguá, Crixás e Natividade;
- ✓ A Igreja exerceu um papel importante na vida da população dos arraiais do ouro, tendo em vista que juntamente com a divulgação dos princípios da fé cristã, ela trouxe certa contribuição para o crescimento cultural das vilas e dos pequenos lugarejos;
- ✓ Os sacramentos tiveram uma grande influência na vida dos devotos do século XVIII e, de acordo com as Constituições Primeiras ninguém deveria morrer sem receber o sacramento do batismo. Além disso, o batismo e o matrimônio estreitavam os laços familiares, trazendo benefícios para os afilhados e padrinhos;
- ✓ O clero deu uma grande contribuição na formação dos valores culturais da prelazia, apresentando um grande número de sacerdotes, atuando na vida política e contribuindo no setor da educação;
- ✓ A igreja católica não foi tão dinâmica quanto é atualmente, por exemplo, a ética cristã não foi capaz de levantar a voz contra o degradante martírio dos negros, ao contrário, conviveu e justificou com certa passividade o sistema escravocrata.

De todo modo, ao criar as dioceses, que no Brasil somam um grande número, 214 até o ano de 2014 (ver figura 2) e que podem ser compreendidas como a circunscrição eclesiástica dirigida pelo bispo, ou segundo o Código do Direito Canônico - nº 369 - é definida como a “porção do povo de Deus confiada a um bispo” e/ou Cúria Diocesana, ou seja, o conjunto de

organismos com os quais o bispo governa pastoralmente, o interesse da igreja católica era tomar consciência das necessidades sociogeográficas da população de um determinado território.

Figura 2 – Dioceses no Brasil

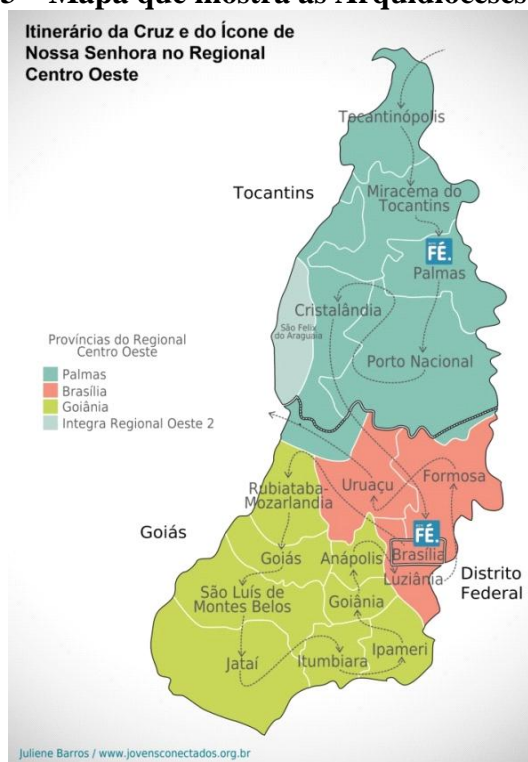


Fonte: <https://noticias.cancaonova.com/brasil/porta-do-ano-da-misericordia-sera-aberta-em-todas-as-dioceses-do-brasil-veja-mapa/> - Acesso em: 10/10/2016

Quando se refere ao contexto da Diocese de Ipameri/GO – é conveniente mostrar que a criação e/ou origem das dioceses goianas teve seu início na peregrinação que começou por Tocantins, em seguida, passou pelo Distrito Federal, e depois seguiu para Goiás. Os dois estados, mais o Distrito Federal, compõem o Regional Centro-Oeste da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. O itinerário inclui 17 dioceses, sendo que três das arquidioceses (Palmas, Brasília e Goiânia), e uma delas é uma prelazia com sede em Cristalândia no Estado do Tocantins, devendo ressaltar que “prelazia” é uma circunscrição territorial semelhante a uma diocese, mas que recebe esse nome por circunstâncias especiais, como a grande extensão, a baixa densidade demográfica ou a escassez de estrutura.

Esse Regional Centro-Oeste tem outra peculiaridade: nem todas as dioceses seguem exatamente os limites estaduais, conforme mapa a seguir (figura 3). É o que ocorre com a Diocese de Porto Nacional, que abarca paróquias localizadas em municípios de Goiás e Tocantins. O mesmo ocorre com a Prelazia de Cristalândia. Além disso, a Ilha do Bananal, que pertence ao estado de Tocantins, faz parte de outra prelazia, a de São Félix do Araguaia, que, por sua vez, está sediada em Mato Grosso, estado que corresponde ao Regional Oeste.

Figura 3 – Mapa que mostra as Arquidioceses Goianas



Fonte: <http://diocese-sjc.org.br/conheca-o-roteiro-dos-simbolos-da-jmj-no-distrito-federal-goias-e-tocantins/>
Acesso em 20/06/2016.

Esse mapa do Regional Centro Oeste indica uma influência na demarcação dos territórios eclesiais que se configuram além das divisas dos estados. Isso evidencia uma tendência mantida pela CNBB, na composição das Dioceses e Prelazias. O mesmo ocorre internamente na abrangência dos municípios por microrregiões. A distribuição entre bispados e ordens religiosas também pode ser observado, considerando as dimensões geográficas de cada uma.

A consequente comunicação com outros estados e regiões brasileiras sempre foi uma característica marcante em Goiás e Tocantins, inclusive com alinhamento pastoral, como é o caso da luta pela Terra capitaneada por Dom Tomaz Balduino (Arcebispo de Goiás), Dom Pedro Casaldália (Prelazia de São Félix do Araguaia), assim como a aproximação com as questões indígenas mais localizadas no Tocantins, Ilha do Bananal e Mato Grosso; os territórios quilombolas no Nordeste goiano, dentre outros.

Por afinidade teológica os primeiros prelados da Diocese de Ipameri teriam espelhado as diretrizes pastorais, na inspiração do Arcebispo de Goiás, Dom Tomaz Balduino, mentor espiritual de origem, além das influências pré e pós conciliares na segunda metade dos anos de 1960. São condições que desenharam os percursos de ação litúrgica e pastoral com os quais a Diocese se compromete após sua instalação.

Quadro 3 – Divisão das Dioceses no Centro Oeste

Regional Centro-Oeste (Goiás, Distrito Federal e Tocantins) - Ênfase em Goiás			
ARQUIDIOCESE OU DIOCESE	DATA DA CRIAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANT. DE MUNICÍPIOS
Arquidiocese de Goiânia	26/03/1956	Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Araçu, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Campestre de Goiás, Caturai, Cristianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Itauçu, Leopoldo de Bulhões, Santa Bárbara de Goiás, Santo Antônio de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Senador Canedo, Silvânia, Trindade, Varjão, Vianópolis	26
Diocese de Rubiataba-Mozarlândia	11/10/1966	Araguapaz, Aruanã, Crixás, Faina, Matrinchã, Morro Agudo de Goiás, Mozarlândia, Mundo Novo, Nova América, Nova Crixás, Rubiataba, Uirapuru	12
Diocese de Jataí	26/03/1956	Aparecida do Rio Doce, Aporé, Cachoeira Alta, Caçu, Castelândia, Chapadão do Céu, Gouvelândia, Itajá, Itarumã, Jataí, Lagoa Santa, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Paranaiguara, Perolândia, Portelândia, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra, São Simão, Serranópolis.	24
Diocese de Goiás	06/12/1745	Adelândia, Britânia, Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Ceres, Fazenda Nova, Goiás, Guaraíta, Heitorai, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Jussara, Mossâmedes, Nova Glória, Novo Brasil, Sanclerlândia, Santa Fé de Goiás, São Patrício, Taquaral de Goiás, Uruana.	26
Diocese de Anápolis	28/10/1966	Abadiânia, Alexânia, Anápolis, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Damolândia, Goianápolis, Jaraguá, Jesúpolis, Nerópolis, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Petrolina de Goiás, Pirenópolis, Santa Rosa de Goiás, São Francisco de Goiás, Terezópolis de Goiás, Vila Propício	18
Diocese de Itumbiara	11/10/1966	Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Cromínia, Edealina, Edéia, Goiatuba, Inaciolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Vicentinópolis	20

ARQUIDIOCESE OU DIOCESE	DATA DA CRIAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANT. DE MUNICÍPIOS
Diocese de Ipameri	11/10/1966	Ananguera, Caldas Novas, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbá, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Marzagão, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Pires do Rio, Rio Quente, Santa Cruz de Goiás, Três Ranchos, Urutaí.	19
Diocese de São Luís de Montes Belos	04/08/1981	Acreúna, Americano do Brasil, Amarinópolis, Anicuns, Aragarças, Arenópolis, Aurilândia, Avelinópolis, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Cachoeira de Goiás, Caiapônia, Cezarina, Córrego do Ouro, Diorama, Doverlândia, Firminópolis, Indiara, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jandaia, Jaupaci, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Nazário, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, Piranhas, São João da Paraúna, São Luís de Montes Belos, Turvânia, Turvelândia	35
Arquidiocese de Brasília	16/01/1960 foi criada como prelazia e elevada a Diocese de Brasília em 11/10/1966	Conta atualmente com três dioceses, abaixo relacionadas e suas cidades satélites	
Diocese de Formosa	26/03/1956 como prelazia; elevada a diocese em 16/10/1979	Água Fria de Goiás, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Cabeceiras, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Formosa, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Nova Roma, Planaltina, Posse, São Domingos, São João d'Aliança, Simolândia, Sítio d'Abadia, Teresina de Goiás, Vila Boa.	23
Diocese de Luziânia	29/03/1989	Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás.	9
Diocese de Uruaçu	26/03/1956	Alto Horizonte, Amaralina, Barro Alto, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Goianésia, Guarinos, Hidrolina, Itapaci, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Pilar de Goiás, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, São Luís do Norte, Trombas, Uruaçu	27

Fonte: Disponível em: <http://www.cnbcco.com/>. Organização: O Autor.
Acesso em 25/05/2016.

Ainda que o quadro acima mostre como se dividiu as (arqui) dioceses na Região Centro Oeste, não sinaliza que o Papa Pio XII, no dia 26 de março de 1956, pela bula *Sanctissima Christi voluntas*, extinguiu Arquidiocese de Goiás que não foi relacionada neste quadro. E, nesta mesma data, pela bula *Quo Gaudio*, o Papa criou a nova Diocese de Goiás enquanto estado (e não cidade), desmembrada da antiga Arquidiocese de Goiás e da Prelazia de Bananal, também extinta no mesmo dia. Segundo a bula *Sanctissima Christi voluntas* (1962, p. 4-6), a abrangência da Diocese de Goiás seria esta:

Extinguimos a Sede Metropolitana de Goiás, e por outras cartas, desmembramos neste mesmo dia, uma parte do território que descreveremos e criamos a nova metrópole de Goiânia, que se constituirá dos municípios limitados conforme a lei civil e que tem os seguintes nomes: GOIÂNIA – ANICUNS – ALOÂNDIA – ABADIÂNIA – ANÁPOLIS – BELA VISTA DE GOIÁS – BURITI ALEGRE – CALDAS NOVAS – CAMPO ALEGRE DE GOIÁS – CATALÃO – CORUMBA’ DE GOIÁS – CORUMBAÍBA – CRISTALINA – CRISTIANÓPOLIS – CROMÍNIA – CUMARI – EDÉIA – GOIATUBA – GUAPÓ – GOIANDIRA – HIDROLÂNDIA – IPAMERI – ITAUCU – INHUMAS – JARAGUA’ – JANDAIA – LEOPOLDO DE BULHÕES – LUZIÂNIA – MARZAGÃO – MARIPOTABA – MORRINHOS – NAZÁRIO – NERÓPOLIS – NOVA AURORA – ORIZONA – OUVIDOR – PALMEIRAS DE GOIÁS – PALMELO – PANAMÁ – PARANAÍBA DE GOIÁS – PARAÚNA – PETROLINA DE GOIÁS – PIRACANJUBA – PIRES DO RIO – PONTALINA – SANTA CRUZ de GOIÁS – SÃO FRANCISCO DE GOIÁS – SILVÂNIA – TRINDADE – URUTAI – VIANÓPOLIS; e também a parte da cidade de Pirenópolis que se estende do sul do Rio Forquilhas até onde este se encontra com o Rio Patos e do sul do mesmo Rio Patos e do sul do mesmo Rio Patos até a sua confluência com o Rio Maranhão; ainda a parte do Município de Planaltina, que está na circunscrição do novo “Distrito Federal” e mais o trecho da região de Formosa que se estende ao sul do mesmo Distrito, e enfim toda a zona que este compreende. A cidade de Goiânia será sede e domicílio do Metropolita, e a cátedra do poder pontifical funcionará no templo dedicado a B. V. M. Auxiliadora, em fase final de construção, que elevamos ao grau de Sede Metropolitana e à qual concedemos direitos, honras, insígnias, privilégios, prerrogativas, concernentes a templos dessa dignidade.

O que parece equivocado é considerar os arquivos religiosos como estáticos. Bourdieu (1989), explica que essa constatação se deve ao fato de a Igreja ser um conjunto de mecanismos e de processos de legitimação das posições sociais, apresentando-se sob uma forma objetivada, seja material (edifícios, vestimentas, instrumentos litúrgicos, etc.) ou no estado de tecnologia social (direito canônico, liturgia, teologia, etc.)

Para o autor (p.15), o aparato religioso, ou seja, as temáticas de pesquisa podem ser consideradas como “capital simbólico objetivado”. Noutras palavras, o fundo documental religioso pode ser compreendido como substrato da práxis religiosa de uma comunidade, portanto passível de alterações, o que sugere a abrangência do universo e dos elementos representados através dos seus registros.

Assim, os registros que fundamentam esta pesquisa mostram algumas alterações importantes no território eclesiástico goiano, tendo em vista que a Diocese de Goiás foi criada quando o país ainda era dividido em capitânias (séc. XVIII). Os séculos se passaram e vieram as províncias, depois os Estados. Essa diocese prevaleceu até a metade do século XX. A partir de 1956, houve a redefinição do território eclesiástico em Goiás, indicando

[...] nuances das relações entre certos grupos da Igreja, suas opções políticas e teológicas, e a esfera do Estado e da política. Achado esse que reforça a perspectiva de que a Igreja católica no Brasil, em diferentes conjunturas, tem mantido condições de intervir com eficácia no espaço do poder, garantindo parte de uma autoridade capaz de definir e impor visões de mundo e pautas de discussão com forte legitimidade (SEIDL, 2014, p.1-1).

Tais referências enfatizam a relação que pode ser estabelecida entre a redefinição do território eclesiástico em Goiás com a restauração da Igreja Católica no Brasil, ou seja, a Igreja Católica, desde a metade do século XX, conquistou maior domínio territorial em todos os estados brasileiros, mas com o poder e/ou gestão centralizada nas cidades-sedes das (arqui) diocese. No caso das dioceses goianas, ainda que numa mesma diocese sejam agregados dezenas de municípios, o seu poder de decisão é centralizado num único município, por exemplo, a Diocese de Ipameri/GO agrega 19 municípios.

É pertinente sublinhar que a Arquidiocese de Brasília e a Diocese de Formosa antes de serem configuradas assim eram prelazias - uma instituição diretamente ligada ao Papa, constituída de seu próprio clero e seus próprios leigos -. O que tem sobre a redefinição do território eclesiástico em Goiás, é que as alterações no desenho geográfico das dioceses ocorriam em pequenos espaços, que vão de dias a anos, ou seja, a Arquidiocese de Brasília, conforme aponta o quadro acima, era uma prelazia em 1960 e somente seis anos depois (1966) se instituiu uma arquidiocese².

O trânsito entre prelazia e arquidiocese não abstém o objetivo central da Igreja Católica que era organizar as paróquias com os conhecimentos dos padres seculares e com a parceira de novas ordens religiosas para se chegar a um fim específico: a institucionalização da Igreja

² Arquidioceses: são dioceses de maior importância, devido ao seu tamanho ou à sua história. O bispo que comanda uma Arquidiocese recebe o título de **Arcebispo**. Em geral, ele lidera outros bispos auxiliares, que lhe ajudam no pastoreio daquela região. Dioceses: São as igrejas particulares que estão em plena comunhão com a Santa Sé. Em outras palavras, as dioceses são unidades territoriais governadas por um **bispo**, legítimo sucessor dos Apóstolos. Há mais de duas mil dioceses em todo o mundo. Paróquias: São as unidades territoriais dentro de uma diocese ou arquidiocese. Uma paróquia, em geral, possui uma igreja principal – a Matriz – e uma ou mais capelas espalhadas em seu território (as capelas, em geral, são assistidas por padres “visitantes”). As paróquias são governadas por um sacerdote que ganha o título de **Pároco (conceitos disponíveis em: ocatequista.com.br/archives/14146 – Acesso em: 02/01/2017**

Católica Apostólica Romana nos estados brasileiros. Com tantas limitações físicas e estruturais essa institucionalização engatinhava. Surgiram as associações religiosas, tanto para fazer chegar as funções da Igreja Católica a todos fiéis, quanto para dar aporte à educação formal.

Segundo Gonzalez (2004, p. 352) a institucionalização da Igreja Católica Apostólica Romana nos estados brasileiros só aconteceu a partir do Vaticano II (1962-1965) quando o Papa João XXIII convocou os participantes a “construírem uma ponte entre a Igreja e o mundo moderno”.

Aliás, o Vaticano II, na concepção de Brighent (2016), cinquenta anos depois marca a institucionalização da Igreja Católica com uma renovação conciliar, ou seja, marca com a "continuidade", pois o Concílio, por mais inovador que seja não rompeu com a Tradição da Igreja e, conseqüentemente, é "continuidade" de muito do que foi sendo recebido, de geração em geração, através dos séculos.

O autor enfatiza que o Vaticano II é também "descontinuidade", pois se tudo é continuidade, então, não haveria novidade ou mudança, quando, na realidade, o Vaticano II fez uma profunda reforma da Igreja, em todos os campos, *ad intra* e *ad extra*, seja na teologia, no âmbito das práticas pastorais, assim como das estruturas eclesiais. Para o autor o Vaticano II, provocou grandes mudanças na Igreja e, conseqüentemente nas dioceses criando um trânsito entre a Cristandade e a modernidade, fazendo com que posturas ultrapassadas dessem espaço para modos novos de ser Igreja, mais compatíveis com as "fontes" cristãs, re-situadas no contexto atual. Foi a partir do Vaticano II que a Igreja deixou de ser isolada.

Isso se vivencia na Diocese de Ipameri/GO: um reordenamento da presença da Igreja implicitamente defendido no Vaticano II, ou seja, leigos, ministros, catequistas e outros voluntários exercem funções da Igreja de modo a aproximar a Igreja da comunidade. As dioceses, nesta perspectiva, são modos de afirmação social e cultural realizados pela Igreja Católica no Brasil.

Tais evidências possivelmente replicadas em escalas estaduais e regionais podem caracterizar o que denominamos de dupla orientação pastoral das dioceses, especialmente as que foram criadas a partir da segunda metade do século XX, ou seja, conservaram algumas frentes alinhadas com setores conservadores da sociedade católica e do estado republicano, e outras com maior identidade com pastorais populares, movimentos sociais, com orientação progressista.

Essas vias expressam também nas características intelectuais e vertentes pastorais assumidas pelos principais prelados no Brasil e nas arquidioceses do Centro Oeste. Ao mesmo

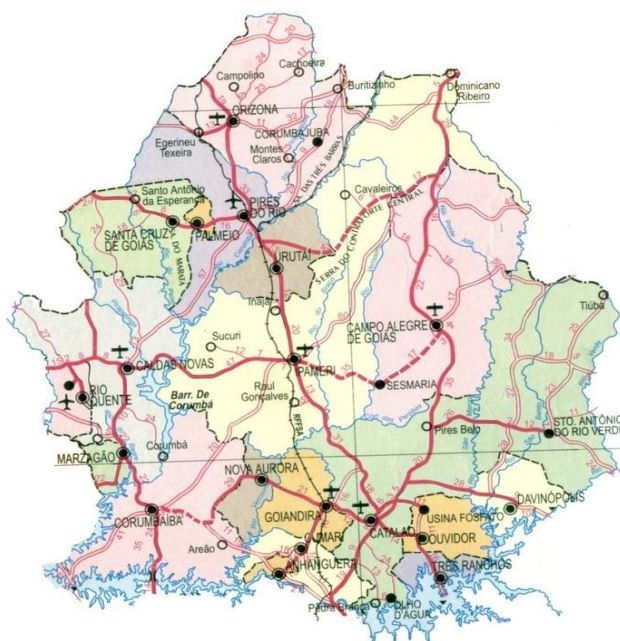
tempo em que emergem lideranças progressistas como Dom Balduino e Dom Casaldália, também despontam no mesmo cenário: prelados alinhados com setores mais conservadores.

1.7.1. Delimitação geográfica e histórica da Diocese de Ipameri em Goiás

A Diocese de Ipameri/GO é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, pertence à Província Eclesiástica de Goiânia e ao Conselho Episcopal Regional Centro-Oeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Tem como sé apostólica a Catedral Divino Espírito Santo em Ipameri (GO). Foi criada em 11 de outubro de 1966 pela Bula “*De animorum utilitate*” do Papa Paulo VI, desmembrada da Arquidiocese de Goiânia. (SOUSA & PEREIRA, 2010, p. 268).

O contexto histórico de criação da diocese de Ipameri/GO tem correspondência com um momento particular em que a Igreja Católica vivenciava os debates e discussões em torno das teses do Concílio Vaticano II. Tais circunstâncias influenciaram na identidade e definição pastoral da Diocese, criada no sudeste goiano, geograficamente delimitada por dezenove municípios, a saber: Anhanguera, Caldas Novas, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbá, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Marzagão, Nova Aurora, Orizona, Ovidor, Palmelo, Pires do Rio, Rio Quente, Santa Cruz de Goiás, Três Ranchos, Urutaí.

Figura 4 – Mapa da Diocese de Ipameri/GO



Fonte: <https://goo.gl/iFj9sk> – Acesso em 02/01/2017

Esta diocese tem como uma de suas características internas o apoio e suporte a alguns movimentos sociais e organizações atuando em vários setores da sociedade, muitos articulados por do (a)s leigo (a)s. Um breve histórico da Diocese de Ipameri/GO disponibilizado em seu site oficial mostra que o projeto de criação de uma nova Diocese, com sede em Ipameri, compreende uma superfície de 28.930 Km², somando aproximadamente 226 mil habitantes.

No entanto, essa Diocese foi instalada somente em 06 de dezembro de 1966, pelo Exmo. Senhor Nuncio Apostólico do Brasil Dom Sebastião Baggio, Arcebispo Titular de Éfeso e, com a criação da Diocese de Luziânia em 28 de março de 1989, o território da Diocese de Ipameri fica menor, com uma superfície de 22.104,9 Km². Mas nem a sua abrangência em termos de número de municípios, nem a diminuição de sua superfície fizeram com que a Diocese de Ipameri não apresentasse “um considerável número de movimentos sociais e organizações que se preocupam com a promoção humana articulados com o apoio da Igreja Católica” (SOUZA & PEREIRA, 2010, p. 258). Sob o ponto de vista da autora,

A relação Igreja Católica com organizações e movimentos sociais na Diocese de Ipameri (GO) trazem resultados significativos através de parceria em ações que contribuem para a construção de uma sociedade justa. Ações estas que propõe alternativas para melhorar a qualidade de vida dos empobrecidos, para conservação do meio ambiente e da criação de um modelo de educação que respeite a cultura da população local, principalmente daqueles que ainda resistem em viver no campo (SOUZA & PEREIRA, 2010, p. 274)

Pode-se perceber que a Diocese de Ipameri-GO, historicamente, se vinculou à sociedade, mesmo porque o seu objetivo geral diocesano, firmado pelos quatro bispos³ ali lotados é “evangelizar como discípulos missionários em favor da vida com a participação ativa de todo o Povo de Deus, da cidade e do campo, testemunhando e perseverando nos ensinamentos de Jesus Cristo, animados pelo Espírito Santo, à luz da evangélica opção pelos pobres e excluídos, contribuindo na construção de uma sociedade justa, solidária e sustentável, a caminho do Reino Definitivo”⁴.

Esse objetivo diocesano alinha-se às propostas do Vaticano II e da institucionalização da Igreja Católica Apostólica Romana e seu reordenamento estrutural e territorial, pois é

³ Relação dos bispos lotados na Diocese de Ipameri/GO: 1º Dom Gilberto Pereira Lopes (1966-1975) / 2º Dom Antônio Ribeiro de Oliveira (1975-1985) / 3º Dom Tarcísio Sebastião Batista Lopes, OFM Cap. (1985-1999), Administrador Apostólico: Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila (1996-1999) / 4º Dom Guilherme Antônio Werlang, MSF (1999-) – Disponível em: <http://pastoral-vocacionaldeipameri.webnode.com.br/diocese-de-ipameri-go/> Acesso em 02/01/2017.

⁴ Objetivo geral diocesano disponível em: <http://pastoral-vocacionaldeipameri.webnode.com.br/diocese-de-ipameri-go/> Acesso em 02/01/2017.

concomitante com a ideia de a Igreja Católica abraçar os menos favorecidos, discriminados, etc. Portanto é pertinente frisar que a Diocese de Ipameri em toda a sua existência (50 anos) vem mudando sua configuração, ou seja, atualmente ela se constitui de 16 paróquias, 03 quase paróquias, 06 capelas, 01 convento, 02 seminários, 01 centro diocesano e 01 Santuário (Santuário Diocesano Nossa Senhora da Salette – Caldas Novas/GO).

Essa configuração permite considerar que a Diocese de Ipameri/GO busca de todas as formas aplicar as principais diretrizes de ação do Fortalecimento da Restauração Católica no Brasil, sendo que uma dessas diretrizes é “reafirmação de uma presença mais explícita da Igreja na sociedade, especialmente junto às classes dirigentes do país” (AZZI, 1979, p. 70).

Assim, pode-se dizer que a diocese ao assumir missões populares, investe num processo de evangelização, concomitante com o mundo urbanizado e globalizado. Nesse alinhamento, expressa-se as duas vertentes da igreja institucionalizada: a conservadora e a progressista. O que predomina nos rituais e eventos historicamente inscritos na Escola Paroquial pode indicar traços dessa ação pastoral, no alinhamento com agentes públicos e religiosos.

Na configuração dos municípios jurisdicionados à Diocese, é possível identificar diferentes formatos de propriedades, incluindo as grandes extensões, os latifúndios, como as pequenas propriedades, adquiridas na forma de herança, compra ou desocupação, com consequente assentamento em glebas de terra destinada à pequena produção. Há municípios onde predomina o primeiro modelo, com a produção direcionada para o mercado internacional, enquanto outros são compostos exclusivamente por pequenos produtores com base na agricultura familiar.

O direcionamento da produção agrícola e pecuária no âmbito do agronegócio com instalação de empresas rurais é uma estrutura iniciada nas últimas décadas do século XX. De um modo geral, a maioria dos municípios possuem uma economia movimentada pela pequena propriedade. Indústrias de pequeno e médio porte são circunscritas a poucas localidades.

Em tempos mais recentes, a ampliação do ensino superior e da pós-graduação em instituições públicas e privadas tem influenciado no perfil de qualificação dos quadros profissionais em diferentes setores. É o caso de Urutaí, que antes de ser emancipado tinha a condição de distrito de Ipameri, se insere no modelo que pequena propriedade, sendo favorecido pela presença de uma instituição federal de ensino, atual IF Goiano Campus Urutaí, com cursos em diferentes áreas, em nível médio e superior.

Considerados todos os movimentos e implicações que envolveram a Diocese de Ipameri/GO e a educação escolar em sua região, mais especificamente, no município de Urutaí/GO sede da Escola Paroquial “João XXIII”, no contexto do processo de romanização da Igreja Católica e da atuação pastoral a partir do Concílio Vaticano II, tem-se uma explanação das mudanças da educação em escolas caracteristicamente católicas na configuração dos processos citados (Romanização da Igreja Católica e Concílio Vaticano II). As motivações e as diretrizes do plano de ação pastoral da diocese, seguiria orientações distintas, influenciadas pelas novas aberturas de atuação religiosa e inserção pastoral.

Desse modo, tem-se como intenção no segundo capítulo da pesquisa analisar a estrutura escolar e a organização interna da Escola Paroquial “João XXIII” no período de 1960 a 2001 situada em um dos terrenos da Paróquia do Bom Jesus de Urutaí-GO, pertencente a Diocese de Ipameri-GO, traçando-se um paralelo com tais mudanças de modo a identificar como se deu seu trabalho pedagógico durante seu funcionamento.

CAPÍTULO 2 – A ESTRUTURA ESCOLAR E A ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” NO PERÍODO DE 1960 A 2001

A estrutura escolar é um “processo de multidimensionalidade da articulação das dimensões humanas, técnicas e político-sociais. É aqui, nessas dimensões, que os professores e suas diversas estruturas didáticas devem se situar em relação à educação” (CANDAU, 1993 p.13). Nesse contexto, pode-se pensar que a estrutura escolar compreende os insumos escolares. Satyro e Soares (2008, p. 09) afirmam que não é possível falar de infraestrutura escolar sem falar sobre esses insumos, pois estes devem ser

[...] entendidos como infraestrutura de todo tipo: número médio de alunos por turma, número de horas/aula, docentes com formação superior, construção e melhoria das dependências da escola, existência de biblioteca ou sala de leitura e outros aspectos positivos. Infraestrutura é, nesse caso, tudo aquilo que o dinheiro pode comprar.

Este capítulo tem por finalidade descrever e caracterizar a estrutura escolar da Escola Paroquial “João XXIII” durante sua existência, pois esta estrutura é muito relevante no empreendimento da educação católica no sudeste goiano e não devem ser tratadas como inutilidade. É sabido que são muitos os fatores limitantes, tais como os sociais, tão expressivos na realidade brasileira, onde se tem as origens socioeconômicas dos alunos, de modo que os efeitos da estrutura escolar não são nulos na educação, mas são reduzidos.

Desvela a organização interna da referida instituição, compreendendo-se a visão de Paro (2003) quando ele enfatiza que organização é compreendida como unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios, para se alcançar os objetivos da instituição. Todavia é conveniente incorporar nesta expressão os fenômenos identificados como insumos escolares, em seu sentido mais simples e comum: conjunto das condições, meios e recursos intelectuais, físicos, materiais e financeiros e das formas de administração, coordenação e gestão do trabalho das pessoas, de modo a se atingir os objetivos próprios das escolas.

A estrutura e organização escolar compreendem um conjunto de tudo que a escola precisa para “coordenar a ação dos diferentes componentes do sistema educacional, sem perder de vista a especificidade de suas características e de seus valores de modo que a plena realização de indivíduos e grupos seja efetividade” (HORA, 1994, p. 41).

Tratar da estrutura e organização interna da Escola Paroquial “João XXIII” remete à necessidade de tecer considerações sobre as finalidades de uma Escola Paroquial de forma geral, para depois descrever seu histórico, sua atuação e relações desenvolvidas com a comunidade e sobre a existência de associações religiosas vinculadas a escola, entendendo o que dizem as fontes e os documentos históricos sobre a forma e/ou estrutura escolar e a organização interna da referida no período investigado, bem como situar as relações da instituição com a Igreja local e a sociedade católica. Presença e participação de lideranças da diocese e do estado de Goiás durante o seu funcionamento.

2.1. A Escola Paroquial e suas finalidades

As primeiras Escolas Paroquiais que se originaram remontam ao século VI e limitavam-se à formação de eclesiásticos. O processo de ensino era ministrado por qualquer sacerdote encarregado de uma paróquia, que recebia em sua própria casa os alunos, sendo todos jovens rapazes. Com os avanços na religião e na educação formal, o processo de ensino passou a acontecer em casas privadas e/ou igrejas, considerando-se que o ensino era reduzido aos salmos, às lições das Escrituras, seguindo a Educação Católica, que na época, era estritamente cristã.

Neste tipo de escola, a figura do professor paroquial começou a ter importância, pois sua ação na escola deveria ter vinculação com a ação educativa na comunidade, vinculando escola e comunidade. A partir dessa constatação, pode-se dizer que uma escola paroquial tem finalidades escolares (ensino de todas as disciplinas escolares) e extraescolares, tendo em vista que a seus atores não competia somente o ensino, mas, especialmente, exemplos de vida e atuações no campo religioso e social.

Tem-se, em tese, que a concepção do magistério e suas extensões de serviço social como uma vocação, um sacerdócio, uma missão, surgiu dessas finalidades extraescolares da Escola Paroquial (KREUTZ *et. al.* 2011). As escolas paroquiais retratam bem a realidade de que Escola e Igreja formavam um conjunto inseparável sob a liderança do clero, onde se procurava reconstruir, aquilo que a Igreja havia perdido “em decorrência das grandes transformações econômico-sociais e políticas, características da modernidade em que um novo modelo de sociedade liberal e laica foi se tornando predominante” (KREUTZ *et. al.* 2011, p. 99).

Historicamente, as escolas paroquiais, além de transmitir os elementos básicos da leitura e da escrita, passaram a formar moralmente os alunos através de princípios ético/religiosos,

tendo o trabalho e a oração como forma de salvação do homem. Seria a extensão da educação preconizada por Calvino, em que a vida moral dos alunos e dos fiéis era constantemente monitorada através de uma rígida disciplina comportamental. As escolas paroquiais, segundo os autores, teriam resistido até meados do século XX, isso se considerado o modelo e formato proposto nas épocas anteriores.

Entretanto, as mudanças trazidas por estas escolas para o estilo de vida nas comunidades foram significativas, sendo necessária uma fase de adaptação para posterior reorganização, o que se pode observar nas escolas paroquiais mais atuais. Segundo Strieder (2008, p. 122),

[...] no século XIX, havia um intenso destaque para a valorização da educação escolar. Até então o objetivo da educação era basicamente o de formar bons cristãos, sendo a igreja e o ensino da religião o foco central das escolas. Entretanto, tal estrutura sofreu intensas modificações a partir do momento em que o Estado passou a se responsabilizar pela educação, mudando o foco para a formação do cidadão, acreditando que a educação teria influência sobre o bem-estar do povo, a estabilidade nacional e seria a base das próprias reformas sociais e políticas.

Desse modo, pode-se dizer que no período medieval, as escolas paroquiais eram escolas voltadas, principalmente, para a formação de padres. Strieder (2008) observa que estas escolas ensinavam, basicamente, temas religiosos já que o objetivo principal era a formação sacerdotal. Já no período moderno e na contemporaneidade, a Igreja buscando retomar o espaço perdido e restaurar a educação com base na formação religiosa, não obteve muitos resultados, pois eram gritantes as necessidades de se modificar a educação formal.

A partir de então, passou-se a priorizar o papel do professor nas escolas paroquiais, cujas funções deveriam ultrapassar as atividades de ensino na escola, com foco na ação pastoral junto à comunidade como um todo, sendo nelas um líder em diferentes setores, sempre sob a orientação da Igreja. Para Strieder (2008, p. 123).

A escola paroquial era, portanto, comunitária na sua origem, entretanto a religiosidade intensa dos integrantes das associações escolares fez com que houvesse uma grande aproximação das atividades destas com a igreja, com constantes consultas sobre temas em debate desta associação ao vigário, fazendo com que a igreja assumisse naturalmente um importante papel nas decisões por sobre a escola, a ponto de não haver fronteiras entre a comunidade escolar e a comunidade paroquial. Desta forma, as escolas comunitárias se tornaram confessionais e não poucas vezes se tornaram intimamente vinculadas às paróquias, sendo então escolas paroquiais.

No contexto dessas escolas surgiram os professores paroquiais que traziam uma particularidade, ou seja, “para o professor paroquial importa particularmente que tenha um

ideal, uma especial inclinação para o serviço superior e para uma doação total só possível na vida cristã (vocação) (LEHRERZEITUNG, 1911, p. 28-29).

Com base em tais constatações, pode-se inferir que uma escola paroquial deve ser formadora de bons e competentes cidadãos e cristão autênticos, considerando-se que “o melhor instrumento para firmar o lugar da religião nos lares [...], haveria de ser a escola paroquial” (WYSE, 1989, p. 85). O que se tem é que as escolas paroquiais vieram com funções além de sócio educadoras e foram inseridas no país, no Estado e no sudoeste goiano com proposições específicas e por razões, também específicas.

É o que esclarece Almeida Barros (2006) quando afirma que as escolas paroquiais (com a presença dos franciscanos em paróquias) no interior goiano, tinham proposições afins, por exemplo:

- (a) materializar as possibilidades de expansão da ação pastoral no sentido de assumirem as instituições escolares, sendo favorecidos por aquisições realizadas pelo arcebispo antes mesmo de sua chegada;
- (b) minimizar a precariedade das escolas públicas existentes e a incapacidade do governo em prover um sistema escolar em quantidade suficiente para todo o território goiano, onde havia considerável quantidade de analfabetos entre a população;
- (c) e suprir as dificuldades de acesso e comunicação interna, o que comprometia as vias de desenvolvimento no Estado e, por conseguinte, de difusão da fé cristã.

Em resumo, as escolas paroquiais em todo o país se originaram da expansão territorial do poder eclesiástico. Ou seja, na medida em que poder eclesiástico foi se expandindo territorialmente, veio “a fundação de novas dioceses, seminários, escolas irmandades, obras pias, etc. Segundo Miceli (2009, p. 11) tudo isso “se sucedia em meio a uma empreitada de fôlego capitaneada pela Igreja, em busca de lastro em diferentes domínios de investimento”. Não foi diferente em Goiás. Com a criação de suas dioceses, surgiram as escolas paroquiais ou instituições que se fundamentaram na educação católica.

2.1.1. A relação da Diocese de Ipameri/GO com a Escola Paroquial

Estudos sobre a Diocese de Ipameri/GO dão conta de que o envolvimento da Diocese de Ipameri/GO com a Educação Católica, mantida e acompanhada por padres seculares do próprio quadro interno, nem sempre seguiu o caráter paroquial, que é aquele que nasce de uma

comunidade educativa da Igreja, aberta ao mundo e evangelizadora, com um carisma próprio do catolicismo e tem por finalidade a formação integral do educando, numa perspectiva humanista cristã.

Desse modo, parece evidente que a Diocese de Ipameri/GO expressa o apoio à criação de escolas na jurisdição eclesiástica, não alinhadas ao formato paroquial e sem interferência direta do clero no comando da instituição, pois não se ateuve apenas às escolas paroquiais e expandiu para escolas que se preocupam com a identidade social do povo. Após a instalação da referida diocese em 1966, surgiram iniciativas de se criar escolas que fomentasse a classe trabalhadora a estudar, assim criou-se a Escola Família Agrícola de Orizona no final da década de 1990. Trata-se de uma escola que traz uma experiência de educação alternativa às convencionais, direcionada aos jovens do campo.

A articulação entre ideias, teorias, métodos, organizações, processos e práticas educacionais desenvolvidas nas escolas católicas e em outras escolas devem se constituir a partir de um estudo amplo sobre a mesma. O funcionamento satisfatório de escolas católicas e de escolas laicas requer a presença de certas condições objetivas, tais como certo grau de liberdade individual e certo equilíbrio nas relações de poder.

Mesmo porque, segundo Almeida Barros (2010, p. 119) também as escolas católicas e/ou paroquiais tinham e têm suas limitações, por exemplo, o fato de o bispo, já que deriva de uma diocese, ter que “mostrar a abrangência e o nível de influência administrativa (não apenas espiritual) no encaminhamento de vários projetos”.

Limitações à parte, o que se vê nos estudos de Almeida Barros (2010, p. 205) é que foram os frades com seu “trabalho catequético em salas de aula improvisadas nas sacristias e salas anexas aos conventos” que disseminaram o embrião das escolas paroquiais, de modo que “seguindo este formato, [...], as escolas paroquiais [...] desde a sua origem, passaram por adaptações e ajustes, conforme as circunstâncias encontradas pelos frades em cada paróquia”, o que remete a uma menor vinculação da escola paroquial com a diocese.

Nas circunstâncias contextuais em que a Escola Paroquial foi criada, desvinculada de uma ordem religiosa, mas caracterizada pelo acompanhamento dos padres seculares, com a colaboração de leigos engajados em atividades pastorais, há de se considerar pelo menos duas questões a respeito da Diocese de Ipameri/GO, no tocante ao envolvimento com a Educação Escolar:

- ✓ A primeira, com relação ao prescrito alinhamento da diocese com as instrutivas da romanização operada pela igreja católica, na obediência e fidelidade à Roma e à autoridade do Papa.
- ✓ A segunda, na possibilidade de desalinhamento, isto é, a Diocese de Ipameri, embora instruída pelo processo de romanização, tivera influência do Concílio Vaticano II, incentivada pela abertura de pastorais leigas, o trabalho episcopal apoiando movimentos sociais e o investimento na educação, orientada por princípios e vertentes teológicas distintas dentro do processo de romanização.

Numa possibilidade de adaptação da nova cristandade, e devido ao momento de efervescência motivado pelo Concílio Vaticano II, instalado e finalizado em período próximo à criação da Diocese, é possível que tenha ocorrido distintas orientações no plano de ação pastoral desta diocese, o que justificaria o apoio a criação de escolas com distintas denominações e propósitos. No exercício de ser e estar no mundo, a diocese de Ipameri/GO supostamente teria potencializado a criação de escolas, colaborando com a educação dos paroquianos, sob distintas motivações.

2.2. De espaço improvisado a sede oficial: percursos de instalação e autorização da escola

O marco histórico da Escola Paroquial “João XXIII”, instituída no município de Urutaí-GO de acordo com os apontamentos de Carneiro (2004), mostra que a Escola Paroquial “João XXIII”, primeira instituição escolar confessional, pertencente à Paróquia “Bom Jesus” de Urutaí/GO, foi fundada em 06 de maio de 1960, quando a Legião de Maria - O presidium “Mãe do Bom Conselho”, reuniram-se na Casa Paroquial com os seguintes leigos: José Ponciano de Mesquita, Dalila Maria Barbosa, Jailda Isaura Porto, Maria de Lourdes Carneiro, Leonídia dos Santos Almeida, Alice Carneiro, Joaquim Braulino de Mesquita, Victor Arruda Filho, Maria Estela Basílio, Rosa Santana da Silva, Terezinha Maria de Lima, e entre outros, visando a criação de uma classe inicial destinada a alfabetização de adultos desprovidos de tempo e meios aquisitivos. Depois de longo debate verificou-se que a ideia era boa e, a partir desta data, os legionários, entre eles uma das diretoras da referida instituição, Terezinha Maria de Lima, começaram a lecionar na Casa Paroquial, eventual residência dos padres que vinham celebrar os ritos litúrgicos da igreja, em razão de não haver vigário residente, acontecendo somente em muitos anos depois. Tal empreendimento antecede à criação oficial da Diocese de Ipameri,

ocorrida em 1966, o que pressupõe ter sido incentivada por autoridades do governo e da paróquia local da época.

Evidencia-se o formato de uma instituição mista no desempenho de atividades formativas, conforme demanda local, podendo ser concebida como palco da educação popular, do catolicismo e de uma cultura peculiar, conforme se observa em seu marco histórico, com dados colhidos de documentos que tratam da história do município de Urutaí/GO e da própria escola em si.

Com estímulo dos padres franciscanos e o falecido professor Ivan Ferreira de Azevedo e de alguns legionários, a escola foi crescendo a ponto de ser conhecida nesta época como “Escola Paroquial Bom Jesus” em caráter gratuito tanto para os alunos bem como para a professora. Em 05 de abril de 1963, o Exmo. Senhor Prefeito Municipal João Afonso de Rezende, e respectiva Câmara Municipal de Vereadores, reconheciam a referida escola através da lei nº 21 de 05 de abril de 1963 sendo nomeada como professora diretora Terezinha Maria de Lima.

Na sequência, veio a Escola Primitiva com nova denominação “Escola Paroquial Noturna Municipal”, que foi crescendo até que em 19 de novembro de 1964, graças à colaboração irrestrita do Bispo Auxiliar de Goiânia, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Sr. Antônio Marum Jorge e pelo então Secretário de Educação do Estado de Goiás, Dr. Rubens Carneiro, é nomeada como professora estadual. Conforme consta no Livro de Atas de Portarias da Escola Paroquial “João XXIII” (1964-1977, p. 01)

Por Decreto de 28 de setembro de 1964, publicado no Diário Oficial nº 9.541, de 05 de novembro do mesmo ano, foi Terezinha Maria de Lima nomeada para nos termos do item IV do artigo 15, da Lei nº 4.100 de 06 de julho de 1962, exercer o cargo de Docente Primário, ED. 104.01.2.3, ref. Base, constante do anexo nº 1, do Quadro único do funcionamento estadual, ficando lotado na Escola Paroquial de Urutaí, a partir de 01 de outubro do ano em curso. (grifo deles)

Nesta época por sugestão de Marília de Dirceu Vieira a Escola passou a vigorar com o nome definitivo, ou seja, Escola Paroquial “João XXIII”, pertencente a sede escolar oficial, por ideia da Sra. Delegada 7ª Delegacia Regional do Ensino Srtª. Abka Jorge, em 1965, quando iniciou o turno matutino e a chegada do vigário residente, Dom Edmundo Nugent O.S.B., a instituição passou a funcionar em uma casa residencial, alugada da Srª. Emidia Carneiro pelo prazo de três meses. Ajuda bastante significativa também, foi do Sr. José Leal de Fontes, Diretor do Colégio Estadual “Maria Paula Junqueira Uchoa” e Colégio Agrícola de Urutaí, hoje Instituto Federal Goiano Campus Urutaí, que verificando as precárias condições das instalações

onde vinha funcionando a escola, prontificou-se em ceder salas não utilizadas do prédio do Colégio Estadual. Por fim, através da Verba Federal do Plano Nacional da Educação, adquirida com ajuda do então Secretário de Educação do Estado de Goiás da época, Dr. Rubens Carneiro, o Exm^o. Prefeito Municipal Sr. Duílio Honório, iniciou em março de 1969 a construção num terreno da Igreja Católica, o prédio da Escola Paroquial “João XXIII”, conforme a correspondência entre autoridades eclesiásticas e civis (Anexo 10).

Considerando, a origem da escola em espaços improvisados e temporários por quase uma década, a construção da sede própria em 1969, com a conseqüente transferência das atividades educativas até a desativação final em 2001, a instituição teve um histórico de aproximadamente quarenta e um anos em Urutaí/GO. Nesse período, predominou-se o ensino primário, com alternância na oferta de outros tipos e modalidades de cursos, incluindo a alfabetização de adultos, em diferentes épocas.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (1999) a Escola Paroquial “João XXIII”, era localizada no município de Urutaí-GO, à Rua Mário de Lima Filho, nº 26, à 200 km de distância de Brasília-DF e a 170 km de Goiânia, capital de Goiás. Sendo autorizado o funcionamento pela Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 428/82 e Portaria de Reconhecimento da Secretaria Estadual de Educação nº 909/79. Tinha uma área total de 2.068 m², sendo área construída de 824,46 m², limitando-se ao norte com as residências do Sr. Hermindo Teodoro e Sr. Geraldo Pereira da Silva, a sul com a Prefeitura Municipal e Secretarias Municipais, a leste com a residência do Sr. Mário de Lima e a Oeste com as residências do Sr. Antônio de Lima, Sr. José Aparecido Passos e Sr^a. Luzenir Rosa Xavier.

O quadro a seguir mostra a retrospectiva histórica da Escola Paroquial “João XXII”:

Quadro 4 – Retrospectiva histórica da Escola Paroquial “João XXIII”

O R I G E M	Aos 06 dias do mês de maio de 1960, a Legião de Maria o presidium “Mãe do Bom Conselho” reuniu-se na Casa Paroquial com vários elementos visando a criação de uma classe inicial para alfabetizar adultos desprovidos de tempo e recursos financeiros.
F U N C I O N A M E N T O	<ul style="list-style-type: none"> - 1960 a 1964: a escola funcionava na Casa Paroquial pertencente à Igreja Senhor Bom Jesus de Urutaí/GO sem nenhum recurso financeiro. - 1963: nomeação da professora Terezinha Maria de Lima Torres à condição de diretora e o aumento de mais uma classe com 23 alunos; a escola passa a pertencer a rede de ensino municipal e tem o início o turno matutino com uma classe com 32 alunos. - 1964: contratação de mais uma professora, Iolanda Costa e a escola recebeu sua denominação fixa: Escola Paroquial “João XXIII”; - 1965: a escola passou a funcionar numa casa de aluguel e ocorreu a contratação de mais duas professoras: Ana Cardoso da Silva e Aparecida Moreira da Silva. - 1969: início da construção do prédio destinado à Escola Paroquial “João XXIII” que contava com 04 salas de aula, sala de professores e 02 banheiros; neste ano a escola contava com 211 alunos devidamente matriculados. - 1977: é assinado o primeiro convênio entre o Estado de Goiás, a Secretaria de Educação e Cultura, na gestão de José de Assis, a Paróquia do Bom Jesus, na gestão do Paróco Dom Columba John Rafferty O.S.B., e com a ajuda da educadora Terezinha Vieira dos Santos que não media esforços para aumentar os fundos mantenedores da escola - 1990-1995: ocorreu a primeira eleição para diretores escolares, sendo que Neuza Gonçalves Basílio passou a substituir Terezinha Maria de Lima Torres que atuou na referida escola como diretora e professora de 1960 a 1990, ou seja, por trinta anos. - 1995-1999: A primeira diretora eleita por eleições diretas para diretores escolares é substituída pela professora Maria Teodora Martins Borges. - 2000 a 2001: foi eleita mais uma professora para a gestão da escola: Nilva D’arc de Assis Ferreira. - 2002 em diante a escola se tornou Escola Municipal, sendo que seu prédio foi alugado para a Prefeitura Municipal desse ano até o ano de 2012.

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Paroquial João XXII (1999)

Organização: O Autor

Diante dessa retrospectiva, pode-se dizer que a Escola Paroquial “João XXIII”, desde a sua instalação e autorização, se configurou como uma escola de cunho católico e público, do mesmo modo que a Igreja Católica pode ser tida como a principal força que arquitetou o novo modelo de Educação Popular e que vem destinando esforços para que esse seja implantado na contemporaneidade com vistas a não exclusão escolar e social.

Estudos de Ranquetat Junior (2007) sinalizam que interessa aos grupos políticos e religiosos a presença de uma prática educativa na escola pública que faça referência à dimensão religiosa do ser humano e que afirme uma concepção religiosa do mundo e, que principalmente, venha se contrapor ao laicismo que defende valores seculares (democracia, direitos humanos, e a liberdade de expressão), independentes da religião e da moral cristã.

Logo, desenvolver uma educação escolar com base em um currículo que enfatize essa dimensão religiosa de forma coletiva, caminhando em direção da educação popular foi uma das tarefas desta instituição. Mas, isso não significa que a escola tenha conseguido cumprir essa tarefa, dado que os sistemas de ensino, a formação dos profissionais da educação, as diretrizes curriculares e outros fatores da época, não correspondiam com seus ideais pedagógicos.

Em outras palavras, a estrutura escolar e a organização interna dessa escola buscaram defender o pluralismo, que é uma das características fundamentais da sociedade moderna, ainda que se esbarrasse em entraves relevantes, sem perder de vista as prerrogativas da sociedade moderna.

Ao contrário do que ocorria nas sociedades arcaicas e tradicionais, onde um único sistema de valores e de crença abarcava tudo e a todos, na sociedade moderna se presencia a coexistência de diversos sistemas de valores e de sentido que competem entre si. Além da multiplicidade de denominações religiosas, o indivíduo pode escolher entre viver sem qualquer religião ou então agarrar-se a uma das múltiplas e variadas ideologias modernas (RANQUETAT JUNIOR, 2007, p. 47).

Dentre esses sistemas de valores estão os desdobramentos do currículo escolar no contexto das escolas católicas, incluindo-se aí a escola em questão, indicando reinvenções que terminam por dar um novo formato na cultura dessas instituições. Seria o que o autor supracitado trata como “múltiplas e variadas ideologias”, entendendo que estas alcançam um leque de objetivos, por assim dizer, no planejamento e execução dos currículos.

O que se tem, no contexto do afunilamento da atuação de escolas que foram criadas pela e/ou através da Igreja Católica é que, assim como as escolas institucionalmente públicas (municipais, estaduais e federais), a prática educativa ali desenvolvida, sugere alguma influência na formação e educação integral dos sujeitos, além de alcançar um objetivo muito significativo para os fundamentos da educação, que é a erradicação da exclusão sócio escolar por conta da religião. Isso não foi diferente na escola em questão durante sua existência.

2.3. Organização interna (estrutura) e provimento financeiro

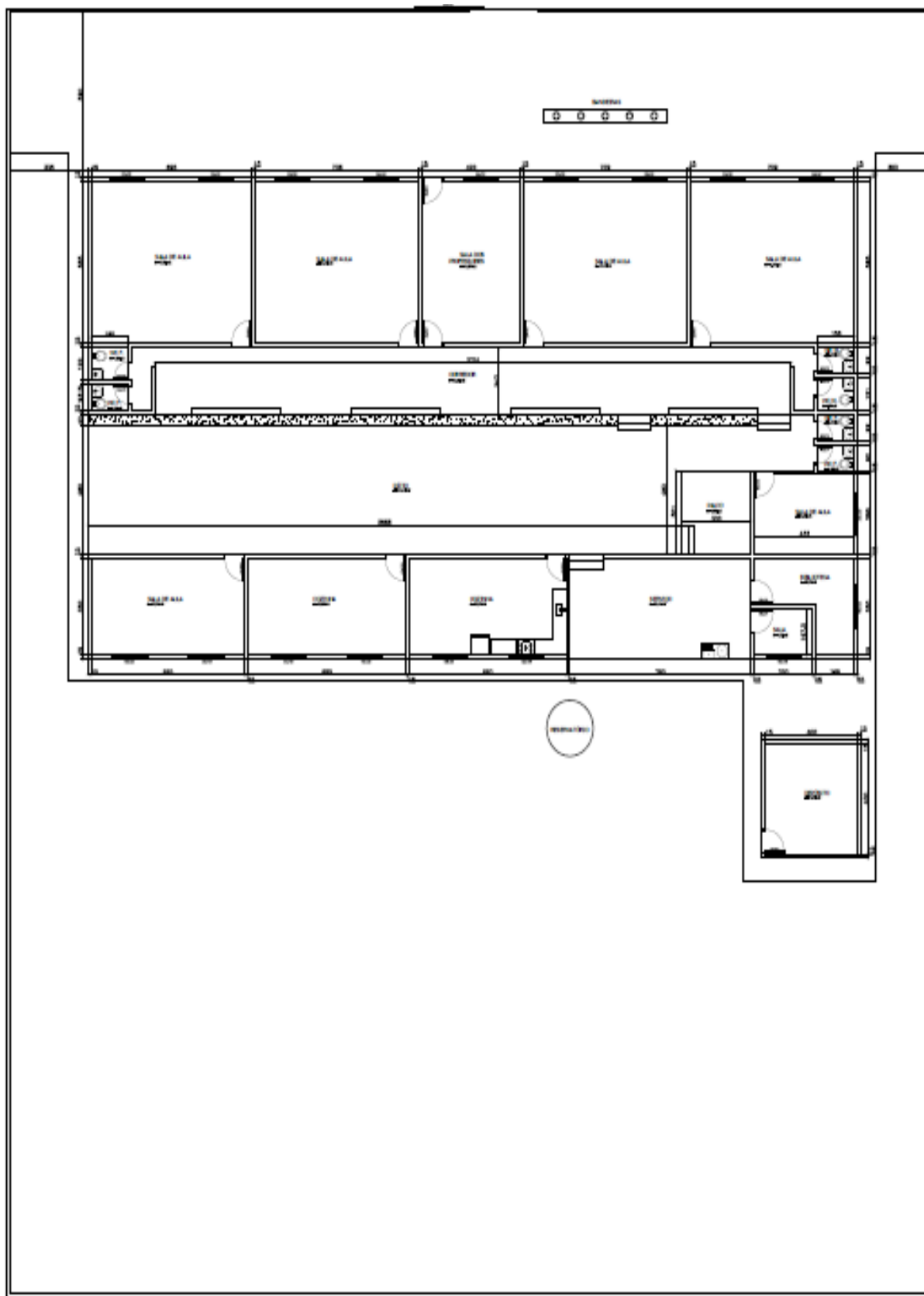
Introduzimos a proposta desse tópico iniciando pela descrição da estrutura física da escola investigada, considerando-se que todas as suas transições em nomenclatura, em equipes administrativas, em convênios financeiros, em organização curricular, em turnos, etc. foram paralelas às suas transições físicas. Reportando ao histórico da escola, vê-se que suas atividades se iniciaram numa Casa Paroquial e, assim por diante, novos avanços foram relatados, por

exemplo, a utilização de um terreno próprio da Paróquia do Bom Jesus, que culminou na construção de seu prédio, terreno que antes era da Antiga Capela do Senhor Bom Jesus. Não se pode deixar de citar que a verba veio do Governo Federal com intervenção do Secretário Estadual de Educação Prof. Dr. Rubens Carneiro, então secretário da época (ver figura 5).

Essa pequena ênfase ao espaço físico da referida escola se deve à compreensão de que o ambiente escolar - como um espaço público no qual grande parte das crianças e jovens passam seu tempo - é um dos lugares que permitem exercitar o convívio humanitário. Sob o ponto de vista de Pires (2015) a estrutura física da escola, assim como sua organização, manutenção e segurança revelam muito sobre a educação que ali se desenvolve. Para a autora, “o primeiro passo para se envolver com os aspectos relacionados ao espaço físico é considerá-los pedagógicos. É aí que a dimensão ética se articula com a estética, de modo estreito”.

Ao configurar a organização interna de uma instituição, visualiza-se a confluência de todos os seus espaços e agentes. Associam-se desde a equipe gestora até os parceiros, voluntários e comunidade extraescolar, pois sem essa associação não se tem como definir todos os princípios filosóficos do trabalho escolar, os marcos conceitual e operacional, os princípios norteadores da educação e o plano de ação da escola como um todo, incluindo ações gestoras, pedagógicas, funcionais e sociais. E, por outro lado, os espaços intraescolares configuram-se como cenário para essa associação.

Figura 5 – Planta Baixa da Escola Paroquial “João XXIII” (1969 – 2001)



Fonte: Engenheiro Diogo Resende Vieira (2017)

Segundo o Projeto Político Pedagógico (1999), a estrutura organizacional da escola se constituía assim:

- ✓ Equipe administrativa: um contingente de dez elementos nomeados e contratados pelo Estado e nove funcionários públicos municipais;
- ✓ Uma diretora;
- ✓ Corpo docente com oito professores;
- ✓ Corpo discente contava com 112 alunos com idade entre 05 a 14 anos;
- ✓ Aspecto pedagógico: se baseava num planejamento de conteúdos e disciplinas a serem ministradas tendo em conta os critérios do Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental, Grade Curricular para o Ensino Fundamental e Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental;
- ✓ Avaliação: obedecia aos critérios estabelecidos pelo Regimento Bimestral da Escola, se dando de forma diagnóstica e somativa, sendo uma prova (3,0), três testes (1,0 cada), trabalhos e tarefas (2,0) e participação nas aulas (2,0).
- ✓ Currículo: obedecia às diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo elaborado e desenvolvido de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais;
- ✓ O tempo escolar: se dava em consonância com as normas da Secretaria de Educação do Estado com 180 dias de efetiva regência, 05 dias para cursos de aperfeiçoamento de professores, 17 dias para atividades docentes de avaliação e redefinição do processo educativo (planejamento, conselhos de classe, reunião de pais, etc.) e 05 dias para recuperações especiais;
- ✓ Aspecto administrativo: se baseava num organograma hierárquico que se compunha de indicadores específicos das funções e atribuições de cada funcionário;
- ✓ Administração de material: sempre apresentou condições físicas adequadas ao funcionamento do trabalho pedagógico, com algumas deficiências nos recursos didáticos e físicos;
- ✓ Biblioteca: contava com um acervo de aproximadamente 2000 exemplares.

Com toda essa confluência de ambientes, atores e recursos, a organização interna da Escola Paroquial “João XXIII” à época da elaboração desse documento, bem como até o encerramento de seu funcionamento, visava à promoção da transformação necessária e desejada pelo coletivo escolar e comunitário. Ainda que em seu período de existência o foco à gestão democrática não era tão expressivo e as diretrizes de um trabalho participativo não se

configuravam como nos dias atuais, a referida escola sempre buscou oferecer aos educadores e a toda comunidade escolar, igualdade, qualidade, quantidade e liberdade.

Sobre a organização interna da escola, de uma forma geral, Libâneo (2004) mostra que nem todos os registros, confluências, conquistas e limitações são suficientes ao serviço de uma organização escolar que melhor atenda à aprendizagem dos alunos, requerendo-se determinadas ações bem como conhecimento, habilidades e procedimentos práticos. Na verdade, as questões de organização interna de uma escola referem-se ao conjunto de normas, diretrizes, estrutura organizacional, ações, procedimentos e condições concretas que garantam o bom funcionamento da escola e da sala de aula, tendo em vista a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.

Para o autor, a organização interna escolar necessária é aquela que oferece os meios mais seguros e eficazes para atender aos objetivos e funções da escola, considerando-se que toda instituição escolar possui finalidades e determina papéis e responsabilidades entre seus segmentos. Para garantir a qualidade na educação, faz-se necessário organizar uma estrutura de ordem interna, no sentido de definir e dispor de funções que assegurem o funcionamento da escola. Essa estrutura é, geralmente, representada graficamente por um organograma, como se exemplifica a figura abaixo.

Figura 6 – Organograma que mostra a organização interna de uma escola



Fonte: LIBÂNEO (2004)

O que se tem, portanto, é que a forma do organograma organizacional escolar reflete a concepção de organização/gestão e, que a estrutura organizacional das escolas se diferencia conforme a legislação dos Estados e Municípios, conforme as concepções de organização e gestão adotadas, mesmo que apresentem uma estrutura básica das funções que expressam a organização do trabalho escolar e/ou pedagógico.

Sobre a organização interna, observa-se como característica marcante, ser a Escola investigada uma instituição comunitária e religiosa, pois a religiosidade intensa dos integrantes das associações escolares fez com que houvesse uma grande aproximação das atividades destas com a Igreja, conforme os livros de atas de registros diários, com constantes consultas sobre temas em debate desta associação ao vigário, fazendo com que a igreja assumisse naturalmente um importante papel nas decisões por sobre a escola, a ponto de não haver fronteiras entre a comunidade escolar e a comunidade paroquial.

Com relação ao provimento financeiro, o formato misto é o que caracteriza a captação de recursos. É importante frisar que até 1977 a escola era provida pelos Padres Beneditinos, mas nesse ano foi assinado o primeiro convênio entre o Estado, a Secretaria de Educação e Cultura e a Paróquia Senhor Bom Jesus para aumentar os fundos mantenedores da escola, de forma que ela passou a dispor dos seguintes recursos financeiros: MEC/FAE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (uma vez por ano) e caixa escolar.

Com esse provimento financeiro misto, a referida escola no final de seu funcionamento contava com um cadastramento patrimonial bastante significativo em termos de móveis e utensílios, de eletrodomésticos, materiais de escritório e de biblioteca, carimbos, instrumentos de fanfarra e material de cantina (ver anexo 24).

Isso indica, conforme aponta Elena Almeida (2009) que as escolas são unidades administrativas que podem pertencer às estruturas diferenciadas, de acordo com a forma de governo ao qual estão veiculadas, por isso é fundamental que a gestão dos provimentos e/ou recursos financeiros dessas unidades se baseie numa atitude consciente e comprometida com a realidade escolar, seguindo as seguintes etapas: planejamento, execução e prestação de contas.

2.4. As normas, as regras e prescrições disciplinares e normativas para professores e alunos

Segundo Sacramento (2014) a escola pública na contemporânea tem vivido uma crise como instituição que propaga o conhecimento, pois com a técnica, principalmente aquela ligada

à tecnologia da informação e da comunicação está cada vez mais rápida a todos acessarem informações em tempo real, deixando por várias vezes, a escola obsoleta e atrasada em relação ao conhecimento. Compreendendo-se a escola como um lugar onde várias relações acontecem, ao longo do tempo, ela desempenha diferentes papéis.

São justamente as várias relações estabelecidas dentro desse cenário e os seus diferentes papéis que particularizam as regras e prescrições disciplinares e normativas de cada escola, devendo considerar que as mudanças na forma de organizá-la internamente estão diretamente ligadas ao papel do professor em sala de aula e ao desempenho dos alunos. Assim sendo, Libâneo (2007) assevera que a norma única de todas as escolas com relação ao professor é: compreender que o seu papel no processo de ensino é desenvolver um conhecimento sobre as ações sociais e históricas do cotidiano do aluno, sobre a disciplina estudada, fazendo com o aluno reflita sobre os processos que estão em volta de sua vida.

De acordo com Sacramento (2014, p. 3) “o [...] professor [...] pensa, organiza e racionaliza os procedimentos a serem realizados na produção do seu trabalho”, daí a importância de as escolas criarem suas normas, regras e prescrições disciplinares e normativas para esses profissionais e seus alunos, muito embora existam divergências sobre essas imposições. Jesus *et. al.* (2013), por exemplo, entende que em um ambiente educacional, uma das recompensas adquiridas pelos que ali se inserem é a obtenção de status social no meio, por isso as escolas se utilizam de privilégios e castigos que podem perfeitamente ser relacionados ao regimento das instituições escolares, esclarecendo ainda que

[...] a escola é estruturada com o intuito de moldar os indivíduos que a compõem, fazendo-lhes seguir seus preceitos ético-morais dominantes e cobrando-lhes uma conduta que esteja em consonância com um conjunto relativamente explícito e formal de prescrições e proibições específicas. As regras impostas no ambiente institucional implicam privilégios obtidos em troca de obediência, assim como penas para os renitentes. É o código moral que determina quais ações são aceitáveis e que classifica os indivíduos com comportamentos desviantes. Pretende-se, então, demonstrar que a criação de regras e o aparecimento consequente de *outsiders* não se inserem no conceito de patologias sociais, mas se situam em um processo natural que visa atender a determinado conjunto de preceitos éticos, morais e político-pedagógicos (JESUS *et. al.* 2013, p. 41)

O autor indica que esse conjunto de preceitos éticos, morais e político-pedagógicos compõem alguns critérios que todas as escolas devem obedecer na criação de suas normas, regras e prescrições disciplinares e normativas para professores e alunos, por exemplo, é da competência da escola se juntar aos âmbitos que teorizam sobre a finalidade da escola.

O primeiro passo para a criação de regras é “perceber a necessidade de caminhos normativos que orientem o processo educacional de modo específico, que façam correspondência entre a necessária educação de crianças e jovens e os valores e moralidade compartilhados pela sociedade moderna da qual fazem parte”. Isso implica no critério de atentar para os documentos de orientação nacional para a educação, pois estes documentos “são capazes de gerar comportamentos comuns, são os que primeiramente se preocuparam em fixar determinações que possam orientar de modo geral as funções e competências de uma instituição escolar” (JESUS *et. al.* 2013, p. 44).

Das fontes consultadas, apontam os livros de atas de reuniões com professores e reuniões com pais é que as normas, regras e prescrições disciplinares e normativas para professores e alunos não fogem à regra de outras modalidades de escola (não católicas), sendo que essas regras enfatizavam um processo ensino-aprendizagem integral e socializador (prescrição para os professores e técnicos administrativos da educação) e o cumprimento das regras disciplinares, bem como, execução das tarefas escolares e extraescolares por parte dos alunos (prescrição para os alunos), devendo ressaltar que tais prescrições nem sempre eram materializadas.

Figura 7 – Livro de Ata da Reunião de Professores (1967 à 1977) - Ata redigida em 17/03/1977

Ata da reunião de diretores, professores e funcionários da Escola Paroquial João XXIII

Os 17 dias do mês de março de 1977, uma das salas da Escola Paroquial João XXIII de Ubatã, realizou a 1ª reunião entre pais, mestres e supervisor para orientação dos pais quanto ao Currículo da Escola.

- Falou a supervisora Srtª Maria de Lourdes Carneiro, que procurou explicar tudo quanto ao boletim, deixando bem claro tudo sobre avaliação do aluno.
- A professora Divina Sueli Borges fez explanação sobre o sistema de recuperação em que consiste.
- Continuando a diretora falou sobre a obrigatoriedade do uso do uniforme e comunicou aos pais que houve alteração de horário, ficando o primeiro turno das 7 às 11 hrs, o 2º das 12 às 16 hrs, e o 3º das 17:30 às 21:30.
- A encarregada do programa de Alimentação fez uma explanação, incentivando aos pais a cuidar bem da alimentação de seus filhos e auxiliar no programa de alimentação de nossa escola.
- Encerrando foi servido um pequeno lanche aos presentes onde o Diretor Geral da Escola, D. Columba J. Rafferty falou aos pais sobre a parte religiosa e agradeceu a presença de todos.
- Foi feita a apresentação dos professores presentes.

- Nada mais havendo eu Almeinda Carneiro de Rezende Secretária, larro do a ata que será assinada por mim e pelos outros pessoas que dirigiram a reunião.

Almeinda Carneiro de Rezende.
Cezarina Maria de Lima Borges.
Divina Sueli Borges
Maria de Lourdes Carneiro

Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

Com relação às regras para os alunos, o que se vê implicitamente nas entrelinhas dessas atas, é que seus principais deveres se relacionam com comportamentos socialmente ajustados, com o zelo dos materiais escolares, com a preservação da infraestrutura da escola, com o cumprimento de suas tarefas extraescolar, etc.

Todavia, neste mesmo livro de atas, registram-se vários direitos discentes, podendo citar: (I) ter assegurado o princípio constitucional de igualdade de condições para acesso e permanência no estabelecimento de ensino; (II) ter ensino de qualidade, ministrado por profissionais atualizados em suas áreas de conhecimento; (III) receber ensinamentos, usando-se toda a carga horária dos componentes curriculares constantes do currículo da série em que estiver matriculado; (IV) ser tratado com respeito e sem discriminação de qualquer espécie; (V) solicitar o auxílio dos professores e equipe pedagógica para o equacionamento dos problemas encontrados nos estudos de qualquer disciplina e/ou atividade; (VI) utilizar os serviços oferecidos pela Instituição, bem como biblioteca, laboratórios, oficinas e instalações desportivas, de acordo com as normas de acesso.

Analisando esses livros é possível perceber que a referida escola se diferencia das outras, por caracterizar-se principalmente por acoplar aos preceitos e competências relativos à escola, uma moralidade com valores específicos, tanto ligados a preceitos religiosos quanto a valores liberais contemporâneos. Noutras palavras, a criação de normas, regras e prescrições para docentes e discentes visava um maior direcionamento à religiosidade, mostrando “a preponderância do imperativo social de Hegel sobre a individualidade de Kant: a normatividade sobre a ética e a moral” (JESUS *et. al.* 2013, p. 49).

Em síntese, a criação de normas, regras e prescrições para docentes e discentes e outros elementos escolares refletem de modo direto como as escolas incorporam as leis nacionais e regionais para construir o seu próprio regimento, se fazendo óbvio que a existência de normas e regras e o respeito às mesmas são fatores imprescindíveis para a educação individual e coletiva, pois contribuem para uma convivência escolar saudável, produtiva e organizada, necessária para a boa formação dos alunos em qualquer que seja a escola.

2.5. Os rituais litúrgicos realizados na escola

Por rituais litúrgicos realizados em instituições escolares, remete-se ao aspecto das relações entre liturgia e fé que influência no papel que a liturgia desempenha na educação. Esses

rituais foram defendidos para educar religiosa e moralmente os alunos fiéis, sobretudo em tempos de expansão religiosa, quando várias igrejas emergem com doutrinas diferentes. No caso dos rituais litúrgicos realizados em escolas católicas, eles representam o compromisso da escola com a comunidade escolar.

Esses rituais, em tendo os catecismos como exemplos, já que estes começaram a ser preparados para a formação cristã das crianças na paróquia e na escola, fazem contínuas referências à liturgia, recolhendo e reproduzindo textos extraídos dos livros litúrgicos. Por definição, os rituais litúrgicos no âmbito da escola, nunca devem ser confundidos com o objeto e os fins da catequese e da liturgia, pois a realização desta não procura comunicar conteúdos ou experiências, mas sim incorporar o homem no mistério salvador de Cristo⁵.

Contraditoriamente, discordamos que essa regra se aplica ao caso da coexistência de interesses no espaço da Escola Paroquial. Quando se forma um grupo catequético, uma agremiação missionária, com objetivos distintos, o primeiro conteúdo é bíblico, seguido pelas prescrições catequéticas. Por extensão, a frequência à missa e a participação em ações na igreja e na paróquia, configuram sim objetivos catequéticos. Portanto, os interesses e estratégias estariam indissociados.

Os rituais religiosos e/ou litúrgicos são fatos de convergência de um grande número de fenômenos religiosos. Para o autor, como a prece e a missa, esses rituais são uma crença que exprime ideias e sentimentos religiosos, é “uma atitude tomada, um ato realizado diante das coisas sagradas”, portanto, trata-se de um movimento que fundamenta uma prática que exprime ideias e sentimentos, ação e representação. Esclarece ainda que um ritual litúrgico só encontra “sua razão de ser quando se descobre o seu sentido, isto é, as noções que formam e formaram sua base, as crenças as quais ele corresponde” (MAUSS, 1979, p.103).

Entende-se, portanto, conforme esclarece Mauss (1979) que um ritual litúrgico não é apenas um conjunto de movimentos repetitivos e realizados mecanicamente, despojados de sentidos e representações. Pelo contrário, dado o caráter da religião e suas formas (que são exclusivamente sociais) todo ritual litúrgico tem um discurso social adotado por um grupo religioso.

Na Escola Paroquial “João XXIII”, os rituais litúrgicos mais comuns eram a Coroação de Nossa Senhora Aparecida realizada pelas crianças missionárias; as dramatizações relacionadas com o tema da Semana Santa (Via Sacra, Canto do Perdão, encenação da morte

⁵ Considerações sobre os rituais litúrgicos disponíveis em: http://paroquiacoreau.blogspot.com.br/2016/04/a-fe-celebrada-liturgia-e-transmissao_15.html postadas por Pelose em 05/2016. Acesso em 10/01/2017.

de Cristo, etc.); as primeiras eucaristias; as comemorações religiosas, por exemplo, Páscoa e Dia de Corpus Christi. As imagens abaixo mostram a realização do ritual litúrgico “Coroação da Imaculada Conceição”.

Figuras 8, 9 e 10 – Foto das crianças na Coroação da Imaculada Conceição - 1999



Fonte: Acervo Pessoal Florentina Pereira Domingos (2017)

Em síntese, essas e outras imagens recortadas do universo local, no âmbito da Escola Paroquial “João XXIII” permitem vislumbrar os rituais ali desenvolvidos dadas as diferentes características e histórias expressas por suas dinâmicas de organização e de celebração, levando à compreensão de que a experiência religiosa se articula com outras práticas sociais e culturais, tais com a preparação para a 1ª Eucaristia, conforme figura 11. Mauss (1979) afirma que essa articulação tem grande importância para o processo educativo ali expresso, porque a experiência religiosa faz sentido para os grupos sociais porque se encontra entrelaçada a outras experiências desses mesmos grupos e com elas dialoga todo o tempo.

Figura 11 – Foto das crianças realizando a 1ª Eucaristia - 1979



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo de St. Mary's Abbey (2012)

Do exposto, observa-se pelos eventos e atividades de cunho catequético e evangelizador realizadas a Escola que o envolvimento de religiosos e leigos católicos na dupla finalidade de formação constitui em ações efetivas ao longo do ano, marcadas por datas e épocas especiais tanto do calendário litúrgico quanto do calendário escolar.

2.6. Os eventos cívicos, artísticos, culturais e religiosos sob a responsabilidade da escola

Tratar dos eventos cívicos, artísticos, culturais e religiosos sob a responsabilidade da Escola Paroquial “João XXIII”, entendendo esta escola como ambiente do catolicismo e de uma cultura peculiar, é importante retomar seu marco histórico e abrir dois “parênteses”. O primeiro se refere a um conceito de cultura bastante adequado para a cultura (popular) escolar dessa instituição, assinalado nas palavras de Burke (2005, p. 43). Para o autor,

O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler e jogar).

Todavia, alguns historiadores, especialmente, os que tratam da história da educação e das instituições escolares, utilizam o termo “cultura” no sentido amplo, ou seja, entendem-na

como “todo o complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, ler, costume e outras aptidões e hábitos adquirido pelo homem como membro da sociedade” (BURKE 2005, p. 43).

Desse modo, os eventos cívicos, artísticos, culturais e religiosos tratados no contexto dessa instituição, remontam a cultura da sua população usuária, incluindo-se aí, famílias e comunidade, o que vem de encontro ao discurso de Silva (2013, p. 1) quando ele diz que:

Diversos pesquisadores, ligados à História da Educação, a partir dos anos 1990, têm tomado as instituições escolares como objetos de estudo, não apenas no que se refere às suas histórias, uma vez que realizam outra abordagem, isto é, ocupam-se de tentar compreender seus “interiores” e as diversas relações ali presentes, seja por meio de normas, regras, arquitetura ou, ainda, através de diversas práticas e ritos.

Na compreensão desses “interiores” e das relações presentes em cada escola, têm se destacado recursos que comprovam a abordagem da cultura popular nas instituições escolares católicas ou não, por exemplo, as ilustrações que segundo o autor supracitado, há que se entender que a fotografia “não tem a preocupação de preencher lacunas em relação aos documentos tidos e considerados oficiais, ao contrário, trata de uma possibilidade extra de entender, através da imagem, uma dada situação, uma dada particularidade” (SILVA, 2013, p. 5).

O segundo parêntese se refere à história e memória da escola pública, considerando-se as possibilidades de utilização das fotografias como documentos para a investigação da história dessas instituições tão peculiares, como é o caso da instituição em foco e, principalmente, “considerando-se os objetos vetores de comunicação e condutores de valores e significados construídos e sedimentados nas práticas escolares” (FISCARELLI & SOUZA, 2007, p. 1). Para as autoras esses objetos vetores variam de documentos, troféus, registros, fotografias, livros-ponto, emendas constitucionais, etc. e são muito importantes.

Considerando a importância desses documentos (leia-se objetos) como ricas fontes históricas para a compreensão e o conhecimento da cultura escolar, os dados neles disponibilizados, podem propiciar uma investigação sobre as transformações ocorridas na escola, considerando-se as características do alunado por ela atendido; o conhecimento de sua organização didático-pedagógica e ação educativa; o currículo e os métodos de ensino propostos; a arquitetura e a construção do espaço para o ensino, bem como, o papel social da escola no contexto histórico da cidade [...] (FISCARELLI & SOUZA, 2007, p. 100).

Como o objetivo de estudo da História da Educação é estabelecer uma ligação entre o passado e o presente de fatos ocorridos na educação e nas instituições escolares (especialmente as públicas), as fotografias dão um recorte importante para esse estudo. As fotografias abaixo

provam essa constatação, quando mostram um dos eventos cívico-culturais, que é a comemoração de 07 de setembro, feita pela Escola Paroquial “João XXIII”, em décadas diferentes, ressaltando a evolução do contexto histórico da escola e da cidade.

Figura 12 – Um dos primeiros Desfiles Cívicos dos alunos da Escola Paroquial “João XXIII” - 1968



Fonte: Acervo Pessoal da 1ª diretora Terezinha Mª de Lima Torres (2016)

Figura 13 – Desfile com os alunos da Escola Paroquial “João XXIII” já institucionalizada escola público-católica (Referência da institucionalização: criação do uniforme) - 1988



Fonte: Acervo Pessoal da 1ª diretora Terezinha Mª de Lima Torres (2016)

Figura 14 – Desfile dos alunos da Escola Paroquial “João XXIII” evidenciando as implicações do Catolicismo na sua cultura escolar - 1988



Fonte: Acervo Pessoal da 1ª diretora Terezinha Mª de Lima Torres (2016)

No que se referem aos eventos essencialmente culturais imbricados na escola em décadas anteriores, há que se observar que nos períodos finais de seu funcionamento, essas comemorações se tornaram menos formais, todavia, as fotografias mostram a relação entre a Igreja Católica e/ou Catolicismo e a escola nos eventos comemorativos, entre eles, a formatura.

Figura 15 – Entrada dos formandos de pré-alfabetização da Escola Paroquial “João XXIII” na Igreja Matriz (referência entre a cultural escolar e a Igreja Católica) - 1986



Fonte: Acervo Pessoal da 1ª diretora Terezinha Mª de Lima Torres (2016)

Por fim, a escolha dos eventos artístico-religiosos para serem descritos nesta pesquisa, se deu pelas festas juninas por conta de seu caráter religioso (ênfase nas implicações do catolicismo na cultura escolar da instituição). Os estudos comprovam que o Brasil foi descoberto pelos portugueses, povo de crença reconhecidamente católica, de modo que suas tradições religiosas foram herdadas e facilmente se incorporaram na cultura brasileira, conservando seu aspecto folclórico.

Em consonância com o mesmo site de pesquisa, sob essa base é que instituições escolares promovem, em nome do ensino, as festividades juninas, pois elas carregam consigo muito mais do que a relação entre o folclore e ludicidade (caráter artístico) devendo salientar a coerente distância existente as finalidades educacionais e as religiosas, mesmo porque, para alunos de escolas públicas católicas, como era o caso da Escola Paroquial “João XXIII”, a explicação para tais comemorações é tirada da Bíblia com acréscimos mitológicos.

É oportuno enfatizar o marco histórico das festas juninas, tendo em vista que tratar da educação popular e da aplicabilidade da cultura popular nas escolas públicas, considerando-as palco das implicações da Igreja Católica na fundamentação da educação popular, é relatar evoluções dos equivalentes da cultura popular e demonstrá-las em documentos, fotografias, depoimentos, etc. Sendo assim, é oportuno descrever que os jesuítas portugueses trouxeram os festejos juninos para o Brasil.

As imagens abaixo dão conta dessa evolução nos festejos juninos da Escola Paroquial “João XXIII”, muito especificamente, no que se refere ambiente (decorações), vestuário e contingente de participantes, mostrando novos costumes e novos formatos nesses eventos artístico-religiosos.

Figura 16 – Reza do terço em louvor a São João no interior da Escola Paroquial “João XXIII” (referência de um evento religioso) - 1978



Fonte: Acervo Pessoal da 1ª diretora Terezinha Mª de Lima Torres (2016)

Figura 17 – Hasteamento da Bandeira de São João nas dependências da Escola Paroquial “João XXIII” (referência de eventos religiosos realizados na escola) - 1978



Fonte: Acervo Pessoal da 1ª diretora Terezinha Mª de Lima Torres (2016)

Figura 18 – Dança da fita: uma reinvenção atual das comemorações das festas juninas que traduz a mesclagem entre eventos artísticos e culturais - 2000



Fonte: Acervo Pessoal da 1ª diretora Terezinha Mª de Lima Torres (2016)

Pelo demonstrados nas imagens pode-se concordar com Moog (1981, p. 112) quando enfatiza que “a escola é um desses terrenos de onde não se pode excluir a religião, porque é nela que se forma a alma da juventude, problema de estrita competência da igreja. Em quase todo o mundo se debate hoje a questão escolar”, pois ao mesclar as relações entre os eventos cívicos, artísticos, culturais e religiosos da Escola Paroquial “João XXIII”, sinalizando a essência de instituições escolares que compartilham implicações da Igreja Católica na organização e no projeto formativo.

Sublinha-se que as festas juninas foram o carro-chefe das datas comemorativas na Escola Paroquial “João XXIII”, de forma que foi feito um livro de atas só para registrar a organização, desenvolvimento, recursos e outros itens afins relativos a esta festa folclórico-religiosa. Trata-se do livro “Atas das Festas Juninas” com atas relatadas de 01/94 a 02/2001 (01=ordem da ata). Nesse livro pode-se observar a motivação da participação dos pais e

comunidade extraescolar na organização, desenvolvimento e provimentos da festa, bem como, a relação dos festeiros, a lista de mantimentos e materiais diversos, dentre outros aspectos.

Toda essa confluência de atores, compromissos e realizações vão ao encontro da causa pedagógica da escola. Para Saviani (1991) o principal papel da escola é a transmissão de conhecimento científico sistematizado, sendo que na cultura escolar o trabalho com as datas comemorativas vincula-se, na maioria das vezes, à algumas disciplinas, por exemplo, História, Artes, Ensino Religioso, Português, dentre outras áreas.

2.7. Relação da comunidade escolar e extraescolar com a escola

No período de funcionamento, a Escola Paroquial “João XXIII” não se valia da concepção de gestão escolar democrática, isto é, nas diferentes fases a instituição fora dirigida por professores leigos, conforme o usual, indicado ao cargo de diretor(a) e formalizado em portaria da administração hierárquica do estado de Goiás. Pelo que consta nos livros de atas e registros, a convivência e a participação coletivas eram estimuladas internamente na escola, em diferentes circunstâncias, especialmente na mobilização da comunidade escolar em eventos e atividades externas.

Apenas nas duas últimas gestões (Maria Teodora Martins Borges e Nilva D’arc de Assis Ferreira) a escola vivenciou a chamada descentralização da gestão escolar que, segundo Paro (2001, p.57) trata-se de um grande avanço para escolas públicas com características distintas, pois “a descentralização do poder se dá na medida em que se possibilita cada vez mais aos destinatários do serviço público sua participação efetiva, por si ou por seus representantes, nas tomadas de decisão”.

Na perspectiva de uma gestão escolar integrada com a comunidade e fortalecendo a cultura da mesma que a referida escola ganhava seus traços democráticos e igualitários. Carneiro (2004) exemplifica essa constatação quando diz que, ainda que não fosse com o desenho que se apresentou em sua criação e implantação, o Conselho Escolar já existia na escola, tendo em vista os registros das suas iniciativas junto à Paróquia do Bom Jesus. Nos registros observa-se solicitação para se usar o prédio da escola para eventos sociais.

As relações da Escola Paroquial com a comunidade local, no compartilhamento de ações e apoio, são verificadas em vários registros localizados em arquivo. Um marco em 1967 criou-se a comissão executiva do caixa escolar e aprovou-se o Estatuto do Caixa Escolar, sendo que

a função desse caixa escolar era assegurar educação e saúde aos menores indigentes que frequentavam a referida escola, tornando-os mais “condignos à comunidade escolar” (ATA 05/07/1967). Ainda de acordo com este registro, alguns artigos do Estatuto do Caixa Escolar criado em 1967 evidenciavam a participação da comunidade escolar e extraescolar com a escola.

Isso pode ser constatado no Art. II, Art. IV e Art. VI desse estatuto, onde se tem que:

Art. II: O patrimônio do Caixa Escola será constituído de: a – contribuição de sócios, b – subvenção de poderes, c – produtos de festividades organizadas em seu benefício, d - contribuição de professores e demais funcionários, e – rendas eventuais.

Art. IV: Poderão ser admitidos como sócios: todos os alunos matriculados na escola bem como toda e qualquer pessoa que queira cooperar com a mesma.

Art. VI: O Caixa Escolar será administrado por uma comissão executiva composta de três membros e assistida por dois fiscais, sendo um representante do corpo discente e o outro da família dos alunos eleito por aclamação em reunião com os pais (ATA 05/07/1967, p. 5-6).

Evidencia-se a participação da comunidade escolar e extraescolar numa das dimensões e/ou aspectos da escola: o financeiro. Outras ações de integração entre comunidade escola e extraescolar são referenciadas em diferentes momentos: em 1989 foi criado um Conselho Comunitário que tinha como finalidade melhorar o funcionamento pedagógico da escola (ATA 01/89), sendo compostos por agentes da escola e membros da comunidade extraescolar.

Em 1990 foi criada a Associação de Pais e Mestres e Amigos (APMA) da Escola Paroquial “João XXIII” como objetivo “discutir assuntos educativos no que refere ao aprimoramento do ensino deste estabelecimento, efetivando a aproximação das famílias com mestres e administração da referida escola” (ATA 01/92). Sobre a Associação de Pais e Mestres é preciso inferir que:

A Associação dos Pais e Mestres (APM) foi criada em 1978 através do decreto de nº 12.983/78, sendo modificado pelos decretos de nº 40.785/96, nº 48.408/2004 e nº 50.756/2006. Inicialmente criado para colaborar com o aperfeiçoamento do processo educacional, atualmente atua junto com o Conselho Escolar, o mesmo é constituído por Conselhos deliberativo, fiscal e executivo. Seus objetivos possuem natureza social e educativa e sem fins lucrativos. A APM é um mecanismo capaz de envolver toda a comunidade escolar, sendo também a caixa escolar (SILVA, 2014, p. 26-27).

Desses excertos depreendem-se distintos movimentos da Escola no sentido de desenvolver ações que fortalecessem a participação, envolvendo a comunidade local e escolar, constituindo meta comum de pais, alunos, professores, funcionários e, principalmente, gestores. Vários autores defendem iniciativas assim.

Antunes (2002, p. 98) assevera que “só participa efetivamente quem efetivamente exerce a democracia”, ou seja, a democracia na escola só será efetiva se a mesma for fundamentada na participação da comunidade escolar e extraescolar, de modo que os sujeitos envolvidos estejam discutindo, avaliando, refletindo e interferindo na vida escolar. Observa-se que tais aspectos se revestem de uma marca tipicamente cívica, deslocada dos interesses religiosos e litúrgicos.

As instruções e orientações assumidas na e pela escola atendem normas e diretivas da secretaria estadual de educação para o conjunto das escolas vinculadas à rede estadual de ensino, não excepcionalizando o caso de instituições mista ou conveniadas. Tanto no cumprimento dos dispositivos legais, quanto no alinhamento dos mecanismos de gestão, incluindo a composição de conselhos e associações internas, com participação da comunidade escolar, novamente se confirmas nos documentos consultados, as marcas de uma escola cuja organização interna segue as normativas da rede escolar estadual.

Gradativamente a composição interna se adapta e assume novos contornos, alterando as relações comunidade-igreja-escola, complexo parece desintegrar-se na medida em que se expressa com maior nitidez os padrões de escola pública, adquirindo novas configurações, também apoiada pela comunidade católica local e em colaboração do poder público.

2.8. Formato da direção escolar e do corpo discente

De acordo com os estudos de Machado (2010) o diretor de uma escola exerce uma função bastante ampla e complexa na comunidade escolar. No decorrer do desempenho de seu papel, tem o poder de influenciar tanto de maneira positiva quanto negativa, as pessoas que compõem a escola.

Na Escola Paroquial “João XXIII”, as diretoras que por ali passaram (quadro n. 5) tiveram como marca o empenho com um trabalho coletivo, voltado para a criação de uma boa imagem da escola, tendo em vista prestar um serviço de qualidade, envolvimento e participação dos pais em diferentes ocasiões e eventos; oferecer uma recepção agradável a todos que adentrarem à mesma, demonstrando respeito e cordialidade; zelar pela aparência física da escola; propagar as atividades realizadas na escola e convidar o público a prestigiá-las.

Quadro 5 – Quadro de diretoras da Escola Paroquial “João XXIII”

NOME DA DIRETORA	PERÍODO	TIPO DE ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO ESCOLAR
Terezinha Maria de Lima Torres	1960 a 1990	Eleita pelos dirigentes católicos
Neuza Gonçalves Basílio	1990 a 1995	Eleição
Maria Teodora Martins Borges	1995 a 2000	Eleita por aclamação
Nilva D’arc de Assis Ferreira	2000 até a desativação	Eleita por aclamação

Fonte: Adaptado pelo Autor na consulta ao Acervo da Escola

Aqui se faz pertinente relatar brevemente sobre essas diretoras, na qual suas imagens se encontram no Anexo 23, trazer aqui suas influências sociais, políticas e religiosas, bem como, sobre suas atuações e longevidade dos mandatos. A primeira diretora, Terezinha Maria de Lima Torres, que teve um mandato de trinta anos (1960 a 1990) vem de uma família tradicional do município e muito envolvida com a evolução da Igreja Católica. Foi eleita pelos dirigentes católicos da época e contribui nos grandes avanços da referida escola.

Neuza Gonçalves Basílio, diretora entre 1990 e 1995, a partir das eleições para diretores escolares marcou o período da afirmação da gestão democrática do ensino público, garantida pela “Constituição Federal de 1988 e Estadual e de acordo com a Portaria nº 4.196/90, que estabeleceu critérios para a realização das eleições Diretas para o Diretor de unidade escolar da rede estadual de ensino e de Convênio” (PPP, 1999, p. 18). Foi nessa gestão que o caráter político da gestão escolar começou a ganhar evidência na referida escola, uma vez dirigir uma escola desde então “implicaria participação e, portanto, a presença da política na escola” (OLIVEIRA, 2002, p. 137). Era influente na sociedade e na religião.

A terceira diretora foi Maria Teodora Martins Borges que dirigiu a escola entre 1995 a 2000 a partir de eleições diretas, sempre trabalhou na escola e acompanhou o fato de todas as escolas continuarem condicionadas pelos influxos dos sistemas de ensino e estes pelas influências dos organismos internacionais. Foi eleita por aclamação (votos expressos verbalmente) com forte influência entre os representantes políticos e católicos do município e promoveu uma gestão com caráter democrático, acumulando competência técnica para os processos de autonomia pedagógica, administrativa e financeira e competência política para os processos participativos.

Por fim, a quarta diretora, Nilva D’arc de Assis Ferreira atuou de 2000 até o encerramento de seu funcionamento. Também foi eleita por aclamação. O fato de já serem

impostas as eleições diretas para diretores escolares e três das diretoras da referida escola serem eleitas por aclamação, demonstra nesse caso específico que a função de diretor de escola foi criada como cargo em comissão ou função de confiança.

A Escola Paroquial “João XXIII” com seu caráter peculiar esteve à margem da legalidade da eleição direta para diretor escolar, conforme figura 19, que ilustra a Ata nº 03/1990 realizada durante a realização da eleição. E, se ainda estivesse em funcionamento seria necessário, portanto, que essa função tivesse outra base legal, diferente de cargo comissionado. Isso, em função de todas as diretoras terem tido uma sólida estrutura política, social e religiosa no período de suas atuações.

Não menos importante do que a equipe gestora numa instituição escolar é o corpo docente. Há muito tempo, a tese de que o professor é aquele sujeito que chega à escola e ministra suas aulas previamente preparadas e vai para casa com sua missão cumprida deixou de existir. Para Santos (1995) ao professor cabe a formação do cidadão consciente de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e de cada pessoa no conjunto da sociedade humana, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro, o que implica em considerá-lo o grande agente do processo educacional. Ciente da importância desse profissional no processo educativo, a Escola Paroquial “João XXIII” buscava compreender a realidade vivida pelo professor dentro da escola, seus dilemas e desafios.

Kreutz (2004, p.68) explica que a partir da disseminação da escola pública, a figura do professor de escolas paroquiais (ou, professor paroquial) foi intensamente defendida em oposição ao magistério laico, sendo que o fundamento da ação deste professor seria “[...] uma real formação cristã e uma vida exemplar”. Mas, a análise das atas registradas no Livro de Atas “Reuniões com professores” (1967/1977) mostra que a referida escola buscava, ainda, a remoção de barreiras que desrespeitam as diferenças de formação presentes no espaço escolar.

Figura 19: Ata nº 03 da Eleição para Diretor da Escola Paroquial “João XXIII” – 1990

2

Ata nº 03/90 Realização da Eleição para Diretor.

Nos sete dias do mês de dezembro de Um mil novecentos e noventa, foi realizada na Escola Paroquial “João XXIII”, situada à Rua Mário de Lima Filho nº vinte e seis, nesta cidade, a eleição para diretor, reuniu-se a Mesa Receptora de votos acima referida, integrada pelos seguintes membros: 1- Presidente: Alorismar Silva Mesquita, 2- Secretária: Ana Matilde de Oliveira Martins, 3- Mesária: Maria de Fátima Mendes e 4- Suplente: Vilma Alves Fernandes Lordeiro. A votação iniciou-se às dez horas e encerrou-se às vinte e duas horas, Não houve interrupções. No decorrer da eleição tivemos a visita da Delegada de Ensino e funcionárias da Delegacia Regional de Educação de Pires do Rio. Compareceram e votaram cento e cinquenta e três eleitores. Às vinte e duas horas e quinze minutos instalou-se a mesa de apuração para contagem de votos da Unidade Escolar, com a presença do Relator de votos o senhor Valdirino Emídio - Carneiro, membro da Associação de Pais, Mestres e Amigos, presente também os anotadores: Maria de Fátima Mendes, Ana Matilde de Oliveira Martins e Vilma Alves Fernandes Lordeiro. Participaram também da apuração os fiscais nomeados pela Candidata o Sr. Alfredo Vaz Ribeiro e Sr. Maria da Luz Mendes Carneiro que também faz parte da Associação de Pais, Mestres e Amigos. Procedida a apuração, registraram-se os seguintes resultados, conforme relação abaixo: votos válidos cento e trinta e nove (139) votos em branco (04) quatro votos nulos (10) dez. Total de votos cento e cinquenta e três. Ficando eleita a candidata Neusa Gonçalves Basilio. Nada mais havendo a constar eu Ana Matilde de Oliveira Martins lavrei a presente ata que sera assinada por mim e demais membros.

Ana Matilde de Oliveira Martins - Secretária - Anotador.
Alorismar Silva Mesquita - Presidente
Alorismar Silva Mesquita - Mesária e Anotador.
Vilma Alves Fernandes Lordeiro - Suplente e Anotador.
Valdirino Emídio - Relator
Alfredo Vaz Ribeiro - Fiscal

Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

O quadro (6), a seguir, mostra os professores lotados na Escola Paroquial “João XXIII” em 1999, considerando-se que esse mesmo quadro se manteve até 2001, com raríssimas alterações.

Quadro 6 – Formato dos docentes da Escola Paroquial “João XXIII”

Nº	CÓDIGO /FUNÇÃO	NOME	CARGO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	OBSERVAÇÕES
01	35	Florismar Silva Mesquita	PI	N	
02	35	Nilza Gonçalves	PI	N	
03	35	Vânia Lucia E. de Souza	PI	N	
04	35	Rita de Cássia Cabral	PI	S/V	Pró-labore
05	35	Telma Catarina Pimenta	PI	S/V	Pró-labore
06	01	Maria Teodora Martins Borges	PI	N	
07	02	Nilva D’arc Assis Ferreira	PIV	N	
08	03	Néri Terezinha de Assis	PIV	N	
09		Ireni Rosa Mundim	PER		Professora Municipal
10		Maria Lúcia M. Pereira	PEP		Professora Municipal
11		Vilma Terezinha de Rezende	PEP		Professora Municipal
12		Verônica Borges	PEP		Professora Municipal

Fonte: Adaptado do Projeto Político Pedagógico da Escola Paroquial “João XXIII” (1999), pelo autor.

Na escola investigada, um dos maiores desafios que se impunha era propiciar um trabalho voltado para o desenvolvimento da capacidade de pensar dos alunos. Assim, nas reuniões com pais e mestres, conforme sinalizam as atas analisadas, sempre era proposta uma reflexão que se encerrava numa ação coletiva, levando os professores a repensarem a organização de suas atividades docentes, partindo em busca de práticas que sensibilizassem os alunos a participarem ativamente da construção de seus conhecimentos e de suas vidas escolares.

Instalou-se na escola durante toda a sua existência a ideia de que para que os alunos pudessem aprender de fato, eles tinham que desenvolver um espírito crítico e criativo, de modo que os educadores não podiam ignorar o mundo no qual esses alunos viviam. Era dado um espaço para esses atores, ou seja, esses alunos eram ouvidos para se conhecer melhor suas opiniões, anseios e sonhos.

Uma simbologia do valor que a escola repassava para seus alunos, demonstrando-lhes a importância e o valor de um envolvimento ativo no processo educativo e, sem dúvida, redesenhando uma nova escola e uma nova concepção de educação.

Figura 20 – Relação aluno, professores, escola e comunidade escolar - 2000



Fonte: Acervo Pessoal Florentina Pereira Domingos (2017)

Parece evidente com base nos registros consultados, que a interação entre alunos, professores, comunidade escolar e extraescolar, seria possível transformar a realidade da sala de aula no que diz respeito à relação professor-aluno e o processo ensino-aprendizagem. Esses momentos eram uma forma de demonstrar que o respeito e a cooperação são condições indispensáveis para o desenvolvimento de atividades educativas.

As atas das reuniões de professores e de pais e mestres indicam alguns desafios de construir posturas baseadas no respeito ao outro, sendo necessário tempo para que os alunos começassem a compreender que as regras de convivência favoreceriam as relações na sala de aula e fora dela.

Quadro 7 – Quantidade de alunos da Alfabetização de Adultos – Noturno

A N O	1º Série			2º Série			3º Série			4º Série			T O T A L
	A P R O	R E P	D E S I S T	A P R O	R E P	D E S I S T	A P R O	R E P	D E S I S T	A P R O	R E P	D E S I S T	
1969	7	-	1	10	1	-	-	-	-	-	-	-	19
1970	2	5	-	-	-	-	12	3	-	-	-	-	22
1971	15	-	-	11	3	-	-	-	-	7	7	-	43
1972	7	-	2	9	-	1	3	1	-	15	2	1	41
1973	-	-	-	19	-	-	15	-	-	8	-	-	42
1974	3	-	3	8	1	2	4	1	1	6	-	4	33
1975	4	-	4	17	-	-	4	-	2	16	-	5	52
1976	5	1	-	5	-	-	3	-	2	6	-	8	30
1977	-	1	11	-	-	15	-	1	9	2	-	17	56
1978	1	-	11	2	-	5	-	-	-	5	-	13	37
1979	10	2	4	3	4	1	4	3	5	6	2	3	47
1980	4	-	4	4	-	2	-	2	8	5	-	6	35
1981	3	2	3	5	1	3	1	4	6	3	2	4	37
1982	-	5	9	5	1	4	1	-	8	2	-	6	41
1983	3	1	5	2	1	5	2	-	5	4	-	8	36
1984	5	1	4	2	2	3	2	-	6	5	-	10	40
1985	2	3	3	-	2	5	-	-	-	1	1	3	20
1986	-	1	6	-	4	1	-	-	5	1	-	3	21
1987	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1988	1	-	10	1	1	8	-	-	3	3	-	8	35
TOTAL DE ALUNOS (1969-1988) NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS												687	

Fonte: Produzido pelo autor a partir da consulta aos Livros de Resultado Final

Pela regularidade da oferta de diferentes turmas de Alfabetização de Adultos no turno noturno, evidencia-se o caráter social da Escola em acolher um público que provavelmente não fora absorvido por outras instituições. Se considerar o tamanho do município e a população em idade escolar, esse número é expressivo no sentido de indicar a existência de uma demanda composta por jovens e adultos atendida durante mais de duas décadas. Algo que chama a

atenção por confirmar as estatísticas escolares, e o elevado número de desistentes em diferentes séries, sendo superior ao número de reprovados no mesmo período e séries.

Quadro 8 – Quantidade de alunos do Ensino Fundamental – I Fase da Escola Paroquial “João XXIII” de Urutaí (1967 – 2001)

Ano	Pré- Inicial	Alfabetização	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	TOTAL
1967	-	-	60	20	20	-	100
1968	-	-	29	28	22	17	96
1969	-	-	49	30	24	35	138
1970	-	-	26	24	23	14	87
1971	-	-	33	24	19	21	97
1972	-	-	60	38	38	39	175
1973	-	-	27	34	31	35	127
1974	-	-	30	31	37	25	123
1975	-	-	63	39	35	31	168
1976	-	-	73	47	35	34	189
1977	-	-	107	34	39	51	231
1978	-	-	90	56	35	41	222
1979	-	-	94	43	46	40	223
1980	-	-	88	39	37	37	201
1981	-	-	78	41	38	26	183
1982	-	-	73	59	36	44	212
1983	-	60	75	59	48	27	269
1984	-	69	70	54	47	38	278
1985	-	72	60	59	53	45	289
1986	-	77	76	55	49	50	307
1987	-	66	56	49	44	55	270
1988	32	42	51	53	45	55	278
1989	32	51	48	52	52	55	290
1990	32	43	40	47	53	47	262
1991	44	49	37	39	41	62	272
1992	44	49	37	38	35	38	241
1993	29	25	59	52	32	26	223
1994	26	28	32	49	36	21	192
1995	-	40	28	30	47	22	167
1996	-	25	38	25	35	45	168
1997	-	30	28	36	18	31	143
1998	-	29	34	25	36	17	141
1999	-	25	41	27	23	30	146
2000	-	-	31	20	29	23	103
2001	-	-	31	21	23	29	104
TOTAL DE ALUNOS (1967-2001) NO ENSINO FUNDAMENTAL							6715

Fonte: Produzido pelo autor a partir da consulta aos Livros de Resultado Final

Pelo demonstrativo do quadro 8, verifica-se a permanência no quantitativo de alunos matriculados no antigo ensino primário e atual nível 1 do Ensino Fundamental, até o início da

década de 1980, com regularidade na oferta de turmas de primeira à quarta série, com acréscimos nos anos subsequentes, de turmas de Pré-Alfabetização e Alfabetização. Do quantitativo de matrículas a cada ano, observa-se a provável continuidade dos estudos dos mesmos alunos nas séries, não incorrendo em redução no número de matriculados de uma série para outra.

O comparativo do quadro 7 – alunos jovens e adultos de EJA com o quadro 8 - crianças e adolescentes no Ensino Primário em Fundamental 1, em turmas do fluxo regular idade-série, é possível indicar um atendimento total superior a três mil alunos, no período de funcionamento da Escola Paroquial, considerando apenas os demonstrativos localizados em arquivo. Ao ampliar tal abrangência para as famílias e agregados do grupo familiar, esse quantitativo pode alcançar uma representatividade percentual expressiva no âmbito do município, ou seja, atingira quase todas as famílias católicas da localidade.

Novamente referindo-se ao tamanho do município, é considerável a abrangência do atendimento, haja vista a existência de outras escolas públicas, privadas e confessionais dispostas a uma distância inferior a vinte quilômetros. É possível demarcar o papel formativo da Escola Paroquial tanto no ensino primário quanto na EJA, enquanto outras instituições se ocuparia dos demais níveis e modalidades de cursos, na sequência dos estudos e na diversidade de qualificação em áreas específicas.

2.9. Existência de associações religiosas vinculadas à escola: um desenho da diversidade de vertentes educativas e da diversidade de seus alunos

Para sinalizar a existência de associações religiosas vinculadas à escola em questão, é interessante resenhar o perfil das escolas paroquiais, que por vezes teve suas características relatadas nessa pesquisa, mas não de forma uniforme. Comparando as fontes bibliográficas utilizadas para essa pesquisa, vê-se que atuação da escola paroquial em torno da alfabetização e da formação religiosa que em conjunto, prevê (ou previam) uma educação integral e não apenas uma formação para a leitura e a escrita ou a oração, mas Strieder (2008) assevera que cabe às escolas paroquiais desenvolver uma formação ampla da personalidade direcionada para o cumprimento das regras sócio religiosas que transforma os alunos em bons cristãos e bons cidadãos.

Segundo a mesma autora, a escola paroquial tem (ou tinha) duas funções distintas: a educação e a instrução, sendo que a educação visava à formação do caráter, e a instrução (o ensino de conteúdos específicos) funcionava como complementação para uma melhoria das atividades do cotidiano. Assim, é preciso concordar com a autora quando ela argumenta que:

É neste sentido que se torna coerente a intensa integração entre escola, igreja e família, por serem elas instâncias educativas em busca da mesma formação integral para as crianças. À família, especialmente na figura dos pais, enquanto uma das instâncias educativas cabia a maior parcela da responsabilidade na educação das crianças, pelo que ela era constantemente cobrada, especialmente pela igreja. A escola representava a continuidade deste processo educativo iniciado na família. No regime educacional inicialmente implantado nas escolas comunitárias [...], não cabia à escola definir isoladamente os conteúdos a serem ensinados, mas, enquanto instância de complementação para a educação familiar eram os pais que tinham o direito natural sobre a educação dos filhos, expressando-se por meio da comunidade para escolher estes conteúdos, acompanhando de perto o desenvolvimento das atividades. Uma segunda autoridade sobre a escola e a educação nela processada era a Igreja, que, com o aval da comunidade, em geral profundamente religiosa, apresentava regras, normas e leis que deveriam ser aprendidos pelos alunos na escola (STRIEDER, 2008, p. 130).

Desse modo, toda e qualquer escola paroquial ou católica está associada a movimentos religiosos, ainda que muitas delas – esse era o caso da Escola Paroquial “João XXIII” - cumpriam (ou cumprem) a função que a própria comunidade estabelece se tornando resultado de uma situação econômica, geográfica e social, que permitia ou dava autonomia para a sua organização educacional. As associações religiosas existentes na referida escola de mais significados eram:

- ✓ O Apostolado da Oração que é um grupo de fiéis devotos ao Sagrado Coração de Jesus que tem por missão rezar por intenções diversas e principalmente pelas intenções indicadas pelo Papa.
- ✓ A Infância Missionária que é uma associação que tem a função de auxiliar os educadores a despertar, gradualmente, a consciência missionária nas crianças, animá-las a fim de compartilharem sua fé e os seus bens materiais com as próprias crianças das regiões e Igrejas mais necessitadas e promover as vocações missionárias a partir da idade mais tenra⁶.
- ✓ A Catequese Infantil que é um trabalho de iniciação cristã realizado, através de atividades lúdicas e diversificadas, com crianças de 4 a 7 anos que "(...) poderá haver formação religiosa na Paróquia para crianças na faixa etária de 4 - 7 anos, através da Catequese Infantil, subdividida em grupos separados (4-5 anos; 6-7 anos). Este período

⁶ Conceito de Infância Missionária publicado em 22/07/2009. Disponível em: <http://multiplicandoidealmissionario.blogspot.com.br/> Acesso em 10/01/2017.

de formação não pode ser considerado obrigatório para os catequizandos" (CNBB, 2007).

- ✓ Os Grupos de Jovens Católicos que se apresentam como o alicerce da Pastoral da Juventude, por que são grupos que têm tarefas, brigas, treinamentos, estudos e muita oração e ação, confirmando uma aprendizagem religiosa fora da família e da escola. Estes grupos que criam laços que confrontam a vida com o evangelho e formam lideranças jovens para o engajamento na Igreja e na sociedade.
- ✓ Sociedade São Vicente de Paula (os Vicentinos) Segundo Monteiro (2003) é uma organização de leigos cristãos que procuram atingir a santificação por meio da prática da caridade, inspirando-se no pensamento e obra de São Vicente de Paulo (1581-1660). A Sociedade São Vicente de Paula foi fundada em Paris, em abril de 1833, pelo conhecido escritor católico Frederico Ozanam, com base num objetivo célebre: abraçar o mundo inteiro numa Rede de Caridade.

Com a existência dessas associações religiosas vinculadas à referida escola, o seu trabalho pedagógico remetia a uma necessária participação na igreja, mesmo porque no Brasil, desde o início do processo de institucionalização da educação, a Igreja Católica teve papel de destaque, para não dizer, de monopólio sobre ela.

O ponto de vista defendido pelos porta-vozes da Igreja Católica do município e pela direção da escola vinha de encontro ao que alguns documentos da Igreja Católica estabeleciam sobre a educação, podendo citar os Estudos da CNBB (1981) que enfatizaram que “[...] ninguém – muito menos um cristão – pode negar à Igreja o direito a assumir sua parte na educação. Ela não pode deixar de pôr a benefício da sociedade humana os valores de que é depositária”.

Assim sendo, o que pode resenhar ao final deste capítulo é que a Escola Paroquial “João XXIII” enquanto objeto de estudo no contexto de uma diocese (micro) e no contexto da Educação Católica (macro) teve seu formato talhado para não negar à Igreja Católica o direito de mostrar seus valores depositários. Ainda que tenha trabalhado pedagogicamente a alfabetização e os primeiros anos do Ensino Fundamental, pode ser dizer que houve uma permanência na relação escola-igreja. Os eventos, os rituais litúrgicos, a própria educação em si eram o diferencial dessa relação.

No que se refere à função social da referida escola, tem-se conforme os apontamentos dos Livros de Atas do Resultado Final que as significações da equipe gestora, dos professores e dos funcionários sobre essa função era fortemente marcada por uma concepção humanitária da criança e da família. Ou seja, a função social da tinha como principal objetivo transmitir

conhecimentos e formar para o exercício de uma profissão, dado que seus alunos eram de naturalidades diversas e de ocupações/profissões, ainda mais diversas, conforme Apêndice B.

Ao analisar o quadro, localizado no Apêndice B, pode-se inferir que o perfil dos alunos adultos matriculados na referida instituição sugerem uma educação popular e, conseqüentemente, o perfil dos alunos do Ensino Fundamental seguia o mesmo padrão, de modo que a afirmação sobre a escola em questão são de ordem política, ou seja, a escola essencialmente católica com algumas associações religiosas vinculadas, empenhada em realizar rituais litúrgicos como comprovação de seu compromisso com a formação religiosa de seus alunos, vislumbrou a possibilidade de interferir na organização da sociedade tomando como base a educação.

O seu marco histórico mostra que a referida escola se fundou em 1960, entretanto as suas proposições se confrontaram com as do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova que após constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Ser uma escola única, pública, obrigatória e gratuita foi o alvo de seu funcionamento, mas jamais foi laica.

É interessante observar que a função social da escola era sinalizada até nas datas comemorativas quando todos os agentes da escola se envolviam na busca de soluções por seus problemas. A Ata nº 01/98 mostra que por ocasião dessas comemorações a escola buscava alternativas para solucionar os problemas relativos à escassez de provimentos financeiros. A ata demonstra uma integração efetiva entre religião, cultura popular e trabalho coletivo para angariar recursos para manter a festa junina, transferindo para os festeiros e seus pais a responsabilidade por esses recursos.

2.10. Organização Curricular da Escola Paroquial “João XXIII” em consonância com a diversidade de vertentes educativas e o perfil dos alunos

Na configuração da cultura escolar, o currículo expressa a organização dos tempos/espacos nos quais a escola vai desenvolver os diferentes conhecimentos e valores que durante a construção do seu Projeto Político Pedagógico (PPP) forem considerados necessários para a formação de seus alunos, devendo sublinhar que a construção do PPP é uma exigência embasada no princípio da autonomia da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -

LDBEN (Lei nº 9394/1996) que estabeleceu como incumbência da escola e de seus professores (Art. 12 e 13) essa construção.

Para Silva (2009, p. 1) é na (ou com) a construção do PPP que todos os atores da escola “(Pais, Professores, Alunos, Funcionários) debate, discute e estabelece suas concepções de homem, de mundo, de sociedade, de conhecimento, de currículo, de avaliação [...], com o objetivo de criar [...] diretrizes próprias para as práticas que pretende implantar”, ressaltando-se que “dentre as práticas implantadas pela escola, a mais legitimamente ligada à sua razão de ser é, sem dúvida, a que denominamos desenvolvimento do currículo escolar”. Assim, a organização curricular se ocupa da elaboração e desenvolvimento do currículo escolar que é:

Muito mais do que um conjunto de saberes dividido em áreas de conhecimento, disciplinas, atividades, projetos e outras formas de recorte, por sua vez hierarquizados em séries anuais ou semestrais, ciclos, módulos de ensino, eixos e outras formas de escalonar o tempo, o currículo é o coração da escola. É por dentro dele que pulsam e se mostram as mais diversas potencialidades, em meio às reações manifestadas pelos alunos nos seus escritos, desenhos, jogos, brincadeiras, experimentos, estratégias de relacionamento entre si e com os educadores. É por dentro dele que desejos podem ser tolhidos ou encorajados. A força do currículo escolar é tanta, que sobre ele costumam recair os aplausos ou as críticas sobre o “êxito” ou “fracasso escolar”, quando se discutem as causas internas da boa ou da má qualidade do ensino. Assim, quando crescem os índices de reprovação e evasão escolar é bastante frequente que os Sistemas de Ensino e as escolas procurem reorganizá-lo, intensificando, por exemplo, o número de horas de determinada atividade, disciplina ou área de conhecimento, ou, ainda, incluindo novos componentes curriculares ou excluindo outros (SILVA, 2009, p. 1-2).

Na Escola Paroquial, a organização curricular é um diferencial conforme pode se constatar no quadro 8 e no Apêndice B que vislumbram uma confluência de disciplinas que se complementam e promovem a interdisciplinaridade. É o que Silva (2009, p. 2-3) denomina de organização curricular ciclada, ou seja,

[...] a matriz curricular é dividida “em tempos que costumam variar [...], mas considera as variações evolutivas dos alunos, suas histórias pessoais/familiares, suas experiências, seu ritmo, [...] sempre procurando compreender e atender cada um em suas diferenças, mas sem perder de vista sua inclusão na sociedade como [...] protagonistas na vida coletiva. Mas é, acima de tudo, o resultado de uma nova concepção de escola como espaço onde as aprendizagens não se dão apenas a partir de um campo científico definido [...] mas, sim, agregando valor formativo a cada um dos [...] campos do saber sistematizado.

Quadro 9 – Matriz Curricular ou Disciplinas oficiais do Ensino Fundamental – Infantil da Escola Paroquial “João XXIII”

Disciplinas	1983-1986		1987		1988		1989		1990-1994		1995-1999	
	1*	2*	1*	2*	1*	2*	1*	2*	1*	2*	1*	2*
Compreensão	-	X	-						N		N	
Atenção	-	X	-						Ã		Ã	
Memória	-	X	-						O		O	
Raciocínio	-	X	-									
Percepção	-	X	-						T		T	
Movimento	-	X	-						E		E	
Habilidades	-	X	-						M		M	
Imaginação	-	X	-									
Vocabulário/	-	X	-	X	X	X		X				
Responsabilidade	-	X	-						D		D	
Aspecto Emocional	-	-	-		X				I		I	
Aspecto Psicopedagógico	-	-	-		X				S		S	
Visual	-	-	-		X				C		C	
Auditivo	-	-	-		X				I		I	
Viso Motora	-	-	-		X				P		P	
Corporal	-	-	-		X				L		L	
Matemática	-	-	-	X		X	X	X	I	X	I	
Integração Social/Estudos Sociais	-	-	-	X		X	X	X	N	X	N	
Educação Artística	-	-	-	X		X	X	X	A	X	A	
Ensino Religioso	-	-	-	X		X	X	X	C	X	C	
Educação para o trânsito	-	-	-	X		X	X	X	A		A	
Relacionamento	-	-	-		X				D		D	
Hábitos	-	-	-		X				A		A	
Educação Física	-	-	-		X				S	X	S	
Coordenação Motora	-	-	-		X				T		T	
Ciências	-	-	-	X	X	X	X	X	R	X	R	
Língua Portuguesa	-	-	-				X	X	A	X	A	
Tarefas	-	-	-		X				D		D	
									A		A	

1* Pré-Inicial / 2* Pré-Alfabetização

Fonte: Produzido pelo autor a partir da consulta aos Livros de Resultados Finais

Quadro 10 – Matriz Curricular ou disciplinas oficiais do Ensino Fundamental – I fase da Escola Paroquial “João XXIII”

Disciplinas	1967				1968-1969				1970-1976				1977-1982				1983-1988					1989-2001									
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	E	1º	2º	3º	4º	E	1º	2º	3º	4º					
Português	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X										N					N	X	X	X	X
Comunicação e Expressão													X	X	X	X	S	X	X	X	X	S					S				
Aritmética	X	X	X	X													N					N					N				
Matemática					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X	X	O	X	X	X	X	O	X	X	X	X
Estudos Sociais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X																			
Ciências	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					F					F					F	X	X	X	X
Desenho							X										U					U					U				
Moral e Cívica									X	X	X	X	X	X	X	X	N					N					N				
Integração Social													X	X	X	X	A	X	X	X	X	A					A				
Iniciação à Ciências													X	X	X	X	M	X	X	X	X	M					M				
Religião	X	X	X	X													N					N					N				
Educação Artística													X	X	X	X	T	X	X	X	X	T	X	X	X	X	T	X	X	X	X
Formação Religiosa													X	X	X	X	L	X	X	X	X	L	X	X	X	X	L	X	X	X	X
Educação para o trânsito																	-					-					-	X	X	X	X
Educação Física																	N					N					N	X	X	X	X
Inglês																	A					A					A			X	X
Educação Religiosa																	N					N					N	X	X	X	X
Artes																	T					T					T	X	X	X	X
																	I					I					I				
																	L					L					L				

Fonte: Produzido pelo autor a partir da consulta aos Livros de Resultados Finais

Vê-se nos quadros 9 e 10 que a organização curricular da instituição descrita estabelece relações com toda a sua organização interna ou, como todos os aspectos apreciados na escola dentro deste capítulo, sendo pertinente citar que “isso implica, necessariamente, no estabelecimento de uma ética curricular que respeita os percursos individuais, mas que impõe o trabalho coletivo com vistas a consolidação de uma sociedade democrática” (SILVA, 2009, p.2).

Historicamente, a educação católica, ou as ações desenvolvidas em escolas católicas apontam recorrentemente a uma organização curricular que permita aos seus alunos a constituição de suas potencialidades. Nesse tipo de escola existe o entrelaçamento entre todas as ações eminentemente educativas com as concepções, diretrizes e bases que se institui para a educação, materializando-se assim, ações voltadas para a realidade cotidiana da escola que, ainda que seja submissa às políticas educacionais públicas, não perde seu caráter humanitário e fomentador de valores morais e religiosos, a coexistência dos rituais cívicos e religiosos é cultivada nas diferentes atividades desenvolvidas no interior da escola, na igreja, com alunos, professores e comunidade.

Dado que a estrutura escolar, organização interna e trabalho pedagógico da Escola Paroquial “João XXIII” sofrera uma análise abrangente que permitiu vislumbrar suas potencialidades e limitações, bem como, seu trânsito entre ideais educativos emancipatórios e diretrizes do sistema de ensino vigente na época, a abertura propiciada pela diocese e paróquia local, no sentido de reforçar a natureza mista da escola, sendo construída em área da igreja, porém conduzida por leigos católicos, com forte presença de ações pastorais no interior da escola, tem-se as marcas da formação religiosa e cívica preponderante nessa instituição.

O leitor neste o terceiro capítulo da pesquisa vai mergulhar no trânsito dos pontos e contrapontos de uma instituição de natureza mista (católica, entretanto não conservadora) com base no seu acervo escrito/fotográfico. Entende-se que esse aprofundamento vai mostrar com mais clareza quando se questiona se a escola desenvolvia, de fato, o trabalho pedagógico descrito.

CAPÍTULO 3: ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” – PONTOS E CONTRAPONTO DE UMA INSTITUIÇÃO DE NATUREZA MISTA COM BASE NOS DOCUMENTOS ESCRITOS/FOTOGRAFICOS ANALISADOS

Este capítulo tem por finalidade descrever o exercício analítico, cotejado pelas fontes documentais e fotográficas e a bibliografias, no intuito de discutir o que prevalece nas marcas e aspectos históricos da instituição. Aborda e problematiza as distinções e singularidades da escola, identificando vínculos e distanciamentos com a Diocese de Ipameri e paróquia local, confrontando as ações educativas e religiosas inscritas internamente na Escola Paroquial “João XXIII”, com os arranjos e relações estabelecidas por autoridades da igreja, leigos católicos e lideranças da cidade e do estado.

Uma redação mais sucinta e otimizada resolve que é importante compreender que o recorte temporal é fundamental para a pesquisa em História, de uma forma geral, incluindo-se a História da Educação, considerando-se complexo delimitar o recorte temporal de uma pesquisa sobre uma instituição escolar, tendo em vista que essa delimitação, segundo Bloch (2001) exige:

- ✓ muito conhecimento sobre o tema a ser pesquisado, pois assim detectam-se questões e períodos menos estudados e onde residem as principais dúvidas e “contradições” da historiografia;
- ✓ a disponibilidade de fontes, pois temas e períodos marcados por menor disponibilidade de fontes geralmente resultam em recortes temporais mais amplos para que seja possível apreender as rupturas e permanências que os historiadores sempre buscam;
- ✓ a formulação de um problema a ser investigado e da existência de condições que viabilizem o desenvolvimento do trabalho.

O mais interessante é quando o recorte temporal de pesquisas relacionadas com a História da Educação coincide com um dos marcos dessa história. O trato com a história das instituições escolares remete a ampliar conhecimentos sobre os desdobramentos da educação formal. Dado que o recorte temporal da presente pesquisa é entre 1960 a 2001, pode-se estabelecer relações entre suas práticas educativas e o quarto período das ideias pedagógicas no Brasil que se deu entre 1969 e 2001.

Neste período nascia a pedagogia produtivista que trouxe consigo as reformas de ensino, a concepção pedagógica tecnicista, a concepção analítica, a visão crítica reprodutivista, ou seja,

para Saviani (2013) as pedagogias críticas passavam a orientar as práticas educativas. Era o fim da educação excludente e o início de uma educação que tem o lema “aprender a aprender”.

Sobre tais constatações, pode-se dizer que a discussão sobre os pontos e contrapontos da Escola Paroquial “João XXIII”, uma instituição de natureza mista, estão ligados à pedagogia do momento. Dados já mencionados mostram uma prática educativa, por parte dessa instituição, um tanto inovada para seu tempo de funcionamento. De modo que este capítulo deverá descrever as constatações decorrentes da análise bibliográfica associada aos conhecimentos, relatos e dados da Escola Paroquial “João XXIII”, tecendo discussões e questionamentos acerca da instituição.

Aponta as distinções e singularidades da escola, identifica vínculos e distanciamentos com a Diocese de Ipameri-GO e paróquia local e, muito principalmente, verificar nas fontes - documentos escritos, vestígios da concepção de educação e de cultura escolar católica propagada pela e na instituição no período, tendo em vista que “os documentos abrem leques amplos de possibilidades narrativas” (LUCHESE, 2014, p.154).

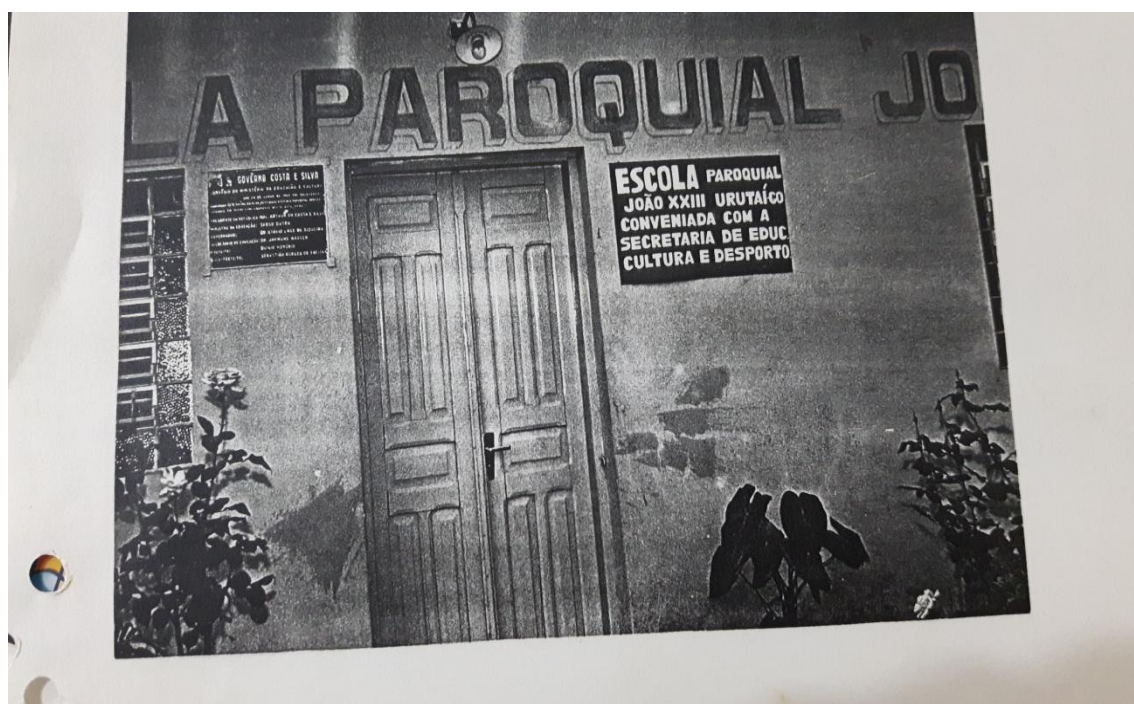
Do mesmo modo, os documentos fotográficos permitem interpretações históricas. Observe a confluência entre documentos escritos e fotográficos na história da escola em questão. Trata-se da placa de inauguração da escola que já sugeria ser ela conveniada com o Ministério da Educação em 1969 (figura 21). Depois a placa que demonstra seu convênio com a Secretaria de Educação Cultura e Desporto e por fim o pedido de um convenio permanente com o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Figura 21 – Placa de inauguração da Escola Paroquial “João XXIII” - 1969



Fonte: O Autor (2015)

Figura 22 – Placa de convênio entre a Escola Paroquial “João XXIII” e a Secretaria de Educação Cultura e Desporto - 1999



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

Figura 23 – Pedido de convenio permanente com o MEC - 1977

- PARÓQUIA BOM JESUS -
URUTAI - GOIÁS
Padres Beneditinos

Exmo. Sr.
Secretário da Educação e Cultura
Secretaria da Educação e Cultura
Goiânia- GO

O abaixo assinado John Rafferty, ou seja D. Columba John Rafferty, vigário da Paróquia de Urutaí vem, mais respeitosamente solicitar convênio permanente de acordo com a minuta oferecida pela SEC da Escola Paroquial João XXIII, desta cidade.

Nestes Termos
Fede Deferimento.

Urutaí, 20 de março de 1977.

D. Columba John Rafferty
Vigário da Paróquia

CARTÓRIO PÚBLICO
TABELIAO
URUTAI - GOIÁS

CARTÓRIO DO OFÍCIO
RECONHECIMENTO

Assinado por: *John Rafferty* *John D. Columba*
Deu fé, em _____ de _____
Urutaí (GO) em _____ de 1977
Tabelião Público - Tabelião

Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Paróquia do Bom Jesus de Urutaí-GO (2017)

Mesmo que as fotografias permitem a compreensão de uma sequência de acontecimentos no funcionamento da referida escola, não se pode tê-las como fontes de comprovação desses acontecimentos, mas também como fontes de interpretação, considerando-se a subjetividade da educação como um todo. De acordo com Oliveira & Bittencourt Junior (2003, p. 3),

A fotografia em si, como as demais fontes historiográficas, não é a representação fiel dos fatos nem testemunhas isoladas, não é explicativa por si mesma, mas poderá ser confirmadora de mudanças ocorridas ao longo de um período. Outrossim, é necessário advertir que o uso da fotografia como fonte histórica não dispensa o emprego de metodologias capazes de extrair informações corretas de sua imagem, mesmo que seja uma sequência fotográfica.

Os autores consideram que um documento fotográfico, analisado com o auxílio de outras fontes históricas permite muitas reflexões sobre as intervenções humanas nos recortes espaciais, possibilitando a expressão do imaginário pessoal, social, político e econômico dos sujeitos pertencentes deste espaço observado, consentindo a divulgação e preservação de uma memória cultural do mesmo.

Estabelecendo uma relação entre a forma com que o documento fotográfico é concebido pelos autores e a importância deste na descrição da pesquisa, pode-se dizer que este tipo de documento, no contexto da Escola Paroquial “João XXIII”, retrata a sua dinâmica operacional durante seu período de existência, o que permite uma interpretação de sua prática pedagógica, dada a insuficiência de registros sobre essa prática no seu acervo escrito/impresso.

É isso que as fotografias divulgadas retratam: a ideia de um convênio que se julgava efetivo, mas que em menos de uma década merecia sua revalidação para dar àquele espaço – a escola – uma situação permanente no que se referia às atribuições de um ministério voltado para as atividades educativas ali desenvolvidas. No bojo da pesquisa, essa confluência entre os dois documentos fotográficos mostra a inserção de outro elemento que passava a fazer parte da construção pedagógica da referida escola: as secretarias estaduais de educação.

Foi a partir da implantação dessas secretarias estaduais, na década de setenta, que se vislumbraram novos deveres nas práticas educativas e novos direitos para as escolas com o convênio permanente do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Convênio este que fora reivindicado em 1977 (figura 23).

A importância de abrir esse parêntese para tratar do papel dos documentos escritos e fotográficos na análise de seu período de desenvolvimento se justifica por que trazer a fotografia

para o cenário da educação significa dismantelar processos arraigados, pois a presença de documentos escritos e da fotografia na História da Educação amplia as metodologias de ensino.

É natural em todo pesquisador em história, e neste caso, em História da Educação a preocupação com a preservação de documentos, registros e fotografias antigas e atuais. Este zelo, invariavelmente acaba influenciando atitudes como potenciais fontes históricas para o futuro, dado que estas fontes permitem concluir toda existência de um fenômeno ou instituição escolar.

Na verdade, conhecer e compreender os princípios e finalidade da criação, manutenção e destituição da referida escola, bem como caracterizar as particularidades dela enquanto instituição, os alunos, as disciplinas, organização interna e distribuição de espaços que se inscreveu nos aspectos da Cultura Escolar Católica, é uma tarefa que o êxito provém de uma análise minuciosa de seu acervo escrito, documental e fotográfico.

Le Goff (2003) esclarece, oportunamente, que os acervos escolares contêm informações que possibilitam padronizar a análise dos diversos discursos e dos diferentes atores educativos e de temas relacionados à cultura escolar. Entretanto, existe a necessidade de cruzar as fontes produzidas em âmbito institucional com fontes externas, o que indica que a seleção dos documentos deve priorizar os documentos que chegaram até o presente.

A sequência da pesquisa deverá mostrar esse cruzamento entre o acervo escolar da escola com fontes externas, priorizando-se o recorte temporal da pesquisa, levando-se em conta que a pesquisa em acervos educacionais permite o estudo de uma série de elementos que constituem a cultura escolar. A Escola Paroquial “João XXIII” inclui, em seu acervo, fotografias de estudantes, professores, comemorações, entre outros, a partir da década de 1960. Ressalte-se a riqueza de sua documentação no que tange às possibilidades de temas e períodos a serem estudados.

3.1. As singularidades da Escola Paroquial “João XXIII” em seu período de funcionamento

O leque de temas acerca de uma instituição escolar é muito amplo. Desse modo, para contextualizar as singularidades e distinguir uma instituição escolar católica é uma tarefa complexa. Nesta perspectiva, há que se escolher algumas de suas várias particularidades para descrever. Assim, foram priorizadas as seguintes possibilidades de temas:

- ✓ o funcionamento de escolas paroquiais católicas no seu recorte temporal – 1960-2001;
- ✓ as tendências pedagógicas adotadas em seu período de funcionamento;
- ✓ do micro ao macro: a escola em seu contexto sociocultural.

Com relação ao funcionamento das escolas paroquiais neste período, pode-se dizer em consonância com os estudos de Kreutz (2004) que contrariando as mudanças políticas e sociais do seu país e o movimento brasileiro de adesão ao pensamento liberal, as escolas paroquiais vieram para atender as diretrizes do projeto de restauração desenvolvido pela igreja católica. Para o autor referenciado o “Romantismo Conservador era a referência político-cultural. E a Restauração Católica significou toda uma articulação das forças religiosas sob inspiração católica em oposição ao Liberalismo” (p. 36).

Foram muitas as causas de aproximação ou distanciamento do clero com a secularização do ensino. Um dos grandes motivos de se fazer funcionar efetivamente as escolas paroquiais no final dos anos noventa foi o rompimento entre o Estado brasileiro e a igreja católica, que era um processo que já ocorria desde 1889⁷. Sob a concepção de Heerdt (1992) esse processo fez com que a igreja se reorganizasse e passasse a desenvolver estratégias para não perder campo e evitar o abandono de fiéis. O ensino sistematizado oferecido em diversos tipos de instituições escolares da própria igreja, entre elas a escola paroquial, foi vital para essa reorganização.

Segundo o mesmo autor, a igreja católica, após a separação com o Estado, começou a montar seus mecanismos de influência e a se adaptar à nova situação de liberdade, deixando de depender do Estado. Foi nesse novo contexto organizacional da igreja católica que emergiram as escolas paroquiais consideradas como mecanismos de influência no setor social (mais especificamente na educação básica) como forma de combater o ensino laico, fomentando o ensino religioso e fortalecimento da fé.

O que parece ficar evidente é que, o que marca o funcionamento das escolas paroquiais é o fato de que o ensino religioso nessas instituições buscava garantir, “[...] desde cedo às crianças, uma formação sólida que acabaria com a ignorância religiosa e no futuro impediria a perda de fies para outras religiões tidas como falsas, [...] como o protestantismo, o espiritismo e a maçonaria” (CASTRO & CARDOSO, 2017, p. 612).

Na verdade, eram claras as recomendações para que as paróquias oferecessem o ensino primário em escolas católicas. Sobre essa afirmativa, Heerdt (1992) considera que havia uma recriminação ao ensino leigo, pois a igreja enfatizava que o ensino religioso deveria se sobrepor

⁷A separação entre o Estado e a igreja ocorre com a proclamação da república (1889), primeiramente através do Decreto, nº 119-A de 7 de Janeiro de 1890 e posteriormente com a Constituição de 1891 que, em seu Art. 72 garante a liberdade religiosa e determina a laicização total do ensino.

aos demais para, assim, “formar uma geração verdadeiramente cristã e forte, para resistir aos assaltos do inferno, que luta e pelega por nos arrancar a fé, levar-nos ao vício e á perdição” (p. 78).

Assim, as escolas paroquiais no final dos anos dos anos noventa, tinham uma função máxima: “garantir a educação da infância a partir de uma visão cristã” (HEERDET, 1992, p. 78). O autor esclarece que a criação e funcionamento de escolas paroquiais em todo o país estão ligados ao tipo de relação da igreja com o Estado, ou seja, a partir da Proclamação da República com o rompimento desta relação, a igreja católica iniciou a abertura de escolas paroquiais por todo país objetivando que o ensino religioso continuasse com a finalidade de educar “[...] o homem não somente para o mundo, mas também para Deus” (HEERDT, 1992, p.159).

Em síntese, pode-se inferir com base nos estudos realizados que o funcionamento de escolas paroquiais católicas no seu recorte temporal – 1960-2001 se deu muito em função do rompimento das relações entre Estado e Igreja e que, em Goiás, de acordo com Almeida Barros (2006) o período da implantação das escolas paroquiais está compreendido no período de 1944, com a chegada dos primeiros frades dos Estados Unidos em 1963, momento em que fundam as últimas escolas.

Se abrisse-se um paralelo nesse processo poder-se-ia inferir que o caso em estudo, teria proximidade com esse período convencionado pelos franciscanos no sudeste goiano e na mesma diocese. Porém, não há correspondência, embora localizados no mesmo território eclesiástico. A coincidência seria simplesmente de temporalidade e localidade, enquanto os processos são distintos. Escola Paroquial para os franciscanos tem um formato e disposição, ao passo que a Escola Paroquial em Urutaí tem outra organização, incluindo os propósitos e finalidades.

Ao tratar da singularidade da Escola Paroquial “João XXIII” que envolve as tendências pedagógicas e/ou os pressupostos de ensino adotados em seu período de funcionamento, precisa-se observar que:

A partir dos autores que abordam a criação e o funcionamento de escolas paroquiais, se torna possível não apenas diferenciá-las das demais instituições confessionais quanto a localização, como também apontar quais eram os seus pressupostos de ensino. [...]. No que se refere aos pressupostos de ensino, parece-nos que mesmo em contextos bem diferentes, permanecem praticamente os mesmos da igreja primitiva se compararmos com os séculos XIX e XX. Nota-se que, apesar dos alunos aprenderem a ler, escrever e as quatro operações da matemática o maior interesse da igreja em abrir escolas paroquiais no Brasil, não era a alfabetização em si, a instrução, mas esse seria o meio pelo qual se daria a catequização e formação religiosa, ou seja, toda a ação educacional estava voltada para a formação do verdadeiro cristão, aquele que buscava a perfeição de uma vida com Deus, rejeitando as demais religiões consideradas hereges e abraçando a doutrina católica desde cedo (CASTRO & CARDOSO, 2017, p. 614-615).

Ocorre que, ainda que o ensino religioso tivesse um foco abrangente em seus conteúdos de ensino, sua carga horária se limitava a seis horas semanais na escola analisada. Como já fora dito, a Escola Paroquial “João XXIII” se constituía de um ensino miscigenado, interdisciplinar e religioso. Estava sempre voltado para a sociedade e, conforme aponta seu Projeto Político Pedagógico que tem como base todos seus planejamentos de ensino desde o início de seu funcionamento, bem como, a concepção de ensino e desdobramentos das tendências pedagógicas vigentes, existia uma confluência de todas essas bases com as diretrizes do MEC e Secretarias Estadual e Regional de Ensino.

Os pressupostos de ensino adotados na referida escola durante seu período de funcionamento eram idealizados, elaborados e executados conforme as orientações de documentos, tais como: Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental, Grade Curricular para o Ensino Fundamental e Parâmetros Curriculares Nacional para o Ensino Fundamental (Item 16.2 do PPP, 1999.).

Na época inicial de seu funcionamento, a referida escola, atuava em consonância com a tendência pedagógica tecnicista que

Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne obtivo e operacional. [...] para tanto, era mister operacionalizar os objetivos e pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo educativo (SAVIANE, 2013, p. 281-282).

A inferência do caráter produtivista no ensino da escola era percebida no seu currículo que buscava fixar diretrizes e fixar intenções (1.8 do PPP, 1999) e na distribuição de conteúdos por série, que obedecia, rigorosamente, a seguinte sequência: classificação do conteúdo, sequência do conteúdo, exploração do conteúdo e fechamento do conteúdo. Felizmente, ainda que na educação brasileira predomine um distanciamento enorme entre teoria e prática, a escola avançou para tendência pedagógica analítica.

Essa tendência pedagógica, ao contrário da tendência tecnicista que valoriza a tecnologia educacional como forma de economizar tempo, esforço e custos no desenvolvimento do ensino busca melhor articulação da linguagem docente (SAVIANI, 2013). Na perspectiva pedagógica analítica, assevera o autor citado, que os professores eram/são orientados e se preocupam mais com os enunciados dos conteúdos, estabelecendo relações entre eles com a realidade dos alunos.

Entende-se que o início da aprendizagem de conteúdos novos demanda motivação, e esta pode ser vivenciada no convite aos novos conhecimentos (enunciados). Para Saviani (2013) a tendência pedagógica analítica pressupõe um cuidado especial por parte dos docentes na abordagem de temas, conceitos, conteúdos, etc. que incita a motivação para aprender, essencial em escolas de Ensino Fundamental seja qual for sua identidade.

Ainda que nessa escola, bem como em todas as escolas paroquiais brasileiras, a catequização e a formação religiosa eram os seus principais objetivos, essa miscigenação de algumas concepções pedagógicas na referida escola, aponta para uma instituição escolar integrante do projeto educativo da Igreja Católica. Entretanto, em seus planejamentos não se vislumbra nada relacionado com o Ensino Religioso.

No Projeto Político Pedagógico é possível perceber uma tentativa de evolução no desenvolvimento do ensino ali ministrado considerando-se o transito de algumas tendências pedagógicas que abrangem desde a concepção pedagógica tradicional até a produtivista, mas não se explica como a escola tratava os conteúdos religiosos. Entende-se, portanto, que essa seria sua maior singularidade: mostrar que a escola que era proveniente da Igreja Católica, estava voltada para o contexto da modernidade e empenhada em seguir as orientações didáticas da época.

Parece claro que a maior particularidade da referida escola é que ela se tratava de uma escola com práticas educativas diferentes e voltadas para a aproximação com a comunidade. Na intenção de contextualizar as singularidades da referida escola (tendências pedagógicas vivenciadas, pressupostos de ensino priorizados, currículo, planejamentos de ensino, elaboração de seu projeto político, etc.), é que se tem essa constatação de que a Escola Paroquial “João XXIII” desenvolvia práticas educativas diferentes, fugindo do tradicionalismo educacional do Brasil e da essência puramente religiosa, contradizendo o tipo de educação normalmente ministrada em escolas paroquiais brasileiras.

Ainda que as escolas paroquiais brasileiras se caracterizavam por uma disciplina rígida e por uma “educação que se centra no educador, no intelecto, no conhecimento, sob um rígido esquema de disciplina e hierarquia. Privilegia o adulto, considerando-o acabado, completo, em oposição à criança, que é um ser imaturo, incompleto” (KREUTZ, 2004, p. 225), essa não fora a realidade vivenciada na escola analisada que, sob a ênfase de tendências pedagógicas mais modernas, não se encaixou no sistema meritocrático.

Sobre a relação da Escola Paroquial “João XXIII” com a Diocese de Ipameri, igreja local e sociedade é importante considerar que

[...] a Igreja Católica sempre atuou no campo educacional, porém, a partir da estruturação de uma nova ordem social, no contexto da Revolução Industrial e para atender a uma camada social emergente, a instituição direcionou seu olhar para os mais pobres e não apenas para a elite. Desse modo, ao longo do século XIX, as mais diversas Congregações Religiosas penetraram gradativamente no campo educacional e passaram a atuar junto à elite e também aos pobres, tanto na esfera pública quanto na privada, as denominadas Escolas Paroquiais (PASQUINI & TOLLEDO, 2017, p. 6370-71).

Do mesmo modo, a diocese, enquanto uma região administrativa entregue à administração eclesiástica de um bispo ou arcebispo, está vinculada à Igreja Católica, logo com autonomia suficiente para orientar a educação em escolas vinculadas à Igreja. Sendo assim, a relação da Diocese de Ipameri/GO com a referida escola estabelecia contato com o sacerdote e com toda a influência religiosa. Além de tornar o ensino religioso mais enfático quanto à divulgação do evangelho.

Não se pode ignorar, quando se trata da relação Diocese de Ipameri/GO com a Escola Paroquial “João XXIII”, outras escolas vinculadas a ela e os seus movimentos sociais que:

A relação Igreja Católica com organizações e movimentos sociais na Diocese de Ipameri (GO) trazem resultados significativos através de parceria em ações que contribuem para a construção de uma sociedade justa. Ações estas que propõe alternativas para melhorar a qualidade de vida dos empobrecidos, para conservação do meio ambiente e da **criação de um modelo de educação que respeite a cultura da população local**, principalmente daqueles que ainda resistem em viver no campo (SOUZA & PEREIRA, 2010, p. 274) (grifo nosso).

Para os autores referenciados, a educação para a Diocese de Ipameri/GO é a condição máxima de promoção humana, tanto que nela existem outras organizações que contribuem com a promoção humana, por exemplo, creches e projetos educacionais mantidos pelo Centro Social em parcerias com as prefeituras dos municípios da diocese, projetos de inclusão digital em alguns centros comunitários, cooperativas de trabalhadores rurais e também algumas pastorais como a Pastoral da Criança e Pastoral da Saúde, bem como, vários encontros de formação de lideranças contribuindo na análise do contexto socioeconômico local.

Dessa maneira, pode-se dizer que a relação da referida escola com a Igreja local era intensa, de maneira a convencer o clero de que as Escolas Paroquiais se constituíam num importante instrumento de ação pastoral da Igreja e de que a educação escolar era, antes de qualquer coisa, dever da Igreja e da família, cabendo ao Estado o papel de complementá-la. Essa relação fica mais explícita nas manifestações sociais e religiosas que a escola desenvolvia, conforme aponta as figuras 24, 25, 26 e 27 e na documentação de seu acervo localizado na Paróquia do Bom Jesus de Urutaí-GO (figura 28).

Figura 24 – Confraternização na Escola Paroquial das Bodas de Prata (25 anos) de Sacerdócio de Dom Columba John Rafferty, OSB – 28/04/1974



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo de St. Mary's Abbey (2012)

Figura 25 – Alunos da escola Paroquial ajudando a enfeitar as ruas para Corpus Christi (manifestação social e religiosa) - 1983



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo de St. Mary'sAbbey (2012)

Figura 26 – Formatura de alunos da 4ª Série com a presença do sacerdote da Igreja Católica - 1976



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Ex-Aluna Tatiany de Oliveira Borges Fernandes (2017)

Figura 27 – Formatura de alunos da 4ª Série com a presença do sacerdote da Igreja Católica - 1976



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Ex-Aluna Tatiany de Oliveira Borges Fernandes (2017)

Figura 28 – Documento que exemplifica relação da escola com a Igreja – Solicitação de comparecimento para tratamento de assunto referente à paróquia e à escola - 1975



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Of. n.º 00338/75


Goiânia, Em 14 - 10 - 75

Do Representante da Delegacia Regional do MEC em Goiás
Ao Sr. D. Columba Rafferty - Vigário da Paróquia de Urutaí-Go
Assunto: "Solicitação" (Faz)

Senhor Vigário:

Solicitamos o comparecimento de V.Revma. , a esta Representação da Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura, à Rua 7 nº 354 - 11º andar, Ed. Britânia, Goiânia-Go, no dia 17.10.75 às 15.00 horas, para tratar de assunto de interesse dessa Paróquia.

Contando com sua presença indispensável, apresentamos-lhe nossos protestos de distinta consideração.


Roberto Kafuri
REPRESENTANTE DA DR-4-MG EM GOIÁS

SUCAR/ems.

Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Paróquia do Bom Jesus de Urutaí (2017)

A relação da escola com a sociedade se dava de forma democrática, desenhando-se um vínculo que era notado em todas as situações, por exemplo, manifestações cívico-religiosas, decisões sobre o trabalho pedagógico, por exemplo, reuniões de pais e mestres, solidariedade em suas construções, eventos da escola em parceria com igreja/sociedade, etc.

Figura 29 – Demonstração da relação escola-sociedade (solidariedade na construção do pátio da escola com verbas com Plano Nacional de Educação) - 1980



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo de St. Mary'sAbbey (2012)

O que permite uma articulação harmoniosa entre escola, igreja e sociedade é a forma com que a escola concebia a formação da criança mais que o simples cuidado, proporcionando à criança a oportunidades de desenvolver suas capacidades e habilidades. Essa concepção vai de encontro às orientações do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil que diz:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal e de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998 p.24).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que para a referida escola, educar significava proporcionar a todos os seus alunos momentos, espaços e valores de diversas formas e natureza, através da disciplina, da brincadeira e da troca de opiniões e sentimentos,

proporcionando uma aprendizagem significativa, interagindo através de comportamento social correto, organizado e baseado na construção do diálogo e na disciplina de seus atos. Essa postura indicava, assim, sua função religiosa.

3.1.1. Singularidades no que se refere aos conceitos didático-pedagógicos da Escola Paroquial “João XXIII” durante seu período de funcionamento

Ao analisar a dinâmica e/ou prática pedagógica da escola, através dos documentos já referenciados, como Atas de reuniões e PPP (1999), foi possível identificar situações em que ela se baseava em alguns fundamentos teóricos que orientam essa prática, de modo que para cumprir sua missão de ofertar ensino de qualidade com garantia de aprendizagem aos seus alunos, essa prática buscava basear-se teoricamente através dos seguintes conceitos:

- ✓ **Conceito de Educação:** Por acreditar na prática educativa como forma de emancipação humana, a referida escola tinha uma visão mais ampla do conceito de educação. Educar é muito mais do que meramente transmitir conhecimento, é também um ato de humanizar e personalizar o ser humano. Esta é a forma de pensar a educação presente na Igreja e assimilada pelo “Paroquial”, mostrando que o seu papel era formar profissionais que atuem no palco da vida como pessoas revestidas de valores e dignidade.

Educar para a referida escola era tornar as pessoas capazes de respeitarem e se relacionarem com toda a diversidade cultural existente no mundo seja religiosa, artística, política ou econômica, levando-se em conta que a educação é, portanto, fundamental para humanização e socialização do homem. É um processo que dura a vida inteira, e que não se restringe a mera continuidade, mas supõe a possibilidade de rupturas pelas quais a cultura se renova e o homem faz história.

- ✓ **Conceito de Homem:** Para a Igreja Católica, o homem é pleno na sua dignidade, protagonista da sua história individual, aberto à relação com outros na sociedade, mas também com comunhão com Deus. Assim, quando se referia à visão de homem, a referida escola entendia que era preciso oferecer ao educando a possibilidade de perceber a transcendência da sua existência de modo que sua formação escolar devesse estar alicerçada na capacidade de conhecer, dialogar e entrar em harmonia com os seus pares.

- ✓ Conceito de infância: A todos os profissionais que atuava na Escola Paroquial era ressaltado que a criança deve ser vista como um sujeito de direitos e que precisa ter as suas necessidades (físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais) supridas, merecendo um atendimento integral e integrado que vislumbre todas as suas dimensões.

Essa concepção de infância adotada pela escola vai de encontro ao que Andrade (2010, p. 177) sugere às escolas que atuam com o público infantil. Ele enfatiza que tais escolas devem tomar para si “a luta pelo reconhecimento das crianças como sujeitos de direito, e em especial a uma educação infantil de qualidade que assegure a ela a sua condição de ser criança e sujeito protagonista nos espaços institucionais”.

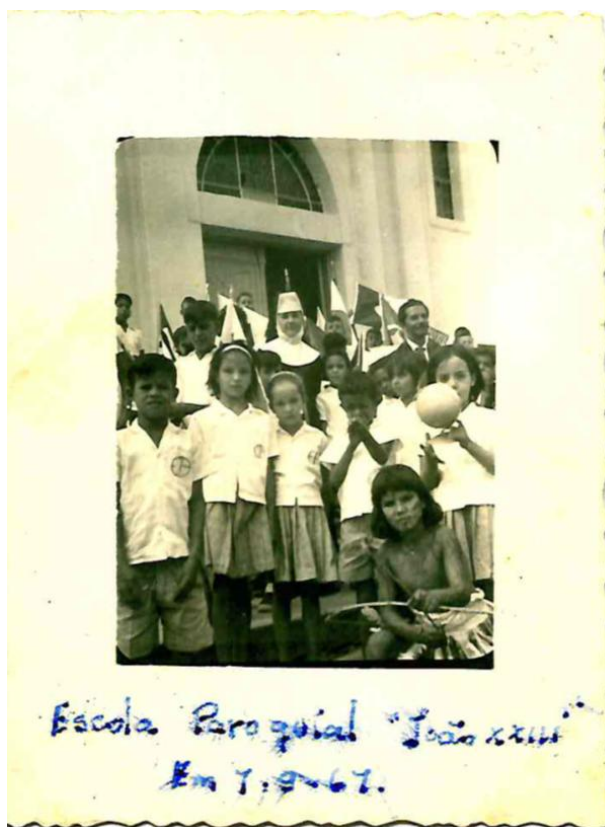
- ✓ Conceito de adolescência: De acordo com Brasil (1990) a adolescência compreende a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2º) e, em casos excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (artigos 121 e 142). Entretanto, para a referida escola, esse conceito era mais subjetivo. Ela compreendia a adolescência como a fase em que o indivíduo determinado pelos aspectos sócio, econômico e cultural que, na sociedade atual, busca encontrar-se com seu eu, com sua identidade profissional e pessoal que o coloque num espaço favorável no mundo competitivo em que vive.
- ✓ Conceito de juventude: De acordo com PPP Paranavaí/PR (2017, p. 75)

Embora muitas vezes tidas como sinônimos, juventude e adolescência têm significados distintos, ainda que superpostos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende a adolescência como um processo biológico, que vai dos 10 aos 19 anos de idade, abrangendo a pré-adolescência (10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos). Já a juventude, para a OMS, é considerada uma categoria sociológica que implica na preparação dos indivíduos para o exercício da vida adulta, abrangendo a faixa dos 15 aos 24 anos de idade. As diferenças entre adolescência e juventude, portanto, não se limitam à idade, mas aos conceitos, demonstrando processos de naturezas distintas

O que se via, segundo a dinâmica da escola, é que para a Escola Paroquial “João XXIII” o conceito de juventude compreendia: o tempo de vida quando se começa a estabelecer sua identidade; as projeções, expectativas e sonhos que o indivíduo projeta para sua vida futura; o tempo das amizades, da construção dos sonhos e dos relacionamentos duradouros; a aquisição de certos níveis de maturidade emocional, intelectual e social. Assim, a escola atuava, com a finalidade de dar ao jovem todos os subsídios necessários para que se tornasse um adulto feliz.

- ✓ Conceito de Deus: Dada a complexidade de ter um conceito específico de Deus, a referida escola, consciente de que se tratava de um ambiente onde conviviam pessoas diversas no pensar e na fé que defendiam, tinha como princípio o respeito mútuo entre a diversidade religiosa. À frente de seu tempo, a instituição analisada acreditava que a diversidade humana era o primeiro elemento positivo para a formação e superação de qualquer tipo de preconceito, bem como, é uma ferramenta que favorece na busca pela construção de um mundo mais igualitário, capaz de promover o desenvolvimento do ser humano na sua totalidade, conforme figura 30, que mostra as crianças na porta da Paroquial do Bom Jesus.

Figura 30 – Relação homem em comunhão com Deus (07/09/1967)



Fonte: Acervo Pessoal da 1ª diretora Terezinha Mª de Lima (2016)

- ✓ Conceito de mundo: Para a escola analisada o mundo é um espaço social e de convivências, que se constitui de valores morais, éticos que promovem a valorização da vida e a paz entre os homens.
- ✓ Conceito de sociedade: Conforme aponta Vygotsky (2008), a história da sociedade e o desenvolvimento do homem estão totalmente ligados, de forma que seria impossível

separá-los. Sendo assim, a concepção que a referida escola tem de sociedade é que se trata de um espaço aonde os seus alunos podiam revelar sua plenitude humana. Desse modo, a sua prática pedagógica era voltada para a formação de cidadãos do conhecimento, procurando resgatar a dignidade, a harmonia, o valor do homem e a relação desses cidadãos com a natureza, efetivando o apelo da própria vida.

- ✓ Conceito de Cidadania: Cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país. A cidadania também pode ser definida como a condição do cidadão, indivíduo que vive de acordo com um conjunto de estatutos pertencentes a uma comunidade politicamente e socialmente articulada⁸. Confabulando com este conceito de cidadania, a referida escola entendia que a educação deveria qualificar o indivíduo para a cidadania, o que demanda que este indivíduo tivesse o domínio do conhecimento; a capacidade de fazer escolhas; a capacidade de participação social, política e cultural que são direitos humanos essenciais.
- ✓ Conceito de Cultura: Levando-se em conta o que Segundo Pérez Gómez (2000) assevera quando explica que é no contexto da cultura do aluno que se dá o processo de aprendizagem através da linguagem (símbolos e signos). Ou seja, a cultura promove o desenvolvimento das funções mentais superiores que são socialmente formadas na interação desde com os outros e culturalmente transmitidas, permitindo-lhe a aprendizagem, a escola considerava que o processo educacional se dava a partir da realidade cultural do aluno, sendo, portanto, um instrumento pedagógico fundamental em suas práticas educativas.
- ✓ Conceito de escola: Sob o ponto de vista de Pérez Gómez (2000, p. 47):

A escola deve transformar-se numa comunidade de vida e, a educação deve ser concebida como uma contínua reconstrução da experiência. Comunidade de vida democrática e reconstrução da experiência baseadas no diálogo, na comparação e no respeito real pelas diferenças individuais, sobre cuja aceitação pode se assentar um entendimento mútuo, o acordo e os projetos solidários.

Assumindo uma concepção de escola similar à do autor citado, a referida escola entendia que “ser escola” seria desenvolver o papel mediador entre os alunos e o conhecimento necessário para uma vida plena. Por isso, insistia em proporcionar situações de atividades desafiadoras, estimulando esse conhecimento.

⁸ Conceito disponível em: <https://www.significados.com.br/cidadania/> Acesso em 20/01/2018.

- ✓ Conceito de Aprendizagem: “A aprendizagem cria uma área de desenvolvimento potencial, estimula e ativa processos internos no marco das inter-relações, que se transformam em aquisições internas” (VYGOTSKY, 1973, p.57). De forma mais simples, a Escola Paroquial “João XXIII” concebia a aprendizagem como o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e conhecimentos, a partir do contato com a realidade, o meio ambiente e outras pessoas.
- ✓ Conceito de ensino: ao mencionar o trânsito entre as concepções ou tendências pedagógicas vislumbradas na escola em questão, não se teve como demonstrar a materialização desse trânsito, contudo, trabalhando os conceitos didático-pedagógicos da escola, vê-se a concretude dessa interveniência. Na concepção que a escola adotava de ensino, vê-se a preponderância de uma pedagogia tradicional que se conservou, tendo em vista que a escola concebia o ensino como um processo basicamente desenvolvido pelo professor.

Aos professores cabiam as responsabilidades de planejar, executar e avaliar, nem sempre imbuídas dos princípios e recursos defendidos pelos educadores modernos e da predisposição de analisar o interesse dos alunos em aprender. Com a influência das tendências pedagógicas contemporâneas e do apelo produtivista defendido por Saviani (2013) é que o ensino passou a ser visto como a outra face da aprendizagem necessitando, da intervenção/mediação do professor que atua entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

- ✓ Conceito de Conhecimento:

Conhecimento é a relação que se estabelece entre sujeito que conhece ou deseja conhecer e o objeto a ser conhecido ou que se dá a conhecer. O conhecimento historicamente produzido e acumulado pela humanidade é transformado didaticamente, se converte em saber escolar e torna-se objeto de estudo e de aprendizagem, sendo o professor o mediador deste processo. Este conhecimento possui especificidades próprias em função do tempo, do período, da cultura e do momento da história em que foi desenvolvido (PPP – PARANAVAI/PR, 2017, p. 86).

De acordo com a análise na referida escola, pode-se inferir que o conhecimento era concebido como um fenômeno que o sujeito vai adquirindo gradativamente a partir da transmissão de informações, do compartilhamento de experiências, da interação com outras pessoas e situações. Desse modo, o professor deve ser um agente político inserido na realidade, que problematize o conhecimento, tornando-o mais interessante para atender os anseios e necessidades do aluno.

- ✓ Conceito de Currículo: Padilha (2004, pág. 144) afirma que “o currículo da escola apresenta-se hoje, como um processo amplo, complexo, que deve considerar não apenas **o que** se deve saber, mas **como** saber e também **para que, por que** aprender, e mesmo **quem** deve aprender este ou aquele conhecimento (grifos do autor)”.

Desta forma, a escola analisada em seu período de funcionamento (1960 – 2001) estava coerente com esse conceito defendido na atualidade, pois entendia que o currículo estava condicionado aos objetivos de ensino que pretendiam alcançar.

- ✓ Conceito de metodologia: Saviani (2008, p.18) explica que

[...] a escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. [...] O clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. [...] É necessário viabilizar as condições de sua transmissão-assimilação.

Desse modo, pode-se entender que as condições de transmissão-assimilação do saber sistematizada demandam uma metodologia bem definida. Metodologia, então, é a forma com que se desenvolve o processo ensino-aprendizagem. Na escola analisada, a metodologia era vista como um meio sistematizado de se ensinar-aprender de forma contextualizada e interdisciplinar, onde o professor promovia a mediação entre o aluno e o conhecimento, num processo dialético, considerando-se que a interação social era fundamental para a construção do conhecimento por parte dos alunos.

- ✓ Conceito de avaliação: Muitos são os conceitos de avaliação. Assim como, são muitas as suas dimensões. Na escola analisada a avaliação e recuperação dos estudos eram vistas como práticas didático-pedagógicas que servia para diagnosticar o nível de aprendizagem dos alunos e atribuir-lhe valores ao desempenho dos mesmos, conforme exigia o sistema de ensino ao qual pertenciam suas responsabilidades educativas. Esse diagnóstico era feito a partir de critérios e instrumentos definidos em consonância com os conteúdos e a metodologia de ensino.
- ✓ Conceito Complementar de Diversidade Cultural: A Escola Paroquial “João XXIII” por ser uma instituição escolar religiosa que pregava a fé católica, tinha como princípio de sua prática o respeito à diversidade como elemento para a superação de qualquer tipo de preconceito. Assim, pode-se dizer que a referida escola entendia que a diversidade cultural deveria ser respeitada em prol da harmonia entre seus alunos e profissionais e, em respeito às diferenças de classe, gênero, etnia, opção sexual, capacidades, etc.

Em síntese, sendo que a Escola Paroquial esteve inserida em uma totalidade social que se constituiu historicamente com formas de organização, valores, normas e regras voltadas para a Igreja Católica, se tratando de uma instituição que teve como função social a apropriação do conhecimento de forma a tornar possível a compreensão da realidade e a atuado consciente sobre os cidadãos que estiveram ligados a ela através da educação pode-se dizer que suas singularidades didático-pedagógicas correspondiam com tais constatações.

3.2. Marco situacional, operativo e doutrinal da Escola Paroquial “João XXIII” no período compreendido entre 1960-2001

Durante as décadas de existência e funcionamento, a Escola Paroquial “João XXIII” vivenciou mudanças rápidas, imprevistas e inesperadas marcadas por momentos históricos, por exemplo, o momento de reestruturação da economia, quando surgiram vários setores produtivos e tipos diferentes de inserção no trabalho fomentando competitividade. Em todo seu tempo de funcionamento, a referida escola teve que lidar com a face emblemática da articulação educação, trabalho e cidadania.

Essa articulação, muito nitidamente, influenciou para a escola chegar a um consenso da tendência pedagógica que satisfizesse as expectativas e necessidades dos alunos. Daí a complexidade de suas práticas educativas vislumbradas em suas singularidades, de uma forma geral. Sendo assim, é pertinente tratar de seu marco situacional, operativo e doutrinal, de forma a mostrar que em sua história, a referida escola, transitava entre suas dimensões pedagógicas e doutrinárias na busca de uma educação de qualidade.

O marco situacional, segundo Gandin (1994) refere-se à reflexão sobre as relações da educação, da escola em sua inserção histórica, e suas relações com contextos sociais mais amplos. É um meio de problematizar a educação ali desenvolvida relacionando-a com outras dimensões da realidade, não apenas em nível local, mas também nacional e mundial. Sobre o marco operativo, pode-se concebê-lo como uma “proposta de utopia, no sentido que apresenta algo que se projeta para o futuro [...]” (GANDIN, 1994, p. 82).

Todavia, o autor orienta que, para que o marco operativo não se torne uma proposta apenas, é preciso que este tenha um forte aporte teórico. Há que se registrar que o marco operativo não é o plano ou programação de ação; ele refere-se à realidade desejada que se quer

de um plano de ação. Já o marco doutrinal é a discussão da base teórica que sustenta a escola, que dá norte às suas ações.

Para Gandin (1994) a participação é a palavra-chave quando a escola define seus marcos, pois são as particularidades dos diversos grupos que compõem a comunidade escolar que criam condições objetivas para a participação efetiva de todos. Pode-se inferir que a elaboração/execução desses marcos sustenta a orientação do trabalho pedagógica das instituições escolares.

Vasconcelos (1995), por sua vez, resenha que os marcos situacional, operativo e doutrinal de uma instituição escolar se traduzem pelo seu plano de ensino-aprendizagem e pelo seu projeto educativo, ou seja, é a união de todos os elementos filosóficos, humanos, didático- pedagógicos e metodológicos para o seu funcionamento, compreendendo a subjetividade do processo educativo.

Subjetivamente, esse conjunto de elementos, na referida escola, possibilitava atender a demanda por educação e trabalho, pois oferecia ferramentas diferenciadas de maneira que ao final do ciclo de estudos nessa instituição escolar, todos os alunos objetivamente se apropriassem da visão da escola e tinham condições de escolher seu futuro acadêmico. O quadro abaixo mostra as dimensões e indicadores relacionados com os marcos situacional, operativo e doutrinal da análise da realidade da Escola Paroquial “João XXIII” a partir de registros documentais.

Quadro 11 – Dimensões e indicadores situacional, operativo e doutrinal da Escola Paroquial “João XXIII”

DIMENSÕES	EIXOS DE ANÁLISE	CONSTATAÇÕES VISLUMBRADAS
Infraestrutura e equipamentos	Suficiência, qualidade e aproveitamento (salas de aula, cantina, biblioteca, salas para os professores e pátio)	As salas de aula eram suficientes para atender as necessidades dos alunos, cantina bem equipada, biblioteca com grande acervo, sala dos professores pequena, mas organizada e pátio amplo depois da reforma.
Organização e gestão do trabalho pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> - Currículo escolar - Avaliação - Inclusão (combate ao preconceito, atenção aos estudantes trabalhadores, estudantes com necessidades educativas especiais) - Experiências culturais diversificadas - Planejamento coletivo (professores) 	<ul style="list-style-type: none"> - Currículo escolar em conformidade com as orientações do sistema de ensino; - Avaliação escolar em conformidade com as orientações do sistema de ensino; - Inclusão efetiva; - Experiências culturais diversificadas que são comprovadas nos eventos cívico-religiosos e sociais; - Planejamento de ensino coletivo e flexível.
Gestão escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão democrática com cunho religioso; - PPP – construção, efetivação e avaliação - Instâncias de participação coletiva e sua atuação (CE, grêmios etc.); - Respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Independente da forma com que a gestora passou a atuar, a gestão sempre teve caráter democrático; - O PPP⁹ passou a ser efetivo em 1998 confirmando uma avaliação diagnóstica¹⁰; - Poucas instancias de participação coletiva

⁹ O Projeto Político Pedagógico nasceu após a Constituição de 88, para dar autonomia às escolas na elaboração da própria identidade. Esse projeto é o referencial de quaisquer instituições de ensino. Regido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394-96, sancionada em dezembro do mesmo ano possui 92 artigos voltados para a educação. Sendo que o artigo 12 da LDB que diz: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". permite constatar que o marco do Projeto Político Pedagógico é a LDB, que intensifica a elaboração e autonomia da construção de projetos diferenciados de acordo com as necessidades de cada instituição. Considerações encontradas em

<https://www.webartigos.com/artigos/projeto-politico-pedagogico-e-a-ldb-9394-96/62030/#ixzz55ZAtAA4e> -

Acesso em 20/01/2017.

¹⁰ Item 17 do PPP/1999 (p. 22).

	(divulgação desses direitos); - Acessibilidade e compreensão das informações e indicadores usados pela escola (democratização das informações);	sendo que a mais expressiva era a Associação de Pais e Mestres; - O acesso às informações era materializado em contatos diretos e reuniões.
Formação e condição do trabalho docente	- Formação inicial e continuada dos professores; - Condições de trabalho – carga horária, tempo para trabalho coletivo; - Suficiência da equipe escolar; - Rotatividade/assiduidade da equipe escolar; - Participação e atuação dos professores nas instâncias colegiadas da escola;	- Formação docente possibilitada; - Carga horária e condições de trabalho segundo prescrições da Subsecretaria de Educação de Pires do Rio/GO; Equipe escolar suficiente, rotativa e assídua; - Participação/atuação docente em todas as decisões da escola.
Ações de apoio aos alunos	- Merenda; - Transporte; - Horários de funcionamento das instalações da escola; - Acessibilidade dos equipamentos; - Ações de apoio aos estudantes com dificuldades na aprendizagem.	- Os quesitos merenda, transporte e horário de funcionamento da escola sempre foram de qualidade; - Equipamentos acessíveis: biblioteca; - Serviços de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem com professores de apoio.
Estratégias e de acompanhamento/avaliação da escola	- Monitoramento de indicadores de aprovação, retenção, desistência; - Práticas de avaliação institucional.	- O monitoramento do desempenho dos alunos era feito de acordo com a prescrição do sistema de ensino.
Cultura escolar	- Contexto relacional; - Valores da instituição	- Valores da escola: cívico-religiosos manifestados nos eventos socioculturais.
	- Quanto ao papel da escola; - quanto à relação professor-aluno; - quanto aos métodos de ensino; - quanto à aprendizagem.	- Preparação moral, religiosa e intelectual dos alunos para assumir um papel na sociedade e promover a formação de atitudes; - mediação entre a transmissão e fixação pura e simples de conteúdos especiais com uma relação

<p>Dimensão pedagógica</p>		<p>de auxílio no desenvolvimento do aluno e a centralização no aluno num relacionamento baseado no respeito;</p> <p>- A escola se manteve procedendo ora com técnicas de transmissão e recepção de informação; ora facilitando a aprendizagem;</p> <p>- Pedagogicamente a amizade se baseava na motivação e estimulação de problemas e na percepção da realidade e no desempenho.</p>
-----------------------------------	--	---

Fonte: Adaptado do PPP (1999) - Anexos

A mesclagem entre as dimensões e indicadores situacional, operativo e doutrinal da Escola Paroquial “João XXIII” com sua prática pedagógica leva a interpretar que durante seu período de funcionamento a escola esteve submissa aos acontecimentos nacionais que implicavam na educação de uma forma geral, ou seja,

- ✓ nos anos de 1960, conforme a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista houve a divergência entre a ideia de [...] educação como instrumento da ação do Estado a serviço do desenvolvimento econômico-social do país e a ideia de [...] de educação como mero instrumento de uma política educacional [...] (SAVIANI, 1999, p. 113);
- ✓ nos anos de 1980, com a racionalidade democrática, a educação formal assumiu um aspecto clientelista;
- ✓ nos anos de 1990 “a “racionalidade financeira” é a via de realização de uma política educacional cujo vetor é o ajuste aos desígnios da globalização” (SAVIANI, 1999, p. 134).

Isso implica em considerar, ainda que subjetivamente, que a escola, como já fora dito, visava uma prática pedagógica com respostas às demandas da modernidade, entretanto, teoricamente estivera sempre monitorada pelas leis e exigências educacionais que surgiam desses períodos político-sociais. Isso pode ser comprovado na relação entre os registros da escola e a sua dinâmica.

É pertinente colocar que na dimensão pedagógica, a escola analisada trabalhava as experiências sociais, afetivas e cognitivas inserindo-as na formação do cidadão consciente, a

partir de temas geradores de relevâncias sociais, multidisciplinares, para o desenvolvimento dos conteúdos formais e essenciais. Basicamente em suas quatro décadas de funcionamento a referida escola ofereceu uma formação básica dando condições de aprendizagem para que os alunos obtivessem:

- ✓ Formação do leitor do mundo (Letramento);
- ✓ Formação do escritor para o mundo;
- ✓ Domínio do cálculo e do raciocínio lógico;
- ✓ Habilidade de aprender a aprender;
- ✓ Formação de atitudes e valores;
- ✓ Autoestima, confiança, ética e inter-relacionamento com o outro;
- ✓ Criticidade da realidade e autenticidade na resolução de problemas com criatividade e objetividade;
- ✓ Postura crítica sem omissões ou falta de opinião;
- ✓ Leitura do mundo e adequação do que se aprende e por que se aprende;
- ✓ Habilidade de discussão de problemas sociais que interferem na sociedade, bem como possíveis soluções;
- ✓ Compreensão da sua importância única como membro de uma engrenagem que só funciona coletivamente e para o social.

Para tanto, a escola analisada buscava compreender a pedagogia projetada para o século XX sob a perspectiva da Escola Nova. Toda a prática pedagógica centrava-se na “percepção de que a sociedade passava por um processo de mudanças aceleradas e que a educação deveria participar dessa dinâmica incorporando, principalmente, sua flexibilidade” (VALDEMARIM, 2010, p. 90), ainda que não se rompa com os procedimentos preexistentes.

O currículo da referida escola, ainda que não possa ser demonstrado, mas é tratado no Projeto Político Pedagógico (1999, p. 23) como resultado dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que por sua vez, afirma que “currículo pode significar [...] a expressão de princípios e metas do projeto educativo, que precisam ser flexíveis para promover discussões e reelaborações quando realizado em sala de aula, pois é o professor que traduz os princípios elencados em prática didática” (BRASIL, 1998, p. 49) leva à compreensão de que procurava estar concomitante com ações pedagógicas que fomentavam a formação humana e conferiam identidade aos seus atores.

Sendo assim, o que ficou explícito na análise dos pontos e contrapontos da Escola Paroquial “João XXIII” é que quando se fala em educação remete-se a uma gama de concepções do que este processo consiste. Assim sendo, na referida escola, as diferentes concepções de educação concordam, quase unanimemente, que este processo consiste no desenvolvimento do ser humano através de uma transformação contínua.

Escrever sobre a história de uma instituição escolar significar tratar de várias concepções pedagógicas que se mesclam; de singularidades que no contexto da escola se tornam similares; de vários atores em seus diversos contextos; de sistemas, diretrizes, regras que se complementam, etc. Desse modo, não se tem uma escola totalmente singular e distinta com princípios e procedimentos padronizados. O que se tem é a confluência de concepções, planos e ações que se entrelaçam formando um todo.

Daí a compreensão da existência de suas singularidades, complementaridades, complexidades, etc. e, muito principalmente, a certeza de que “a Educação pode ser entendida como um processo social comum a todas as comunidades humanas, cada uma delas guardando suas especificidades” (INÁCIO FILHO, 2004, p. 24). A Escola Paroquial “João XXIII”, singular e distinta, carregou consigo, em toda sua existência, a conscientização citada por Marshall (1992) de que “a educação torna-se progressivamente num pré-requisito essencial para os direitos políticos, sendo este um dos principais pressupostos que norteia as sociedades democráticas ocidentais, onde todo o cidadão é “convidado” a intervir, de forma ativa, na esfera pública”.

Assim, assumiu um ideal pedagógico permeado de concepções pedagógicas com a finalidade de emancipar sua pedagogia, propondo a formação de cidadãos “conscientes”, entretanto se esbarrava em entraves dificultadores inerentes à educação brasileira. É possível dizer que a referida escola em suas práticas pedagógicas exercidas entre 1960 e 2001, sofreu influências do iluminismo rousseano, bem como, sofreu influências da educação cristã tradicionalista, mas fundamentalmente, colocou as necessidades e os interesses do indivíduo acima dos interesses da sociedade organizada, rascunhando-se assim a educação produtivista, como se nota em suas distinções nada comuns para instituições escolares católicas.

3.3. Distinções incomuns para uma escola católica: ideais revolucionários, educação democrático-produtivista e sua perspectiva “moral cívica religiosa”

Para tratar dos ideais pedagógicos da escola analisada, considerando necessariamente o seu caráter religioso, há que se reportar às palavras de Rousseau citadas por Boto (1996, p. 28) que “declara sua indignação perante o modelo derivado da pedagogia jesuíta que conduzia o educando a um jugo pelo qual o tempo era preenchido mediante critérios tão rígidos quanto inúteis”. Palavras estas que mostram que o filósofo citado, embora reconhecesse os fundamentos do cristianismo, não era adepto da educação católica.

As reservas não impediram que centenas de escolas católicas se espalharam pelo mundo. E, mesmo que atualmente, essas escolas enfrentam sinais expressivos de extinção elas, ainda conforme Franzato (2015) constituem um segmento importante do tecido educacional do país, de modo que o compartilhamento das práticas educacionais e discussão dos rumos do ensino católico tornam-se fundamentais para compreender a identidade dessas instituições e consolidar os princípios que fundamentam suas propostas pedagógicas, situando-as na centralidade das ações de formação cidadã inclusivo-cristã.

Leão (2005, p. 72) esclarece que “com o Iluminismo há o enaltecimento do espírito humano, com ênfase na racionalização humana, e enaltecimento da liberdade e da dignidade, com uma nova formação de homem com características de ser livre, autônomo, o qual se orienta pela razão humana esclarecida”. Pode-se inferir, portanto, que o iluminismo, dentro da concepção de Boto (1996) deu lugar à educação popular.

Na verdade, a educação popular foi uma aspiração e/ou uma das pautas da Igreja Católica, muito especificamente, pela Igreja Católica entender que esse tipo de educação se constitui de um grande conjunto de teorias e de práticas que tem em comum, o compromisso com os mais pobres, com a emancipação humana, na maior parte dos países, sendo que esse compromisso se baseia em perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas a partir das condições concretas em que vive a maioria da população.

De acordo com Stein (2013, p. 1), a Igreja Católica foi um dos principais atores nas campanhas de educação popular, porque vivenciava grandes tensões e conflitos internos que a dividiriam entre aqueles que buscavam a “libertação dos oprimidos” e os que lutavam por reformas sem alterar a “ordem social. Retomando o iluminismo como uma concepção da educação desenvolvida na escola católica, é pertinente concordar com Leão (2005, p. 73) quando ela diz que esse movimento

[...] trouxe ainda uma nova visão de educação, ressaltando a sua importância, sendo que com este movimento surgem os princípios liberais da educação, tais como: a educação como sendo um dever do Estado; a educação como sendo laica e livre; e a obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar.

Não se pode negar, conforme aponta Rosendo (2009) que o fato de o século XVIII ter sido um período crucial na educação, na medida em que se deu uma separação entre a Igreja e o Estado, sobretudo nos países majoritariamente católicos, deixou alguns ranços na pedagogia ali desenvolvida, mesmo porque o sistema de ensino foi o principal “campo de batalha” para a propagação de novas ideias e é encarado como o local onde a laicidade ganha mais terreno doutrinal. É por isso que se tem que concordar com Rousseau quando ele manifesta que:

[...] o Povo só pode ser educado no seio de uma sociedade política para compreender as “Razões de Estado”. A renovação permanente do Contrato Social é feita educando os cidadãos e à educação pública estatal cabe o papel de radicar o Contrato nas consciências. Rousseau considera que o Estado deve ter um papel fundamental na educação da criança, não os pais. As ideias iluministas originam um Estado-Pedagogo criador de um Homem Novo, já não um filho de Deus, mas um cidadão (ROSENDO, 2009, p. 9).

O que se pode observar, na grande maioria das escolas em todo o mundo e, muito especificamente, no Brasil, é que o processo de estatização da educação residiu, sobretudo, na nomeação de um corpo docente laico e ao serviço do Estado. Sendo assim, a organização escolar não foi alterada na sua forma nem no seu conteúdo. Apenas, mudou-se a tutela da educação (tutela eclesial para tutela estatal), fazendo extinguir escolas católicas e protestantes, mas, segundo Nóvoa (1987), “as motivações originais da educação não desaparecem e as crenças e valores antigos são substituídas por crenças e valores alternativos”.

Em outras palavras, a proposta é esclarecer que a Escola Paroquial “João XXIII” esteve inserida nesse processo visando um ensino que alcançasse propostas que se relacionasse com a educação produtivista (na medida em que alcançava a comunidade extraescolar com suas propostas pedagógicas fora de seus muros, conforme se percebe na integração do currículo com os eventos culturais, cívicos e religiosos), mas estava submissa aos padrões do sistema de ensino vigente na época de sua existência.

Sistema de ensino este que se trata, conforme as palavras de Saviani (1999), de uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados para a população à qual uma escola se destina independente de esta população ser

de uma escola singular. Foi possível entender, durante a análise nos documentos da referida escola e nas referências bibliográficas utilizadas que a educação aparece como uma realidade irreduzível nas sociedades humanas.

E como se caracteriza como uma atividade assistemática, a educação em si é indiferenciada, ou seja, não se distinguem ensino, escola, graus, ramos, padrões, métodos etc. dentro de um mesmo sistema de ensino, mas as escolas adotam suas concepções que tornam o seu fazer - pedagógico distinto. Quando se faz referências de que a escola analisada atuava sob perspectivas iluministas, produtivistas, modernas e populares, tem-se como base a sua dinâmica e não seu acervo documental, porque este acervo fora constituído de diretrizes do sistema de ensino vigente.

Dessa forma, a associação das perspectivas, concepções e diretrizes do sistema de ensino vigente, tendo como palco uma escola católica/pública (Escola Paroquial “João XXIII”) na construção/evolução de sua existência, permite considerar que o trabalho pedagógico ali desenvolvido, se traduziu num processo educativo que se encaixa num projeto social transformador. Essa realidade pode ser compreendida como uma resposta ao discurso revolucionário de Rousseau que, entre outras premissas, reza que os professores devem “exercitar as faculdades intelectuais dos estudantes” (BOTO, 1996, p. 133).

Ocorre que a escola contemporânea (católica ou não), com suas características públicas, estatais e civis, com sua estrutura sistemática, com seu diálogo com as ciências e os saberes em transformação vem compartilhando das ideias de Rousseau, quando ele desmente que a educação é um processo pelo qual a criança passa a adquirir conhecimentos, hábitos e atitudes armazenados pela civilização, sem qualquer modificação.

A referida escola compartilhava das ideias revolucionárias do filósofo que considerava imprescindível a “nova” educação. A educação produtivista que surgiu como resultado de um novo sentimento dos adultos em relação às crianças, compreendendo-as como seres capacitados intelectualmente, desde que sejam respeitadas suas fases cognitivas. Ou seja, a nessa escola, a escolarização ganhou um sentido mais amplo que promovia a autonomia da criança, vendo-a como construtora do seu próprio conhecimento.

3.3.1. Educação democrática produtivista: uma das distinções mais relevantes da Escola Paroquial “João XXIII”

Parece controverso sugerir que uma escola católica – ou, uma escola paroquial - desenvolveu práticas de uma educação democrática e adotou algumas características de uma escola produtivista já que este tipo de escola se caracteriza pela sua educação cristã e conservadora. Na intenção de mostrar que essa possibilidade se materializou na Escola Paroquial “João XXIII” é pertinente observar que a educação democrática, segundo Saviani (2013) nasceu dos ideais de Dewey e a educação produtivista que foi estendida em todas as escolas do país em 1971, por meio da pedagogia tecnicista, depois da aprovação da Lei 5.692 de 11/08/1971.

Neste cenário situa-se a referida escola, entendendo que na organização do seu trabalho pedagógico materializava-se muito da escola que Anísio Teixeira preconizava, pois na Escola Paroquial “João XXIII” não se tinha,

[...] uma escola somente de letras, nem uma escola de iniciação intelectual, mas uma escola, sobretudo de prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de pensar, de fazer, hábitos de trabalhar e hábitos de conviver e participar em uma sociedade democrática, cujo soberano é o próprio cidadão (TEIXEIRA, 1999, p. 63).

O que pode provar tais iniciativas é o fato da referida escola ter preconizado a essência da Cultura Escolar Católica que além de priorizar uma forte preparação de caráter moral e cívico, também ensinava os valores cívicos e prescrevia formas de comportamento, bem como, estar concomitante com a Educação Católica que busca prestar seus serviços à Igreja, impondo-se no campo educativo-escolar como instrumento que atua em favor da família humana.

O que, de certa forma, estabelece relações entre o desenvolvimento do processo educativo da Escola Paroquial “João XXIII” em seus anos de existência com a educação democrático-produtivista, se traduz nas palavras do Papa João Paulo VI, quando ele afirma que:

A escola católica não pode ser pensada separadamente das outras instituições da educação nem conduzida como corpo à parte, mas deve relacionar-se com o mundo da política, da economia, da cultura e com a sociedade no seu conjunto. Compete à escola católica enfrentar com determinação a nova situação cultural, colocar-se como instância crítica dos projetos de educação parciais, exemplo e estímulo para outras instituições de educação; tornar-se fronteira avançada de preocupação educativa da

comunidade eclesial. Deste modo se torna claro o caráter público da escola católica, [...]. Além disso, as instituições escolares católicas, em paridade com as escolas estatais, realizam uma função pública, garantindo com a sua presença o pluralismo cultural e educativo e, sobretudo, a liberdade e o direito da família poder ver realizado o endereço educativo que pretende dar à formação dos seus filhos. (PAPA PAULO VI, 1965, n.9).

Percebe-se que o caráter público de uma escola paroquial é com a sua presença, o pluralismo cultural e educativo e, que seu caráter pedagógico é ser formadora de bons e competentes cidadãos e cristãos autênticos, é oportuno concordar que “o melhor instrumento para firmar o lugar da religião nos lares [...], haveria de ser a escola paroquial” (WYSE, 1989, p. 85). Desse modo, ao serem vinculadas a uma congregação religiosa as escolas paroquiais teriam por finalidade, além das funções sócio educadoras, as funções direcionadas para a evangelização, missão e carisma católico.

As práticas pedagógicas da referida escola buscavam alcançar todas as finalidades de uma escola católica. Conforme a análise de sua dinâmica foi possível perceber que suas práticas educativas se concentravam em:

- ✓ numa educação inserida no contexto das relações sociais;
- ✓ numa escola como parte integrante e inseparável dos demais fenômenos que compõem a totalidade social;
- ✓ no aluno, enquanto sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- ✓ no professor como mediador do processo ensino-aprendizagem capaz de estimular nos alunos a criatividade, a criticidade e o “pensar” mediante as atividades propostas.

A associação desses pressupostos com as tendências pedagógicas que transitavam no bojo da referida escola fazia com que sua atuação se constituísse na preparação de seus alunos para as situações e contradições do mundo adulto, como uma forma de socializá-los e capacitá-los para uma participação organizada e ativa na sociedade. Segundo Torres (2016)¹¹ as propostas educacionais eram elaboradas segundo as diretrizes legais do ensino público, sendo que:

- ✓ A Educação Infantil utilizava uma forma de organização do trabalho pedagógico diferenciada, que permitia às crianças a conjunção harmoniosa de um amplo espaço físico e um aconchegante relacionamento pessoal. Para que isso fosse possível, a escola

¹¹Depoimento concedido por Terezinha Maria de Lima Torres. Depoimento I. [jul. 2016]. Entrevistador: Rafael Vasconcelos de Oliveira. Urutaí/GO, 2016. 1 arquivo smartphone (10 min.).

contava com um corpo de assistentes, professores e coordenadores, especialmente dedicado a este segmento;

- ✓ O Ensino Fundamental, por sua vez, evidenciava a preocupação em desenvolver habilidades básicas para a vida, por meio de atitudes, hábitos e valores próprios, de forma a levar os alunos a uma constante investigação, respeitando o meio ambiente e tudo o que os rodeava.

Em ambos os ciclos de ensino, os conteúdos programáticos eram ministrados durante as aulas, porém o aprendizado se efetivava durante o trabalho de fixação, que era realizado por meio das tarefas individuais e grupais, de forma que os seus alunos, desde cedo, eram instruídos para esse trabalho, desenvolvendo o hábito da coletividade.

Acerca da proposta de formação humana e religiosa na referida escola, eram desenvolvidas ações visando à formação humana através de um trabalho com reflexões sobre valores, ética, fraternidade e solidariedade em situações do dia a dia, possibilitando aos alunos refletirem a respeito de si mesmo e do próximo.

De acordo com Torres (2016)¹² a proposta de uma educação democrático-produtivista se materializava, no contexto da escola, na realização de gincanas, campanhas de solidariedade, celebrações e momentos de espiritualidade e participação nos eventos do calendário anual da Igreja com o desenvolvimento de ações que suscitam o testemunho de Deus no contexto escolar, bem como, na participação de comemorações de datas religiosas festivas, por exemplo, Coroação de N. Sra. Aparecida e festas juninas acompanhadas de terços e novenas.

Com a reforma das políticas públicas educacionais, a organização do trabalho pedagógico da escola em questão foi se inovando, tendo em vista que essa organização passou a ser conduzida por algumas diretrizes curriculares nacionais e estaduais, entre elas a instalação do Projeto Político Pedagógico que, foi uma exigência da Constituição Federal do Brasil de 1988, quando se preconizou maior autonomia às escolas na elaboração da própria identidade.

Entretanto, foi somente depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/1996 – que este tipo de documento se instalou nas escolas, devendo dizer que a Escola Paroquial “João XXIII”, elaborou apenas três desse documento que orientavam seu trabalho pedagógico durante os anos de 1998 a 2001.

Todavia, essa lacuna não impediu que a referida escola promovesse e garantisse a integração entre os níveis de ensino, de maneira que não fosse percebido nenhum tipo de ruptura

¹² Depoimento concedido por Terezinha Maria de Lima Torres. Depoimento I. [jul. 2016]. Entrevistador: Rafael Vasconcelos de Oliveira. Urutaí/GO, 2016. 1 arquivo smartphone (10 min.).

na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, bem como, não impediu que se mantivesse a integralização dos conteúdos, a coerência metodológica e a prática avaliativa pautada nos fundamentos teóricos expressos no marco conceitual das políticas públicas educativas vigentes durante a sua existência.

O que implica em considerar que a referida escola tivesse como uma de suas mais importantes distinções a materialização das concepções democrático-produtivista, tendo em vista que a grande maioria das escolas junto às Igrejas estava voltada para educação básica das camadas populares e destinavam-se a suprir as deficiências do ensino no interior, prevenir conflitos, e garantir a expansão do catolicismo no Brasil.

E, no período de existência da referida escola, com a análise e implantação das políticas educacionais nacionais propostas para a educação formal, esta escola passou a contar com a participação dos membros da comunidade escolar nos diversos níveis de decisão e com a existência de órgãos colegiados deliberativos, assumindo assim, a sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira¹³.

Ao estabelecer relações entre a Escola Paroquial “João XXIII” com os pressupostos da educação democrático- produtivista, pode-se dizer que a referida escola buscava desenvolver sua intenção educativa levando em consideração o aluno como ser que constrói a sua própria história, por isso planejava atividades de ensino, nas quais, o centro do processo não era o professor, mas o aluno que era tido como sujeito de seu aprendizado.

Torres (2016), durante o tempo em que esteve à frente da gestão da instituição, era uma das tarefas dos professores explicitarem as problemáticas sociais concretas e contextualizá-las, de modo que o ensino fosse encaminhado propondo a imaginação, intuição e o senso investigativo, ou seja, a escola respeitava o aluno como ser único capaz de encontrar a melhor maneira para produzir seus conhecimentos.

3.3.2. Tendência “moral cívica religiosa” coexistente: uma escola à frente do seu tempo

Muitas questões se levantam sobre a temática “moral cívica religiosa” no âmbito da educação formal, isso porque essa temática pende para o cumprimento de deveres cívicos e patrióticos, bem como para o enquadramento do comportamento das pessoas dentro de um

¹³ Depoimento concedido por Terezinha Maria de Lima Torres. Depoimento I. [jul. 2016]. Entrevistador: Rafael Vasconcelos de Oliveira. Urutaí/GO, 2016. 1 arquivo smartphone (10 min.).

padrão social, que foi construído pelo Estado e, principalmente pelo aspecto religioso ser fundamental para a constituição de bons e comprometidos cidadãos.

Entretanto, o que se viu nas escolas foi a divisão dessa temática. Ou seja, de um lado tinha-se a Educação Moral e Cívica que era uma disciplina

[...] envolvida por certa 'condição especial' e o seu ensino é dado como uma 'difícil tarefa'. Trata-se da condição de doutrinar corretamente, primeiro o professor, e depois, através deste, o aluno; o que se torna realmente uma difícil tarefa em um país polarizado por lutas políticas e ideológicas divergentes, entre setores da extrema esquerda (estudantes, sindicatos, ligas operárias) [...] e da extrema direita (militares e empresários) (ABREU & INÁCIO FILHO, 2006, p. 130).

E por outro lado, tem-se a polêmica Educação Religiosa que, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, o Brasil não pode promover ou defender doutrinas de qualquer religião, por ser um Estado Laico, mas, a Igreja Católica demonstra interesse no ensino religioso nas escolas públicas.

Mas, é interessante observar que a temática, em qualquer uma das dimensões, era e é, conforme aponta os estudos de Abreu e Inácio Filho (2006), centralizada no Estado e perpassava o nível estadual, de modo que as atividades são direcionadas para a escola, que deve cumprir as determinações, sem questionar o papel central que a educação exerce, por exemplo, durante as festividades cívicas e religiosas, para que o objetivo de formação de uma consciência patriótico-religiosa seja alcançado.

Para compreender a coesão entre educação moral e cívica e ensino religioso é pertinente identificar como essas duas “disciplinas” se fundamentaram na escola brasileira, tendo em vista que as relações entre escola e a tendência “moral cívica religiosa” se manifestaram de diferentes maneiras. Por exemplo, quando se fala de "Educação Moral e Cívica", fala-se de uma

[...] disciplina obrigatória dos tempos de ditadura militar, entre os anos de 1960 e 1980. Essa educação se fazia nas escolas por meio de disciplina, professores e manuais específicos, tendo como finalidade a formação do cidadão obediente às normas e às autoridades, além do controle da ordem social e da adequação às leis. No final dos anos 1980, com a abertura democrática, os programas de Educação Moral e Cívica foram abolidos e, por alguns anos, vivemos nas escolas um vazio nessa área. A Educação Moral passou a ser assunto apenas de escolas confessionais ou de certos professores que buscavam, ou em critérios pessoais ou na religião, os motivos, os conteúdos e os meios de fazê-la (MENIN *et. al.* 2014, p. 1-1).

Funde-se aí a Educação Moral e Cívica com o Ensino Religioso (= tendência moral cívica religiosa), pois a Educação Moral e Cívica, em escolas religiosas têm finalidades bem

específicas. Segundo Cortina (2003), essa disciplina dedica-se ao ensino de valores, os quais orientam a convivência das pessoas, mas que se baseiam na fé, na busca de salvação eterna, levando os pais que a consideram importante a colocar seus filhos em escolas religiosas, confundindo moral e religião.

Já no final dos anos 1990, a Educação Moral e Cívica ressurgiu com uma proposta laica, dessa vez embutida nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação – PCNs (BRASIL, 1998), como o tema transversal de ensino: Ética.

Nessa proposta, [...], há ênfase na construção e na vivência de valores – como respeito mútuo, solidariedade, diálogo e justiça – em vários espaços escolares, e não como uma disciplina específica. Busca-se uma educação mais democrática, laica, que conte com a participação de vários membros da escola e capaz de construir valores nos alunos de modo mais participativo, consciente, autônomo. Apesar de os PCNs, em seus temas transversais, serem documentos bem elaborados e de terem sido distribuídos para todas as escolas brasileiras, o ensino da Ética como um tema transversal foi pouco assimilado, seja pelas escolas públicas, laicas, seja pelas privadas, de sorte que a Educação Moral continuou se fazendo de maneira expressa e planejada apenas nas escolas confessionais e acontecendo de forma casuística e ao sabor de preferências pessoais de professores nas demais escolas (MENIN *et. al.* 2014, p. 1-1).

Ainda, com base em Menin *et al* (2014), outras iniciativas foram tentadas na expectativa de se tornar a Educação Moral e Cívica uma disciplina que se baseasse em valores morais e humanos (Educação em Valores), mesmo porque ela se baseava em representações sociais como formas de conhecimento prático construídas coletivamente, na comunicação informal e nas práticas sociais, as quais levam as marcas dos grupos e da cultura onde se originam.

Todavia, o Ensino Religioso ficou facultativo, sem ser expresso nas políticas educacionais. O Ensino Religioso veio como uma educação laica, mas incluindo referências à existência de múltiplas religiões, de modo que essas religiões se tornaram manifestações culturais dos povos (por exemplo, as diferentes formas de celebrar os rituais de nascimento, casamento e morte nas várias religiões; os diferentes locais de peregrinação e os diferentes edifícios onde o culto é praticado).

É nesse contexto que os eventos e celebrações passaram a endossar os conteúdos da tendência “moral cívica religiosa” e, ainda que essa tendência tenha se dividido em duas dimensões, existem alguns pontos convergentes, podendo citar, o seu ensino envolve toda a escola e a comunidade, através da atuação dos pais, funcionários e professores e a sua marca metodológica é a realização de eventos cívicos, como desfiles e comemorações relacionadas a

datas e “heróis” nacionais e comemorações religiosas que fazem parte das atividades de outras disciplinas escolares.

O que se tem, até o momento, é que o Ensino Religioso, mesmo com suas limitações, se associou à Educação Moral e Cívica de uma forma tênue. Isso por que:

A pluralidade religiosa conhecida é uma chama acesa no coração de todo homem, o que é razão suficiente para que haja espaço e tempo para a crença, a vida, a fé e a morte na vida das pessoas, a religiosidade alimenta esses mistérios, tornando a crença um processo espiritual de cultura religiosa. [...]. Nosso país possui uma característica de pluriculturalidade, pois convivemos com uma diversidade cultural e religiosa muito rica. [...]. Dentro dessa diversidade religiosa, o mundo da educação, mais especificamente as escolas, tem ou pelo menos deveriam oferecer aos alunos o conhecimento dos diversos caminhos que ligam à pessoa ao Transcendente. [...] (e) corresponder às exigências da educação do século XXI, na parte que lhe cabe, o conhecimento religioso dentro, desta diversidade cultural e religiosa (RIOS, 2006, p. 3457).

A ênfase à ‘diversidade cultural’ sublinhada pela autora vai de encontro à tendência moral e cívica, onde e quando são ressaltados valores, crenças, artes e outros aspectos relacionados com o contexto sociocultural dos indivíduos. Por outro lado, quando ela fala em diversidade religiosa, ela sinaliza a abertura de espaço para discussões religiosas.

Na verdade, a Constituição Federal de 1988, já previa a tendência “moral cívica religiosa” quando em seu Artigo 210 tornava o Ensino Religioso parte integrante da educação do país que, segundo Brasil (1988) exigia que fossem “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

Observe a coesão de valores (culturais, artísticos, nacionais e regionais), incitando a inserção de uma área sobre a outra. Logo, tem-se que sublinhar que essa tendência é desenvolvida nas escolas de forma supra- confessional, ou seja, fundamenta-se em princípios de cidadania, ética e valores. O que leva a compreender que os eventos e celebrações se tornam “uma ação pedagógica [...] quanto mais conseguir manifestar, recuperar, sintetizar um capital cultural que faz parte do repertório de experiências do povo” (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p. 43), mais essa ação pedagógica vai explorar tais princípios.

A exploração dos princípios de cidadania, ética e valores possibilitam aos alunos um olhar histórico, uma visita ao passado e a construção de interpretações e explicações. Seria a materialização do conceito de representação social que é muito importante, tanto no civismo, quanto na religião. Menin *et. al.* (2014) mostram que a representação social auxilia na compreensão do que tem sido construído, na atualidade, sobre a Educação Moral e Cívica e

sobre o Ensino Religioso, já que existe uma crise latente de valores na sociedade contemporânea. A autora assevera que

Nessa crise, muitas instituições, como a família, a igreja e principalmente a escola, são cobradas a encontrar saídas. Os educadores têm sido pressionados para retomar o tema da Educação Moral e, em decorrência, são levados a se posicionar, a explicar, definir e, mesmo, a planificar formas de Educação Moral, gerando representações sociais (MENIN *et. al.* 2014, p. 1-1).

Enfim, nem Educação Moral e Cívica, nem Ensino Religioso. O que as escolas ministram é uma tendência “moral cívica religiosa” a partir de uma abordagem transversal, na qual essa tendência perpassa os diferentes conteúdos e disciplinas escolares, se materializando por meio de experiências reais, capazes de promover um ambiente cooperativo e participativo. Para Menin *et. al.* (2014), trata-se de uma educação de valores, portanto requer um projeto mais amplo e precisa estar nas escolas, sobretudo, como uma disciplina obrigatória ou a cargo daquelas disciplinas específicas que tenham afinidade com esse conteúdo.

Na Escola Paroquial “João XXIII” essa tendência (ou perspectiva) revestia-se de uma importância acrescida, dada a íntima relação com as suas finalidades e o contributo indispensável que prestava à concretização do seu projeto educativo, uma vez que este projeto se inspira no Evangelho e se orienta num duplo sentido:

- ✓ Primeiro de fornecer aos alunos os instrumentos cognoscitivos, indispensáveis na sociedade atual, que privilegia quase exclusivamente os conhecimentos técnicos e científicos;
- ✓ Segundo, de lhes proporcionar uma sólida formação cristã.

Tem-se, portanto, que a inserção da tendência “moral cívica religiosa” na referida escola se fundamentou em uma das finalidades educativas desta categoria de escola que é estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé, de modo que se orientou por programas e prescrições metodológicas interdisciplinares e alternativas articuladas com um programa de pastoral escolar, visando, segundo Ranquetat Júnior (2007), contrapor-se ao laicismo que defende valores seculares (democracia, direitos humanos, e a liberdade de expressão), independentes da religião e da moral cristã.

3.3.3. Vivências e práticas portadoras de uma moral cívica e religiosa coexistente na escola analisada: eventos e comemorações

Quando se fala em eventos e comemorações no contexto de um espaço educativo, fala-se das festas e comemorações elencadas no calendário escolar que não correspondem, simplesmente, a um dia de suspensão das atividades escolares. E, em se tratando de eventos e comemorações cívico-religiosas tem-se todo um ritual escolar a ser seguido que contempla alguns procedimentos visando incitar nos alunos o respeito e amor à pátria, bem como, a cultuarem a religião e dar maior visibilidade social à escola.

Desse modo quando se fala em uma moral cívica religiosa coexistente, fala-se da materialização desses procedimentos (Hasteamento da bandeira, hinos, exposições, declamações, poemas, dramatizações, competições, confecção e apresentação de trabalhos escolares relacionados à data festiva, desfiles, etc.) sempre correspondentes a conteúdos da Educação Moral e Cívica e do Ensino Religioso.

Considera-se, portanto que as vivências e práticas portadoras de uma moral cívica religiosa coexistente na Escola Paroquial “João XXIII” são as práticas pedagógicas inerentes da sua cultura escolar que se dão por meio das festas, das comemorações escolares e do culto cívico, considerando-se a organização temporal presente no calendário escolar (figura 31), no Regimento Escolar, as anotações do Livro de Ocorrência e/ou Atas, os ofícios expedidos, ofícios recebidos, ofícios circulares, agendas, programas oficiais, dentre outros.

Assim, pode-se dizer que os eventos e comemorações de caráter cívico-religioso da referida escola eram elementos que estavam inseridos no currículo escolar tendo como perspectiva de estudo a sua cultura, entendendo que a cultura escolar, segundo Chervel (1990) não forma somente os indivíduos frequentadores da escola, mas penetra, molda e modifica a cultura da sociedade global. Segundo o autor supracitado, nenhuma escola é mera reprodutora de conhecimentos ditos relevantes para a sociedade, pois, produz uma cultura específica e original que se alarga por todo seu entorno social.

Estudos apontam que as comemorações e eventos ali trabalhados eram os que compõem as datas comemorativas e cívicas na escola, tradicionalmente, trabalhados com fins definidos, sendo que um deles é trazer a família para o contexto da escola, visando abrir as possibilidades de empoderamento dos protagonistas (professores, alunos, família, comunidade, etc.), que se encontram, em especial, na prática cultural que implica na capacidade de através do lúdico, enfocar temas sociais relevantes.

Figura 31 – Calendário Escolar (1999) – Escola Paroquial “João XXIII”



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio (2016)

Dentro da organização do trabalho pedagógico, não se tem como duvidar de que tais eventos e comemorações são um elo entre a educação e a cultura popular, muito especialmente se a política de currículo disciplinarizado for efetiva, pois este currículo que abrange o local e a totalidade dos eixos temáticos trabalhados neste conteúdo e se apresenta como uma luta

cultural, incitando uma constante construção de novas hegemonias por parte dos grupos identificados na escola, especialmente, daqueles situados, desfavoravelmente, nas relações sociais.

Por essa razão, os eventos e comemorações cívico-religiosas foram tratados no contexto dessa instituição e remontavam a cultura da sua população usuária, incluindo-se aí, famílias e comunidade. Logo, desenvolver uma tendência moral cívica religiosa coexistente é trabalhar uma cultura escolar com base em um currículo que enfatize essa dimensão religiosa de forma coletiva, bem como enfatize a dimensão cívica dos alunos inserindo-os nos valores da cidadania. Em outras palavras, essa tendência defende o pluralismo humano, que é uma das características fundamentais da sociedade moderna. Isto é,

Ao contrário do que ocorria nas sociedades arcaicas e tradicionais, onde um único sistema de valores e de crença abarcava tudo e a todos, na sociedade moderna se presencia a coexistência de diversos sistemas de valores e de sentido que competem entre si. Além da multiplicidade de denominações religiosas, o indivíduo pode escolher entre viver sem qualquer religião ou então agarrar-se a uma das múltiplas e variadas ideologias modernas (RANQUETAT JUNIOR, 2007, p. 47).

Na perspectiva de que o indivíduo tem múltiplas ideologias cívico-religiosas, as comemorações das festas juninas na referida escola buscavam solidificar a coexistência de diversos sistemas de valores mesclando currículo escolar, ludicidade, participação da família e comunidade nas ações da escola, reinvenção do folclore, inserção e/ou associação de variáveis culturais, etc. É a tendência “moral cívica religiosa” compoendo a sua cultura, já que conforme aponta Viñao Frago (2000) a cultura escolar diz respeito às formas de organização, valores, saberes, estratégias e diferentes práticas estabelecidas e compartilhadas, no interior das escolas por todos os sujeitos envolvidos nas atividades de natureza sócio escolar.

Tratar a história da Escola Paroquial “João XXIII” por meio dos eventos e comemorações cívico-religiosa, articulando aspectos internos e externos à instituição, permitiu vislumbrar as mudanças e permanências no calendário escolar, nas práticas escolares, bem como as funções educativas desses procedimentos metodológicos. Os eventos e comemorações cívicas selecionadas, no período de sua existência (1960-2001), referem-se às festividades, celebrações e comemorações, que ocorriam materializando a tendência moral cívica religiosa coexistente.

É importante frisar que no período de existência da escola, uma das grandes preocupações dos reformadores, políticos, intelectuais e educadores, era a Educação Moral e

Cívica. É que em 1971, a Lei 5692 priorizou a divulgação dos valores cívico-patrióticos e a preparação para o trabalho. Segundo Souza e Silva (2013, p. 4),

Moral e civismo sempre estiveram presentes na educação brasileira, mas com o golpe militar de 1964, acentuou a preocupação com a doutrina da segurança nacional. Desse modo, a educação moral e cívica tornou-se obrigatória como disciplina e prática educativa, sendo responsável pela transmissão de ideais patrióticos que eram divulgados por meio dos conteúdos escolares, pelas palestras proferidas nas escolas e pelas festas escolares com a finalidade de despertar sentimentos de amor e dever à pátria, à família e à sociedade.

Os eventos e comemorações cívico-religiosas (figura 32), estabelecidas no calendário escolar da referida escola eram organizadas pelos diretores, professores, alunos e comunidade escolar e extraescolar, promovendo o estreitamento, sob o ponto de vista de Souza e Silva (2013) dos “laços entre escola e sociedade, tornando-a o lugar privilegiado para a divulgação da cultura, da memória histórica, e contribuía para a construção da identidade da escola”.

Figura 32 – Comemoração religiosa (1970 - Procissão da Paixão de Cristo)



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da 1ª Diretora Terezinha de Lima Torres (2016)

No que se refere aos eventos cívicos, tem-se que sublinhar que estes se davam conforme os marcos históricos do país, tendo em vista que estes marcos históricos sugeriam temáticas distintas, que mostravam para os alunos e a comunidade determinados valores e virtudes cívicas, políticas e sociais, não ignorando que tais procedimentos deveriam seguir as regulamentações educacionais legais em vigor na época.

O dia 21 de abril - dia de Tiradentes e da Fundação de Brasília – por exemplo, era comemorado anualmente na escola com atividades como recitar poesias, apresentações de ginásticas, homenagens, etc. incorporadas à cultura festiva, tornando o evento um momento de integração e socialização que seguramente contribuía para a construção da memória coletiva. Do mesmo modo, a programação da Semana da Pátria, abarca essa perspectiva de integração e

socialização quando a solenidade de abertura da semana iniciava no dia 1 de setembro na Praça Central da cidade e se estendia até o dia 7.

Todas as escolas eram convidadas a participar da abertura, bem como, previamente eram escaladas para em um dia durante a semana encaminhar uma representação de alunos devidamente uniformizados para participar do hasteamento da Bandeira Nacional ao som do hino nacional; das demonstrações cívicas, esportivas e culturais; e do arreamento do Pavilhão Pátrio. O dia 7 de setembro começava com o hasteamento da Bandeira ao som do Hino Nacional e terminava com os desfiles cívicos (figura 33).

Figura 33 – Desfile cívico em 07/09/1967



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da 1ª Diretora Terezinha de Lima Torres (2016)

O que se tem acerca dos eventos e comemorações cívicas é que estes procedimentos educativos não se restringem ao espaço da escola, estendendo-se por toda a sociedade e influenciando no comportamento e ações dos indivíduos, o que tornava imprescindível selecionar e planejar bem os conteúdos disciplinares que os compõem e programá-los para responder aos objetivos de ensino, sendo que, segundo Chamon (2002), um dos objetivos dos eventos e comemorações cívicas é produzir sensibilidades, contagiando e comovendo a todos.

Os estudos de Lambert (1994, p. 16) mostram que estes procedimentos são “um mecanismo importante na manutenção de determinados valores e ideias e possui uma multiplicidade de usos, intenções e sentidos servindo a diferentes finalidades” que variam de acordo com o tipo de comemoração e a instituição que a realiza. O mesmo se aplica aos eventos

e comemorações religiosas (Páscoa, Consagração a Nossa Senhora Aparecida, Festa Junina, etc.).

De acordo com as anotações nos Livro de Atas da instituição essas datas eram celebradas na escola a partir de vários procedimentos, por exemplo, a confecção de murais, cartazes, pesquisas, dramatizações, palestras, missas, recreação, etc. Sobre os eventos juninos, é necessário abrir um parêntese. As festividades juninas eram tidas pela referida escola como datas comemorativas que carregavam consigo muito mais do que a relação entre a folclore e ludicidade.

Existia uma coerente distância entre as finalidades educacionais e as religiosas, mesmo porque, para alunos de escolas públicas vinculadas com a Igreja Católica (como era o caso da Escola Paroquial “João XXIII”), a explicação para tais comemorações era tirada da Bíblia com acréscimos mitológicos.

Na verdade, os eventos cívicos e religiosos desenvolvidos na Escola Paroquial “João XXIII” ocorriam a partir das orientações regulamentares da escola, se constituindo numa eficaz estratégia para legitimar a instituição e exigir o cumprimento de seus dispositivos normativos, além de constituírem-se em diversão e interatividade entre os atores escolares e sociais, bem como, de ser materializadores da tendência moral cívica religiosa coexistente em seu interior. Pode-se afirmar que tais eventos foram eventos coletivos que exigiram organização conforme as regras peculiares a cada uma das datas cívico-religiosas comemoradas.

Os estudos realizados fizeram perceber que a Igreja Católica com sua hierarquia, conseguiu “construir estratégias eficazes que buscavam a garantia de sua permanência nos palcos e antecâmaras dos poderes estabelecidos” (BENCOSTTA, 2014, p. 1), especialmente nas escolas diretamente ligadas a ela. Desse modo, a moral cívica religiosa coexistente se materializou por que ela, a Igreja Católica, conforme aponta a mesma literatura “soube aplicar com persuasão os recursos discursivos que dispunha para explorar as condições que lhes fossem favoráveis, visando ao alcance de determinados objetivos que garantissem sua vinculação às esferas hierarquizadas do poder”.

Enfim, na medida em que a referida escola, enquanto escola paroquial buscava por uma colaboração estável com o poder civil, ela simultaneamente arquitetava estratégias que permitiam à Igreja aparecer como instituição fundamental na nova ordem mundial. O que faz compreender que a moral cívica religiosa coexistente – nesse caso, de matriz católica - contribuiu para que a hierarquia eclesiástica tratasse de temas e ações que impulsionavam a

formação de indivíduos capazes de se introduzir no aparato político em defesa dos interesses da instituição eclesial e social.

Por fim, ao chegar em 2001, a Escola Paroquial “João XXIII” deixou de funcionar. Deu lugar à Escola Municipal “Maria Cândida de Jesus” que prosseguiu com sua estrutura física, pedagógica, docente-discente, etc. O que já vinha ocorrendo em grandes cidades que sediavam tradicionais escolas paroquiais acabara de ser anunciado em Urutaí – GO.

Depois de quarenta e um anos de funcionamento ininterrupto, a referida escola, segundo a análise realizada, teve seu número de alunos muito diminuído ao longo dos anos o que fez com que a instituição perdesse a capacidade de se manter financeiramente e, também em função de um número insuficiente de alunos, não pôde se enquadrar às exigências de o município e o Estado serem seus mantenedores.

Para Torres (2016) a desativação da escola que ela atuou desde o início é resultado dos reflexos da crise que se instalou na educação brasileira no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Segundo ela, as tradicionais escolas de Goiás mantidas por congregações católicas parecem ser as mais afetadas, e estão encerrando suas atividades diante do desafio de administrar crescentes despesas, alta inadimplência e um número cada vez menor de alunos.

A desativação das escolas paroquiais continuou ocorrendo no início dos anos 2000, por exemplo: o Colégio Sant’Anna, da cidade de Goiás, que funcionou ininterruptamente durante 126 anos, fechou no ano letivo de 2015; o Colégio Imaculado Coração de Maria, em Itaberaí, de 1940, da Congregação das Franciscanas da Ação Pastoral, fechou suas portas em dezembro de 2007; o Colégio Nossa Senhora de Fátima, em Porangatu, de 1950, foi desativado em 2015 e a Escola Paroquial São Bernardino de Siena deixou de funcionar em 2016.

Percebe-se, então, que a intencionalidade de promover a educação religiosa, no contexto da Escola Paroquial “João XXIII” era condizente com os anseios da sociedade urutaína da época e que objetivava a preparação dos alunos (crianças e jovens) para a vida em sociedade e a vocação para a vida religiosa. Podemos destacar ainda, que apesar dos meios pedagógicos, muitas vezes conflitantes entre suas concepções e as diretrizes do sistema de ensino, a referida escola se destacou no cenário goiano, tendo função relevante no sentido de proporcionar aos seus alunos uma formação completa e válida para as vivências fora do estabelecimento escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a instituição escolar denominada, Escola Paroquial “João XXIII” em seu período de funcionamento fez com que houvesse a diminuição considerável do índice de analfabetismo no município. A ação da igreja local, de certa forma, contribuiu para a expansão da escolarização no município, diante do contexto sócio educacional do período estudado em que o número de escolas públicas primárias não era suficiente para atender a demanda, da mesma forma que não era em todo país.

A formação religiosa estava entre os principais objetivos a serem alcançados pela escola analisada, pois este tipo de formação era uma característica marcante de escolas paroquiais. Os estudos realizados até agora no Brasil, sobre o tema, apontam para a escola paroquial, como sendo uma instituição escolar integrante do projeto educativo da igreja católica, tendo o ensino como instrumento de expansão e fortalecimento da fé, de maneira mais intensa a partir do final do século XIX quando ocorre o rompimento da relação do Estado com a igreja.

Com a proclamação da república, o fortalecimento do catolicismo por meio do ensino religioso em escolas confessionais, que tinha o objetivo de combater as ideias liberais e intensificar as ações de oposição ao protestantismo perdeu seu foco, muito especialmente por conta dos reflexos da campanha de nacionalização do ensino. Com isso as escolas paroquiais começaram a ser extintas.

Na verdade, a escola que até essa época esteve fiel à Igreja Católica que, no embate com modelos em disputa, rompeu com o estado laico por um lado, mas por outro rearticulou seu poder. Com o Manifesto dos Pioneiros viu ameaçada a sua concorrência com o Estado na expectativa de educar a população, e ter sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas.

Todavia, a escola, de uma forma geral, e mais especificamente a escola analisada, buscava valorizar a coletividade em detrimento da individualidade e naturalizava o modelo de cidadão moderno, entretanto com deveres morais, cívicos e principalmente religiosos, mesmo porque era a única escola de cunho católico que se relacionava com uma escola pública estadual, hoje, Colégio Estadual “Dr. Vasco dos Reis Gonçalves”; uma escola agrícola, hoje, Instituto Federal Goiano Campus Urutaí/GO e uma escola pública municipal/estadual que ministrava o magistério, hoje, convertida em Creche Municipal “Nossa Senhora de Fátima”.

Desse modo foi importante fazer uma pesquisa sobre a Escola Paroquial “João XXIII” de modo, a saber, por quanto tempo e em qual contexto se deu seu funcionamento, quais são suas especificidades; como tal instituição estava organizada, bem como compreender quais eram os critérios para o atendimento e a matrícula dos alunos e o público atendido. O mapeamento dos documentos feito para a pesquisa leva a concluir que esta pesquisa contribuiu para a compreensão de parte da história da educação goiana até o momento desconhecida.

Na primeira parte da pesquisa foi possível compreender as implicações do processo de romanização da Igreja Católica sobre a Diocese de Ipameri/GO, bem como sobre a educação escolar. Ocorre que ao estudar sobre o Processo de Romanização, foi possível perceber que apesar de ter havido conflitos diplomáticos, ideológicos e políticos entre Igreja e Estado, as convergências entre as duas instituições foram evidentes, sobretudo na época republicana quando, oficialmente, se dá a laicização do Estado.

A separação da Igreja do Estado, dando maior liberdade à Igreja, proporcionou uma reorganização de sua estrutura e ações, o que a tornou mais forte e, conseqüentemente, mais influente nas relações que mantinha com o Estado, com as organizações não católicas e a sociedade em geral. A separação impulsionou a possibilidade de a Igreja Católica, no Brasil, continuar dependente do Estado e, portanto, desvinculada de Roma. A Igreja agora podia ser mais atuante nas suas dioceses e na educação.

A Diocese de Ipameri/GO insere-se, portanto, no processo de Romanização, em sintonia com as outras dioceses brasileiras, mas conserva uma particularidade: a ausência de conflitos relevantes entre Igreja e Estado, daí sua influência sobre escolas públicas, a exemplo da Escola Paroquial “João XXIII”.

Sobre a atuação pastoral a partir do Concílio Vaticano II, fala-se da união da teologia com a escola, ou seja, fala-se do rompimento com os conceitos tradicionais da igreja institucional. A Diocese e a escola passaram a introduzir na história da igreja ideias de igualdade social e direitos humanos, reivindicando para elas, como herança, os lemas: liberdade, igualdade e fraternidade, ou seja, passou a haver maior expressão de sensibilidade educacional.

Em se tratando apenas da Diocese de Ipameri/GO, pode-se inferir com bases nos estudos realizados que o território eclesiástico goiano foi formado durante a vigência do padroado no Brasil, ou seja, entre os primórdios da colônia até a proclamação da República, considerando-

se que neste período criaram-se as circunscrições eclesiásticas que contribuíram para a expansão da fé a partir da elevação das capelas à condição de matrizes e, destas às paróquias.

De todo modo, tem-se que a relação da Diocese de Ipameri/GO com a Escola Paroquial “João XXIII” era tênue, por que a referida escola foi criada, desvinculada de uma ordem religiosa, mas caracterizada pelo acompanhamento dos padres seculares, com a colaboração de leigos engajados em atividades pastorais.

Na segunda parte da pesquisa tratou-se da estrutura escolar e da organização interna da escola analisada durante suas quatro décadas de funcionamento. Foi possível constatar que as finalidades dessa escola, bem como de outras referenciadas “paroquiais” eram:

- materializar as possibilidades de expansão da ação pastoral no sentido de assumirem as instituições escolares, sendo favorecidos por aquisições realizadas pelo arcebispo antes mesmo de sua chegada;
- minimizar a precariedade das escolas públicas existentes e a incapacidade do governo em prover um sistema escolar em quantidade suficiente para todo o território goiano, onde havia considerável quantidade de analfabetos entre a população;
- suprir as dificuldades de acesso e comunicação interna, o que comprometia as vias de desenvolvimento no Estado e, por conseguinte, de difusão da fé cristã.

Também foi possível constatar que a referida escola emergiu num espaço improvisado e até chegar à sua sede oficial transitou por reformas educacionais que derivaram da implantação de diretrizes pedagógicas e curriculares temporais; da iniciativa de preconizar uma educação emancipatória; da responsabilidade de tratar de conteúdos cívicos, morais e religiosos; da necessidade de uma relação efetiva com a Igreja Católica local e comunidade extraescolar; da revisão de posicionamentos didático-pedagógicos que se fundamentavam na mesclagem das tendências pedagógicas vigentes; etc.

Constituíam-se de uma gestão democrática, de modo que as nomeações e eleições de seus gestores eram pacíficas. Mantinha um quadro docente em consonância com as exigências legais da seriação, das disciplinas e da formação acadêmica e, por fim, se constituía de um corpo discente diversificado. O mais importante: se diversificava em tendências educativas, demonstrando sua evolução no processo educativo.

Na terceira parte a pesquisa tratou dos pontos e contrapontos de uma escola paroquial e publica enaltecendo a importância das fontes documentais e fotográficas na análise de seu período de funcionamento. Análise esta que se justifica por que trazer a fotografia para o cenário

da educação significa dismantelar processos arraigados, pois a presença de documentos escritos e da fotografia na História da Educação amplia as metodologias de ensino.

O trato das singularidades da Escola Paroquial “João XXIII” permitiu concluir que essa escola se constituía de um ensino miscigenado, interdisciplinar e religioso. Estava sempre voltado para a sociedade e, conforme aponta seu Projeto Político Pedagógico que tem como base todos seus planejamentos de ensino desde o início de seu funcionamento, bem como, a concepção de ensino e desdobramentos das tendências pedagógicas vigentes, existia uma confluência de todas essas bases com as diretrizes do MEC e Secretarias Estadual e Regional de Ensino.

Os pressupostos de ensino adotados na referida escola durante seu período de funcionamento eram idealizados, elaborados e executados conforme as orientações de documentos, tais como: Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental, Grade Curricular para o Ensino Fundamental e Parâmetros Curriculares Nacional para o Ensino Fundamental.

Sobre as singularidades dos conceitos pedagógicos da escola analisada tem-se que a referida escola esteve inserida em uma totalidade social que se constituiu historicamente com formas de organização, valores, normas e regras voltadas para a Igreja Católica, se tratando de uma instituição que teve como função social a apropriação do conhecimento de forma a tornar possível a compreensão da realidade e a atuação consciente sobre os cidadãos que estiveram ligados a ela através da educação, portanto, suas singularidades didático-pedagógicas correspondiam com essa totalidade social.

Foram essas singularidades que deram materialização para suas distinções incomuns. No que tange aos ideais revolucionários, pode-se dizer que o iluminismo educacional descendente de Rousseau, teve como palco a escola católica/pública na construção/evolução de sua existência, considerando-se o trabalho pedagógico ali desenvolvido que se traduziu num processo educativo que se encaixa num projeto social transformador.

Nesta perspectiva, a referida escola procurou ministrar uma educação concomitante com a faixa etária de seus alunos e, procurou ainda, desenvolver um processo de inclusão de alunos que abandonaram e/ou nunca tiveram oportunidade de frequentar uma instituição escolar. Isso já demonstrava a sua concepção de educação democrático-productivista.

Ou seja, uma educação com a proposta de formação humano-religiosa que se baseava em ações que vislumbravam a formação humana através de um trabalho com reflexões sobre valores, ética, fraternidade e solidariedade em situações do dia a dia, possibilitando aos alunos

refletirem a respeito de si mesmo e do próximo, logo, se tornando sujeitos ativos na transformação social.

Neste prisma se materializava a coexistência da tendência moral-cívica-religiosa que fora marcada pela miscigenação de conteúdos cívico-religiosos que propunham um trabalho interdisciplinar e interativo, muito especificamente, quando esses conteúdos eram tratados a partir dos seguintes procedimentos: eventos e comemorações. Assim, o que se conclui a partir da análise da Escola Paroquial “João XXIII” e consulta às fontes históricas é que existem diferentes modos pelos quais a coexistência da moral cívica e religiosa foi inscrita na instituição investigada.

Os eventos e comemorações cívico-religiosas ali desenvolvidos e/ou vivenciados eram o resultado da formação desenvolvida na escola. Resultado este marcado por situações em que as exposições públicas de alunos e professores, protagonistas e difusores da boa formação cívica e cristã, demarcavam a função e lugar social da escola na sociedade local, corroborando na problematização acerca de outras coexistências alusivas à escola, inclusive no que se refere à oficialização de acordos mistos entre o confessional e o laico, no provimento e subvenção de uma escola católica com recursos públicos.

No momento em que a pesquisa é finalizada, mudanças são operadas na diocese e no antigo espaço onde funcionou a escola, devido estar passando por uma reordenação na Diocese de Ipameri-GO, pois o Bispo Dom Guilherme Antônio Werlang, MSF foi transferido pelo então Papa Francisco, para a Diocese de Lages-SC no dia 07 de fevereiro de 2018, e também no momento em que este estudo foi defendido a demolição do “palácio” da Escola Paroquial “João XXIII” estava em andamento, conforme figura 34.

Figura 34: Demolição do prédio da Escola Paroquial “João XXIII” – 19/03/2018



Fonte: Acervo Pessoal (2018)

REFERÊNCIAS

- ABREU, Vanessa Kern de & INACIO FILHO, Geraldo. A Educação Moral E Cívica – doutrina, disciplina e prática educativa. **Revista HISTEDBR On-line**, Núm. 24. p. 125-134. Campinas: 2006 - ISSN: 1676-2584.
- ALLIEGRO, Sandra Berenice Villodre. Realidades compartilhadas: organizações vistas como fenômeno cultural – Educação, Igreja e Sociedade. **COMUNICAÇÃO: Revista On Line** Bibl. Professor Joel Martins. Vol. 2. Núm. 1. Campinas. 2000.
- ALMEIDA BARROS, Aparecida Maria. As escolas paroquiais franciscanas em Goiás: a fase de implantação. In: **6º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia. Anais eletrônicos, disponibilizado pela comissão científica do congresso. 2006.
- _____. **No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963)**. São Carlos: UFSCar, 2010. (Tese de Doutorado).
- ALMEIDA, Elena Roque de Souza. **Como gerenciar os recursos financeiros em escolas públicas: contribuições aos gestores e CDCE** (Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar). Publicado em: 07/10/2009. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/> - Acesso em 10/01/2017.
- ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001.
- ALMEIDA, Maria Zenaide C. Magalhães de. **Educação e memória: velhos mestres de Minas Gerais (1924-1944)**. Dissertação apresentada à Universidade de Brasília – UnB. Brasília. 2009.
- ALVES, Manoel. O futuro da educação: o papel das escolas católicas. In: **O papel das mantenedoras na organização da Educação católica do Brasil**. Brasília. Anamec: 1996.
- ANDRADE, Lucimary Barnabé Pereira de. **Educação Infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- ANDRADE, Maria Raquel. **Indisciplina escolar: aspecto pedagógico e legal**. Trabalho apresentado à Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2009. (Programa de Desenvolvimento Educacional)
- ANEC. (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil). A escola católica, uma instituição de ensino com mística evangelizadora. In: **III Congresso Nacional de Educação Católica**. 14/02/2015.
- ANTUNES, Ângela. **Aceita um Conselho? Como organizar o colegiado escolar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Imagens quebradas – trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004 (4ª. edição).
- AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**. Vol.18. Núm.52. São Paulo. 2004.

AZZI, Riolando. A Instituição Eclesiástica durante a primeira Época Colonial – In: HOORNAERT, E. *et. al.* **História Geral da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. O fortalecimento da restauração católica no Brasil: 192/1940. **Síntese**. Vol. VI, Núm. 17, p. 69-75. 1979.

BASEI, Andreia Paula. Escola e cultura(s): reflexões e possibilidades para uma prática intercultural. **Revista Digital**. Ano 12. Núm. 111. Buenos Aires. 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Cultura cívico-escolar católica e desfiles patrióticos no Brasil do início do século XX. **Varia hist**. Vol.30 Núm.53. Belo Horizonte: 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP- São Paulo. 2007.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. N° 10 jul./dez. 2005.

BOSCHILIA, Roseli. **Igreja e Educação: estratégias de resistência**. Trabalho apresentado à Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1978.

BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo: Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo/SP: Cortez, 1990.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional. MEC. Brasília. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional**. Brasília/DF. 1998.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais (5ª parte). Brasília: MEC/SEF, 1998

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRIGHENTI, Agenor. **Em que o Vaticano II mudou a Igreja**. Edições Paulinas, São Paulo: 2016.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2005.

CABRAL, Newton Darwin Andrade. Repercussões da romanização da Igreja nos anos iniciais da Universidade Católica de Pernambuco. **Horizonte**. Vol. 11. Núm. 29. p. 230-253. Belo Horizonte. jan./mar. 2013 – ISSN 2175-5841.

CAMURRA, Luciana & TERUYA, Tereza Kazuko. Escola pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o direito à educação. **1º Simpósio Nacional de Educação – XX Semana de Pedagogia**. UNIOESTE. Cascavel. 2008.

CANCIAN, Renato. **Independência do Brasil**: Brasil livra-se da condição de colônia. Publicado em: 31/07/2005. Disponível em: www.educacao.uol.com.br Acesso em 21/04/2016.

CANDAU, Vera Maria. **A Didática em questão**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARNEIRO, Maria de Lourdes. **Acervo Pessoal, Escritos da fundadora e Documentação encontrada no arquivo permanente da Paróquia “Bom Jesus” de Urutaí/GO**. Urutaí. 2004.

CARVALHO, Abílio Louro de. **A Educação nos Documentos do Vaticano II**. Publicado em 26/08/2015. Disponível em: <http://ideiaspoligraficas.blogspot.com.br/2015/08/a-educacao-nos-documentos-do-vaticano-ii.html> Acesso em: 10/10/2016.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Repercussões da romanização da Igreja nos anos iniciais da Universidade Católica de Pernambuco. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 230-253, jan./mar. 2013 – ISSN 2175-5841.

CASTRO, César Augusto & CARDOSO, Janeth Carvalho da Silva. Escolas paroquiais católicas no Brasil no final do século XIX e início do século XX: conceito e pressupostos de ensino. In: **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa** – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017. ISSN 2236-1855.

CASTRO, José Luiz de. **A organização da Igreja Católica na capitania de Goiás (1726 – 1824)**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 1998.

CAVA, Ralph Della. **Igreja e Estado no Brasil do século XX**: Sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916 – 1964. São Paulo: Brasileira de Ciência, 1975.

CEC (1997) – Congregação para a Educação Católica (1997). A Escola Católica no limiar do terceiro milênio. In: **Educar na Escola**. Documentos do Magistério para a Educação (2007). (pp.151-166). Prior Velho: Edições Paulinas.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAMON, Carla Simoni. **Festejos imperiais**: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Vol. 2. p. 177-229. Porto Alegre: 1990.

CNBB. **Catequese: Um ministério Eclesial**. Brasília: Edições CNBB. (Coleção: Catequese à luz do Diretório Nacional de Catequese) 2007.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Tradução oficial da CNBB. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

CONCÍLIO VATICANO II. **Declaração sobre a Educação Cristã «Gravissimum Educationis» e outros**. Roma. 1965.

CORTINA, Adela. **O fazer ético: Guia para a educação moral**. São Paulo: Moderna, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 27, p.183-191, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a12.pdf>. Acesso em: 04/01/2017.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

_____. Cultura escolar católica, elitista e masculina. **Revista Lusófona De Ciência Das Religiões** – Ano XI, 2012 / Núm. 16/17, p.177-192.

DE SÁ, Bruno Vivas. & COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A influência da Igreja Católica na educação brasileira: da Companhia de Jesus ao Ensino Superior**. Publicado em 25/03/2013. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9252> - Acesso em 04/01/2017.

DOMINGOS, Florentina Pereira. **Acervo Pessoal**. Urutaí. 2016.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Municípios do Estado de Goiás**, v.36. Rio de Janeiro: Editora do IBGE, 1958.

ESTUDOS DA CNBB. **Igreja e educação: perspectivas**. Núm. 6, p. 13. 1981.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**. Vol.30. Núm.1, p. 139-159. São Paulo: jan./abr. 2004.

FERRÃO, Nuno. Sotto Mayor. **História do Concílio Vaticano II– as decisões eclesiais do catolicismo (1962-1965) – evocação do seu cinquentenário**. Excerto de um artigo de investigação histórica, da autoria de Nuno Sotto Mayor Ferrão, para evocar o Cinquentenário do Concílio Vaticano II. Publicado em 01/10/2012. Disponível em: <http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/44829.html>. Acesso em 10/10/2016.

FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira & SOUZA, Rosa Fátima. Símbolos da excelência escolar: história e memória da escola pública inscrita em troféus. **Revista Brasileira de História da Educação**. Vol. 7. Núm. 2. UNESP: São Paulo: 2007.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nivia de Lima. (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**. Núm 5. Porto Alegre: 1992.

FRANCO, Paula de Almeida. **A Proclamação da República**. Publicado em: 15/11/2010. Disponível em: <https://historiandonet07.wordexpress.com>. Acesso em 21/04/2016.

FRANZATO, Carlo. **Os desafios da educação católica na atualidade**. Publicado em 09/07/2015. Disponível em: <http://arquioceseemissao.org.br/os-desafios-da-educacao-catolica-na-atualidade/> - Acesso em 21/01/2018.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da educação no Brasil (1926/1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. – Biblioteca básica da história da educação brasileira, vol. 3.

GAMEIRO, Roberto Valentim da Sila. **Princípios e valores dominantes na Escola Católica de Educação Básica no Brasil**. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Empresariais – FUMEC – (Mestrado). Belo Horizonte. 2007.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GARRONE, Gabriel Maria. (Card.). **A escola católica**. Publicado em 19/03/1977. Roma. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_d oc_19770319_catholic-school_po.html Acesso em 11/10/2016.

GE (1965) – Declaração Gravissimum Educationis sobre a Educação cristã. In **Concílio Vaticano II (1988)**, Documentos Conciliares. Constituições. Decretos. Declarações, (pp.613-632). Coimbra: Gráfica de Coimbra.

GIBELLINI, Rosino. **A Teologia no século XX**. São Paulo: Loyola, 1988.

GIMENO-SACRISTÁN, José. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1998.

GONZALEZ, Justo L. **Uma história do pensamento cristão**. Tradução Paulo Arantes. Vanuza Helena Freire de Mattos. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. Vol.1.

HEERDT, Moacir. **As Escolas Paroquiais em Santa Catarina 1890-1930**. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br>_Acesso em: 16/01/2018.

HINGLEY, Richard. **O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha**. São Paulo: Annablume, 2010.

HONÓRIO FILHO, Wolney *et al.* Memória dos Encontros de História da Educação no Centro Oeste: o que fizemos e o que podemos fazer. **Póiseis Pedagogia**. Vol. 14, num. 1, p. 12-31. Catalão. 2016.

HORA, Dinair Leão da. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva**. São Paulo: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

INÁCIO FILHO, Geraldo. Pesquisa em História da Educação. **Educação e Filosofia**. V. 18 (Número Especial). Uberlândia. 2004.

JESUS, Diovana Paula. *et. al.* Regras disciplinares entre realidades: uma análise comparada dos documentos normativos de escolas de Juiz de Fora. **Cadernos da Pedagogia**. Ano 7. Vol. 7. Núm. 13. P.38-51. São Carlos: 2013.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Núm 01. P. 9-43. Campinas: 2001.

KREUTZ, Lucio. *et. al.* Representação do magistério sob o movimento da restauração católica e seu reflexo nas escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. **História Unisinos**. Vol.15. Núm.1. p: 91-99, São Leopoldo. Janeiro/Abril 2011.

KREUTZ, Lucio. **O professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Pelotas: Seiva, 2004.

LAMBERT, Hercidia Maria Facuri Coelho. Festa e participação popular (São Paulo - início do século XX). **História**. Núm.. 13, São Paulo: 1994.

LE GOFF, Jaques. Memória. In: **História e Memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003

LEÃO, Andreza Marques de Castro A influência do iluminismo nas políticas educacionais atuais: em pauta a cidadania. **Diversa**. Ano I – Núm. 2. P. 69-84. Montenegro. jul./dez. 2005.

LEHRERZEITUNG. **Vereinsblatt des Deutsch-brasilianischen Lehrervereins in Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Typographia do Centro. 1907-1940

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 27ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5º Ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LOPES, Amaro Gonçalo Ferreira. **Escola católica, liderança e ethos**. Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa. Porto/Portugal. 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer História da Educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Hist. Educ.** Vol. 18. Núm. 43. Porto Alegre: 2014. p. 145-161.

MACHADO, Cleonice. **Direção escolar**. Publicado em 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/direcao-escolar/52969/> Acesso em 10/01/2017.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**. Vol. 2. Núm. 2, p. 326-344, Viçosa:. Jul./dez. 2011.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária Francisco. 2004.

MAINWARING, Scot. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

_____. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANOEL, Ivan. A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980). **Estudo de História**. Vol. 7, Núm. 1, Franca/SP: UNESP, 2000. Cf. MANOEL, 2004, p.10-12.

_____. **A. Igreja e educação feminina (1859-1919)** uma face do conservadorismo. São Paulo: UNESP, 1996.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Citizenship and Social Class**, Pluto Classics, London, 1992.

MAUSS, Marcel. “A Prece”. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (org.) **Antropologia**. São Paulo: Ática - Coleção Grandes Cientistas Sociais - 1979.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento. In: **Anais do Colóquio do museu pedagógico**, 3, Vitória da Conquista. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.

MENDES, Norma Musco. **Sistema Político do Império Romano do Ocidente: Um Modelo de Colapso**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2002.

MENIN, Maria Suzano de Stefano *et. al.* **Os fins e meios da Educação Moral nas escolas brasileiras: representações de educadores**. Rev. Port. De Educação. Vol. 27. Núm.1 Braga: jun. 2014.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890- 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco/ RE. 1988.

MONTEIRO, Eurico (Ir). Vicentinos no Brasil: eficiência e despretenção. **Revista Arautos do Evangelho**. Núm. 19, p. 20-23. Julho/2003.

MOOG, Anna Maria Rodrigues. **A igreja na república**. Brasília: UnB, 1981.

MOREIRA, Antônio Flávio. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas: Papirus (1990), 10ª ed. 2003.

MURGOITIO, José Manuel. **Alcance da oferta educativa numa entidade confessional: a Escola Católica**, *Ius Canonicum*. Vol.49, Núm. 98, p. 567-601. 2009.

NASCIMENTO, Glória Fátima Costa do. **Teologia, Educação e Escola Católica: um diálogo necessário**. Rio de Janeiro. 120p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

NAVARRO, Roberto. **O que foi o Concílio Vaticano II?** Publicado em 18/04/2011. Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/religiao/o-que-foi-o-concilio-vaticano-ii/> - Acesso em 05/01/2017.

NOGUEIRA, Alex de Oliveira. **Igreja católica e os ideais de romanização: uma reflexão das posições de Frei Carlos Maria, diante do quadro religioso e político-social da Paróquia de Tomazina, entre os anos de 1970 e 1979**. FAFIJA/PR. Tomazina. 2011.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Fragmentos da Cultura**, Vol. 22, Núm. 02, p. 185-191. Goiânia, 2012.

NOSELLA, Paulo e BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas, São Paulo: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível no site: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_088.html. Acesso em 12/01/2018.

_____. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. Capinas: Editora Alínea, 2ª ed. 2013.

NÓVOA, Antonio (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

_____. (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Portugal: Edições Dom Quixote, 1999.

_____. **Le Temps des Professeurs**. Ed. Instituto Nacional de Investigação Científica. Analyse. Lisboa, 1987.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (orgs.). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de & FERNANDES, Florestan. (org.). **Mauss**. São Paulo: Ática - Coleção grandes Cientistas Sociais - n. 11. 1979.

OLIVEIRA, Rosangela Silva. & BITTENCOURT JUNIOR, Nilton Ferreira. **A fotografia como fonte de pesquisa em história da educação: usos, dimensão visual e material, níveis e técnicas de análise**. Publicado em 2003. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03> Acesso em: 15/01/2018.

PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo inter transcultural: novos itinerários para a educação**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

PAIVA, José Maria. **Colonização e catequese**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

PAIVA, Vanilda. (Org.). **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Loyola, 1991.

PANTELÍADES, Daniela. **Entenda qual é o papel do aluno dentro da sala de aula.** Publicado em 18/04/2016. Disponível em: <http://aprova.com.br/2016/04/18/entenda-qual-e-o-papel-do-aluno-dentro-da-sala-de-aula/> Acesso em 10/01/2017.

PAPA PAULO VI. **Declaração Gravissimum Educationis sobre a Educação Cristã.** Publicado em 28/Out./1965. Última atualização em 27/jan./2011. Disponível em: www.diocesedeapolis.org.br. Acesso em: 08/07/2014.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ed. Ática, 2003.

PASQUINI, Adriana Salvaterra & TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. A estruturação das escolas paroquiais dos frades menores capuchinhos no Estado do Paraná (1922-1966). In: **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017.** ISSN 2236-1855

PEIXOTO, Patrícia Rodrigues Luiz. **O Educandário Nossa Senhora Aparecida – Ipameri- GO (1936-1969).** Dissertação apresentada à Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. (Pós Graduação) Catalão. 2013.

PÉREZ GÓMEZ, Angel I. A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula. In: SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ GÓMEZ, Angel I. **Compreender e transformar o ensino.** 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIRES, Mauricio. **A Religião e o Estado Laico.** Publicado em 2015. Disponível em: <http://mauriciopiresadvogado.jusbrasil.com.br/artigos/167709988/a-religiao-e-o-estado-laico> Acesso em: 12/04/2016.

PONCIANO, Nilton Paulo. **Fronteira, religião, cidade: o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1945-1965).** Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista. Assis/SP. 2006.

PRIMOLAN, Emilio Donizete. **Do Catolicismo conservador ao Concílio Vaticano II: a transição do Catolicismo nas Dioceses de Botucatu/Bauru (1948-1970).** Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: 2011.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Secretaria Estadual de Educação Paraná. **Colégio Paroquial Nossa Senhora do Carmo.** Paranaíba: 2017.

RANQUETAT JUNIOR, Cesar Alberto. **A implantação do novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul: laicidade e pluralismo religioso.** Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2007.

RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Cláudio Noel. **A festa do povo: pedagogia da resistência.** Petrópolis: Vozes, 1982.

RIOS, Denise Cristiane. Ensino Religioso e a realidade brasileira: identidade e formação docente. In: **VI EDUCERE - Congresso Nacional de Educação da PUCPR – PRAXIS.** – Curitiba: Champagnat, 2006. Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-250-TC.pdf>. Acesso em 20/01/2018.

RIOS, Terezinha Azeredo **O espaço físico da escola é um espaço pedagógico.** (Gestão Escolar/Nova Escola). Publicado em: 01/05/2011. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteúdo/476> – Acesso em 10/08/2017.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado.** São Paulo: Kairós, 1979.

ROSENDO, Ana Paula. **Notas sobre o Iluminismo na Escola.** Covilhã: LusoSophia: press, 2009.

ROUX, Rodolfo de. La romanización de la Iglesia católica en América Latina: una estrategia de larga duración. **Pro - Posições** [online]. Vol.25, Núm.1, pp.31-54. 2014.

SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos. O papel do professor na escola pública enquanto mediador: algumas reflexões. In: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos.** Vitória, 2014.

SANTOS, Hércules Pimenta dos. **Católicos e protestantes: escolas confessionais fundadas por missionários estrangeiros em Belo Horizonte (1900-1950).** Belo Horizonte: UFMG, 2010. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, José Douglas Alves dos. *et. al.* Uma breve reflexão retrospectiva da educação brasileira (1960-2000): implicações contemporâneas. In: **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”** Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. **O impacto da infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de Ensino Fundamental.** Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4ª ed. Campinas. Autores Associados. 2013. (Coleção Memória da Educação).

_____. **Pedagogia histórico-crítica.** Sobre a natureza e especificidade da educação. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1991.

_____. **Pedagogia histórico-crítica.** Sobre a natureza e especificidade da educação. São Paulo/SP: Cortez. 10 Ed. Autores Associados, 2008.

_____. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educação e Sociedade.** Ano XX, Núm. 60. Campinas. 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto.** Religião e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1986.

SEIDL, Ernesto. Apresentação do dossiê "Catolicismo e Formação Cultural". **Pro - Posições** [online]. 2014, vol.25, n.1, pp.25-30. ISSN 0103-7307.

SILVA, Maria Beatriz Gomes da. **Organização Curricular da escola e avaliação da aprendizagem.** Texto organizado para uso didático da Interdisciplina Organização do Ensino Fundamental, do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1ª Edição – 2006-2009. Disponível em: <http://projetosntenoite.pbworks.com> Acesso em 10/08/2017.

SILVA, Michele Pereira da. **A participação da comunidade escolar na gestão democrática:** os mecanismos de participação. Trabalho apresentado à Universidade de Brasília – UnB – Brasília. 2014.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a Era Vargas. In: **XI Encontro Estadual de História.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS – Rio Grande. 2012.

SILVA, Rubislei Sabino da. **O uso de fotografias como fonte para análise da cultura escolar.** Artigo produzido como exigência para conclusão da disciplina “O Sistema Escolar Brasileiro – Reformas e Currículo”. Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. 2013.

SOUSA, Suely Pereira de & PEREIRA, João Bosco. A igreja católica e as organizações e movimentos sociais na diocese de Ipameri (GO): partilhando utopias. **Revista Brasileira de História das Religiões.** ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010 - ISSN 1983-2850.

SOUZA E SILVA, Cleide Maria Costa de. As festividades escolares cívicas e religiosas no Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá-MS (1972-1987). In: **XXVII Simpósio Nacional de História / Conhecimento histórico e diálogo social.** Natal/RN. 2013.

STEIN, Leila de Menezes. Formação e educação popular no campo: entre a Igreja Católica e o Estado (1954-1964). **Revista HISTEDBR on-line.** Núm. 50 (especial), p. 209-225. Campinas. 2013. ISSN: 1676-258.

STRIEDER, Dulce Maria. Aspectos da formação e atuação docente nas escolas paroquiais teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul. **Revista HISTEDBR on line.** ISSN: 1676-2584. Núm. 32. p. 113-135. Campinas. 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** 6º ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

TORRES, Terezinha Maria de Lima. **Acervo Pessoal e escritos da fundadora e 1ª diretora da Escola Paroquial “João XXIII” de Urutaí.** 2016.

VALDEMARIM, Rosa Tereza. **História dos métodos e materiais de ensino:** a escola nova e seus métodos de uso. São Paulo: Cortez. 2010.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995. (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In: WARDE, M. J. (org.). **Contemporaneidade e Educação.** Temas de História da Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura da Educação, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Lo Sviluppo psichico del bambino.** Roma: Riuniti, 1973.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WYSE, Frei Alexandre (O.F.M). **No coração do Brasil – ensaio da história dos Quarenta Anos (1943-1984) da Custódia do Santíssimo Nome de Jesus em Goiás**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ZANON, Darlei. **Para ler o Concílio Vaticano II**. Lisboa: Paulus Editora, 2012.

Fontes Documentais

ÁLBUNS fotográficos de Acervos Particulares (1965-2001)

ARQUIVO da 7ª Subsecretaria Regional de Educação do Estado de Goiás. Pires do Rio-GO

LIVROS DE ATAS DA ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII” (1965-2001)

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (1986)

CONVITE DE FORMATURA DO PRÉ-ESCOLAR (1986)

DIPLOMA Cartilha Caminho Suave (1986)

FICHAS PARA CADASTRAMENTO PATRIMONIAL (2001)

LEMBRANÇA DE PRIMEIRA COMUNHÃO (1966)

Livro de Registro de Decreto, Leis e Certidões de Tempo de Serviço. Livro Nº3 – Prefeitura Municipal de Urutaí/GO. 1963.

LIVRO TOMBO I. **Paróquia do Bom Jesus de Urutaí**. Organização Maria de Lourdes Carneiro. 2014.

LIVRO TOMBO II. **Paróquia do Bom Jesus de Urutaí**. Organização Maria de Lourdes Carneiro. 2014.

MODELO DE BOLETIM

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Secretaria Estadual de Educação. **Escola Primária Paroquial “João XXIII”**. Urutaí. 1999.

ANEXO 1: Entrada do Arquivo da 7ª Subsecretaria Regional de Educação do Estado de Goiás. Pires do Rio-GO - 2016



Fonte: Acervo Pessoal (2016)

ANEXO 2: Acervo da Escola Paroquial “João XXIII” encontrado no Arquivo da 7ª Subsecretaria Regional de Educação do Estado de Goiás. Pires do Rio-GO - 2016



Fonte: Acervo Pessoal (2016)

ANEXO 3: Paróquia do Bom Jesus de Urutaí-GO – 2010



Fonte: Acervo Pessoal (2010)

ANEXO 4: Projeto de Lei n. 21, de 05 de abril de 1963 – disciplina o funcionamento da Escola Paroquial e dá outras providências como a nomeação da primeira diretora.

34

Projeto de Lei n.º 21, de 5 de Abril de 1963:

Lei n.º 21:

37

A Câmara Municipal de Vereadores de Urutai, decreta e em sancionamento a seguinte lei:

Art.º - 1.º - Fica criada a Escola público-Municipal de ensino Primário a funcionar na Casa Paroquial da Igreja Católica Apostólica Romana desta cidade, revolidando de 1.º de Março de 1963:

Art.º - 2.º - Fica designado para Diretor e Professor, a sr.ª Benjuno Maria de Lima, a qual terá a seu cargo o funcionamento da referida Escola, no período noturno, das 13 às 21 horas.

Art.º 3.º - O referido professor e diretor terá a gratificação anual de cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) ou seja cr\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos cruzeiros) mensais, e terá, também, férias regulamentares anuais, nos meses seguintes: Janeiro, Fevereiro e Julho de cada ano, recebendo suas gratificações - vencimentos.

Art.º 4.º - A presente lei entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Sala dos Sessões - Residência da Câmara Municipal de Vereadores de Urutai, aos cinco dias do mês de Abril de 1963:

Antonio de Almeida e Silva = Presidente

Antonio Marum Jorge = Secretário

ANEXO 5: Capas dos Livros de Atas da Escola Paroquial “João XXIII”



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

ANEXO 6: Primeira Eucaristia - 1979



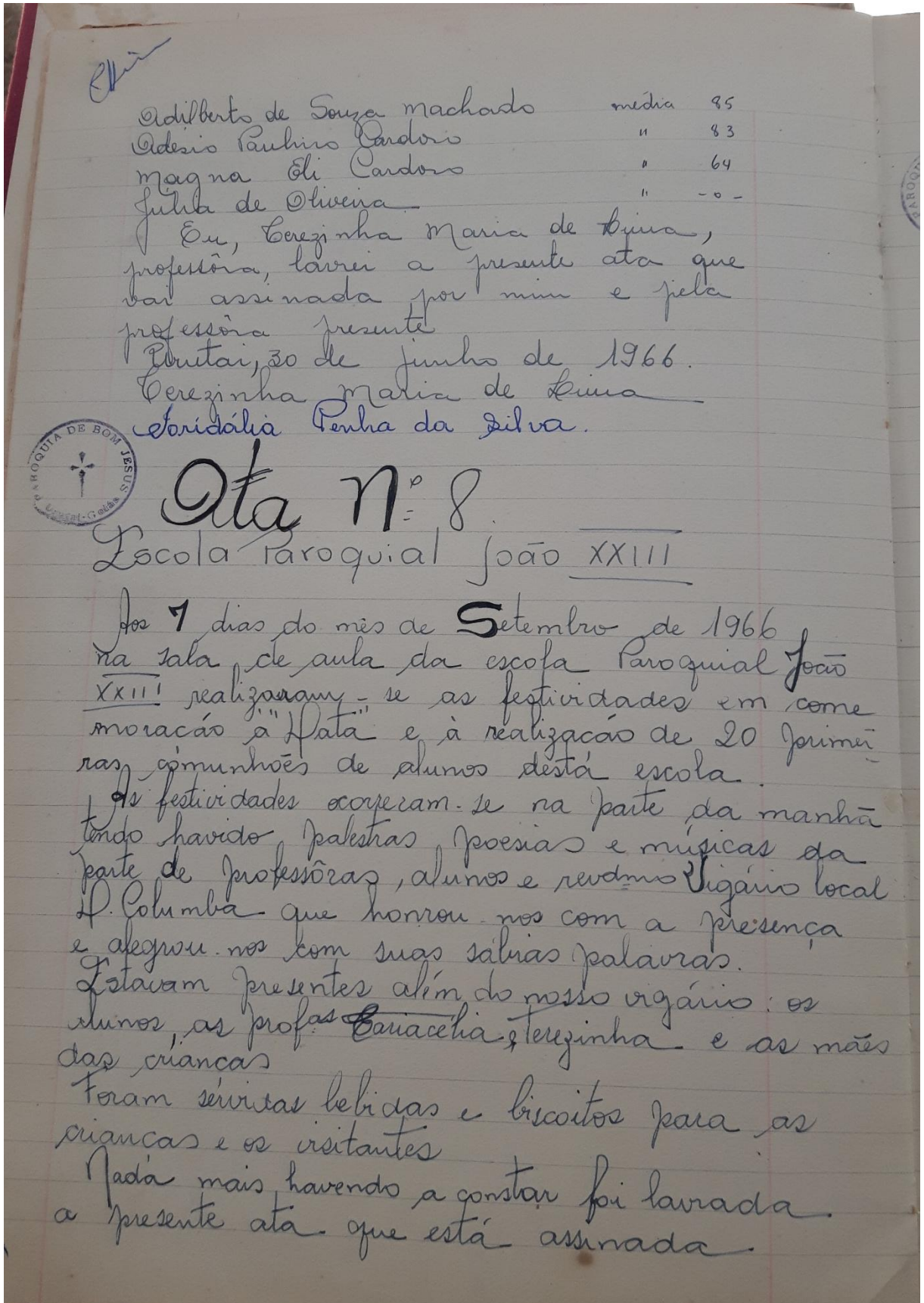
Fonte: Documento Fotográfico Arquivo de St. Mary'sAbbey (2012)

ANEXO 7: Lembrancinha da Primeira Comunhão - 1966



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

ANEXO 8: Ata da Primeira Comunhão (1966)



Alina

pela duetoria

União, 17 de Setembro de 1966



Dom Columba ~~M. P. G. B.~~
Terezinha Maria de Souza
Escola Paroquial João XXIII

Fos 12 dias do mês de Setembro de 1966 na sala de aula da Escola Paroquial realizou-se encerramento das festividades que desde o dia 10 vinham homenageando a criança por estar na sua semana.

Nos dias 10 e 11 realizou-se na escola, festinhas internas com cantos, palestras e a deliciosa merenda escolar.

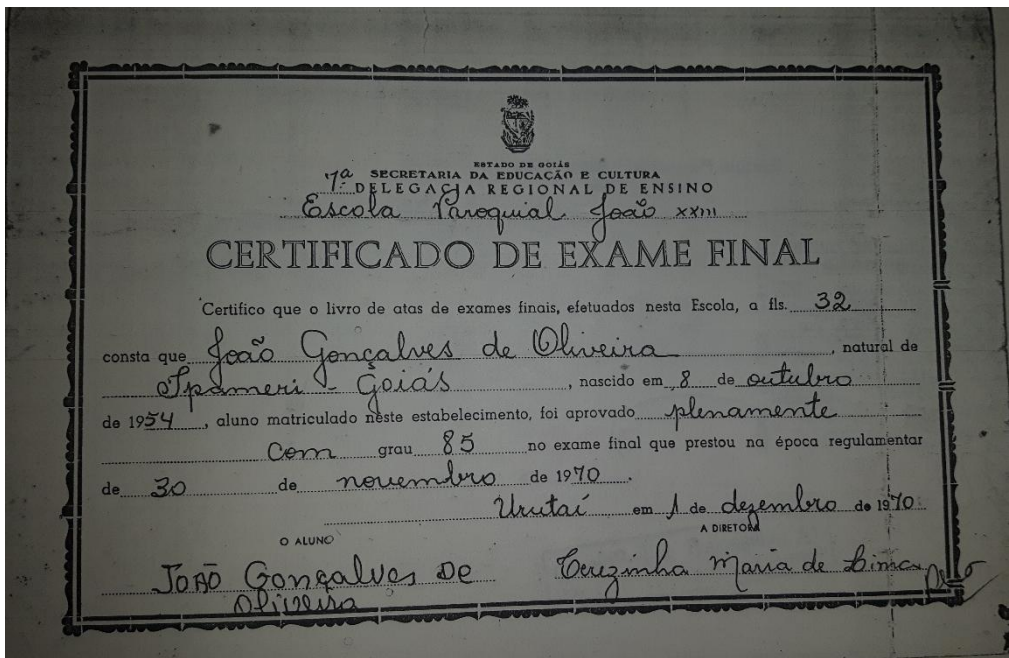
No dia 12 que é o dia da criança houve festa comemoração encerrando assim tal gênero de homenagem.

Num ambiente de muita alegria cantando e depois comendo e bebendo as crianças foram homenageadas pelas professoras e pelos convidados que muito gentilmente atenderam ao convite; nas mães dos alunos, digníssimo vigário local: Dom Columba.

Como professora estiveram presentes as srtes Terezinha, Maria de Fátima e ainda as professoras municipais: Ana Cardoso e Odete Isene sendo esta última da escola noturna para adultos.

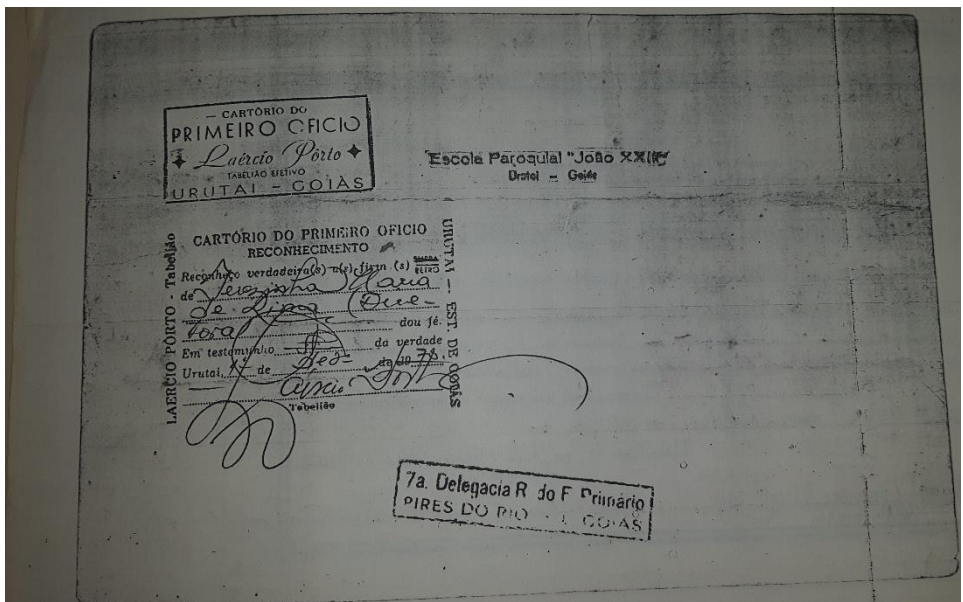
Para maior contentamento das crianças foi feito sorteio de brindes os quais foram entregues pelo revendo D. Columba.

ANEXO 9: Certificado de Exame Final – 1970 (frente)



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

(verso)



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

ANEXO 10: Correspondência entre autoridades eclesásticas e civis. Resposta do Bispo Dom Gilberto Pereira Lopes ao Prefeito Duílio Honório sobre a construção definitiva da sede da Escola Paroquial "João XXIII" datado em 03/04/1969.



Cúria Diocesana de Ipameri
Ipameri - Goiás

Ipameri, 3 de abril de 1969

Ao Ilmo Sr
Duílio Honório
DD Prefeito Municipal
URUTÁI - Goiás

Cópia para o Arquivo da Paróquia + Gilberto, Bispo Diocesano

Ex.^{mo} Senhor Prefeito:

O Rev.^{mo} Sr. Vigário da Paróquia de Urutáí, D. Columba Rafferty, responsável eclesástico pela Escola Paroquial João XXIII, consulta-me sobre a oferta que V. S. nos faz de construir prédio para dita Escola com verbas do Plano Nacional de Educação.

Agradeço inicialmente a oferta de V. Senhoria, mas creio dever fazer algumas observações para salvaguarda das responsabilidades comuns. Nós aceitamos a construção da NOSSA Escola em NOSSO terreno, com o compromisso, por escrito, de nos ser entregue o uso, ao nosso critério, do prédio em apreço. Esta observação se prende à consideração das cláusulas quarta, parágrafo 2º e quinta do contrato assinado pela Prefeitura com o referido Plano Nacional de Educação.

Nós podemos ignorar o referido contrato, que não assinamos, mas não podemos deixar de fazer ciente V. S. que não temos intenção de abrir mão da direção da Escola e do futuro uso do prédio, conforme as necessidades da Comunidade.

Reafirmo que o uso de terreno, pertencente à Igreja, ficará ao nosso julgamento, sempre dentro do desejo de colocá-lo a serviço da Comunidade. Confio na compreensão de V. S., no sentido de que a Prefeitura não crie embaraços ao uso normal do mesmo.

Desejo que fique claro não assumimos responsabilidade sobre a construção que se vai iniciar, seja com relação a material, seja com relação a mão de obra, mesmo que a construção seja feita para a Escola Paroquial João XXIII.

Renovo meus agradecimentos e desejo ao Sr. e aos seus uma Feliz Páscoa!
Atenciosamente,

+ Gilberto Pereira Lopes
D. Gilberto Pereira Lopes
Bispo de Ipameri



ANEXO 11: Boletim escolar – 1970 (lado de dentro)

Escola Paroquial São XIII

Comportamento	<i>Junho 80 85 95</i>											70		
Faltas	-											1		
	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Média Anual	La Prova de junho	2ª Prova de novembro	Média Final	Assinatura do Pai ou responsável
Religião				100	100	100	100	95	100	100	100			<i>Bayano Francisco</i>
Português				90	100	100	100	95	95	80	80			<i>Bayano Francisco</i>
Aritmética				95	95	90	75	90	85	85	85			<i>Bayano Francisco</i>
Estudos Sociais				90	95	95	100	100	90	100	100			<i>Bayano Francisco</i>
Ciências				95	100	90	90	90	100	100	100			
Desenho				100	100	80	95	90	100	85	85			
<i>E.M. cívica</i>				100	100	90	100	90	100	95	95			
História														
Média Mensal				94	98	93	93	93	94	92	92			
Classificação				4º	3º	4º	3º	4º	3º					

Aprovada para o terceiro ano com a Média 92.

Luiz Mendes
PROFESSOR

DIRETOR

(lado de fora)

*"Façamos cristã a alma das crianças
a nós confiadas; isto é o que Deus e a
Igreja pedem de nós."
(Dom Luis Orione)*

DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO
União - GOIÁS

BOLETIM

ALUNA: *Ana M. de Oliveira*

Série: *2º Ano primário 1º turno*

Ano Letivo de *1970*

Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

ANEXO 12: Certificado de Cadastramento da Biblioteca da Escola - 1994



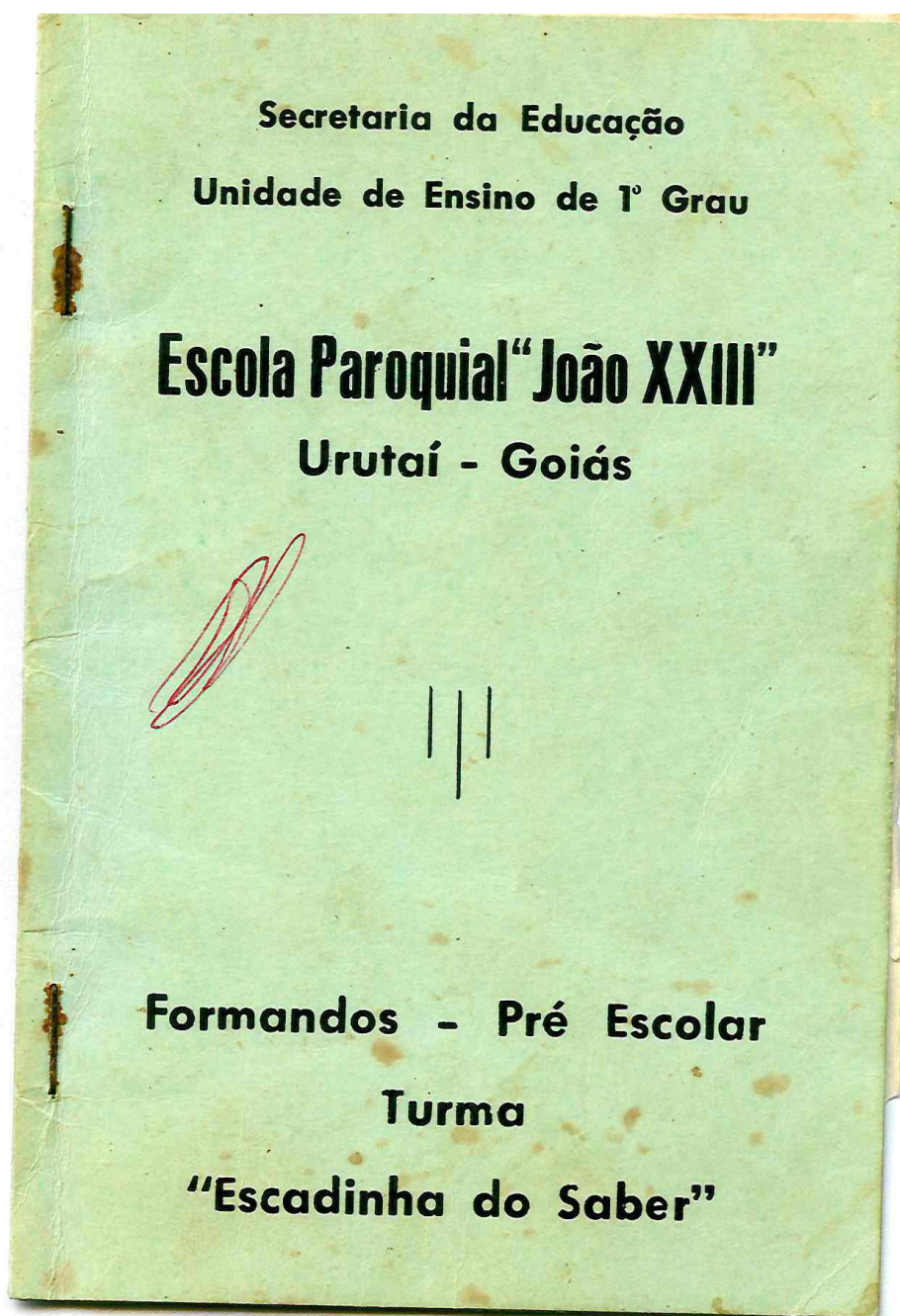
Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

ANEXO 13: Foto da Professora Vilma Cordeiro e seus alunos no pátio da Escola Paroquial “João XXIII” – 1988



Fonte: Acervo Pessoal da 1ª diretora Terezinha Mª de Lima (2016)

ANEXO 14: Convite de Formatura do Pré-Escolar Turma “Escadinha do Saber” – 1986



Convite

Os Formandos do Pré Escolar da Escola Paroquial "João XXIII", sentir-se-ão honrados com sua presença, às solenidades de sua formatura, no dia doze de dezembro de um mil novecentos e oitenta e seis.

Programa:

Dia 12 de dezembro de 1986

19:00 hs. - Missa em Ação de Graças.

20:00 hs. - Solene entrega de Certificados

Local - Igreja Matriz de Urutai.

Patronos:

Vilmar Carneiro de Oliveira
Dra. Elizabete Maria da Silva Carneiro

Paraninfos:

Geraldo Magella Junqueira
Kelly Cristina de Lima

Padrinhos de Missa:

Pe. João Bosco Pereira
Maria de Lourdes de Paula Isac

Oradora:

Sarah Cristina Martins Neri

Juramentista:

Osmar Ferreira Neto

Professora:

Cláudia Renata de Castro

Oração da Criança

Bom Pai do Céu, permaneçei sempre perto de mim. Fazei que eu vos ame cada vez mais. Que o meu coraçãozinho de criança seja puro e que não haja lugar para a raiva. Que meus olhinhos estejam voltados para o bem. Deus, afastai de mim pensamentos de qualquer maldade contra meus irmãos. Que a inteligência em boa dose que me destes seja em benefício da humanidade. Fazei que eu ame a todos os meus irmãos ou inimigos, bons ou maus, conhecidos ou não, que eu encontrar em minha vida.

Fazei, Senhor, que eu nunca magoe meus pais.

Senhor, que eu faça aos outros o que eu quero que os outros me façam.

Homenagens Especiais:

Onofre Quinan
DD. Governador do Estado de Goiás

Heldo Victor Mulatinho
DD. Secretário da Educação

Mirian Arantes de Moraes
DD. Coordenadora do Pré Escolar

Ivo Caiapó Pitalluga
DD. Delegado de Ensino

Evódio Bernardino
DD. Diretor da Unid. Mat. e Patrimônio

Dra. Elizabeth Maria da Silva Carneiro
DD. Juíza de Direito de Nossa Comarca

Gerson Justino
DD. Prefeito Municipal

Anésio Domingos da Silva
DD. Vice-Prefeito

Antônio Vaz Eduardo
DD. Presidente da Câmara Municipal

Iolanda Costa Carneiro
DD. Chefe do Setor Regional

Dr. José de Oliveira Campos
DD. Diretor da Escola Agr. Federal de Urutai

Vilma Barbosa Rodrigues
DD. Diretora da Escola Est. "Vasco dos Reis"

Celina de Souza Amadeu
DD. Diretora da Escola Est. A. M^o Nascente

Maria Aparecida Ribeiro Milhomem
DD. Diretora do Colégio Est. M^o P. Junqueira Uchoa

Joana Cordeiro do Vale
DD. Diretora da Escola Est. "Castro Alves"

Maria Eliza Peixoto de Oliveira
DD. Supervisora da SEMAB

Terezinha Maria de Lima Torres
DD. Diretora da Escola Paroquial "João XXIII"

Homenagens de Gratidão

Aos Fundadores da Escola
DD. Membros do Praesidium

“Mãe do Bom Conselho”

Pe. João Bosco Pereira
DD. Vigário de Nossa Paróquia

Ir. Maria Aparecida Coelho
Catequista

Irlandes Carlos Ferreira
Seminarista

Geraldo F. Pinheiro
Seminarista

Formandos:

Leonir Custódio Duarte
Cleiton Gomides Borges
Daniel de Paula Izac
Eder Jones Basílio

Neide Rosa de Oliveira
Marcos Mariano Martins
Nilda Constantino Honório

Letícia Silva C. de Oliveira
Fabrício Gomides Borges
Marcilene da Costa Barbosa
Ivanilton Dias de Oliveira
Jean Carlos R. Dutra
Mayza de Faria Mendes
Dreyce Martins de Andrade
Kleber Gomides Borges
Lilian Maria Parreira Lázaro

Formandos:

Leonardo Antônio Viegas Silva
Maria Cristina Alves
Iracema Aparecida

Osmar Ferreira Neto

Lourival Ferreira Martins
Márcia Rodney Júnior
Márcia Aparecida Mendes

Rita Benedita de Souza
Marivaldo Linhares Chaves

Sarah Cristina Martins Neri
Sérgio Henrique do Nascimento Guerra
Rosana Reis Mendes
Rúbia M^a do Nascimento
Tatiany B. de Oliveira

Agradecimento

À Deus - Louvor
À Pátria - Labor
Aos Pais - Amor
Aos Mestres - Gratidão
Aos Colegas - Felicidade
À Escola Paroquial “João XXIII”
Até breve.

Promessa:

Prometo continuar os meus estudos com dedicação, a fim de dar alegria aos meus Pais e Mestres e poder ser útil à Pátria e à Igreja.

ANEXO 15: Ata da Formatura do Pré-escolar Turma "Escadinha do Saber" - 1986

Elfin

Ata nº 03/86

Aos treze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e oitenta e seis, na Igreja Matriz de Urutai. Realizou-se mais uma solenidade de formatura do Pré-Escolar "Escadinha do Saber" da Escola Paroquial "João XXIII", iniciando-se as dezanove horas a Santa missa, e em seguida a Diretora Cerejinha Maria de Lima Gomes, convidou as autoridades para composição da mesa. Passando em seguida a palavra aos Patrozes da turma, onde falou Sr. Elizabeth Maria da Silva Carneiro, que pediu a todos que se colocassem em posição para cantarem o Hino Nacional. Ressequinda ela fez a chamada dos formandos para receberem o certificado. Terminando, ouvimos a música apresentada pela turma, ouvimos também o discurso feito pela criadora da turma, Sarah Cristine Martins Neri ouvimos também o juramento feito pelo aluno Osmar Severina Neto. Em nome dos Pararinfos falou Kelli Cristina de Lima ouvimos em seguida a palavra do Padre João Bosco Pereira Padrinho de missa.

Encerrando assim com um café servido aos convidados na Escola Paroquial "João XXIII".

Nada mais havendo a constar eu Sua Matilde de Oliveira Martins lavrei a presente ata que será assinada por mim Diretora e demais funcionários.

Sua Matildes de Oliveira Martins - Secretária -
Cerejinha Maria de Lima Gomes
Cláudia Renata de Castro

Sônia Rosa de Castro
 Sônia Motta do Prado Brito
 Almerinda Carneiro de Rezende Nascente
 Maria de Tatiana Mendes.
 Nilza Gonçalves

em branco

Valdete Justino da Silva Santos

ata nº 04/86

Aos vinte e tres dias do mes de dezembro de um mil novecentos e oitenta e seis, as doze horas encerra-se mais um ano letivo, onde foi dado os seguintes resultados finais Primeira série matutino Professora Almerinda Carneiro de Rezende Nascente com onze alunos promovidos, nove retidos quatorze desistente e dez transferido.

Primeira série vespertino Professora Iráides Mendes com vinte e seis alunos promovidos, dois retidos três transferido e um desistentes.

Segunda série matutino Professora Sônia Motta do Prado Brito. Com dezoito alunos promovidos, cinco retido, tres transferido e quatro desistente.

Segunda série vespertino Professora Neusa Gonçalves Basílio com dezoito alunos promovidos, tres retido, dois desistente e um transferido.

Tercera série matutino com trinta e sete alunos promovidos, dois retidos, tres desistente e quatro transferido.

Quarta série matutino Professora Vilma Alves

ANEXO 16: Certificado de Conclusão do Pré-escolar - 1986



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Ex-Aluna Tatiany de Oliveira Borges Borges (2017)

ANEXO 17: Certificado de Alfabetização da Cartilha Caminho Suave – 1986



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Ex-Aluna Tatiany de Oliveira Borges Borges (2017)

ANEXO 18: Estatuto da Escola Paroquial “João XXIII” - 1997

ESTATUTO DA ESCOLA PARAQUIAL JOÃO XXIII

Art. 1º - A Escola Primária Paroquial João XXIII é uma instituição civil de caráter jurídico com Foro na cidade de Urutai-GO e sede própria à rua Mário de Lima Filho, nº 26, nesta cidade de Urutai, Estado de Goiás, organizada e dirigida pela PAROQUIA BOM JESUS - “Entidade Mantenedora”.

Art. 2º - A Escola tem por finalidade precípua de ministrar o ensino primário em regime de gratuidade a menores de ambos os sexos, fazendo funcionar o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, inclusive o Jardim II.

Art. 3º - A Instituição tem ainda por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 4º - A Escola poderá a critério da Entidade Mantenedora e com autorização de órgãos competentes criar cursos que visem aprimorar dentro de técnicas modernas de ensino, os níveis de desenvolvimento moral e cultural de seus alunos.

Art. 5º - A Administração da Escola será exercida por uma Diretoria indicada pela Entidade Mantenedora, composta de uma Diretora e uma Secretária.

§ 1º - Compete ao Diretor:

I - Representar a Unidade Escolar nas suas relações internas e externas;

II - Coordenar e dinamizar as atividades administrativas e educacionais;

III - Tomar decisões com vista ao processo de desenvolvimento e melhoria curricular;

IV - Decidir sobre a linha de ação a ser adotada na Unidade Escolar;

V - Elaborar seu plano anual de trabalho;

VI - Controlar a assiduidade dos professores e funcionários abonando faltas nos termos da legislação;

VII - Promover a integração da Unidade Escolar com a comunidade;

VIII - Despachar os pedidos de matrículas;

IX - Coordenar o planejamento de matrículas;

X - Convocar, presidir ou participar das reuniões da Unidade Escolar;

XI - Promover através da Secretaria, a organização e a atualização da correspondência, escrituração e documentação da Unidade Escolar;

XII - Cumprir as leis do ensino e as determinações da Entidade Mantenedora;

XIII - Elaborar relatório;

XIV - Dinamizar o fluxo e refluxo de informações;

XV – Informar ao corpo docente e discente e ao pessoal técnico administrativo sobre a legislação atinente a Instituição bem como informar a comunidade escolar sobre diretrizes e normas emanadas de órgãos superiores do sistema;

XVI – Executar outras atividades não previstas em legislação mas que contribua para o bom funcionamento dos serviços e da Unidade Escolar.

§ 2º - Compete ao Secretário:

I – Responder pelo expediente e pelos serviços gerais da secretaria;

II – Coordenar e fiscalizar os serviços da secretaria, fazendo distribuição equitativa dos trabalhos pelos auxiliares;

III – Manter o arquivo organizado e funcional;

IV – Providenciar em tempo hábil, toda a documentação solicitada pelos alunos;

V – Elaborar relatórios, atas, termo de abertura e encerramento de livros, folhas e quadros estatísticos concernentes ao movimento escolar e subscrever editais;

VI – Elaborar o relatório anual de atividades da escola;

VII – Assegurar a execução do Calendário Escolar;

VIII – Cuidar da organização, manutenção, atualização e autenticidade de todos os documentos escolares, inclusive legislação;

IX – Fornecer a diversos setores todos os dados solicitados;

X – Participar ao Diretor os assuntos relacionados aos serviços da Secretaria;

XI – Impedir a entrada de elementos estranhos à Secretaria;

XII – Executar outras atividades não previstas em legislação, mas que contribuam para a eficiência dos serviços da Secretaria.

Art. 6º - Os bens da Instituição, já existentes, constituem acervo da Entidade Mantenedora para todos os fins de direito, e os bens oriundos de doações, quer de particulares quer de órgãos públicos serão transferidos, em caso de extinção da Instituição, a outras instituições que tenham as mesmas finalidades.

Art. 7º - A receita da Escola será oriunda de auxílio governamental bem como donativos de terceiros.

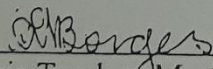
Art. 8º - A Instituição se dissolverá ocorrendo força legal, ou ainda quando a mesma não estiver cumprindo com os seus objetivos e por deliberação da Entidade Mantenedora.

Art. 9º - A Escola funcionará por prazo indeterminado.

Art. 10 – O presente Estatuto poderá ser modificado parcial ou total, quando a Administração da Escola julgar conveniente.

Art. 11 – O presente Estatuto entrará em vigor na presente data.

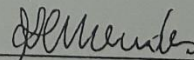
Urutaí-Goiás, 15 de Agosto de 97



Maria Teodora Martins Borges

Diretora

Portaria – 2451/95

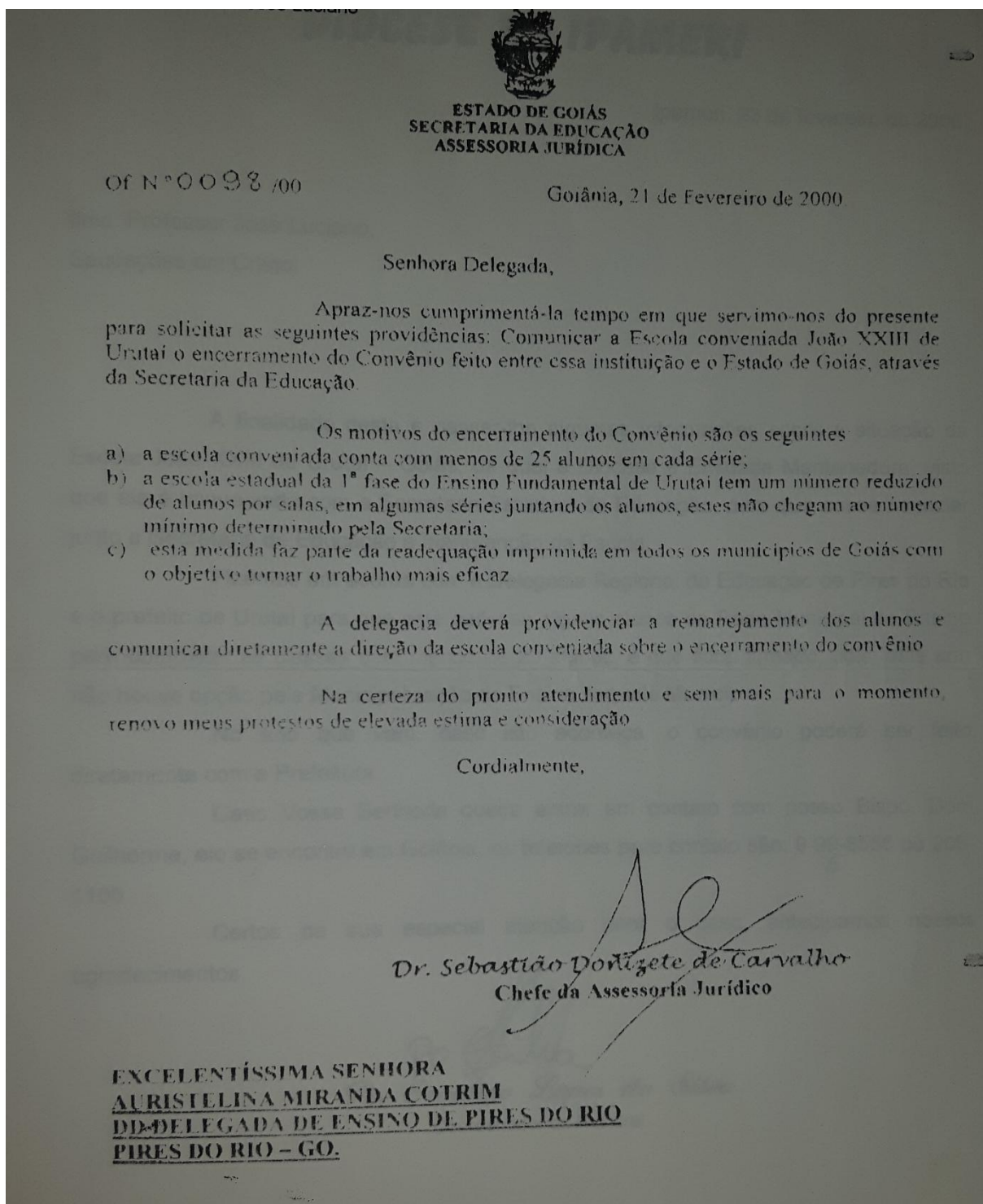


Maria Iolanda Carneiro Mendes

Secretária

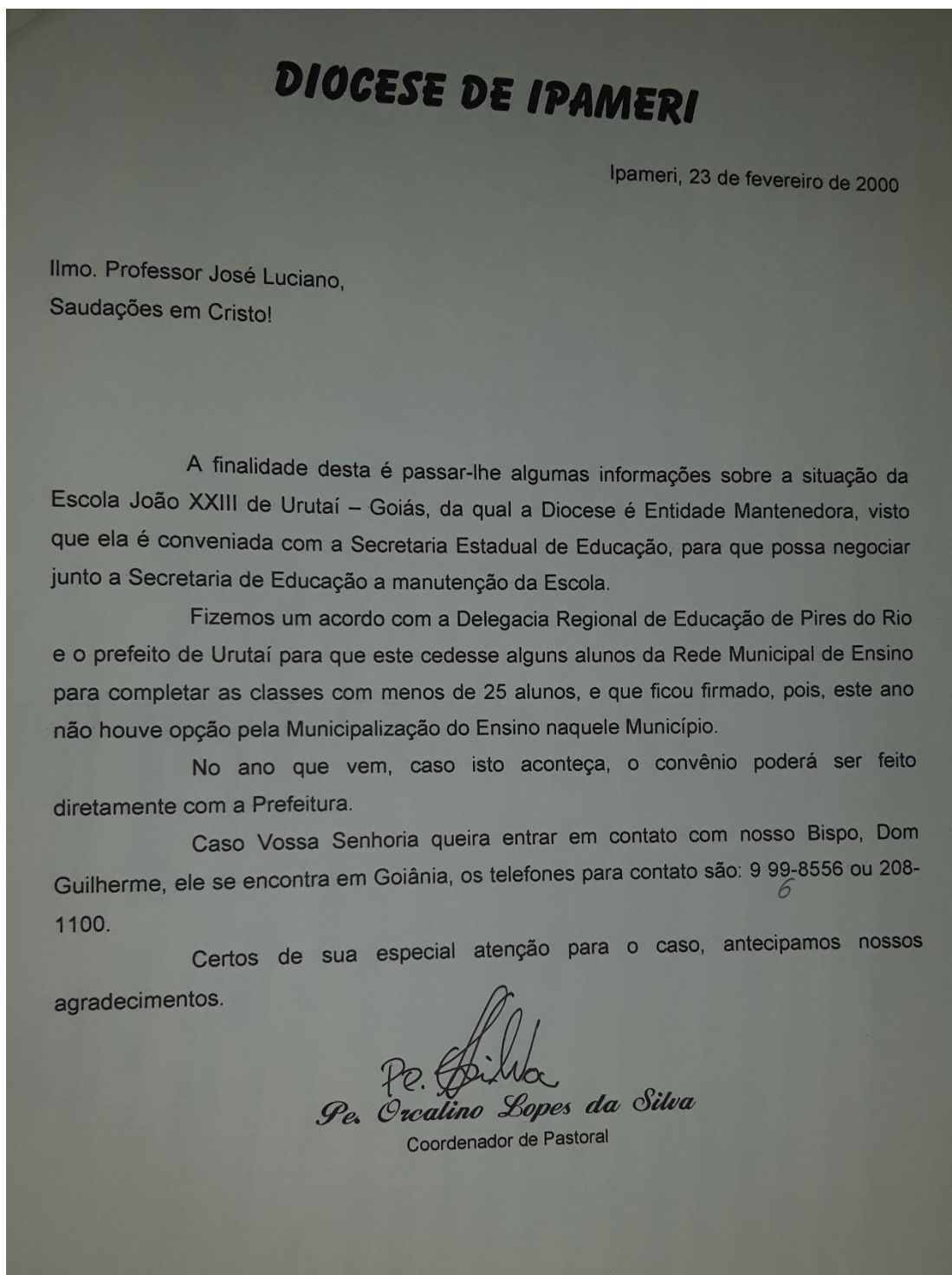
Portaria – 0020/94

ANEXO 19: Ofício do Dr. Sebastião Donizete de Carvalho informando o Encerramento de Convênio da Escola Paroquial “João XXIII” com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás - 2000



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

ANEXO 20: Carta do Pe. Orcalino Lopes da Silva em resposta a Carta de Encerramento de Convênio - 2000



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

ANEXO 21: Biografia do Vigário Dom Columba John Rafferty (1922 -1992) e a Notas sobre o Brasil, desenvolvidas em conversas entre Dom Columba e Dom Martin (24/07/1989 – 26/07/1989) – grifo nosso

SAINT MARY'S ABBEY
DELBARTON
Morristown, New Jersey 07960

Father Columba John Rafferty, O.S.B.

Born July 3, 1922; professed July 11, 1943; ordained April 2, 1949; fortified by the sacraments entered into eternal rest November 26, 1992.

Two years after completing his secondary school education at Saint Benedict's Prep, Newark, John Rafferty entered the novitiate at Saint Benedict's Abbey, Atchison, Kansas, and was simply professed as a member of Saint Mary's Abbey on July 11, 1943, adopting the religious name, Columba. He completed his college studies in Atchison and his theological studies at Saint Mary's House of Studies, Morristown, and was ordained to the priesthood on April 2, 1949.

Father Columba served in various parishes staffed by the abbey and served for several years on the faculty of Saint Benedict's Prep School. In 1966 he volunteered his services in the abbey's missionary endeavor in Brazil and on his birthday, July 3, arrived in Urutai, in the state of Goias, taking up residence in the Parish of Bom Jesus, where he subsequently served as pastor.

Father Columba's earlier studies had helped develop in him a keen sense of social justice, and his zeal for ministering to the faithful in Urutai was marked by a concern for the poor especially. A dispensary was established under his leadership for all the people of Urutai and its environs, and Father Columba worked diligently to foster Catholic education in a grade school conducted under the parish's auspices.

In 1985 Father Columba was forced to leave Brazil for reasons of health. In returning to the abbey he continued to minister to those who spoke Portuguese or Spanish as long as his health permitted. When he learned this past summer that he had terminal cancer, he assured the abbot that he should not be terribly concerned about him. He added, "I know I have a bed of pain ahead of me, but I am very much at peace and serene in the belief that God will strengthen and support me." And so it was. Father Columba spent his last three months in our infirmary and edified all by his patience and acceptance. Fortified by the sacraments, he died peacefully in the Lord on Thanksgiving Day, November 26, 1992.

The Office of the Dead was sung on Sunday, November 29, 1992 and the Funeral Mass was celebrated on Monday, November 30, 1992 in the abbey church. Interment followed in the abbey cemetery. In your charity we ask the customary prayers for a deceased monk of the American Cassinese Congregation. We firmly believe that such a remembrance will hasten the final journey of our brother to the banquet feast of heaven.

Notes on Brazil, developed in conversation between Father Columba and Father Martin, 24 July 1989.

In the Fall of 1963, in response to Abbot Patrick, Fathers Edmund Nugent and Kevin Bray sailed from New York on S.S. BRAZIL (Moore McCormack Line) for Brazil. Upon their arrival there they went to Anapolis, in the State of Goias, to the Saint Francis Provincial House, where they began the study of Portuguese in the Language School conducted by the Franciscans. Upon completion of their training, they went to a parish in Orizona, in Goias, and after a few months Father Kevin moved on to Itumbiara, again in Goias, where he assisted the pastor of the parish, a diocesan priest. In 1964 Father Kevin returned to the United States.

In 1965 (or possibly 1966) Father Edmund was named Pastor of the Church of Bom Jesus, in Urutai (Goias). In June, 1966, Father Columba began his trek to Brazil, where he would join Father Edmund. Father Columba had served at Saint Joseph Church, Maplewood, for four years (1949-53), at Saint Benedict's Prep from 1953 to 1959, at Saint Benedict's Church, Newark, from 1959 to 1960, at Blessed Sacrament, Elizabeth, from 1960 to 1961, at Saint Elizabeth Church, Linden, from 1961 to 1964, and again at Saint Benedict's Prep from 1964 to 1966.

Father Columba sailed from New Orleans aboard Delta Line's S.S. Del Mar. The ship stopped briefly en route at Puerto Rico, Barbados, Salvador, and finally docked at Rio. Aboard the passenger freighter were about 120 passengers, mostly 22 Protestant missionaries and their families. Most of the missionaries were Baptists; Father Columba was the only Catholic missionary.

The ship arrived in Rio on 25 June 1966, and Father Edmund met Father Columba at Rio. Both went to S. Bento, in Rio, a Benedictine Abbey that would prove host over and over again to Americans visiting Brazil. The two flew from Rio to Belo Horizonte, and then traveled by bus to Uberlandia. From here they traveled by car to Urutai, arriving there on 3 July, Father Columba's birthday.

BRAZIL NOTES, 24 July 1989, page 2

Because Father Columba had studied Portuguese for some time while still in the States, at the Berlitz School in East Orange, he felt quite ready to take up duties as Assistant to Father Edmund in Urutai. Instructed by Abbot Patrick to keep their eye open for possible sites for a monastic foundation, Fathers Edmund and Columba visited Uberlandia, Belo Horizonte, Patos de Minos, Caxambu, and several other places.

Father Edmund had been in Brazil now for some three years, and in August of 1966 he left for the United States, leaving Father Columba as locum tenens in Urutai. Father Edmund returned to Brazil early in 1967. During his absence a new diocese was created, the Diocese of Ipameri, in which Urutai was located. Dom Gilberto was named the first Bishop. Abbot Martin (elected abbot in November, 1966) visited Brazil in the Spring of 1967, enthusiastic about following through on Abbot Patrick's intention to create a monastic foundation in Brazil. With Fathers Edmund and ~~Sebastian~~^{Columba} he visited several possible sites.

In June, 1967, Father Sebastian Joseph set sail from New York, arriving in Rio via a German freighter. Father Columba met him and the two drove by car from Rio to Urutai. (Father Columba had taken the train from Urutai to Sao Paulo, where a car was purchased with which he drove to Rio to meet Father Sebastian).

In the summer of 1967 Father Edmund left Urutai for Caxambu, with the idea of finding a property that might prove suitable for a monastic foundation. Things did not work out well in Caxambu, and in 1968 Father Edmund again visited Urutai, spoke with Bishop Gilberto in Ipameri, and accepted Saint John the Baptist Parish, in Cumari, where he became Pastor. Fathers Columba and Sebastian continued to staff the Urutai parish.

Abbot Martin had constituted Father Edmund Superior in Brazil, and after some time it seemed wise to have Father Sebastian join Father Edmund in Cumari, to take care of a mission, Anhanguera. Later on

BRAZIL NOTES, 24 July 1989, page 3

Bishop Gilberto appointed Father Sebastian Pastor in Cumari, at Father Edmund's suggestion. In 1970 Father Sebastian returned to the United States for a visit (he had now been in Brazil three years), and reassumed his duties in Cumari before Christmas of that year. In January, 1971, he suffered a heart attack and was hospitalized in Araguari. He died on 20-21 February 1971, and his remains were returned to the United States for burial. Wake and burial services were held at the Abbey in Morristown, where a new cemetery had been created with the burial of Father Ernest Wildemann, in 1970.

Father Edmund reassumed the pastorate in Cumari, and Father Columba continued to serve as Pastor in Urutai.

Notes on Brazil, developed in conversation between Father Columba and Father Martin, 26 July 1989.

In the previous conversation it was said that Fathers Edmund and Kevin went to Orizono after completing their language training. That is correct. But it should be added that when they arrived there Father Edmund was made Pastor at once and Rector of the Minor Seminary. (Since the course in Anapolis ran about four months, it is likely that Fathers Edmund and Kevin arrived in Orizono in 1964).

Somewhere along the line, the Abbot of Sao Paulo offered Saint Mary's Abbey's missionaries (a) a dependent priory in Jundiai, in the State of Sao Paulo, the next town to Vinhedo, and (b) a dependent priory in Sorocaba, also in the State of Sao Paulo.

In April, 1974, Father Columba celebrated the silver jubilee of his ordination to the priesthood. He came to the United States that summer, later went to Europe, and then back to Brazil in October, where Father Edmund met him in Santos (Father Columba had made the journey from Europe to Brazil by ship). They drove together to Cumari.

In 1975 or 1976 Father Edmund left Cumari, to accept a pastorate in Silveiras, Diocese of Lorena, in the State of Sao Paulo. In December, 1975, Dom Gilberto Pereira Lopes left Ipameri, having been appointed Coadjutor Archbishop of Campinas. Dom Antonio Ribeiro became the new Ordinary of Ipameri. A Brazilian priest succeeded Father Edmund at Cumari.

Father Edmund remained Pastor in Silveiras until he suffered an angina attack, after which he asked to be relieved as Pastor. He remained in residence, however, at the parish. (During this time and before Father Edmund had served as Exorcist of the Diocese of Lorena). One might summarize Father Edmund's Brazil history: (1) Orizono; (2) Urutai; (3) Cumari; (4) Silveiras.

A few words ought be said here of the parish in Urutai, the Church of Bom Jesus. There was a parochial school under the auspices

BRAZIL NOTES, 26 July 1989, page 2

of the parish, and Father Columba began a dispensary run by the Benedictines, with a doctor coming from a neighboring town once or twice a week. A pharmacist was on hand, and there were treatment rooms, equipment, and so on. A new parochial school was constructed during Father Columba's time as Pastor. The town also has a public school and about two miles away is an agricultural school.

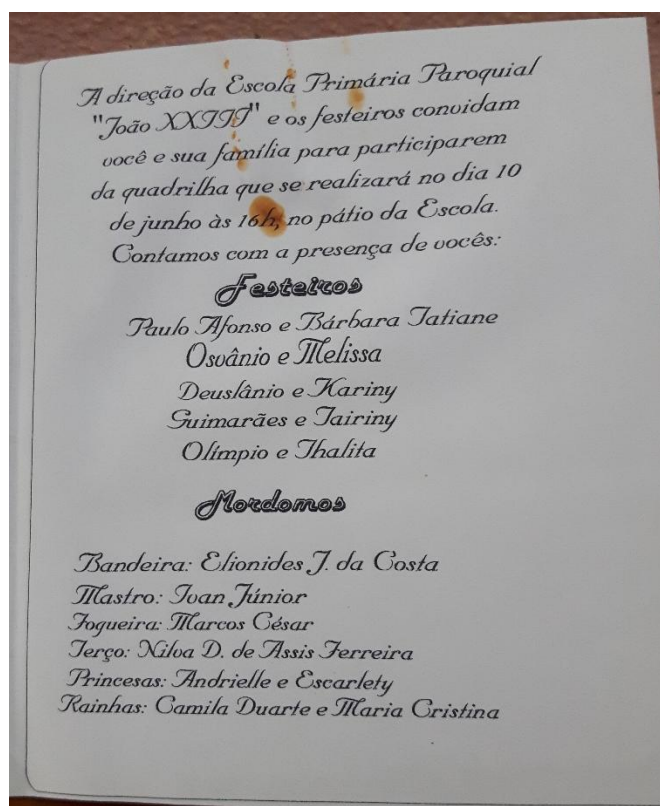
Mass was celebrated in sixteen (16) different locations, usually in a rancher's house or in a little school house. The population of Urutai, in the town itself, between 1966 and 1976, was about four thousand. During that time some people from the countryside began to acquire cars, and some ranchers purchased houses in Urutai to let their children attend school there. Gradually, the outlying schools declined. In the course of ten years the need for Mass in outlying areas became increasingly less and less.

The agricultural school picked up and was modernized. Enrollment increased and the curriculum was upgraded. Eventually the school boasted a solid corps of teachers.

When Father Columba left Urutai in 1985, a diocesan priest was appointed to tend the parish on Sundays from Ipameri. Father Columba left because of skin cancer, which the doctor said would in time go into the bone in that climate. Father Columba speaks of "seven lean years" and "seven fat years," referring, of course, to his pastoral work in Urutai.

Mention ought be made of gigantic shipments of medicine made from the United States to Brazil under Father Columba's care. Two such shipments were made in 1968 and 1971. The then Brother Julian Slowinski was helpful in this, as was Father Joseph Walter, S.J., who then headed up Catholic Relief Services, in New York City.

ANEXO 22: Convite de Festa Junina da Escola Paroquial "João XXIII" – 2000



Fonte: Documento Fotográfico Arquivo da Instituição na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás – Pires do Rio/GO (2016)

ANEXO 23: Fotografia das Diretoras da Escola Paroquial “João XXIII” (1960-2001)



1ª Diretora: Terezinha Maria de Lima Torres



2ª Diretora: Neuza Gonçalves Basílio



3ª Diretora: Maria Teodora Martins Borges



4ª Diretora: Nilva D'arc de Assis Ferreira

Fonte: Acervo Pessoal (2018)

ANEXO 24: Levantamento Patrimonial da Escola Paroquial “João XXIII” realizado após o fechamento para a 7ª Subsecretaria Regional de Educação de Pires do Rio-GO e para Paróquia do Bom Jesus de Urutaí-GO – 2002



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA PRIMÁRIA PAROQUIAL “JOÃO XXIII”
URUTAÍ-GOIÁS

FICHAS PARA CADASTRAMENTO PATRIMONIAL
Órgão: 309 – Sec. Estadual da Educação, Cultura e Desporto
350 – D.R.E. de Pires do Rio
03790 – Urutaí
002 – Escola Primária Paroquial “João XIII”
Resp. Nilva d’Arc de Assis Ferreira

Nº	DESCRIÇÃO E ORIGEM	CONSERVAÇÃO	QTDE
46	Antena parabólica - Estado	02	01
01	Aparelho de som (Diplomat) - Estado	02	01
56	Aparelho de som Gruding c/ 02 caixas – Igreja	05	01
05	Armário de aço 4 prateleiras, 02 portas – verde – 2,00 x 1,21 x 2,00 - Estado	02	01
06	Armário de aço 4 prateleiras, 02 portas – verde – 2,00 x 1,21 x 2,00 – Estado	02	01
07	Armário de aço 4 prateleiras, 02 portas – verde – 2,00 x 1,21 x 2,00 – Estado	02	01
08	Armário de aço 4 prateleiras, 02 portas – verde – 2,00 x 1,21 x 2,00 – Estado	03	01
09	Armário de aço 4 prateleiras, 02 portas – verde – 2,00 x 1,21 x 2,00 – Estado	03	01
10	Armário de aço 4 prateleiras, 02 portas – verde – 2,00 x 1,21 x 2,00 - Igreja	04	01
11	Armário de aço 4 prateleiras, 02 portas – verde – 2,00 x 1,21 x 2,00 – Igreja	04	01
75	Armário em aço, 2 portas- Estado	01	02
04	Arquivo de aço 4 gavetas – cinza - Estado	02	01
03	Arquivo de aço 4 gavetas – cinza – Estado	02	01
02	Arquivo de aço 4 gavetas – cinza - Igreja	02	01
57	Banco de madeira sem encosto - Igreja	04	01
12	Bandeira de Goiás – Igreja	02	01
13	Bandeira Nacional – Igreja	02	01
58	Cadeira estofada - Igreja	04	01
78	Cadeira pelezinho- Estado	01	06
59	Cadeiras de madeira - Igreja	03	05
14	Cadeiras para o Pré-escolar com estrutura de aço tubular 0,30 – METALSON- Estado	03	26
19	Cadeiras para o Pré-escolar com estrutura de aço tubular 0,30 – METALSON- Estado	05	06
15	Caixa de som amplificado com microfone –	02	01

	estado		
18	Calculadora - Estado		
60	Cantoneira de madeira - Igreja	02	02
61	Cantoneira fixa - Igreja	04	01
54	Carrinha de mão - Igreja	03	05
17	Carteira estrutura em madeira - Estado	02	01
16	Carteiras não fixas, estrutura de ferro com encosto de madeira - Estado	04	02
		02	95
52	Cemax 3000 tesporte - Estado		
72	Cortina de renda - Igreja	01	01
68	Enxada em aço - Estado	03	01
21	Estante de aço 5 prateleiras - cinza - Igreja	03	01
65	Estante de madeira, 1 prateleira - Igreja	02	01
62	Estante de madeira, 3 prateleiras c/ 02 portas - Igreja	03	03
		03	02
63	Estante de madeira, 3 prateleiras c/ 02 portas - Igreja	04	01
64	Estante de madeira, 3 prateleiras c/ 02 portas - Igreja	03	02
66	Estante de madeira, 4 prateleira - Igreja	03	02
77	Estante em aço, 2,10 x 0,30- Estado	01	04
20	Estraidor de grampos - Estado	02	02
73	Forro de renda - Igreja	03	01
49	Geladeira - Estado	02	01
22	Globo terrestre - Estado	02	01
26	Grampeador 26/6 - Estado	02	02
24	Grampeador de mesa - Estado	02	01
23	Grampeador de parede - Estado	02	01
27	Grampeador em aço - marrom - Estado	02	01
28	Grampeador em aço - marrom - Estado	02	01
25	Grampeador N.º 527 - Estado	02	01
71	Imagem de N. S. da Conceição	03	01
30	Mapa de Goiás - Igreja	02	01
32	Mapa do Brasil - Igreja	02	01
31	Mapa Mundi- Igreja	02	01
33	Mapa Presidente - Igreja	03	01
29	Máquina de escrever - manual - REMINCION 150 - Estado	02	01
79	Mesa - Estado	01	01
36	Mesa de madeira com estrutura de aço, 2 gavetas: 2 - Estado	03	01
38	Mesa de madeira com estrutura de aço, 2 gavetas: 4 - Estado	02	01

35	Mesa de madeira com estrutura de aço, 3 gavetas: 1 - Estado	03	01
37	Mesa de madeira com estrutura de aço, 5 gavetas: 1 - Estado	03	01
39	Mesa de madeira com estrutura de aço, 5 gavetas: 1 - Estado	03	01
40	Mesa grande dos professores: 1 - Estado	02	01
34	Mesa para o Pré-escolar com estrutura de aço revestida em fórmica 1,00 x 0,55 - METALSON- Estado	02	08
67	Mesa pequena - Igreja	04	02
41	Mimeógrafo a álcool - FACIT - Estado		
42	Mimeógrafo a álcool - MANO - Estado	03	01
50	Perfurador - Estado	02	03
43	Perfurador de ferro fundido - Igreja	02	01
44	Perfurador: 4 - Estado	03	01
45	Poltrona estofado corvim 3 lugares - 1,52 x 0,46 - Estado	02	01
51	Quadro negro fixo - Igreja	02	07
76	Rádio Gravador com CD - Precision- Estado	01	01
53	Suporte para fitas - Estado	01	01
74	tamboretas	03	02
47	Televisão 20" - Estado	02	01
69	Tesoura de bico em aço int. - MUNDI - Igreja	02	01
70	Tesoura em aço int. -	02	01
55	Ventilador - Estado	01	01
48	Vídeo cassete 4 cabeças - Estado	02	01

Conservação (Informa o Código):

01 = Novo

02 = Bom

03 = Regular

04 = Danificado

05 = Inutilizável

Urutai-GO, 24 de janeiro de 2.002.

 Nilva d'Arc de Assis Ferreira
 Diretora

RELAÇÃO DO MATERIAL EXISTENTE NA BIBLIOTECA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	CONSERVAÇÃO
1.	A eletricidade	01	02
2.	A revolução humana	03	02
3.	Anais da província de Goiás	02	02
4.	As estrelas	01	02
5.	As grandes descobertas da medicina	01	02
6.	Atlas enciclopédia brasileira	02	02
7.	Atlas geográfico escolar	01	02
8.	Atlas histórico – Escolar	02	02
9.	Bíblia Sagrada	02	01
10.	Biblioteca dinâmica de pedagogia	13	02
11.	Ciência na escola renovada	01	02
12.	Coleção pabae antigo	07	02
13.	Coleção pabalaee renovada	07	02
14.	Como ensinar ciências	01	02
15.	Conquista da ciência	01	02
16.	Conselhos	01-3/3	02
17.	Contos e lendas dos irmão grimm	08	02
18.	Datas comemorativas – amarelo – novos tempos	06	03
19.	Datas comemorativas – azul – novos tempos	05	02
20.	Dicionário Aurélio	01	02
21.	Dicionário da sabedoria	06	02
22.	Dicionário de sinônimos e antônimos	01	02
23.	Dicionário de verbos e regimes	01	02
24.	Dicionário Globo	01	02
25.	Do ensino de 1º grau	01	02
26.	Essa nossa história	01	02
27.	Estudo dirigido de português	01	02
28.	Estudos sociais – como você prec.	04	02
29.	Força viva das nações	01	02
30.	Geórgicas estórias da terra	01	02
31.	História do Brasil	02	02
32.	História infantil	11	03
33.	História Sagrada	06	02
34.	Histórias Bíblicas	15	01
35.	Histórico e geográfico brasileiro	01	02
36.	Introdução à mat. reformulada	01	02
37.	Latim - Garcez	08	02
38.	Leitura na escola primária	01	02
39.	Lista mat. Na escola elementar	05	02

40.	Livros didáticos e pedagógicos	2.643	02
41.	Look and sperak	01	02
42.	Manual para cartilha	01	02
43.	Maravilha da química	01	02
44.	Matemática na escola primária moderna	01	02
45.	Métodos lógicos e dialéticos	07	02
46.	Meu livro de natal	01	02
47.	Nova edição pedagógica	06	02
48.	O átomo	01	02
49.	O ensino da aritmética	02	02
50.	O planeta terra	01	02
51.	Os planetas	01	02
52.	OSPB	04	02
53.	Práticas de ciência	01	02
54.	Psicologia aprendizagem e se probl.	01	02
55.	Rádio e televisão	01	02
56.	Revista do IHGG	08	02
57.	Revista pedagógica brasileira	01	02
58.	Satélites e naves	01	02
59.	Teatro de fantoche	01	02
60.	Temática Rochdaleana	01	02
61.	Tiradentes e o Aleijadinho	01	02
62.	Vulcões e terremotos	01	02
63.	Vultos da pátria	03	02

Conservação (Informa o Código):

01 = Novo

02 = Bom

03 = Regular

04 = Danificado

05 = Inutilizável

Urutai-GO, 21 de janeiro de 2.002.

 Nilva d'Arc de Assis Ferreira
 Diretora

RELAÇÃO DE CARIMBOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	CONSERVAÇÃO
01	Matemática - 01	70	02
02	Matemática - 02	39	02
03	Partes da planta	17	02
04	Mônica	79	02
05	Datas comemorativas	51	02
06	Vermelhinho	99	02
07	Avaliação - 01	23	02
08	Mamíferos	17	02
09	Avaliação disney	12	02
10	Ilustração	16	02
11	Flores e frutos	18	02
12	Avaliação - 02	12	02
13	Caminho suave ren.	60	02
14	Alfa moderno	28	02
15	Carimbos diversos	39	02
16	Caminho suave antigo	63	02
17	Família	15	02
18	Cartilha porta aberta	45	02

Conservação (Informa o Código):

01 = Novo

02 = Bom

03 = Regular

04 = Danificado

05 = Inutilizável

Urutai-GO, 24 de janeiro de 2.002.

 Nilva d'Arc de Assis Ferreira
 Diretora

PATRIMÔNIO – INSTRUMENTOS BANDA/ FANFARRA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	CONSERVAÇÃO
1.	Bumbos	02	04
2.	Surdos	02	03
3.	Caixas de guerra	05	04
4.	Taróis	03	04
5.	Cornetas médias	05	03
6.	Cornetão	01	03
7.	Cornetinhas	04	04
8.	Par de pratos	01	03
9.	Paquetas para tarol	14	03
10.	Paquetas para bumbo	02	03
11.	Paquetas para surdo	03	03
TOTAL		{ =SUM(ABOVE) }	

Conservação (Informa o Código):

01 = Novo

02 = Bom

03 = Regular

04 = Danificado

05 = Inutilizável

Urutai-GO, 24 de janeiro de 2.002.

Nilva d'Arc de Assis Ferreira
Diretora

RELAÇÃO DO MATERIAL EXISTENTE NA CANTINA ESCOLAR

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.	ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
			BOM	REGU- LAR	RUIM	INSER- VÍVEL
1.	Assadeira em alumínio - Merenda	02	X			
2.	Avental c/ lenço	01	X			
3.	Bacia em alumínio - Merenda	03		X		
4.	Bacia em alumínio - Merenda	01	X			
5.	Balde de plástico - Merenda	01	X			
6.	Bandeja em aço - Inox - Igreja	02	X			
7.	Batedeira - Merenda	01	X			
8.	Bule p/ leite - Merenda	01	X			
9.	Butijão de gás - Igreja	02	X			
10.	*Butijão de gás - Merenda	01	X			
11.	*Caneco para lanches - Merenda	77	X			
12.	Caneco para lanches - Merenda	60			X	
13.	Cesto plástico (lixo) - Estado	20	X			
14.	Chaleira em alumínio - Igreja	03		X		
15.	Colher concha - Igreja	02		X		
16.	Colher concha - Merenda	02	X			
17.	Colher em aço - Inox - Igreja	02			X	
18.	Colher em alumínio - Igreja	03	X			
19.	Colher em madeira - Igreja	01	X			
20.	Colheres para lanche - Merenda	54		X		
21.	*Colheres para lanche - Merenda	77	X			
22.	Copos - Estado	50	X			
23.	Copos em alumínio - Estado	05	X			
24.	Faca em aço - Igreja	03		X		
25.	Filtro - barro - Igreja	04				X
26.	Fogão semi-industrial - (2 bocas) - Merenda	01		X		
27.	Frizer - Igreja	01		X		
28.	Garrafa térmica - Igreja	01				X
29.	Geladeira elétrica - Estado	01	X			
30.	Jarra plástica	01	X			
31.	Liquidificador	01	X			
32.	Mesa - banca madeira - Igreja	01			X	
33.	Mesa madeira - Igreja	01				X
34.	Panela caçarola - Merenda	04	X			
35.	Panela caldeirão - Igreja	06	X			
36.	*Panela de pressão - Igreja	03	X			
37.	Panela tacha - Igreja	01	X			

38.	Peneira - Igreja	01		X		
39.	Prateleira de parede - Igreja	01		X		
40.	Ralo (4 faces) - Merenda	01	X			
41.	Ralo em alumínio (4 faces) - Igreja	01				X
42.	Tábua de carne - Merenda	01		X		
43.	Tábua de carne - Merenda	01	X			
44.	Xicara - Igreja	06	X			

Urutai-GO, 21 de janeiro de 2.002.

Nilva d'Arc de Assis Ferreira
Diretora

APÊNDICE A

Inventário do Arquivo Morto da Escola Primária Paroquial “João XXIII” de Urutaí-GO (1960 à 2001) localizado na 7º Subsecretaria Regional de Educação de Pires do Rio-GO

Pires do Rio-GO, 16 de fevereiro de 2016.

Nº	Localização no Acervo	Formato do documento	Identificação do conteúdo	Ano (início-final)	Detalhes que podem servir posteriormente para definir se a fonte será utilizada na pesquisa
1	Armário	Livro	Reunião	06-02-65 à 23-12-93	Relata a vida da escola, o seu cotidiano (datas comemorativas etc)
2	Armário	Livro	Reunião	15-09-67 à 20-01-93	Relata as reuniões dos professores (explicação de como agir com os alunos etc)
3	Armário	Livro	<i>Biblioteca Linda Jorge Cintra</i>	20-10-87 à 22-11-00	Relata os livros emprestados a alunos e professores
4	Armário	Livro Caixa	Caixa	02-10-01 à 23-10-01	Relata a entrada de dinheiro do PROESCOLA, pagamento a diferentes lojas
5	Armário	Livro Caixa	Caixa	08-09-66 à 22-09-70	Relata a entrada e saída de dinheiro
6	Armário	Livro	Biblioteca	15-04-86 à 03-05-01	Livros didáticos emprestados para alunos e professores – SEC e FAE
7	Armário	Livro Caixa	Caixa	30-12-85 à 07-07-88	Relata a entrada e saída de dinheiro
8	Armário	Livro	Reunião	11-11-97	Assembléia Geral de Constituição do Conselho Comunitário da Escola
9	Armário	Livro	Ata de Notas Finais (1)	26-06-67 à 26-11-76	Destina-se as Atas de Notas Finais dos Alunos
10	Armário	Livro	Ata de Notas Finais (2)	28-11-67 à ??-11-80	Destina-se as Atas de Notas Finais dos Alunos (o livro 1, acima foi todos registrado de novo neste 2, com mais organização)
11	Armário	Livro	Ata de Notas Finais (3)	21-12-81 à ??-12-94	Destina-se as Atas de Notas Finais dos Alunos
12	Armário	Livro	Ata de Notas Finais (4)	19-12-95 à 20-12-01	Destina-se as Atas de Notas Finais dos Alunos
13	Armário	Livro	Ata do Caixa Escolar	02-06-95 à 02-02-99	Relata a Reunião do Caixa Escolar Dom Columba
14	Armário	Livro	Tombamento de despesas	11-10-2001	Descrição do material (armário etc)

			de Capital FNDE		
15	Armário	Livro	Reuniões de Pais e Mestres	22-11-90 à 12-09-00	Atas de criação e reunião da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES E AMIGOS DA ESCOLA PAROQUIAL “JOÃO XXIII”
16	Armário	Livro	Reunião	20-02-89 à 14-09-00	Ata do Conselho Comunitário, para melhorar o funcionamento da escola
17	Armário	Livro	Construções e Limpeza	24-06-71 à 25-08-75	Relata a construção do pátio, do muro, de limpeza do terreno e construção da cisterna
18	Armário	Livro	Reunião de Pais	28-11-85 à 05-10-01	Relata a reunião de Pais e mestres na escola
19	Armário	Livro	Ata de Festa Junina	10-06-94 à 09-06-01	Relata os festeiros, convites, lista de compras e quem fará as comidas doadas a população
20	Armário	Livro	Caixa	02-07-67 à 29-08-68	Ata da eleição da Comissão executiva do Caixa Escolar e relata a entrada e saída de dinheiro (Escrito a lápis 06-06-1991)
21	Armário	Livro	Portarias	-----	Relata as nomeações e exoneração dos funcionários da escola
22	Armário	Livro	Ata do Caixa Escolar	02-07-67 à 27-08-80	Ata da eleição da Comissão executiva do Caixa Escolar e outras atas do Caixa (ata inicial é a mesma que se fala no item 20)
23	Armário	Livro	Conselho de Classe	04-12-82 à 14-12-01	Relata o Conselho de Classe dos professores
24	Armário	Pasta Elástica	Eleição	12-1990	Contém a lista de pessoas aptas a votar na diretora Neusa Gonçalves Basílio (02-01-91 à 02-01-93), Plano Técnico Pedagógico e autorização do Dom Frei Tarcisio Sebastião Batista Lopes, OFMCap a ter a eleição
25	Armário	Envelope	Diversos	-----	Convenio da escola com o estado, Caixa Escolar. Manual de Procedimentos para a escolarização da Merenda, Estatuto
26	Armário	Envelope	Diversos	-----	Receita Federal, liberação de recursos para a escola
27	Armário	Envelope	Diversos	-----	Prestação de Contas, férias de funcionários administrativos do estado e do município, RAIS, patrimônio de acordo FUNDESCOLA

28	Armário	Livros de Chamadas	Diários	Ano	Quantidade
				1966	1
				1967	1
				1968 e 1975	4
				1968	1
				1968-1969	1
				1969	5
				1970	9
				1971	9
				1972	14
				1985	1
29	Armário	Diários de Classe	Diários	Ano	Quantidade
				1988	5
				1989	10
				1990	10
				1991	5
				1992	6
				1993	7
				1994	8
				1995	-----
				1996	1
				1997	-----
				1998	6
				1999	5
				2000	4
2001	4				

APÊNDICE B

Registro Escolar: Matrícula, professores e aparelhamento Escolar (Modelo I)

Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães
1965	46	Goiás	Brasileiro	Pais Católica - 43 Espírita - 1 Não declara - 2	Capinador	21	45
					Fazendeiro	4	1
					Vaqueiro	3	
					Comerciante	3	
					Carpinteiro	3	
					Ferrovário	1	
					Pedreiro	2	
					Mães Católica - 44 Espírita - 2	Não declara	9
1966	79	Minas Gerais - 4 Goiás - 72 Não declara - 3	Brasileiro	Católica - 75 Espírita - 1 Não declara - 3	Carpinteiro	23	
					Boiadeiro	3	
					Ferrovário	9	
					Motorista	1	
					Lavrador	24	
					Fazendeiro	3	
					Pedreiro	3	
					Não declara	13	3
					Dona de casa		72
					Lavadeira		2
					Professora		1
Falecida		1					
1967	128	Minas Gerais - 4 Goiás - 115 Não declara - 9	Brasileiro	Católica - 93 Protestante - 1 Espírita - 10 Não declara - 24	Ferrovário	13	
					Lavrador	41	
					Capinador	27	
					Lavourista	5	
					Agente de Estatística	2	
					Escrivão	1	
					Não declara	24	
					Ferreiro	4	
					Pedreiro	3	
					Botequeiro	2	
					Carpinteiro	4	
Fazendeiro	1						

Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães	
1968	246	Minas Gérias - 5 Goiás - 238 Não declara - 2 Maranhão - 1	Brasileiro - 243 Não declara - 3	Católico - 183 Espírita - 5 Protestante - 4 Não declara - 54 Católico - 211 Espírita - 5 Protestante - 2 Não declara - 28	Ferroviário	29	119	
					Folheiro	1		
					Dona de Casa			6
					Lavadeira			3
					Domestica			
					Ferrovário	29		
					Lavrador	33		
					Capinador	58		
					Fazendeiro	20		
					Botequeiro	2		
					Negociante	1		
					Funcionário Público	6		
					Pedreiro	2		
					Carpinteiro	5		
					Gerente de Fazenda	1		
					Botequeiro	2		
					Comerciante	1		
					Farmacêutico	1		
					Escrivão	1		
					Folheiro	3		
					Falecido	1		
					Chacareiro	1		
					Jardineiro	1		
Motorista	1							
Balconista	1							
Seleiro	1							
Soldado	1							
Agricultor	3							
Eletricista	1							
Vaqueiro	1							
Zelador	2							
Boiadeiro	1							
Cavouqueiro	1							
Lavourista	7							
Leiteiro	3							
Não declara	55	28						
Dona de Casa		213						
Professora		2						
Merendeira		1						
Domestica		1						

Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Porteira Profissão	Pais	1 Mães
1969	285	Goiás	Brasileiro 284 Sírio 1		Ferroviário	18	
					Lavrador	91	
					<i>Pais</i>		
					Católica - 271		
					Espírita - 5		
					Protestante - 4		
					Não declara - 5		
					Chacareiro	1	
					Funcionário Público	24	
					Lavourista	2	
					Militar	1	
					Pedreiro	1	
					Mecânico	3	
					Dentista	1	
					Capinador	11	
					Motorista	2	
					<i>Mães</i>		
					Católica - 272		
					Espírita - 5		
					Protestante - 4		
					Não declara - 4		
					Chofer	1	
					Fazendeiro	33	
					Farmacêutico	1	
Operário	1						
Falecido	1						
Padeiro	1						
Comerciante	5						
Cambista	3						
Delegado	1						
Ferreiro	1						
Funcionário do Batalhão	2						
Lavourista	18						
Coletor Estadual	1						
Retireiro	1						
Carpinteiro	3						
Não declara	54	7					
Professora		2					
Dona de casa		274					
Domestica		2					
Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães
1975	288	Urutaí - 230 Ipameri - 17 Santa Cruz - 2 Goiânia - 1 Brasília - 1 Goiandira - 1 Pires do Rio - 9			Ferroviário	16	
					Fazendeiro	19	
					Pedreiro	1	
					Aposentado	3	
					Lavrador	52	
					Carpinteiro	6	
					Funcionário Público	8	

		Marzagão - 1 Orizona - 2 Itacarambi - 1 Cavalheiro - 2 Catalão - 1 Campo Alegre - 1 Não declara - 19			Domestica		3
					Farmacêutico	3	
					Professora		1
					Pedreiro	2	
					Comerciante	2	
					Militar	1	
					Motorista	1	
Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães
1978	260	Urutaí - 158	N Ã O C O N S T A	N Ã O C O N S T A	Lavrador	166	
		Ipameri - 19			Comerciante	17	
		Pires do Rio - 22			Funcionário Público	19	
		Goiânia - 5			Fazendeiro	37	
		Ouvidor - 1			1º Tabelião	2	
		Campo Alegre - 7			Domestica	9	
		Taguatinga/DF - 1			Farmacêutico	2	
		Paracatu - 7			Aposentado	1	
		Cavalheiro - 7			Não declara	7	
		Brasília/DF - 2					
Barretos/SP - 2							
Anápolis - 1							
Cristalina - 1							
Quirinópolis - 1							
Distrito de Três Pontas/MG - 1							
Não declara - 25							
Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão		
					Pais	Mães	
		Urutaí - 157	N Ã O	N Ã O	Lavrador	198	
		Ipameri - 45			Bancário	1	
		Pires do Rio - 42			Pedreiro	4	
		Formosa - 1			Professor	8	
		Anápolis - 1			Tratorista	1	
		Cristalina - 2			Coletor	3	
		Cavalheiro - 8			Militar	8	

1983	328	Brasília/DF - 3	C O N S T A	C O N S T A	Funcionário Público	7					
		Catalão - 1			Falecido	15					
		Uberlândia - 1			Mecânico	1					
		Manaus/AM - 2			Supervisor	3					
		Iguatu/CE - 2			Comerciante	8					
		Goiânia - 5			Domestica			3			
		Cabo Verde/MG - 1			Carpinteiro	2					
		São Miguel Araguaia - 3			Fazendeiro	3					
		Vinhedos/SP - 1			Camponês	1					
		Barretos/SP - 1			Eletricista	1					
		Minas Gerais - 1			Motorista	3					
		Orizona - 1			Marceneiro	2					
		Morrinhos - 1			Contador	1					
					Vigilante Noturno	1					
					1º Tabelião	2					
	Não declara										
Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães				
1984	332	Formosa - 1	N Ã O	N Ã O	N Ã O	N Ã O	N Ã O				
		Ipameri - 65									
		Urutaí - 137									
		Belém/PA - 1									
		Pires do Rio - 50									
		Goiânia - 8									
		Petrolina - 1									
		Anápolis - 2						C O N S T A	C O N S T A	C O N S T A	C O N S T A
		Brasília - 3									
		Morrinhos - 1									
		Cabo Verde/MG - 1									
		Cristalina - 1									
		Palmelo - 1									
		Petrolina - 2									
		Catalão - 1									
Uberlândia - 1											
Goiandira - 1											
Jaraguá - 1											

		Manaus - 1					
		Iguatu - 1					
		Vinhedos - 1					
		Cavalheiro - 3					
		Manaus - 1					
		Orizona - 1					
		João Pessoa - 1					
		Rio Grande do Sul - 1					
		Jussara - 1					
		Vianópolis - 3					
		Alvorada - 1					
		Paracatu - 1					
Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães
1995	132	Ipameri - 73			Funcionário Público	7	
		Urutaí - 12			Pedreiro	2	
		Brasília - 4			Domestica		1
		Água Tirada (Urutaí) - 1			Cabeleireira		1
		Pires do Rio - 14			Comerciante	2	
		Uberlândia - 1			Advogado	1	
		Catalão - 3			Lavrador	4	
		Goiânia - 3			Professor	4	
		Caldas Novas - 1			Polícia Militar	4	
		Uruaçu - 1			Fazendeiro	3	
		Porangatu - 1					
		Nova Crixás - 1					
		Silvânia - 1					
		Goiandira - 1					
		Iporá - 1					
		Rio Verde - 1					
		Anápolis - 2					
		Bonfinópolis - 1					
		Itapuranga - 1					
		Piracanjuba - 1					
Planaltina/DF - 2							
Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães

1996	172	Ipameri - 96						
		Porto Alegre/RS - 1						
		Paranaguá/PI - 2						
		Pires do Rio - 21						
		Catalão - 4						
		Urutaí - 8						
		Goiânia - 5						
		Rio Alma - 1						
		Planaltina/DF - 3						
		Uberlândia - 1						
		Leopoldo de Bulhões - 1						
		Brasília/DF - 4						
		Água Tirada (Urutaí) - 1						
		Caldas Novas - 1						
		Uruaçu - 1						
		Silvânia - 1						
		Bonfinópolis - 1						
		Taguatinga/DF - 1						
		Rio Verde - 1						
		Piracanjuba - 1						
Pontal/SP - 1								
Itapuranga - 1								
1997	130	Pires do Rio - 12						
		Ipameri - 70						
		Catalão - 1						
		Goiânia - 1						
		Brasília/DF - 1						
		Nerópolis - 1						
		Silvânia - 2						
		Curitiba - 2						
		Porto Alegre/RS - 1						
Leopoldo de Bulhões - 1								

		Taguatinga/DF - 1					
		Urutaí - 6					
		Uberlândia - 1					
		Paracatu - 1					
		Rio Alma - 1					
		Planaltina/DF - 2					
		Uruaçu - 1					
		Anápolis - 1					
Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães
1998	116	Ipameri - 61					
		Pires do Rio - 9					
		Urutaí - 3					
		Nova Crixás - 1					
		Anápolis - 1					
		Campo Alegre - 1					
		Goiânia - 5					
		Catalão - 3					
		São Domingos - 1					
		Brasília/DF - 1					
		Silvânia - 1					
		Nerópolis - 1					
		Porto Alegre/RS - 1					
		Leopoldo de Bulhões - 1					
		Rio Alma - 1					
		Planaltina/DF - 1					
Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães
1999	120	Ipameri - 75					
		Pires do Rio - 8					
		Urutaí - 2					
		Nova Crixás - 1					
		Anápolis - 1					

		Campo Alegre - 1					
		Goiânia - 3					
		Catalão - 5					
		São Domingos - 1					
		Brasília/DF - 2					
		Silvânia - 1					
		Ceres - 1					
		Porto Alegre/RS - 1					
		Leopoldo de Bulhões - 1					
		Uberaba- 2					
		Planaltina/DF - 2					
		Orizona - 1					
Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães
2000	118	Ipameri - 65					
		Pires do Rio - 11					
		Urutaí - 1					
		Nova Crixás - 2					
		Anápolis - 3					
		Campo Alegre - 1					
		Goiânia - 3					
		Catalão - 6					
		Iaciara - 1					
		Brasília/DF - 4					
		Silvânia - 1					
		Curitiba - 1					
		Porto Alegre/RS - 1					
		Nerópolis - 1					
		Uberaba- 2					
		Cristalina -1					
		Orizona - 1					
		Marzagão - 1					
		Formosa - 1					
Ano	Quantidade de alunos	Naturalidade dos alunos	Nacionalidade dos pais	Religião	Profissão	Pais	Mães

2001	101	No dia não deu tempo de fazer					
		A partir do ano de 1996 não relatavam a profissão dos pais, nem outros aspectos que eram relatados desde 1969					

Fonte: Produzido pelo autor a partir da consulta aos Livros de Matrículas